

# SEGURANÇA PÚBLICA O CONTEXTO DA CRIMINALIDADE VERSUS AS FERRAMENTAS DE REPRESSÃO

VOLUME 01

JOSÉ GRACILDO DE CARVALHO JÚNIOR  
CÉSAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO  
EDSON MARCOS LEAL SOARES RAMOS  
SILVIA DOS SANTOS DE ALMEIDA  
ADRILAYNE DOS REIS ARAÚJO  
VERA LÚCIA DE AZEVEDO LIMA

ORGANIZADORES



# **SEGURANÇA PÚBLICA**

## **O Contexto da Criminalidade versus as Ferramentas de Repressão**

**VOLUME 01**

**José Gracildo de Carvalho Júnior**  
**César Maurício de Abreu Mello**  
**Edson Marcos Leal Soares Ramos**  
**Sílvia dos Santos de Almeida**  
**Adrilayne dos Reis Araújo**  
**Vera Lúcia de Azevedo Lima**  
**Organizadores**



**Reitor**

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva

**Vice-Reitora**

Profa. Dra. Loiane Prado Verbicaro

**Pró-Reitor de Administração**

Prof. Dr. Raimundo da Costa Almeida

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação**

Profa. Dra. Maria Lucilena Gonzaga Costa

**Pró-Reitor de Extensão**

Prof. Dr. Nelson José de Souza Júnior

**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Profa. Dra. Maria Iracilda da Cunha Sampaio

**Procuradoria Federal junto à UFPA**

Dra. Fernanda Ribeiro Monte Santo

**Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento**

Cristian Mayko Carvalho da Costa

**Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão Pessoal**

Ícaro Duarte Pastana

**Pró-Reitor de Relações Internacionais**

Prof. Dr. Edmar Tavares da Costa

**Prefeito do Campus**

Prof. M.Sc. Eliomar Azevedo do Carmo

**José Gracildo de Carvalho Júnior**  
**César Maurício de Abreu Mello**  
**Edson Marcos Leal Soares Ramos**  
**Sílvia dos Santos de Almeida**  
**Adrilayne dos Reis Araújo**  
**Vera Lúcia de Azevedo Lima**  
**Organizadores**

# **SEGURANÇA PÚBLICA**

## **O Contexto da Criminalidade versus as Ferramentas de Repressão**

**VOLUME 01**

**BELÉM • 2025**



Texto revisado conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

*Diagramação e Criação da capa*

Ione Sena

*Revisão*

Silvia dos Santos de Almeida • Edson Marcos Leal Soares Ramos

José Gracildo de Carvalho Júnior • Adrilayne dos Reis Araújo

**AGRADECIMENTO**



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Segurança pública [livro eletrônico] : o contexto da criminalidade versus as ferramentas de repressão : volume 01 / organizadores José Gracildo de Carvalho Júnior, César Maurício de Abreu Mello, Edson Marcos Leal Soares Ramos. -- Salvador, BA : Editora Acadêmica da Segurança Pública, 2025.  
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-84844-21-6

1. Criminalidade - Aspectos sociais
  2. Investigação criminal - Brasil
  3. Políticas públicas
  4. Segurança pública - Brasil
- I. Carvalho Júnior, José Gracildo de. II. Mello, César Maurício de Abreu. III. Ramos, Edson Marcos Leal Soares.

24-240881

CDD-363.109

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Segurança pública : Problemas sociais 363.109

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



**Editor-Chefe:** Edson Marcos Leal Soares Ramos – UFPA (BR)

**Vice-Editor:** Ivone Freire Costa – UFBA (BR)

### **Conselho Editorial**

Alice Langa – ACIPOL (MZ)

Antônio Gelson Nascimento – UEA (BR)

Daniel Ganem Misse – UFF (BR)

Dorli João Carlos Marques – UEA (BR)

Edgard Vinicius Cacho Zanette – UERR (BR)

Fernandina Lopes Fernandes – UniCV (CV)

Horácio Nelson Hastenreiter Filho – UFBA (BR)

Humberto Ribeiro Junior – UVV (BR)

João Moisés Essinalo – ACIPOL(BR)

José Maria Carvalho Ferreira – ULisboa (PT)

Júnia Fátima do Carmo Guerra – UEMG (BR)

Lucia Eilbaum – UFF(BR)

Manuel Monteiro Guedes Valente – UAL (PT)

Marco Aurélio Borges Costa – UVV (BR)

Marlene Inês Spaniol – UFRGS (BR)

Melissa de Mattos Pimenta – UFRGS (BR)

Otávio Henrique Ferreira da Silva – UEMG (BR)

Silvia dos Santos de Almeida – UFPA (BR)

Vera Lúcia de Azevedo Lima – UFPA (BR)

### **Sobre a Editora**

A Editora Acadêmica da Segurança Pública (Edasp) é uma iniciativa conjunta e articulada, no âmbito do Protocolo de Intenções, dos Programas de Pós-Graduação em: (1) Segurança Pública (UFPA); (2) Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA); (3) Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA); (4) Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (UERR); (5) Segurança Pública (UVV); (6) Segurança Cidadã (UFRGS); (7) Justiça e Segurança (UFF); (8) Segurança Pública e Cidadania (UEMG) e (9) Metrologia (Inmetro).



**Sede:** Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania. Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia. Avenida Reitor Miguel Calmon s/n. Vale do Canela, Salvador - BA, 40110-903. Telefone: (71) 3283-7661 e-mail: edasp@2022.gmail.com.

# ORGANIZADORES

## **José Gracildo de Carvalho Júnior**

Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública  
Universidade Federal do Pará  
gracildo@ufpa.br

## **César Maurício de Abreu Mello**

Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública  
Universidade Federal do Pará  
mello.cesar@gmail.com

## **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública  
Universidade Federal do Pará  
edson@ufpa.br

## **Silvia dos Santos de Almeida**

Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública  
Universidade Federal do Pará  
salmeida@ufpa.br

## **Adrilayne dos Reis Araújo**

Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública  
Universidade Federal do Pará  
adrilayne@ufpa.br

## **Vera Lúcia de Azevedo Lima**

Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública  
Universidade Federal do Pará  
veraluci@ufpa.br

## AUTORES

Abnero Massango  
Adrilayne dos Reis Araújo  
Alessandra Alves Ferraz  
Alex Adam Martins Oliva  
Alice Arlinda Santos Sobral  
André Cavalcanti de Oliveira  
Andréa Bittencourt Pires Chaves  
Bruno Saravalli Rodrigues  
Clay Anderson Nunes Chagas  
Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Elainne Lobo Gonçalves de Oliveira  
Évelin Staevie dos Santos  
Ezequiel Conjo  
Francisco Bernardo Bilério  
Gelilza Salazar Costa  
Héitor R. Guibunda  
Hellen Karine da Cunha Carreiro Chermont  
Hugo Alexandre Santos Regateiro  
Ivone Freire Costa  
Izabela da Silva Jatene  
João de Deus da Silva Gê Júnior  
João Moisés Essinalo  
João Victor Tayah Lima  
Jorge Fabricio dos Santos  
José Cossa

José de Jesus Mateus Pedro Mandra  
José Gracildo de Carvalho Júnior  
Joyce Gama Souza  
Juliana Tonche  
Maely Ferreira Holanda Ramos  
Marcelo de Oliveira Brandão  
Márcia Cristina dos Santos Rêgo  
Marcos Fabricio da Costa Mattos  
Mário Luciano Malige  
Moisés Batista Campos Baia  
Patrícia de Fátima de Carvalho Araujo  
Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira  
Paulo Sérgio Nascimento Cavaleiro de Macedo  
Rafael Rodrigues de Souza  
Raissa Pereira de Araújo  
Raylene Rodrigues de Sena  
Roberta Oliveira da Silva  
Roberto Magno Reis Netto  
Rodolfo Gomes do Nascimento  
Santa Mónica Mugime  
Sarah Lima de Souza  
Sérgio Mendes  
Silvia dos Santos de Almeida  
Vicente António Vicente  
Vicente Leite Barbosa Araújo dos Santos  
Wando Dias Miranda

## PREFÁCIO

“Pensar” em Segurança Pública é tão desafiador quanto “fazer” Segurança Pública na prática. A formulação e implementação de políticas nessa área demandam dos profissionais um grau de conhecimento técnico, habilidade e compromisso que, muitas vezes, supera o exigido em outras atividades de prestação de serviço público.

Essa complexidade se manifesta tanto na interpretação de cenários ou “análise de ambiente” quanto na tomada de decisões individuais, muitas vezes amparadas pela discricionariedade normativa, mas com potencial de impactar diretamente a coletividade de profissionais e a sociedade como um todo. Em essência, lidar com Segurança Pública, seja no âmbito do planejamento estratégico ou da execução direta, exige ousadia, coragem e uma capacidade singular de enfrentar as adversidades e incertezas que determinado contexto apresenta.

Os artigos apresentados nesta obra estão organizados em 19 capítulos, que oferecem não apenas instigantes provocações, mas também esforços concretos de pesquisadores comprometidos em difundir o conhecimento sobre o campo da segurança pública. As contribuições refletem perspectivas diversas, fundamentadas na prática profissional, na bagagem teórico-conceitual, ou na combinação de ambos, resultando em análises enriquecedoras e singulares.

A estrutura da produção segue dois eixos principais, interconectados e diretamente relacionados ao campo da Segurança Pública. O primeiro eixo aborda o **contexto da criminalidade**, destacando suas manifestações e promovendo reflexões sobre questões como crimes contra o patrimônio público e privado, o papel das mulheres em organizações criminosas e no sistema prisional, homofobia, violência contra crianças e atos infracionais. O segundo eixo foca em **estratégias e ferramentas de repressão**, apresentando práticas como o policiamento comunitário, a mediação de conflitos, o uso de tecnologia, a inteligência policial, a definição de perfis criminais e as atividades laborais de mulheres custodiadas. Além disso, aborda iniciativas que incluem



a atenção à saúde mental dos profissionais do sistema prisional, ressaltando a importância de ações integradas para lidar com os desafios do setor.

Essa coletânea, ao entrelaçar experiências práticas e fundamentos teóricos, amplia as possibilidades de compreensão e intervenção no campo da segurança pública, contribuindo para o debate e a construção de políticas mais eficazes e inclusivas. Afinal, o enfrentamento da criminalidade exige o estabelecimento de um equilíbrio delicado entre estratégias de repressão eficazes e a garantia dos direitos humanos. Em um contexto histórico marcado pela coexistência de diferentes gerações em uma realidade profundamente interconectada, os formuladores de políticas de segurança pública enfrentam o desafio constante de reinventar suas abordagens. Os mecanismos tradicionais de repressão, amplamente utilizados no passado, mostram-se progressivamente insuficientes diante das novas dinâmicas sociais e criminais.

Nesse cenário, os avanços tecnológicos e as transformações societárias, aliados às mudanças recorrentes nas formas que os problemas assumem, demandam uma evolução contínua das ações de segurança. Complementar ou reformular as estratégias tornou-se não apenas necessário, mas urgente, diante da complexidade crescente e da necessidade de respostas adaptativas que integrem eficiência operacional e respeito aos direitos fundamentais.

Convido o(a) leitor(a) a explorar conosco este universo complexo, que exige dos governos a formulação de estratégias capazes de enfrentar os desafios impostos à coletividade. Este convite destaca a necessidade de repensar as formas de conceber e implementar a Segurança Pública, com vistas a influenciar positivamente, em algum momento, a percepção coletiva sobre as políticas dessa área, seja por meio de novas iniciativas ou da reformulação das existentes.

Nos capítulos iniciais, há discussão para o contexto de Moçambique, no continente africano. No Capítulo 1, os autores analisam a *segurança rodoviária*, explorando a aplicabilidade de políticas públicas voltadas à prevenção de acidentes em uma região específica daquele país. No Capítulo 2, são sistematizadas as experiências e os desafios relacionados ao *policciamento comunitário* como estratégia de enfrentamento à criminalidade. O Capítulo 3 examina a relação entre os *índices de roubos e furtos de veículos e o período*

da *pandemia* de Covid-19, ressaltando as características desses delitos e suas implicações para a segurança pública local.

No Capítulo 4 explora o *gerenciamento de conflitos sob a perspectiva da Justiça Restaurativa*, enquanto o Capítulo 5 amplia o entendimento sobre os *crimes de homofobia praticados durante a pandemia* no município de Belém, no Pará. Já no Capítulo 6, os autores analisam a eficácia e a eficiência dos procedimentos judiciais, identificando desafios relacionados aos *princípios adotados e às barreiras ao acesso das vítimas à justiça*.

No Capítulo 7, o foco é o *Programa Supervisão Militar Educacional*, cuja análise foi feita a partir da percepção dos alunos, destacando os desafios de adaptação e o impacto da presença de policiais militares no ambiente escolar em Belém. O Capítulo 8 utiliza o aporte teórico de Hannah Arendt para discutir a *notificação compulsória como instrumento essencial na formulação de políticas públicas* voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres, com impacto direto tanto na saúde quanto na segurança pública. Já no Capítulo 9, os autores evidenciam a sobrecarga e o *sofrimento psicológico enfrentados pelos trabalhadores do sistema prisional* no Pará, revelando uma dinâmica laboral exaustiva.

No Capítulo 10 os autores para avaliar a criminalidade violenta de cada bairro de Belém, Pará, Brasil, desenvolveram e aplicaram o *Índice de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada para Bairro*. O Capítulo 11 ressalta a importância da *recomposição dos custos do Sistema Único de Saúde* como estratégia para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra mulheres, promovendo educação e conscientização. Já no Capítulo 12 discute a necessidade de criação de novas vagas e oportunidades de qualificação profissional para *mulheres em situação de cárcere*.

No Capítulo 13 analisa o *perfil das mulheres acusadas de participação em organizações criminosas*, evidenciando lacunas nas informações de caráter socioeconômico relacionadas a essas mulheres. O Capítulo 14, as autoras destacam as contribuições da assistência prevista na Lei de Execução Penal para a reintegração social de *pessoas privadas de liberdade*. Já no Capítulo 15, os

autores exploram a utilização de *Body Worn Cameras (BWCs)* como ferramenta para reduzir a letalidade policial no Brasil, destacando seu potencial para garantir maior controle das ações policiais e subsidiar a responsabilização dos agentes, quando necessário.

No Capítulo 16, os autores realizam uma análise de atos infracionais com base em um levantamento de cinco anos, identificando variáveis associadas aos perfis dos adolescentes envolvidos. O Capítulo 17 aborda os *crimes licitatórios* como uma modalidade criminosa vinculada à corrupção, destacando casos de desvio de dinheiro público investigados por uma unidade do Estado do Pará. Já o Capítulo 18 apresenta achados a partir de artigos científicos publicados entre 2018 e 2023, organizados em duas categorias: *violência contra crianças e trabalho em rede*. Finalmente, o Capítulo 19 reflete sobre os achados de uma pesquisa que traça o *perfil de vítimas e presos no Pará*, identificando que, em sua maioria, são homens jovens, pardos e moradores de áreas urbanas.

Assim, os artigos reunidos nesta edição oferecem uma abordagem diversificada, promovendo reflexões abrangentes sobre as dimensões preventiva e repressiva da atuação estatal no esforço contínuo de garantir Segurança Pública às populações. Trata-se de um convite à análise crítica e ao debate, essenciais para a construção de caminhos mais eficazes e inclusivos nesse campo fundamental. Boa leitura!

**Juliana Lemes da Cruz**

Doutora em Política Social (UFF)

Presidenta do Conselho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública  
Cabo na 15ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais – Teófilo Otoni/  
MG

# SUMÁRIO

- 17 **CAPÍTULO 1**  
**Aplicabilidade das políticas públicas de segurança rodoviária na prevenção de acidentes de viação na cidade e província de Maputo, Moçambique**  
Santa Mónica Mugime | José Cossa | Sérgio Mendes | Ezequiel Conjo | Abner Massango | Héitor R. Guibunda
- 41 **CAPÍTULO 2**  
**As experiências moçambicanas na implementação do policiamento comunitário: sucessos e desafios**  
José de Jesus Mateus Pedro Mandra  
Francisco Bernardo Bilério | João Moisés Essinalo | Vicente António Vicente | Mário Luciano Malige
- 62 **CAPÍTULO 3**  
**Impacto da Pandemia nos Índices de Roubos e Furtos de Veículos na Região Metropolitana de Belém: Uma Análise Temporal**  
João de Deus da Silva Gê Júnior | Silvia dos Santos de Almeida | José Gracildo de Carvalho Júnior
- 89 **CAPÍTULO 4**  
**Mediação de conflitos nas delegacias de polícia civil: uma prática restaurativa que concretiza o princípio constitucional da eficiência**  
João Victor Tayah Lima
- 109 **CAPÍTULO 5**  
**Crimes motivados por homofobia ocorrido no período da covid-19 no município de Belém, Pará, Brasil**  
Marcos Fabricio da Costa Mattos | Gelilza Salazar Costa | Adrilayne dos Reis Araújo

- 126 | **CAPÍTULO 6**  
**O tratamento da microcriminalidade em Lauro de Freitas, Bahia, Brasil**  
Ivone Freire Costa | Juliana Tonche | Marcelo de Oliveira Brandão
- 147 | **CAPÍTULO 7**  
**Percepção dos alunos da escola atendida pelo programa supervisão militar educacional da Polícia Militar do Pará em Belém, Pará, Brasil**  
Jorge Fabricio dos Santos | Moisés Batista Campos Baia | Clay Anderson Nunes Chagas | Wando Dias Miranda | Roberto Magno Reis Netto
- 168 | **CAPÍTULO 8**  
**A notificação compulsória na interrupção do ciclo de violência sob a perspectiva de Hannah Arendt**  
Sarah Lima de Souza | Évelin Staevie dos Santos | Raylene Rodrigues de Sena
- 190 | **CAPÍTULO 9**  
**A Saúde no Contexto Penitenciário: um estudo sob ótica do trabalhador do sistema penal do Estado do Pará**  
Elainne Lobo Gonçalves de Oliveira | Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira Roberta Oliveira da Silva
- 212 | **CAPÍTULO 10**  
**Avaliação da criminalidade violenta intencional em Belém-Pará-Brasil**  
Hugo Alexandre Santos Regateiro | Edson Marcos Leal Soares Ramos | Joyce Gama Souza
- 231 | **CAPÍTULO 11**  
**Violência doméstica e familiar contra a mulher e a visão constitucional do ressarcimento ao sistema único de saúde dos custos dos serviços prestados à vítima**  
Évelin Staevie dos Santos | Raylene Rodrigues de Sena | Alice Arlinda Santos Sobral

260 | **CAPÍTULO 12**

**Trabalho no cárcere feminino:** análise do perfil das mulheres custodiadas no sistema penitenciário do Estado do Pará no período de 2019 a 2022

Jorge Fabricio dos Santos | Clay Anderson Nunes Chagas | Wando Dias Miranda | Roberto Magno Reis Netto

280 | **CAPÍTULO 13**

**Perfil das mulheres acusadas pela justiça de integrar organização criminosa no Estado do Pará**

Bruno Saravalli Rodrigues | Marcia Cristina dos Santos Rêgo

305 | **CAPÍTULO 14**

**Assistências da lei de execução penal e ressocialização da pessoa privada de liberdade**

Hellen Karine da Cunha Carreiro Chermont | Márcia Cristina dos Santos Rêgo | Raissa Pereira de Araújo

329 | **CAPÍTULO 15**

**Repensando a segurança pública:** polícia, letalidade e o potencial das *body worn cameras*

Paulo Sérgio Nascimento Cavaleiro de Macedo | Silvia dos Santos de Almeida | Andréa Bittencourt Pires Chaves

349 | **Capítulo 16**

**Atos infracionais em Belém: uma análise propedêutica a partir dos dados da promotoria de justiça da infância e juventude da capital**

Alex Adam Martins Oliva | Silvia dos Santos de Almeida | Izabela da Silva Jatene



**369 | Capítulo 17**

**Crimes licitatórios: apontamentos sobre os resultados das ações da divisão de repressão à corrupção e ao desvio de recursos públicos da polícia civil do estado do Pará, Brasil**

Bruno Saravalli Rodrigues | Rafael Rodrigues de Souza | Marcia Cristina dos Santos Rêgo | Vicente Leite Barbosa Araújo dos Santos

**391 | CAPÍTULO 18**

**Violência contra criança e as percepções dos profissionais da rede de atendimento: uma revisão integrativa**

Patrícia de Fátima de Carvalho Araujo | Izabela da Silva Jatene | Maely Ferreira Holanda Ramos

**415 | CAPÍTULO 19**

**Um espelho partido: comparação do perfil sociodemográfico entre vítimas de crimes violentos letais intencionais e pessoas custodiadas no estado do Pará, Brasil**

André Cavalcanti de Oliveira | Alessandra Alves Ferraz | Rodolfo Gomes do Nascimento

**434 | Índice Remissivo**

## CAPÍTULO 1

### **Aplicabilidade das políticas públicas de segurança rodoviária na prevenção de acidentes de viação na cidade e província de Maputo, Moçambique**

#### **Santa Mónica Mugime**

Doutora em Educação (UP-Maputo), Investigadora Auxiliar (ACIPOL).  
Maputo - Moçambique | [smugime@yahoo.com.br](mailto:smugime@yahoo.com.br)

#### **José Cossa**

Docente Auxiliar (UP-Maputo), Investigador (ACIPOL).  
Maputo - Moçambique | [josecossa81@gmail.com](mailto:josecossa81@gmail.com)

#### **Sérgio Mendes**

Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS).  
Maputo, Moçambique | [smendes46@gmail.com](mailto:smendes46@gmail.com)

#### **Ezequiel Conjo**

Mestre em Ciências Policiais (ACIPOL), Investigador (ACIPOL).  
Maputo, Moçambique | [ezequiel.conjo@gmail.com](mailto:ezequiel.conjo@gmail.com)

#### **Abnero Massango**

Mestrando em Ciências Policiais (ACIPOL), Investigador (ACIPOL).  
Maputo, Moçambique | [abineriomassango@gmail.com](mailto:abineriomassango@gmail.com)

#### **Héitor R. Guibunda**

Mestre em Educação em Ciências Naturais e Matemática,  
Universidade Eduardo Momdlane-Moçambique.  
Maputo, Moçambique | [heitor.guibunda3@gmail.com](mailto:heitor.guibunda3@gmail.com)

## **RESUMO**

A sinistralidade rodoviária em Moçambique é um dos problemas que afeta todas as camadas da sociedade e do governo em particular devido às suas consequências. Assim, este artigo tem como objetivo analisar a aplicabilidade das políticas públicas

de segurança rodoviária na prevenção de acidentes de viação na Cidade e Província de Maputo. O estudo visa verificar o modo como as políticas de segurança rodoviária têm sido implementadas na prevenção dos acidentes de viação nos locais de estudo. O estudo seguiu uma metodologia mista com recurso à análise bibliográfica e documental. Os resultados do estudo indicam para uma fragilidade na aplicação das políticas públicas de segurança rodoviária adotadas para a prevenção dos acidentes. Ainda que haja uma ligeira redução em termos de ocorrência, o número de óbitos por acidente que é cada vez mais crescente. Os atropelamentos e choque entre carros são os tipos de acidentes mais frequentes. Em função disso, o estudo considera ainda que há um fosso entre o que as políticas preconizam e o modo como estas são implementadas, o que desafia os diferentes atores e/ou intervenientes do processo. O estudo conclui que as políticas implementadas com vista a prevenção dos acidentes de viação, não respondem aos objetivos pelos quais foram criadas. A aprovação da Política e Estratégia de Segurança Rodoviária, embora se mostre útil ainda é um desafio no processo da sua implementação, sobretudo em relação à fiscalização das medidas nelas veiculadas.

**Palavras-chave:** Moçambique; Estratégia de Segurança Rodoviária; Óbitos por acidente.

## 1 Introdução

O continente africano é apontado pela Organização Mundial da Saúde - OMS (2015) como sendo o que apresenta mais casos de morte por acidentes de viação, apesar de possuir o nível mais baixo de motorização. Este continente apresentou em 2015 uma taxa média de 26.6 mortes por acidentes de viação em cada 100 mil habitantes onde, metade dessas mortes ocorre entre os utentes mais vulneráveis (peões, ciclistas e motociclistas). Ainda, segundo a OMS (2022),

embora a maioria dos países do continente africano como são os casos de Moçambique, Malawi, Eswatine, África do Sul e outros tenham aprovado políticas públicas de segurança rodoviária para a prevenção e combate ao fenómeno em voga, tais como o controlo de velocidade, condução sob o efeito do álcool, uso de capacetes em motociclos, uso de cintos de segurança e dispositivos de retenção de crianças, essas políticas não são aplicadas conforme o recomendado.

A discussão sobre a sinistralidade rodoviária em Moçambique é um dos problemas que afeta todas as camadas da sociedade em geral e do governo em particular devido às consequências que advêm da sinistralidade. Os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística- INE (2021) evidenciam que no período de 2016 a 2020 verificou-se uma tendência crescente do parque automóvel no país, que superou a fasquia de 661.355 Veículos em 2016 para 1.112.855 em 2020, correspondendo a uma variação de 68,3%.

Em função disso, foram adoptados vários instrumentos ou dispositivos para a garantia da segurança rodoviária, como é o caso do Código de Estrada aprovado pela Lei/Decreto Nº 1/2011, de 23 de Março (Moçambique, 2011), Política e Estratégia de Segurança Rodoviária - PESR- aprovada pela Resolução Nº 68/2020, de 31 de Dezembro, a Política dos Transportes, aprovada pela resolução Nº 5/1996 de 2 e Abril e outros instrumentos legais que regulam os utentes de vias rodoviárias, contudo, o problema da segurança rodoviária continua preocupante.

Por exemplo, segundo INE (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023) no período de 2017 a 2021, os acidentes de viação em Moçambique causaram a morte de 5198 pessoas. Por seu turno, os Informes da Procuradora Geral da República – PGR (Moçambique, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023) mostram que o maior número de acidentes em

Moçambique ocorreu na Cidade e Província de Maputo, com registo de 2789 casos, correspondentes à 43% do total dos casos de acidentes de viação que ocorreram em Moçambique. Assim, é neste contexto que, o presente artigo pretende analisar a aplicabilidade das políticas públicas de segurança rodoviária na prevenção de acidentes de viação na Cidade e Província de Maputo. Especificamente procurou: (i) Descrever as políticas públicas de segurança rodoviária; (ii) Caracterizar os acidentes de viação e (iii) Relacionar a aplicabilidade das políticas públicas de segurança rodoviária na sua relação com os fatores de risco.

Sob o ponto de vista metodológico, o estudo optou por uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa). A abordagem qualitativa consistiu na análise dos discursos veiculados nas políticas de segurança rodoviária implementadas em Moçambique no que se refere às ações que devem ser desenvolvidas na prevenção dos acidentes de viação. A partir destes dados, foi possível aferir o nível da aplicabilidade das políticas públicas de segurança rodoviária na prevenção dos acidentes de viação na Cidade e Província de Maputo. Para o efeito, foram selecionados três (3) instrumentos de políticas nacionais designadamente: o Código de Estrada, a Política e Estratégia de Segurança Rodoviária e a Política dos Transportes. Para além destes documentos, foram também objeto de análise, as políticas internacionais sobre segurança rodoviária no mundo, tais como: a Declaração da Década de Ação Para a Segurança Rodoviária 2011-2020, a Declaração de Brasília e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

Por sua vez, a abordagem quantitativa consistiu na análise dos relatórios anuais do INE, do Instituto dos Transportes Rodoviários – INATRO, do Comando Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) e dos informes anuais da Procuradora Geral de República, com vista a analisar a dinâmica dos acidentes de viação em Moçambique sob

o ponto de vista da sua evolução. Com efeito, os dados foram recolhidos por meio da pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental como técnicas de recolha de dados.

### **a) Acepções sobre as Políticas Públicas de Segurança Rodoviária**

Apresente secção está, essencialmente, dedicada a apresentação de acepções das políticas públicas de segurança rodoviária como fundamentos para a prevenção da problemática dos acidentes de viação. Os acidentes de viação causam consequências nefastas para a vida do ser humano, seja no âmbito da vida, integridade física, propriedade, assim como, no seu direito inalienável. A abordagem sobre a aplicabilidade das políticas públicas de segurança rodoviária na prevenção de acidentes de viação em Moçambique não pode ser vista como um mecanismo que se resume apenas na sua existência, mas pelo contrário, a esfera da sua análise deve ir muito mais além da aprovação das tais políticas. Assim, as políticas públicas são entendidas segundo Leal (2011), como um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando o compromisso público para atender determinada demanda em diversas áreas ao expressar aquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

Estas surgem associadas às necessidades de segurança despoletadas pela sociedade e provocadas pelo sentimento de insegurança. Uma política pública de segurança credível é aquela que responde às necessidades dos cidadãos, da população e reconhece os principais problemas que são colocados, nomeadamente, a criminalidade organizada e económico-financeira, a criminalidade em geral, a corrupção, o terrorismo, as catástrofes naturais, acidentes de viação, entre outros (Serrano, 2006).



Nesta vertente, Sacchetti (2001, p. 95) explica que, uma política pública de segurança “tem como objetivo a proteção do interesse ou dos interesses nacionais, a garantia do ambiente de tranquilidade necessário para regular a atividade dos órgãos de soberania e das instituições democráticas e ainda ao livre desenvolvimento das ações que contribuem para a valorização desses mesmos interesses”. No caso desta pesquisa, pode-se considerar políticas públicas de segurança rodoviária como uma ferramenta essencial para responder ao drama decorrente da sinistralidade rodoviária. Por isso, sugere-se que a partilha do conhecimento e de boas práticas internacionalmente reconhecidas devem ser aproveitadas e implementadas em Moçambique com vista a minimizar os riscos resultantes da circulação rodoviária.

Quanto a Segurança rodoviária, esta refere-se à adoção de um conjunto de ações para a prevenção de acidentes de viação com o objetivo de proteger a mobilidade de pessoas e bens. De acordo com Vaz (2018), a segurança rodoviária é atualmente um tema que encerra em si, um conjunto de preocupações que afligem a comunidade mundial. O resultado das mortes verificadas em acidentes de viação faz da sinistralidade rodoviária um grave problema em qualquer esfera social, sendo o sistema rodoviário o mais complexo e perigoso com o qual as pessoas lidam diariamente. Assim, Gomes (2015) entende que a segurança rodoviária se traduz num resultado de equilíbrio entre exigências impostas pelo ambiente e as capacidades dos utentes para agir. E, serve como mecanismo para a redução dos acidentes rodoviários e a limitação das suas consequências, harmonizando a relação dinâmica entre condutor/utilizador, veículo e infraestrutura.

A segurança rodoviária depende, ainda segundo Gomes (2015), do equilíbrio ou harmonia entre o indivíduo (condutor ou

peão) o veículo, a via e o meio ambiente. O objetivo central das ações de segurança rodoviária é a garantia da livre circulação de pessoas e bens e a prevenção de acidentes de aviação. Segundo o mesmo autor, a segurança rodoviária agrega a perspectiva individual e coletiva em que cada um dos intervenientes no processo de prevenção de acidentes de viação tem a obrigação de proteger a vida dos utentes.

No âmbito das competências para a prevenção de acidentes, uma das instituições que ocupa um lugar central na garantia da segurança pública em Moçambique é a Polícia da República de Moçambique (PRM). Além das ações de prevenção e combate à criminalidade cabe também a PRM a garantia da segurança rodoviária. Destarte, entende-se por segurança rodoviária as “ações e procedimentos que visam a proteção de pessoas e bens em circulação, tendo como objetivo assegurar, nas melhores condições de rapidez e sem perigo, a circulação de diferentes veículos em vários tipos de vias e conduzidos por diferentes tipos de condutores” (*idem*, p. 06).

Para melhor percepção do âmbito da abrangência sobre a segurança rodoviária, segundo Lasse (2021) ela divide-se em: primária, secundária e terciária, sendo que, a primária refere-se à responsabilidade do condutor que ao se fazer a via deve observar o estado do seu veículo de modo a evitar a probabilidade de se envolver em acidentes, como é o caso da verificação dos travões, luzes, etc. A secundária preocupa-se com a minimização das consequências que podem advir de um acidente no momento em que este ocorre, como são os casos do uso de cinto de segurança e porta bebé. A terciária diz respeito à redução de possíveis consequências que poderão advir da ocorrência do sinistro, é o caso de interrupção no fornecimento de combustível para evitar incêndios.

Neste contexto, o presente artigo enquadra-se nesse conjunto de debates e reflexões sobre a segurança rodoviária em Moçambique que se consubstancia num conjunto de mecanismos e/ou ações levados a cabo por várias entidades com mandato para tal, com vista a prevenir a ocorrência de acidentes de viação, como um fenómeno que tal como vimos não é somente uma preocupação nacional, mas é também global. Apesar da sua antiguidade, as questões que se debatiam eram, em grande parte, matérias que se tornaram incontornáveis e que continuam hoje presentes na legislação de trânsito. O mais importante é verificar que desde o princípio, ao se criar o Código de Estrada, afirmou-se a existência do risco inerente à circulação automóvel, o que ditou várias soluções com base na necessidade de garantir patamares adequados relativos ao que hoje designamos por prevenção e segurança rodoviária.

### **b) Situação da sinistralidade rodoviária na cidade e província de Maputo**

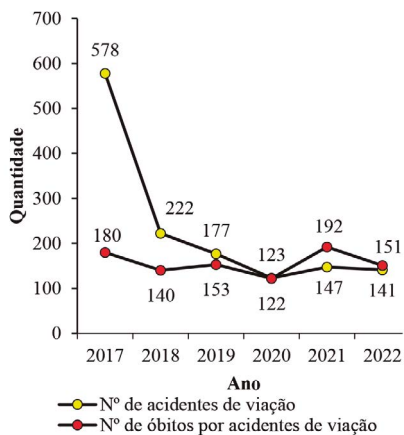
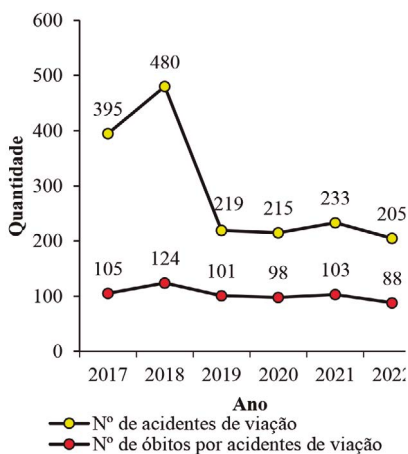
A Cidade e Província de Maputo, quando comparadas com as outras cidades e províncias em Moçambique, são as que apresentam elevados índices de sinistralidade rodoviária. Por exemplo, segundo o Informe da PGR (Moçambique, 2022), a província de Maputo foi considerada como a que registou níveis alarmantes da sinistralidade, ao contribuir com 151 das 798 mortes por acidentes de viação registadas no país.

## **2 Resultados**

Não obstante ao facto de se registar a redução de acidentes de viação na Cidade e Província de Maputo, conforme Figuras 1 e 2, que durante o período compreendido de 2017 a 2022, o número de acidentes de viação registados na Cidade e Província de Maputo reduziu de 395 em

2017 para 205 em 2022, na Cidade de Maputo, e de 578 casos registados em 2017 para 141 em 2022 na Província de Maputo, e o número de óbitos por acidentes de viação ter reduzido de 105 casos em 2017 para 88 em 2022 na Cidade de Maputo, e de 180 óbitos registados em 2017 para 151 em 2022 na Província de Maputo, o fenómeno de acidentes de viação torna-se cada vez mais preocupante.

**Figura 1:** Número de acidentes de viação e de vítimas mortais, de viação e de vítimas mortais, no período de 2017 a 2022, registrados na Cidade de Maputo. **Figura 2:** Número de acidentes de viação e de vítimas mortais, de viação e de vítimas mortais, no período de 2017 a 2022, registrados na Província de Maputo.



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados do INE (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).

Em relação aos tipos de acidentes de viação ocorridos na cidade e Província de Maputo destacam-se os do tipo atropelamento seguido pelo tipo choque entre carros, e na terceira posição encontram-se os acidentes do tipo despiste e capotamento (Tabela 1). Mais da metade

(57,66%) do total dos acidentes de viação que ocorreram na Cidade de Maputo durante o período em análise (2017 a 2021) são do tipo atropelamento, 20,33% do tipo choque entre carros, 13,70% do tipo despiste e capotamento e os restantes 8,31% correspondem a outros tipos de acidentes de viação, tais como: choque contra obstáculos fixos, queda de passageiros e choque entre motos.

Por seu turno, na Província de Maputo, os atropelamentos constituíram 36,68% do total dos acidentes de viação ocorridos nesta área geográfica, 28,47% acidentes foram do tipo choque entre carros, 8,95% do tipo despiste e capotamento e os restantes 25,90% correspondem aos outros tipos de acidentes de viação: choque contra obstáculos fixos, queda de passageiros e choque entre motos (Tabela 1). Segundo os dados apresentados na Tabela 1, os acidentes de viação do tipo atropelamento são mais frequentes na Cidade de Maputo quando comparados com os que ocorreram na província de Maputo.

**Tabela 1:** Quantidade e Percentual de acidentes de viação, no período de 2017 a 2021, registrados na Cidade de Maputo e na Província de Maputo, por tipo de acidentes.

Tipos de Acidentes 2017		Maputo Cidade					Total	Maputo Província				Total	
		2018	2019	2020	2021		2017	2018	2019	2020	2021		
Atropelamento	Nº	235	302	161	115	117		214	122	22	73	69	500
	(%)	59,50	62,92	55,52	53,49	50,21	57,66	35,79	54,96	12,43	60,83	53,90	36,68
Choque entre Carros	Nº	72	100	59	48	49	328	283	50	8	14	33	388
	(%)	18,23	20,83	20,34	22,33	21,03	20,33	47,32	22,52	4,52	11,67	25,78	28,47
Despiste e apotamento	Nº	55	42	45	30	49	221	55	30	4	20	13	122
	(%)	13,92	8,75	15,52	13,95	21,03	13,70	9,20	13,51	2,26	16,67	10,16	8,95
Outros	Nº	33	36	25	22	18	134	46	20	143	13	13	353
	(%)	8,35	7,50	8,62	10,23	7,73	8,31	7,69	9,01	80,79	10,83	10,16	25,90
Total		395	480	290	215	233	1613	598	222	177	120	128	1363

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir dos dados do INE (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023) e da Procuradoria Geral da República de Moçambique (Moçambique, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).



### **c) Fatores que concorrem para os acidentes de viação na cidade e província de Maputo**

Estudos realizados por Nhambire e Mabunda (2014) e OMS (2015), sobre a segurança rodoviária no mundo e em África em particular, apontam para uma diversidade de fatores que contribuem para a ocorrência de acidentes de viação e há, nos autores, consenso quanto à falta de observância das normas de trânsito, influência dos aspectos comportamentais do Homem, bem como as questões ambientais como fatores de grande parte desses acidentes.

O relatório do Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATER), atual INATRO aponta que de 2016 a 2020 os acidentes de viação foram influenciados por uma associação de fatores interrelacionados: “o fator via e ambiente (infraestrutura e meio ambiente), o fator veículo (automóvel) e o fator humano (condutor, peão e passageiro)”. Estes fatores também são referenciados nos informes da Procuradora Geral da República de (Moçambique, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).

Por sua vez, as Nações Unidas (ONU, 2009), sobre os fatores dos acidentes rodoviários, entendem que estes são conhecidos, pelo que deviam ser evitados. Dentre tais fatores destacam-se os referentes à condução em alta velocidade ou sob a influência de álcool; o não uso de cintos de segurança, falta de dispositivos de segurança para crianças e capacetes; falta de respeito por parte dos utilizadores da estrada, a vulnerabilidade e o risco a que os peões e ciclistas estão sujeitos, para além da falta das infraestruturas rodoviárias seguras.

No que se refere ao fator veículo, vários aspectos ligados a este concorrem para os acidentes, nomeadamente: a idade do veículo, ausência de revisões periódicas dos veículos; deficiências mecânicas,

caracterização do veículo, sistemas de navegação incorporados, sistema de segurança ativa. Relativamente ao fator humano faz-se referência à idade do condutor, falta de formação, comportamentos de risco associados (consumo de álcool e drogas, condução em excesso de velocidade, utilização de aparelho celular durante a condução de veículo automotor); descumprimento de normas de segurança como o uso de capacete de proteção, cinto de segurança, colete refletor e marcas reflexivas, superlotação de passageiros para o caso dos transportadores semioletivos de passageiros, os vulgos “Chapa”, inexperiência de condução, a fadiga e sonolência (Moçambique, 2020).

A mesma fonte aponta também o fator ambiente que tem contribuído para a ocorrência dos acidentes, com destaque para o estado do piso, desenho da estrada, proteção da via, infraestrutura rodoviária, construção de lombas não regulamentadas, deficiente sinalização e de iluminação, ocupação das áreas de reserva de estradas, condições meteorológicas.

Por seu turno, Faria (2008, p. 2) refere que:

as causas dos acidentes situam-se em três grandes planos: via, homem e veículo. Dentro destes domínios há uma série de causas primárias, como por exemplo e num primeiro plano, a qualidade das infraestruturas, as deficiências de traçado e de sinalização das vias; num segundo plano, o excesso de velocidade e a velocidade excessiva, a condução sob efeito do álcool e de substâncias psicotrópicas, o desrespeito pelas regras de trânsito, o uso do telemóvel e outros aparelhos; num terceiro, as avarias e a antiguidade dos veículos bem como as deficiências do sistema de travagem e de controlo de estabilidade.

Como se pode ver, o fator humano ocupa um lugar de destaque na sinistralidade rodoviária que se regista, que se circunscreve na falta de

consciência por parte dos condutores sobre o impacto que os acidentes representam, quer para a sociedade em geral, quer para as famílias das vítimas, em particular.

#### **d) Aplicabilidade das políticas públicas de segurança rodoviária na província e cidade de Maputo**

Sob o ponto de vista de aplicabilidade das políticas públicas de segurança Rodoviária, Moçambique apresenta dentre vários instrumentos normativos: a Política de Estrada e da Estratégia para o Desenvolvimento Integrado dos Transportes. Ainda na mesma senda, em 2010, várias alterações foram efetuadas no Código da Estrada, por um lado. Por outro houve a revogação do Decreto-Lei Nº 39672, de 20 de maio de 1954 e, de outros diplomas legais, Decreto-Lei Nº 45299, de 9 de outubro de 1963, Decreto Nº 33/77, de 6 de agosto, Decreto Nº 7/1980, de 14 de novembro.

Em face desta realidade, antevendo conferir mais dinâmica às ações de prevenção rodoviária, houve a aprovação do Decreto-Lei Nº 1/2011, de 23 de Março, configurando-se numa prova inequívoca do comprometimento do Estado moçambicano na adopção de medidas preventivas, com a implementação de vários instrumentos normativos supramencionados com vista a aprimorar as ações tendentes à prevenção e redução de acidentes de viação e suas consequências, como a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança e de proteção eficaz no transporte de passageiros.

Paralelamente aos instrumentos referidos anteriormente, de modo a reduzir a sinistralidade rodoviária, o Governo da República de Moçambique aprovou no dia 17 de novembro de 2020, a Política e Estratégia de Segurança Rodoviária (PESR), que preconiza a redução

de acidentes de viação e suas consequências, através da intervenção coordenada, sustentável e multissetorial na adopção e aplicação de políticas setoriais específicas. Ainda nesta política é visível nas suas diretrizes um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas para fazer face à sinistralidade rodoviária, como por exemplo a ideia da engenharia e ambiente rodoviário, regulação e fiscalização, educação e informação e capacitação institucional.

Para além das diretrizes, a PESR obedece à cinco pilares, nomeadamente: gestão da segurança rodoviária; segurança dos utentes da Via; segurança das infraestruturas rodoviárias, segurança de veículos e assistência e apoio às vítimas de acidentes de viação. O Código de Estrada (Moçambique, 2011), é muito incisivo na abordagem das questões sobre a regulamentação, ordenamento e fiscalização do Trânsito Rodoviário em Moçambique, estabelecendo os parâmetros e os intervenientes diretos e indiretos no contexto da fiscalização rodoviária. Alguns aspectos que merecem destaque nestes instrumentos, tem a ver com a habilitação legal para a condução, inspeções médico-sanitárias dos automobilistas e a responsabilidade civil.

Este instrumento trouxe algumas remodelações em termos dos tipos de infracções e valores das multas a serem aplicadas aos transgressores das regras de trânsito, com mais ênfase ao comportamento perigoso, como são os casos de velocidade excessiva, a condução sob efeito de álcool ou de drogas, a violação das regras de segurança, intensificação das sanções pecuniárias, como o previsto no Artigo 81 do Código de Estrada (Moçambique, 2011), cujas multas, em Meticais Moçambicano, variam de 10.000, 00MT a 20.000, 00MT (os valores das multas, em Reais Brasileiro, variam de R\$ 769,23 a R\$ 1538, 70, respectivamente), que segundo a medida, visa proporcionar um ambiente seguro aos transeuntes e utentes da via.

A criminalização de atos irresponsáveis e perigosamente mortais como, por exemplo, o previsto na al. b) e c) do Artigo 154 do Código de Estrada (Moçambique, 2011), com a aplicação de penas que variam de 2 a 8 anos de prisão. Quando da omissão resultar em morte do sinistrado é outro elemento a destacar nas políticas públicas de segurança rodoviária. Para além destas medidas, incorrem, igualmente, as ações destinadas à responsabilidade civil para a reparação dos danos resultantes destas atitudes. Outras medidas adoptadas no contexto da implementação das políticas de segurança rodoviária consistem na promoção das campanhas de sensibilização divulgadas pela imprensa nacional e vários meios através de reclames que incidem na prevenção de acidentes como é o caso da educação cívica em locais de aglomeração populacional (mercados e escolas) que contemplam os adultos e crianças, quer na condição de peões, quer na condição de automobilistas.

O recurso às campanhas de sensibilização e de outras medidas educativas não visam apenas a redução dos acidentes de viação e das respectivas consequências, mas sim, para que os utentes da via e os automobilistas conheçam a legislação referente a esta matéria, de modo a que estes se transformem em fontes de disseminação destas informações para os demais utentes. Aliás, Leal (2011) enfatiza que, esta é outra acepção do que são políticas públicas, significando programas concebidos pelo governo ou planeamento e execução de ações dos órgãos públicos nas mais diversas e possíveis áreas para o interesse da coletividade.

De modo geral, pode-se depreender que das alterações ocorridas nestes instrumentos normativos nacionais, aliadas à aprovação da Política e Estratégia de Segurança Rodoviária são considerados úteis na redução dos acidentes, mais ainda, há desafios que requerem uma maior

fiscalização e mobilização das forças de segurança e outros intervenientes, pois, as medidas em vigor consideradas de políticas públicas criadas pelo Governo de Estado moçambicano para a redução da sinistralidade rodoviária ainda se mostram incipientes, visto que os acidentes de viação continuam a ocorrer, causando danos à todos os níveis.

Ora, se avaliar cada uma das políticas criadas, aprovadas e implementadas pelo Estado moçambicano com vista a prevenção dos acidentes de viação, por meio das instituições próprias, pode-se aferir que elas não conseguem responder aos objetivos pelos quais foram criadas. Por exemplo, a sensibilização nas estradas, nas escolas e em outros locais, entende-se que estas políticas não têm apresentado resultados palpáveis, na medida em que, os que frequentam nestes locais têm sido as maiores vítimas de acidentes (crianças e jovens). Assim, pode-se aferir que, provavelmente, os mecanismos, as estratégias linguísticas e outros meios adoptados não são adequados e/ou eficazes para os visados, por um lado.

Por outro, as penalizações gravosas aplicadas, por meio da aplicação de multas pecuniárias, não se mostram eficazes, pois apesar de serem pesadas e periodicamente revistas, os acidentes de viação ainda constituem uma preocupação. Aliás, uma das questões que se destaca é que a aplicação das multas incentiva atos de corrupção entre os agentes da Polícia e os automobilistas. Todavia, qualquer que seja a medida tomada, terá impacto na vida quotidiana das pessoas tornando-se assim necessário verificar o seu sucesso a partir de uma monitorização regular. Como defendem Zwetsloot et al. (2013), a visão do acidente zero implica uma estratégia de compromisso para a promoção da segurança e baseia-se na crença de que todos os acidentes são evitáveis, se não forem de imediato seguramente serão a longo prazo.

### **e) Políticas de segurança rodoviária na sua relação com os fatores de risco em acidentes rodoviários**

A análise da aplicabilidade das políticas de segurança rodoviária deve ser feita na sua relação com os fatores de risco que contribuem para o aumento de casos de acidentes rodoviários. Em Moçambique, a sinistralidade rodoviária é vista como um fenómeno social que impacta a sociedade nos seus diversos níveis: político, económico e social. Por essa razão, aparece como uma das causas de morte de milhares se não milhões de pessoas. A título de exemplo, no período de 2011 a 2019, em Moçambique, registaram-se 22.385 acidentes de viação que resultaram em 53.359 vítimas, sendo 13.500 óbitos (Moçambique, 2020). Mais ainda, dados do Relatório do INATER referente ao período de 2016 a 2020 indicam que o país registou cerca de 7.517 acidentes de viação que resultaram em 5.637 óbitos, 5.915 feridos graves e 8.229 feridos ligeiros, totalizando 19.781 vítimas humanas dos acidentes de viação. Os jovens na faixa etária de 18 a 45 anos de idade aparecem como os mais afetados com 48%. De igual modo, as crianças e adolescentes com faixa etária inferior à 17 anos de idade constituem outro grupo vulnerável com a mesma percentagem.

Paralelamente a este fenómeno e como forma de prevenir e reduzir a sinistralidade rodoviária várias políticas de segurança rodoviária têm sido implementadas como foi demonstrado acima. Ao nível internacional, são vários os instrumentos adoptados para fazer face à situação da segurança rodoviária, designadamente: a declaração da década de ação para a segurança rodoviária 2011-2020, que consagra os pilares de atuação na prevenção e segurança rodoviária; a declaração de Brasília que estipula a necessidade de concepção e aplicação de legislação abrangente sobre o combate à sinistralidade rodoviária; os

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2020-2030, ONU, 2015) e a ideia de meta de redução para a metade da mortalidade por acidentes de viação. Estes documentos revelam o quão é grande e presente a preocupação, tanto dos Estados, como das Agências Internacionais com a problemática dos acidentes rodoviários.

No caso específico do local do presente estudo, torna-se difícil estabelecer uma correlação entre os fatores e os tipos de acidentes que ocorrem, pois, na maior parte das vezes, a Polícia evoca o fator excesso de velocidade. No entanto, a persistência dos acidentes de viação em Moçambique está também relacionada com outros fatores como, o mau estado das vias, condução sobre o efeito de álcool, o não uso do cinto de segurança, uso do celular em plena condução, fadiga, má travessia de peões, as condições da via, fraca fiscalização associada aos atos de corrupção, entre outros.

Contudo, a OMS (2015) definiu um conjunto de indicadores intermédios para avaliar aplicabilidade da lei sobre segurança rodoviária na Região da África Austral, nomeadamente: taxas de uso de capacetes, cintos de segurança, uso de dispositivos de retenção de crianças e percentagem de mortes atribuíveis ao álcool. Estes indicadores estão relacionados com os fatores considerados de risco em acidentes de viação. Assim, da análise feita, pode-se aferir que a aplicabilidade destes indicadores nos locais do estudo, ainda é um desafio. Ou seja, não há dados específicos sobre os fatores ou causas relacionadas com um determinado acidentes de viação conforme recomenda a OMS.

### **3 Considerações finais**

Como se afirmou na introdução deste artigo, interessava analisar a aplicabilidade das políticas públicas de segurança rodoviária na



prevenção de acidentes de viação na Cidade e Província de Maputo. O estudo procurou verificar o modo como as políticas de segurança rodoviária têm sido implementadas com vista a redução dos acidentes de viação. Para o efeito, foram definidos como objetivos específicos: (i) descrever as políticas públicas de segurança rodoviária; (ii) caracterizar os acidentes de viação e (iii) relacionar a aplicabilidade das políticas públicas de segurança rodoviária com os fatores de risco em acidentes de viação.

Assim, da análise feita considera-se que as políticas criadas, aprovadas e implementadas pelo Estado moçambicano com vista a prevenção dos acidentes de viação, não respondem aos objetivos pelos quais foram criadas. A aprovação da Política e Estratégia de Segurança Rodoviária, embora se mostre útil para a redução dos acidentes, constitui ainda um desafio no processo da sua implementação, sobretudo em relação à fiscalização das medidas nelas veiculadas. Nisso pode se considerar que a aplicabilidade das políticas de segurança rodoviária é incipiente.

Relativamente à situação dos acidentes de viação na Cidade e Província de Maputo, embora revelem uma tendência decrescente, o número de óbitos por acidentes de viação aumentou. Estes acidentes são influenciados por uma associação de fatores relacionados com o comportamento humano, o ambiente e o estado das vias.

Em termos de tipicidade dos acidentes destacam-se os atropelamentos e choque entre carros. A relação que se pode estabelecer entre os fatores que determinaram a ocorrência de um acidente de viação e o modo como as políticas de segurança rodoviária são aplicadas no contexto deste estudo é deficitária. Por isso considera-se que há um fosso entre o discurso da política e o que acontece na prática.

## REFERÊNCIAS

FARIA, J. N. **Mortalidade Rodoviária Em Portugal, uma abordagem sociodemográfica**. Dissertação. 2008. 181p. (Mestrado em Demografia e Sociologia da População). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Departamento de Sociologia. Portugal. Lisboa: ISCTE, 2008.

GOMES, A. **A Segurança Rodoviária e a Fiscalização do Trânsito Como Áreas Nucleares Estratégicas de Intervenção da Guarda Nacional Republicana**. Curso de estado-maior conjunto. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares, Portugal, 2015.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas de Acidentes de Viação 2017**, Maputo, 2018.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas de Acidentes de Viação 2018**, Maputo, 2019.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas de Acidentes de Viação 2019**, Maputo, 2020.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas de Acidentes de Viação 2020**, Maputo, 2021.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas de Acidentes de Viação 2021**, Maputo, 2022.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas de Acidentes de Viação 2022**, Maputo, 2023.

LASSE, I. **O comportamento Humano como factor determinante da sinistralidade Rodoviária em Moçambique. Caso da Província de Maputo**. Projeto de Intervenção à apresentado a ACIPOL para obtenção

do Grau de Mestre em Ciências Policiais na especialidade de Segurança Pública. Maputo, 2021.

LEAL, G. Aplicabilidade de Políticas Públicas de Segurança Pública sobre a vertente garantista no direito penal brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**. v. 1, n.20, 2011.

MOÇAMBIQUE. **Código de Estrada e Regulamento de Sinais de Trânsito**. Aprovado pelo Decreto-Lei Nº 1/2011, de 23 de março e Decreto Nº 51/2009, de 29 de setembro, 2011.

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Conselho de Ministros. **Resolução Nº 68/2020. Aprova a Política e Estratégia de Segurança Rodoviária, abreviadamente designada por PESR**, 2020.

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Procuradoria-Geral da República. **Informação Anual de 2017 do Procurador-Geral à Assembleia da República**, 2018.

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Procuradoria-Geral da República. **Informação Anual de 2018 do Procurador-Geral à Assembleia da República**, 2019.

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Procuradoria-Geral da República. **Informação Anual de 2019 do Procurador-Geral à Assembleia da República**, 2020.

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Procuradoria-Geral da República. **Informação Anual de 2020 do Procurador-Geral à Assembleia da República**, 2021.

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Procuradoria-Geral da República. **Informação Anual de 2021 do Procurador-Geral à Assembleia da República**, 2022.

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Procuradoria-Geral da República. **Informação Anual de 2022 do Procurador-Geral à Assembleia da República**, 2023.

NHAMIRE, B.; MABUNDA, L. **Corrupção: a causa oculta dos acidentes de viação**. Centro de Integridade Pública, [CIP], A Transparência Newsletter, Nº 4, Maputo. 2014. disponível em <https://cipmoz.org/pt/anti-corrupcao/404-corrupcao-a-causa-oculta-dos-acidentes-de-viacao>, acesso no dia 20/07/2023.

OMS. Organização Mundial da Saúde, Escritório Regional para a África, **Atlas das Estatísticas da Saúde em África: análise da situação sanitária da Região Africana da OMS**, 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Genebra, 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatório Global sobre a Situação da Segurança Rodoviária 2009: Hora de agir**. Genebra, 2009.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Resolução A/RES/64/255, de 2 de março de 2010**. Genebra, 2010.

SACCHETTI, A. Segurança Humana e Segurança Nacional, **Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Separata do Boletim n.º 28/2001**, Lisboa, 2001.

SERRANO, J. Do paradigma estratégico jurídico-constitucional e político da segurança interna. In Manuel Valente, **II Colóquio de Segurança Interna**. Edições Almedina, Coimbra, 2006.

VAZ, L. Evolução da Fiscalização e Sinistralidade grave associada ao excesso de velocidade – **Relatório científico final do trabalho de investigação aplicada**. Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança. Academia Militar: Lisboa, 2018.

ZWETSLOOT, G. I. J. M.; AALTONEN, M.; WYBO, J.-L.; SAARI, J., KINES, P. A.; DE BEECK, R.O. **The case for research into the zero-accident vision**, Journal Safety Science, v. 58, p. 41-48, 2013.

MOÇAMBIQUE. Presidência da República. **Decreto-Lei Nº 33/1977, de 6 de agosto, 1977. Diário da República**. Maputo, 1977.

MOÇAMBIQUE. Presidência da República. **Decreto-Lei Nº 7/1980, de 14 de novembro, 1980. Diário da República**. Maputo, 1980.

MOÇAMBIQUE. Presidência da República. **Decreto-Lei Nº 1/2011, de 23 de março, 2011. Diário da República**. Maputo, 2011.

MOÇAMBIQUE. Presidência da República. **Decreto-Lei Nº 39672/1954, de 20 de maio de 1954. Diário da República**. Maputo, 1954.

MOÇAMBIQUE. Presidência da República. **Decreto-Lei Nº 45299/1963, de 9 de outubro de 1963. Diário da República**. Maputo, 1963.

## **CAPÍTULO 2**

### **As experiências moçambicanas na implementação do policiamento comunitário: sucessos e desafios**

#### **José de Jesus Mateus Pedro Mandra**

Jurista, Coronel na Reserva, Reitor da ACIPOL - Academia de Ciências Policiais | [jomandra@yahoo.com.br](mailto:jomandra@yahoo.com.br)

#### **Francisco Bernardo Bilério**

Doutor em Desenvolvimento e Sociedade pelo Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, Investigador Auxiliar e Docente na ACIPOL | [quinhobilerio@gmail.com](mailto:quinhobilerio@gmail.com)

#### **João Moisés Essinalo**

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Toulouse, Docente na ACIPOL, Superintendente Principal da PRM  
[essinalo09@yahoo.com.br](mailto:essinalo09@yahoo.com.br)

#### **Vicente António Vicente**

Mestre em Ciências Policiais na Especialidade de Segurança Pública pela ACIPOL, Docente na ACIPOL, Inspector Principal da PRM

#### **Mário Luciano Malige**

Mestre em Administração Pública pela UJC. Docente na ACIPOL, Superintendente Chefe no SERNAP

#### **RESUMO**

O Policiamento Comunitário é percebido como uma filosofia ou estratégia de ligação Polícia-Comunidade no contexto da prevenção da criminalidade que tem assolado as periferias urbanas e as zonas rurais. Este artigo tem por objetivo sistematizar as experiências e desafios da implementação do Policiamento Comunitário no contexto moçambicano. Para a sua materialização recorreu à análise bibliográfica e documental.

As experiências do Policiamento Comunitário em Moçambique remontam desde o tempo colonial, e encontram-se enraizadas nas diferentes estratégias de vigilância popular que foram evoluindo no contexto dos seus integrantes, desde os conselhos de anciões, grupos dinamizadores, autoridades locais, Conselhos de Policiamento Comunitários até os Conselhos Comunitários de Segurança. Assim, embora o Policiamento Comunitário apresente-se como incontornável estratégia de prevenção da criminalidade, três desafios prevalecem para a sua consolidação. O primeiro é a construção de um consenso em torno do seu conceito. O segundo, a mobilização dos cidadãos para maior participação nos Conselhos Comunitários de Segurança. Finalmente, a sua institucionalização que passa pela criação de um quadro normativo que regula a sua implementação, bem como o mapeamento dos núcleos existentes. O estudo conclui que em Moçambique a sua implementação confunde-se com a vigilância popular enraizada desde o tempo colonial. A sua implementação tem sido assumida como por excelência, uma estratégia de proximidade policial com a comunidade dentro do dilema criminal. Contudo ainda persistem algumas lacunas normativas, falta de consenso sobre a sua conceptualização, bem como da filosofia da sua implementação tanto para a Polícia da República de Moçambique e assim como para a Comunidade.

**Palavras-chave:** Moçambique. Conselhos Comunitários de Segurança. Prevenção da criminalidade.

## 1 Introdução

O artigo aborda “As experiências moçambicana na implementação do Policiamento Comunitário: sucessos e desafios”. O Policiamento Comunitário é percebido como uma filosofia ou estratégia de ligação Polícia-Comunidade no contexto da prevenção da criminalidade que tem assolado as periferias urbanas e as zonas rurais. Ele é visto como alternativa que aumenta a presença e visibilidade policial. Entre

os autores Beato (2001); Bayley (2001); Loche (2012) e Chak (2006) não existe consenso em relação a data da emergência do Policiamento Comunitário. Contudo, eles entendem que o Policiamento Comunitário surgiu no contexto da promoção de inovações para lidar com o problema da criminalidade. Davaet al. (2008) enfatizam a relevância do Policiamento comunitário na prevenção criminal no contexto brasileiro.

Em Moçambique as experiências sobre o Policiamento Comunitário confundem-se com a vigilância popular enraizada desde o tempo colonial, materializado pelo conselho de anciões (vigiam os inimigos, os invasores e resolviam os conflitos comunitários), dos grupos dinamizadores (mantinham as conquistas nas zonas libertadas, controlo na circulação da população e de todas as incivildades ao nível local dos bairros).

Com o fim da guerra dos 16 anos, os Bairros urbanos moçambicano, com o destaque para os da Cidade de Maputo experimentaram novos desafios resultantes do êxodo rural, da violação dos direitos humanos caracterizado pelos linchamentos generalizados e pela criminalidade no geral, motivou a Polícia moçambicana a abraçar a filosofia do Policiamento Comunitária em 2000. Nesse período, a atividade do Policiamento Comunitário tinha a denominação de Conselhos de Policiamento Comunitários que evoluíram para Conselhos Comunitários de Segurança nos dias de hoje. Esta mudança foi impulsionada por questões organizacionais, de estruturação e da falta de uniformidade na sua atuação e implementação.

Até o ano de 2012, as estatísticas oficiais da Polícia da Republica de Moçambique indicavam para a existência de 2731 núcleos de Conselhos Comunitário de Segurança. Embora na atualidade não exista um levantamento estatístico atualizado, subentende-se que o número de



núcleos tenha reduzido drasticamente, olhando pela realidade de alguns bairros, em que esta filosofia funciona apenas nos mercados. Os relatos da Primeira Conferência Nacional sobre o Policiamento Comunitário realizada em 2008 na Cidade da Beira apontavam como motivação do abandono desta estratégia, a ausência de incentivos, meios materiais e pagamento de salários.

Diante destes argumentos que volvidos mais de 23 anos da implementação desta estratégia desenvolveu-se este artigo com vista a sistematizar as experiências e desafios da implementação do Policiamento Comunitário no contexto moçambicano. Para a materialização deste artigo foi privilegiada a consulta de literatura que aborda as diferentes concepções do Policiamento Comunitário, especificamente para as diferentes filosofias e estratégias da sua implementação no contexto da prevenção do delito. Assim, foram cruzados conceitos-chave como: Policiamento Comunitário; Filosofia/Estratégias do Policiamento Comunitário; Sucessos e Desafios do Policiamento Comunitário.

A partir destes conceitos-chave, foi encontrada uma variedade de artigos, livros e relatórios, cuja seleção foi mediante a leitura de títulos e resumos. Assim, foram objeto de leitura os artigos/livros e relatórios que discutem os aspectos indicativos sobre a conceptualização, implementação e desafios do Policiamento Comunitário no contexto da prevenção criminal. Constituíram ainda elementos de interesse, os relatórios e pesquisas sobre o Policiamento Comunitário produzido no âmbito moçambicano, para além da legislação avulsa que procura regular a filosofia de ligação Polícia-Comunidade.

O artigo encontra-se estruturado em três partes. A primeira parte apresenta a discussão teórica do Policiamento Comunitário. A segunda parte aborda a implementação do Policiamento Comunitário

no contexto moçambicano. A terceira parte discute os desafios inerentes a implementação do Policiamento Comunitário em Moçambique. O artigo encerra com as considerações finais, para além das referências bibliográficas.

### Concepções sobre o policiamento comunitário

A concepção do Policiamento Comunitário no mundo data desde as décadas de 1970 e 1980 quando várias organizações policiais foram desafiadas a desenvolver estratégias inovadoras no contexto da prevenção da criminalidade (Bayley, 2001; Loche, 2012). A sua concepção funda-se no binómio de parecerias entre a Polícia e a Comunidade no contexto da melhoria de segurança pública e resolução dos problemas criminais (Beato, 2001; Chak, 2006; Maceió, 2008; Loche, 2012).

O Policiamento Comunitário ganhou força nas décadas 1970 e 1980, quando as organizações policiais em diversos países da América do Norte e da Europa Ocidental começaram a promover inovações na sua estrutura e funcionamento no contexto da prevenção da criminalidade. Entretanto, a experiência do Policiamento Comunitário na América Latina e em países africanos deu-se a partir da década de 1990 (Loche, 2012).

Em Moçambique, as experiências do Policiamento Comunitário encontram-se enraizadas nas diferentes estratégias de vigilância popular e remota desde o tempo colonial. A vigilância popular foi evoluindo no contexto dos seus integrantes, desde os conselhos de anciões, grupos dinamizadores até as autoridades locais. As manifestações do Policiamento Comunitário em Moçambique datam desde o ano de 2000 e na altura tinha a designação de Conselhos de Policiamento Comunitário e atualmente traduzem-se na implementação dos Conselhos Comunitários de Segurança (CCS).

Entre os autores que se debruçam sobre a origem do Policiamento Comunitário no mundo mostram-se divididos em relação a data da sua introdução. Contudo, assume-se as décadas de 1960 a 1990. A partir destas informações, pode-se notar que não existe uma data consensual sobre a origem do Policiamento Comunitário. Contudo, existe um entendimento enraizado de que o Policiamento Comunitário constitui uma filosofia/estratégia organizacional que se materializa através de parcerias entre a Polícia e a Comunidade no contexto de busca de soluções antecipatórias contra a criminalidade. Ele funda-se na parceria entre Polícia e Comunidade circunscrito no trabalho conjunto para a resolução de problemas criminais. À semelhança da data de origem, o Policiamento Comunitário tem tido diferentes designações, desde Policiamento Orientado ao Problema, Policiamento de Proximidade, Conselhos Comunitários de Segurança, Conselhos de Policiamento Comunitário e entre outras. Portanto, independentemente da terminologia, o Policiamento Comunitário surgiu no contexto das manifestações criminais que assolavam as grandes áreas urbanas.

É nessa perspectiva que Maceió (2008) aponta como objetivos da criação do Policiamento Comunitário, (i) a necessidade de controle da criminalidade; (ii) declínio da manutenção da ordem pública; (iii) a necessidade de se melhorar a qualidade de vida das comunidades e; (iv) a necessidade de se colocar a comunidade a participar no restabelecimento da Ordem e Segurança Públicas (Dava et al., 2008).

Araújo e Braga (2008) entendem que para que haja eficiência no sistema de segurança pública, é necessário que a relação entre o Estado e a sociedade seja a melhor possível, e que haja entre eles, um intercâmbio de informações com o fim de garantir a segurança das pessoas. É nesse desiderato que, o envolvimento da comunidade é visto como alicerce fundamental e deve ser compreendida como ator-

chave na identificação e definição de soluções de problemas de ordem criminal (Marinho, 2002).

Parafraseando Bayley (2001), independentemente da área geográfica onde o Policiamento Comunitário for implementado, as suas características devem ser entendidas como uma (i) organização da prevenção do crime tendo como base a comunidade; (ii) reorientação das atividades de policiamento para enfatizar os serviços não emergentes e para organizar e mobilizar a comunidade a participar na prevenção do crime; (iii) descentralização do comando policial por áreas e; (iv) participação de civis, no planeamento, execução, monitoria e avaliação das atividades de policiamento. Apesar da existência de características comuns para o sucesso do Policiamento Comunitário, a sua implementação depende das condições socioeconómicas que cada área geográfica dispõe (Beato, 2001).

A concepção do Policiamento Comunitário pode ser confundida com a materialização dos Princípios de Sir Robert Peel defendidos em 1829 (Disponíveis em <https://modle.swatrhmore.edu/pluginfile.php/86981>). Então, com base nas concepções relatadas a volta do Policiamento Comunitário a nível mundial, em que ficou vincado que ele pode ser entendido como estratégia ou filosofia organizacional, que integra parcerias entre a Polícia e a Comunidade para prevenção da criminalidade, na próxima secção discute-se com profundidade a implementação desta filosofia no contexto moçambicano.

#### **a) A implementação do policiamento comunitário em Moçambique**

As raízes do Policiamento Comunitário em Moçambique não são novas e, podem ser identificadas desde o período colonial, muito antes da Proclamação da Independência nacional. No período colonial, o

poder tradicional era exercido pelos régulos atuando como mediadores entre população indígena e administradores coloniais, fomentando a participação comunitária na manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública (Bilério et al., 2007).

Durante o período do Governo de transição, em 1974, foram criados os grupos dinamizadores. Os grupos dinamizadores funcionavam como mobilizadores sociais, económicos e políticos, com ênfase para a participação das comunidades na promoção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas (*ibidem*). Com o advento da independência nacional, em 1975, o novo Governo introduziu os Grupos Dinamizadores, ao lado das Milícias Populares para assegurar a ordem e tranquilidade públicas, com base em pessoas de confiança, não comprometidas com o sistema colonial (Dava, 2008).

A introdução do modelo de economia de mercado e a guerra dos 16 anos, acelerou o êxodo rural e a degradação dos níveis de coesão da estrutura familiar. Estes fenômenos influenciaram o aumento da criminalidade e nesse momento houve a necessidade de busca de novos modos de articulação entre a comunidade e a Polícia e a busca de novas abordagens para a manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas no país.

Foi neste contexto que o país aprovou vários instrumentos, como por exemplo: os Decretos Nº 15/2000, de 20 de junho (Moçambique, 2000); Nº 11/2005 de 10 de Junho (Moçambique, 2005) com vista a melhorar o envolvimento das comunidades na prevenção e combate à criminalidade e começou a busca de experiências dos novos paradigmas de atuação policial em países como Alemanha, EUA, Portugal e outros países que já implementavam o Policiamento Comunitário (PC).

O Policiamento Comunitário foi introduzido como mecanismo de envolvimento das comunidades na produção da segurança, num contexto do aumento da insegurança. Assim, no segundo Semestre do ano de 2000, o XII Conselho Coordenador do MINT, reconhecendo o papel da sociedade na prevenção e combate ao crime, decidiu-se adoptar PC, como uma nova cultura de segurança das comunidades, orientada para a resolução dos problemas dos cidadãos, assente no rigor de atuação, transparência, e na melhoria do relacionamento entre a Polícia e a Comunidade (Macamo, 2005). No ano seguinte (2001), foi implementado o primeiro Conselho de Policiamento Comunitário no Bairro do Chamanculo B, na Cidade de Maputo, seguindo os Bairros de Ferroviário das Mahotas e nos Bairros dos Municípios de Chimoio, Catandica e Manica, na Província de Manica (Macamo, 2005; Dava *et al.*, 2008).

Posteriormente, em 2004, o modelo foi disseminado no seio de todos os presidentes dos municípios, das assembleias municipais e dos administradores distritais. Nesse ano, a nível nacional, havia o registo de 889 CPC (Dina, 2015). Em 2006, o número passou para 2217 (Moçambique, 2011). Este modelo de Conselho do Policiamento Comunitário (CPC) funcionou de 2001 até 2008, altura em que mudam de designação para Conselhos Comunitários de Segurança (CCS), tal como, defendem Bilério et al. e (2018, p.8), que “os CPC funcionaram até em 2008, altura em que mudam de designação para CCS, no cerne das decisões tomadas na I Conferência, realizada na Cidade da Beira”.

Dos vários fatores que influenciaram negativamente na implementação deste modelo, Macamo (2005); Bilério et al. (2007); Dina (2015) destacam: (i) a falta de conhecimento suficiente por parte da Polícia e da Comunidade da essência do papel do PC quanto

ao seu papel, objetivos, prioridades e as metas do projeto; *(ii)* mau entendimento pelos membros dos CPC, os mesmos confundiram o seu papel com o da Polícia, gerando espaço para situações de oportunismo e sentimento de medo generalizado; *(iii)* falta de formação dos membros que compunham os CPC; *(iv)* ausência de instrumentos legais para regulamentar o funcionamento dos CPC; *(vi)* acentuada perda de confiança nos órgãos da Administração da Justiça); *(v)* atuação dos membros dos CPC à margem da filosofia ou dos princípios pretendidos. Os membros do CPC agiam como se fossem polícias.

Um dos principais fatores para o cometimento de erros na implementação deste modelo, foram os equívocos do conceito de Policiamento Comunitário, agravados por recursos inadequados. O modelo foi entendido como uma reativação das antigas milícias populares, exemplificada pelo recrutamento de homens, jovens, uso de algemas e a prática de violência (Moçambique, 2005). Estes fatores obrigaram o Ministério do Interior a repensar num novo modelo mais ajustado à realidade moçambicana, para o funcionamento do PC. Assim, na Primeira Conferência do Policiamento Comunitário foram tomadas as seguintes decisões: *(i)* necessidade de enquadramento legal do CPC com a CRM *(ii)* O PC constitui uma atividade voluntária que contribui para a reafirmação da cidadania; *(iii)* proibição dos membros dos PC em abordar os cidadãos, apenas deviam ver, ouvir e denunciar casos criminais e evitar desvios de comportamento durante exercício das atividades; *(iv)* necessidade de um guião orientador das formas de funcionamento dos órgãos do PC e; *(v)* necessidade de regulamentar e formalizar os métodos de trabalho dos órgãos comunitários (Chiria, 2017; Moçambique, 2008).

Como resultado do cumprimento das decisões decorrentes da conferência foram constituídos os CCS, como entidades responsáveis

pelo diagnóstico de problemas nos Bairros e nas comunidades locais e por meio do Decreto Nº 85/2014, de 31 de dezembro foi criado o Departamento de Policiamento Comunitário (Moçambique, 2014). Como forma de melhorar o funcionamento dos CCS no país, foram criadas parcerias com a Liga dos Direitos Humanos (LDH) que ministrou uma formação aos membros dos CCS em matérias ligadas à legislação, direitos humanos e primeiros socorros. Outrossim, foram promovidas capacitações aos Comandantes das Esquadras e dos Distritos, Chefes de Postos Policiais e de Sector o que contribuiu para o esclarecimento da essência da filosofia do PC (Dina, 2015).

A partir do ano 2010 houve melhoria na atuação dos CCS e uma gradual percepção de que estes órgãos contribuem para o controlo social e para a prevenção da criminalidade (Dina, 2015). As experiências moçambicanas revelam que os Conselhos Comunitários de Segurança são por excelência, um dispositivo de proximidade policial. Eles são concebidos como um espaço de discussão, análise, planeamento e acompanhamento de problemas comunitários de segurança, de desenvolvimento de campanhas educativas e de estreitamento de laços de entendimento e de cooperação entre a Polícia e as comunidades locais (Essinalo, 2022).

As pesquisas realizadas em Moçambique sobre os CCS apontam que este modelo contribui para a promoção da comunicação rápida e permanente entre os serviços policiais e a comunidade na prevenção da criminalidade. Porém, as mesmas pesquisas enfatizam que apesar dos esforços empreendidos pelo MINT, no cumprimento das decisões tomadas na 1ª Conferência Nacional sobre o PC, ainda persistem dificuldades no funcionamento deste modelo (Dina, 2015; Bilério *et al.*, 2018; Vicente, Cossa e Suaze, 2022)



Por exemplo, Dina (2015) apontou como fatores que influenciam no fracasso do funcionamento dos CCS, a falta de integração dos CCS na estrutura funcional da Polícia da República de Moçambique a nível dos órgãos de implementação territorial (Comandos Distritais e Esquadras). Bilério *et al.* (2018) por sua vez, acrescentam que o fracasso dos CCS se deve ao modelo paramilitarizado, que se limita à realização de patrulhas, relegando as denúncias dos criminosos ao segundo plano, associado às dificuldades na implementação que se prende com a ausência de clareza nos instrumentos normativos face sua criação e implantação. Para além destes fatores elencados pelos autores, o fracasso dos CCS é testemunhado pelo desaparecimento de alguns núcleos nos bairros. Nem MINT e mesmo o Departamento Central do Policiamento Comunitário no Comando Geral da Polícia da República de Moçambique possui um número real dos núcleos dos CCS e nem sabem onde é que estão localizados os poucos que persistem.

Vicente, Cossa e Suaze (2022) afirmam que os CCS constituem uma estratégia viável que permite a denúncia das manifestações delitivas e criminais, bem como a partilha de informações criminais entre a comunidade e a Polícia. Os CCS constituem mais-valia nas atividades inerentes à garantia da segurança dos bairros (Vicente, Cossa e Suaze, 2022). De um modo geral, os resultados das pesquisas realizadas no contexto moçambicano sobre a implementação dos CCS legitimam a sua relevância na ligação entre a Polícia e a comunidade dentro da prevenção da criminalidade. Contudo, prevalecem ainda discrepâncias no funcionamento deste modelo. A Polícia da República de Moçambique e as autoridades locais ainda não têm clareza suficiente sobre os procedimentos e a filosofia do funcionamento deste modelo. Portanto, com base nas constatações negativas defendidas pelos autores

sobre a implementação do Policiamento Comunitário em Moçambique, na próxima secção discute-se os desafios para sua superação.

### **b) Desafios do policiamento comunitário em Moçambique**

Como foi discutido anteriormente, em Moçambique a estratégia de Policiamento Comunitário foi introduzida como mecanismo de envolvimento das comunidades na produção da segurança, num contexto de aumento de insegurança. Os Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) aparecem como continuidade da materialização da vigilância popular enraizada desde a colonização. Embora a estratégia de policiamento comunitário seja incontornável no controlo da criminalidade, principalmente em periferias urbanas e zonas rurais moçambicanas, alguns desafios prevalecem para a sua consolidação. Com efeito, se por um lado reconhece-se a sua contribuição na produção da segurança (Vicente, Cossa e Suaze, 2022), por outro lado ela carece da sua afirmação no campo das estratégias policiais de prevenção da criminalidade. Alguns estudos atestam o lugar ainda “marginal” que o Policiamento Comunitário ocupa no conjunto das estratégias policiais do controle da criminalidade (Essinalo, 2018), face dificuldades de funcionamento dos CCS (Bilério et al., 2018).

O primeiro desafio relaciona-se com a construção de um consenso em torno do conceito de Policiamento Comunitário em Moçambique. Se do ponto de vista oficial, o policiamento comunitário é concebido como sendo um mecanismo de envolvimento das comunidades na identificação e resolução dos problemas locais de segurança (Macamo, 1999), na prática ele é concebido como um mecanismo para suprir as carências policiais em termos de défice de efetivos, a partir de envolvimento de integrantes desta filosofia nas atividades policiais (patrulhas e detenção de suspeitos).

Esta concepção de policiamento comunitário, inspirado nas práticas anteriores de envolvimento dos cidadãos na segurança pública, como foi durante o regime socialista através dos Grupos de Vigilância e Grupos Dinamizadores (Kyed, 2010; Acipol, 2014), tem estruturado a forma de organização e funcionamento dos CCS, que muitas vezes jovens juntamente com a Polícia realizam patrulhas nas respectivas comunidades.

Todavia, esta concepção do Policiamento Comunitário tem sido problemática, por um lado porque os membros do CCS assumem a sua participação nas atividades da polícia como uma ocupação, reclamando para tal alguma remuneração (Domingos, 2012; Bilério *et al.*, 2018). Alguns estudos constataram que o não pagamento de subsídio tem sido um dos fatores do abandono dos membros e consequente inatividade do CCS (Dava *et al.*, 2008; Kyed, 2010; Essinalo, 2018). Por outro lado, o envolvimento de civis em atividades operativas policiais representa um risco tanto para a segurança e integridade física destes, como para a possibilidade destes por falta de conhecimento e perícia, violarem direitos e liberdades dos cidadãos.

Foi em reconhecimento destes problemas que levou as autoridades governamentais, em 2008, no quadro da 1ª Conferência Nacional do Policiamento Comunitário, a reformar o Policiamento Comunitário em Moçambique. Dentre as inovações foi vedado o envolvimento dos cidadãos em atividades operativas policiais. Assim, os CCS tornaram-se apenas espaços para Comunidade e Polícia discutirem e identificarem soluções aos problemas de segurança. Mas, estudos posteriores indicaram prevalência destas práticas no processo de implementação do Policiamento Comunitário (Domingos, 2012, Essinalo, 2018; Bilério, *et al.*, 2018).

O outro desafio é referente à mobilização para maior participação dos cidadãos nos CCS, enquanto mecanismos de implementação do Policiamento Comunitário. Como atesta Skolnick e Baley (2002), um dos princípios fundamentais do Policiamento Comunitário é a responsabilização das comunidades na produção da segurança, partindo do pressuposto de que a polícia não pode assumir sozinha esta responsabilidade. A integração popular é fundamental para consolidar e legitimar o Policiamento Comunitário e, reflete a inserção deste dispositivo nas comunidades locais. Em Moçambique, a participação de cidadãos nos CCS ainda é pequena.

Um estudo realizado pela Acipol, em 2016, realçou que, embora 79% dos inquiridos tivessem reconhecido a importância desta estratégia para a prevenção da criminalidade, apenas 27,4% haviam afirmado ter participado nos CCS (Acipol, 2014). O mesmo estudo sublinhou a redução dos CCS devido à falta de participação dos cidadãos. Um estudo realizado por Vicente, Cossa e Suaze (2022) revela igualmente uma fraca participação nos CCS, sendo alguns núcleos assegurados apenas pelos respectivos líderes comunitários. Estes dados revelam uma “desmobilização” dos cidadãos em torno desta estratégia.

Vários fatores podem explicar esta desmobilização. Pode-se sublinhar o individualismo cada vez mais crescente, principalmente nos centros urbanos. Este individualismo manifesta-se pelo desinteresse pelos problemas coletivos, portanto, da comunidade, ficando cada um centrado nos problemas individuais. Esta ausência de sentimento de comunidade, e consequentemente de coesão social, é exacerbado pela pobreza e desemprego, características dos locais onde muitas vezes são implementados os CCS. Estes fatores explicam por que é que a adesão ao Policiamento Comunitário teria sido maior nos primeiros anos da sua

implementação, momento em que se atribuía um subsídio monetário aos cidadãos que se voluntariavam como membros dos Conselhos. A retirada desse subsídio causou a desmobilização dos cidadãos em torno desta estratégia (Essinalo, 2018).

Finalmente, um dos grandes desafios à consolidação do Policiamento Comunitário em Moçambique é sua institucionalização. Esta trata da criação de um quadro normativo que regula sua implementação. Pese embora a estratégia de Policiamento Comunitário tenha sido introduzido em Moçambique há sensivelmente duas décadas, ela ainda não está regulamentada, não obstante sua implementação encontrar fundamento legal na Constituição da República, na Política de Defesa e Segurança (Lei Nº 12/2019 de 23 de Setembro) e no Decreto Nº 11/2005 de 10 de Junho (Moçambique, 2005) (que regula os órgãos locais do Estado), que sustentam a necessidade da participação dos cidadãos na manutenção da Ordem e Segurança Pública.

Portanto, a implementação do Policiamento Comunitário em Moçambique é orientada pelas diversificadas experiências de envolvimento dos cidadãos na segurança pública acumuladas pela polícia ao longo do tempo. A ausência de um processo regulatório dificulta a afirmação desta estratégia como doutrina policial de prevenção e combate à criminalidade, assente em princípios e valores partilhados por todos os membros da organização policial. Efetivamente, a criação do Departamento de Policiamento Comunitário em nível de organograma na Polícia, pelo Decreto Nº 85/2014 (Moçambique, 2014), que aprovou o Estatuto Orgânico da Polícia, constitui avanço rumo a institucionalização do Policiamento Comunitário.

## 2 Considerações finais

Como foi referido na parte introdutória deste artigo, o Policiamento Comunitário é entendido como uma filosofia ou estratégia de ligação Polícia-Comunidade no contexto da prevenção da criminalidade. Em alguns contextos é tido como alternativa para suprimir o défice do efetivo policial. Entre os estudiosos desta filosofia não existe consenso sobre a data da sua emergência. Contudo, existe um sentimento comum que constitui uma filosofia/estratégia organizacional que se materializa face parcerias entre Polícia e Comunidade no cerne da busca de soluções prévias contra o delito. Isso é concebido na parceria entre Polícia e Comunidade.

Em Moçambique a sua implementação confunde-se com a vigilância popular enraizada desde o tempo colonial. A sua implementação tem sido assumida como por excelência, uma estratégia de proximidade policial com a comunidade dentro do dilema criminal. Contudo ainda persistem algumas lacunas normativas, falta de consenso sobre a sua conceptualização, bem como da filosofia da sua implementação tanto para a Polícia da República de Moçambique e assim como para a Comunidade. É nesta perspectiva que a estratégia ainda é considerada “marginal” dentro do conjunto das estratégias policiais de prevenção da criminalidade.

Portanto, os desafios da implementação do Policiamento Comunitário no contexto moçambicano constroem-se (i) na definição dos instrumentos normativos; (ii) na negociação de consensos sobre a sua conceptualização/concepção; (iii) retirada de civis em atividades operativas ou de natureza policial (táticos de segurança); (iv) a mobilização da comunidade para a retomada das atividades dos CCS

no contexto da vigilância popular; (v) desagregação dos resultados do Policiamento Comunitário verso Policial e; (vi) mapeamento dos núcleos dos Conselhos Comunitários de Segurança.

## REFERÊNCIAS

ACIPOL. Academia de Ciências Policiais. **A implementação dos conselhos comunitários de segurança: o caso das províncias de Sofala, Nampula e Tete, Maputo**. ACIPOL, 2014.

ARAUJO, M. C; BRAGA, R. L. A. Polícia comunitária: uma proposta democrática possível para a segurança pública. **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2008.

BAYLEY, D. H. **Padrões de Policiamento – Uma Análise Comparativa Internacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, NEV, 2001.

BEATO, C. C. **Reinventando a Polícia: a Implementação de um Programa de Policiamento Comunitário**. Belo Horizonte: CRISP, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2001.

BILÉRIO, F.; COSSA, L.; TAIBO, R.; MUGIME, S. **Relatório Final da 1ª Fase de Avaliação da Implementação do Policiamento Comunitário em Moçambique (2001-2006)**. Direcção de Investigação e Extensão da Academia de Ciências Policiais, 2007.

BILÉRIO, F.; MANDRA, J.; MUGIME, S.; ESSINALO, J. A implementação dos Conselhos Comunitários de Segurança em Moçambique: O caso da Cidade de Nampula, **Revista Científica da ACIPOL**, 1.ed., novembro, 2018.

CHAK, W. S. Filosofia e modelo de policiamento comunitário, concretização e percepção da PJ, 2006.

CHIRIA, R. **A origem do Policiamento Comunitária em Moçambique**, 2017. Disponível em: [https://www.webartigos.com/artigos/a-origem-do-policiamento-comunitariaem Moçambique/155215](https://www.webartigos.com/artigos/a-origem-do-policiamento-comunitariaem-Moçambique/155215), 2017.

DAVA, F.; TSUCANA, F.; MACHAVANE, L.; TAMELE, V. Policiamento comunitário em Moçambique lições e desafios, In: AWORTWI, N.;NUVUNGA, A. (ed). **Ajuda Externa, Governação e Desenvolvimento Institucional em Moçambique**. Maputo: Ciedima, p. 112. 132, 2008.

DINA, I. **Conselhos comunitários de segurança como forma de participação dos cidadãos na segurança pública: Caso do Bairro de Khongolote no Município da Matola**, Dissertação de Mestrado, ACIPOL, Maputo, Moçambique, 2015.

DOMINGOS, R. J. S. **Principles and practices of crime prevention policies in Mozambique: The case of community policing crime prevention strategy in Matola**, 2012.

ESSINALO, J. Gabinetes de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência como um espaço de construção da proximidade Policial. **Revista Científica da ACIPOL**, 3.ed., novembro, 2022.

ESSINALO, J. M. **La Police au Mozambique : Démocratie, violence politique et transformation policière**. Tese de doutoramento em Ciências Políticas, apresentada na Universidade de Toulouse 1- capitolé, 2018.

KYED, H. M. **The Contested Role of Community Policing ‘New’ non-state actors in the plural legal landscape of Mozambique**. DIIS Working Paper, 2010.



LOCHE, A. A. Segurança e controle social, uma análise do policiamento comunitário, São Paulo, 2012.

MACAMO, N. **Manual do Policiamento Comunitário**, Maputo, CG-PRM, 1999.

MACAMO, N. **As filosofias do policiamento comunitário**. Gabinete de Relações Públicas do Comando Geral da Polícia da República de Moçambique, 2005;

MACEIÓ A. L. **Projecto de implantação de bases comunitárias de segurança em bairros**. Estado de Alagoas, Secretaria do Estado de Defesa Social, 2008.

MARINHO, K. R. L **Mudanças organizacionais na implementação do Policiamento comunitário**. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MOÇAMBIQUE. Ministério do Interior. **Policiamento Comunitário em Moçambique, Desafios e Perspectivas**. Gabinete Central de Condenação do PC, Maputo, 2011.

MOÇAMBIQUE. Ministério do Interior. Policiamento comunitário. Segurança e ordem pública, seminário nacional dos administradores distritais. Maputo: MINT, 2005.

MOÇAMBIQUE. Ministério do Interior. Pesquisa de campo sobre os fatores de linchamento nas províncias de Manica e Sofala. Maputo: MINT., 2008.

MOÇAMBIQUE. Decreto N° 11/2005 de 10 de Junho, que regulamenta o funcionamento dos Órgãos locais do Estado, 2005.

MOÇAMBIQUE. Decreto N° 15/2000, de 20 de Junho, que Estabelece as Normas de Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias, BR N° 24, I série, 2000.

MOÇAMBIQUE, Decreto N° 85/2014 de 31 de dezembro, aprova o Estatuto Orgânico e o Organograma da Polícia da República de Moçambique, 2014.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. São Paulo: Edusp, 2002.

VICENTE, V.; COSSA, J.; SUAZE, S. Analisa da Contribuição dos Conselhos Comunitários de Segurança na prevenção da criminalidade no Bairro da Matola A. **Revista Científica da ACIPOL**, 7.ed., p.19-31, 2022.

## CAPÍTULO 3

### Impacto da Pandemia nos Índices de Roubos e Furtos de Veículos na Região Metropolitana de Belém: Uma Análise Temporal

**João de Deus da Silva Gê Júnior**

Mestrando em Segurança Pública (UFPA) e Oficial Superior da Polícia  
Militar do Estado do Pará  
Belém, Pará, Brasil | joao.ge@ifch.ufpa.br

**Silvia dos Santos de Almeida**

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e Professora Titular  
da Universidade Federal do Pará (UFPA)  
Belém, Pará, Brasil | salmeida@ufpa.br

**José Gracildo de Carvalho Júnior**

Doutor em Engenharia Elétrica (UFPA) e Professor do PPGSP-UFPA  
Belém, Pará, Brasil | gracildo@ufpa.com

#### RESUMO

**Importância do Estudo:** Durante o período de Pandemia de COVID-19, em virtude das medidas de restrição a circulação nos logradouros públicos, se criou um cenário propício e oportunista para autores de roubos e furtos de veículos na Região Metropolitana de Belém, o que produziu padrões, tendências e fatores influenciadores nessas tipificações criminais. **Objetivo:** Avaliar quantitativamente roubos e furtos de veículos na Região Metropolitana de Belém, Estado do Pará. Como problema de pesquisa se investigou as características da incidência desses delitos e suas implicações para a segurança pública local e sua relação com o período Pandêmico. A hipótese levantada foi a de que os roubos e furtos de veículos seguem padrões específicos,

influenciados por diversos fatores sociais e temporais, e que a Pandemia de Covid-19 teve papel relevante no comportamento da incidência criminal. **Metodologia:** Envolveu a análise de dados fornecidos pelo Centro Integrado de Operações referentes aos anos de 2021 a 2024. **Resultados:** Os principais resultados destacaram a predominância de furtos em relação aos roubos, a variação nos números de ocorrências ao longo dos dias da semana e a influência da Pandemia de Covid-19 nos padrões criminais. **Conclusão:** Este estudo ratificou a hipóteses científica considerada, logo, se pode ressaltar a necessidade de uma abordagem integrada e contínua dos órgãos de segurança pública do Estado do Pará, com o intuito de enfrentar essa problemática de forma mais assertiva, envolvendo medidas específicas de prevenção e adaptação às condições socioeconômicas e temporais.

**Palavras-chave:** Segurança Pública; Fatores Sociais; Incidência Criminal.

## 1 Introdução

A segurança pública é uma preocupação central em todas as sociedades, e os índices de criminalidade, especialmente roubos e furtos de veículos, representam um desafio constante para autoridades e comunidades. A Região Metropolitana de Belém (RMB), situada no Estado do Pará, não está imune a esses problemas, e a pandemia de COVID-19 trouxe novas camadas de complexidade para essa realidade. Uma pandemia é caracterizada pela disseminação mundial de uma doença infecciosa, afetando uma grande quantidade de pessoas em múltiplos países ou continentes. A palavra “pandemia”, que tem sua origem no grego, é uma composição do prefixo “pan”, que significa “todo”, e “demos”, que se refere ao “povo”. Essa terminologia foi utilizada pela primeira vez por Platão em sua obra “As Leis” (Marcovecchio, 1993).

Além das implicações diretas na saúde pública, uma pandemia também pode ter impactos significativos na segurança pública (Almeida; Almeida Junior, 2021). Nesse contexto, medidas de restrição de circulação foram adotadas em todo o mundo, incluindo na RMB, com o objetivo de conter a propagação do vírus (Szwarcwald et. al., 2020; Granada et. al., 2023; Maia Filho, 2022). Em março de 2021, o Governo do Pará decretou restrições de circulação de pessoas na Região Metropolitana de Belém (RMB) para tentar aumentar os índices de isolamento social e diminuir os casos de COVID-19. As medidas incluíram proibições e permissões específicas, como saídas para adquirir alimentos, consultas médicas e circulação de cargas. Além disso, houve restrições quanto à venda de bebidas alcoólicas e comercialização de produtos não essenciais (G1, 2021).

O Decreto Estadual nº 800/2021, que revogou os decretos anteriores nº 729/2020 e nº 777/2020 (PARÁ, 2021), estabeleceu diretrizes para o enfrentamento da crise sanitária, buscando conciliar a proteção da saúde pública com a retomada responsável das atividades. Essas medidas tiveram impacto direto na mobilidade e comportamento da população, potencialmente influenciando os índices de roubos e furtos de veículos na Região Metropolitana de Belém. Essas restrições, embora necessárias para proteger a saúde pública, podem ter tido efeitos significativos nos padrões de criminalidade, especialmente em crimes relacionados ao patrimônio, como roubos e furtos de veículos.

No cenário da segurança pública, os roubos e furtos de veículos, especialmente carros e motos, representam uma preocupação constante nas grandes áreas urbanas, incluindo a Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará. Esses crimes não apenas geram prejuízos materiais significativos para os cidadãos, mas também afetam diretamente a sensação de segurança e bem-estar da população. A dinâmica desses

delitos envolve não apenas ações isoladas de criminosos, mas também fatores sociais, econômicos e até mesmo sazonais, que podem influenciar sua incidência (Hermes, 2022). Nesse contexto, torna-se fundamental compreender os padrões e tendências dos roubos e furtos de veículos na RMB, especialmente considerando o período da pandemia de COVID-19 e suas possíveis implicações sobre esses índices criminais. Diante desse cenário, surge a seguinte problemática: como o período da pandemia pode ter influenciado nos índices de roubos e furtos de veículos na Região Metropolitana de Belém entre os anos de 2021 e 2024, considerando os primeiros trimestres de cada ano?

Nesse sentido, elaboramos as seguintes hipóteses norteadoras: a) O período da pandemia influenciou nos índices de roubos e furtos de veículos na RMB no período de 2021 a 2024. b) Durante os períodos de maiores restrições de circulação de pessoas devido à pandemia, houve uma diminuição no número de roubos e furtos de veículos na RMB. c) Após o término das restrições e a retomada das atividades sociais pós-pandemia, é esperado um aumento nos índices de roubos e furtos de veículos na RMB. A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender os impactos da pandemia nos padrões de criminalidade, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de segurança mais eficazes. Além disso, contribui para o avanço do conhecimento científico sobre a relação entre eventos de saúde pública e a dinâmica criminal em contextos urbanos específicos, como a RMB.

Como objetivo Geral este trabalho buscou identificar o impacto da pandemia nos índices de roubos e furtos de veículos na Região Metropolitana de Belém entre 2021 e 2024. Como objetivos Específicos: i) Analisar os dados de roubos e furtos de veículos na RMB durante

os primeiros trimestres de cada ano entre 2021 e 2024; ii) Investigar as variações nos índices de roubos e furtos de veículos durante os diferentes estágios da pandemia na RMB; e iii) Avaliar as tendências de roubos e furtos de veículos na RMB após o término das restrições e a retomada das atividades sociais pós-pandemia. Por fim, destacamos que este artigo aborda uma análise detalhada dos dados de roubos e furtos de veículos na RMB durante os anos de 2021 a 2024, contextualizando os períodos de pandemia e pós-pandemia.

## 2 Materiais e métodos

A revisão de literatura para este trabalho foi realizada de forma abrangente e sistemática, buscando compreender o panorama atual dos estudos relacionados aos crimes de furto e roubo de veículos, bem como às estratégias de prevenção e combate a esses delitos. Foram consultadas diversas fontes, incluindo artigos científicos, relatórios governamentais, livros e outras publicações relevantes na área da segurança pública. A revisão abordou temas como as causas subjacentes aos crimes de furto e roubo de veículos, as tendências observadas em diferentes regiões e os impactos das políticas de segurança implementadas. Essa análise crítica da literatura proporcionou um embasamento teórico sólido para o desenvolvimento do estudo, permitindo uma compreensão mais aprofundada do contexto em que os crimes de veículos ocorrem e das estratégias eficazes para enfrentá-los.

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa para analisar os padrões e tendências dos roubos e furtos de veículos na Região Metropolitana de Belém (RMB) durante o período de 2021 a 2024. Na abordagem quantitativa, é necessário empregar técnicas estatísticas e recursos para converter as descobertas do pesquisador em dados

numéricos. Essa metodologia visa quantificar e analisar as informações coletadas, permitindo uma interpretação baseada em números dos conhecimentos adquiridos durante a pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013). Em vez de explorar uma ampla gama de conceitos, ela se concentra em uma quantidade limitada de variáveis, permitindo uma análise detalhada e interpretação baseada em evidências numéricas. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória que buscou identificar os possíveis impactos da pandemia de COVID-19 sobre esses índices criminais. A abordagem exploratória possui o foco de criar uma compreensão inicial e mais profunda do problema em estudo, seja tornando-o mais claro ou formulando suposições a respeito dele (Prodanov; Freitas, 2013). Nesta pesquisa utilizou-se o método hipotético-dedutivo. Isso se deve ao fato que a pesquisa teve como ponto de partida a formulação de hipóteses que exploravam o impacto da pandemia de COVID-19 sobre índices criminais. Essas hipóteses foram testadas e analisadas por meio da coleta e análise dos dados disponíveis, seguindo um processo dedutivo que partiu das hipóteses formuladas para verificar suas implicações na realidade observada (Prodanov; Freitas, 2013).

No que se refere aos procedimentos técnicos, este trabalho realizou a pesquisa documental e o estudo de caso (Prodanov; Freitas, 2013). A pesquisa documental foi fundamental, uma vez que a análise se baseou nos dados previamente registrados pelo Centro Integrado de Operações (CIOP). Esses registros de roubos e furtos de veículos na RMB foram essenciais para compreender os padrões e tendências desses crimes ao longo do período estudado, sem a necessidade de coleta de novos dados de campo. O estudo de caso foi relevante para a compreensão dos padrões específicos dos roubos e furtos de veículos na RMB durante a pandemia de COVID-19. A investigação focou em

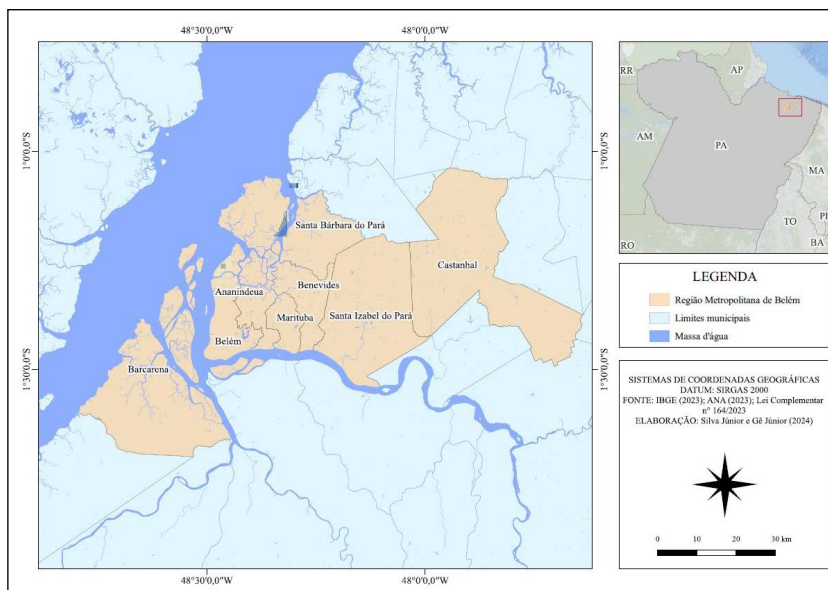


entender “como” e “por que” esses índices variaram ao longo do tempo, em um contexto contemporâneo e realista da RMB.

## 2.1 Área de estudo

A área de estudo compreendeu a Região Metropolitana de Belém (RMB), abrangendo os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara, Santa Izabel, Castanhal e Barcarena, situados no Estado do Pará. Comumente chamada de “Grande Belém” (Vale; Ricci; Oliveira, 2011), a RMB compreende atualmente oito municípios do Estado do Pará que estão em um processo de conurbação, o que significa que estão integrados economicamente e socialmente (Pereira; Vieira, 2016). Essa região é uma extensão da capital paraense e forma uma área urbana contínua junto com os municípios vizinhos, criando uma unidade geográfica coesa, tal como, pode ser observado na Figura 1. A RMB foi estabelecida em 1973 pelo Governo Federal, conforme a Lei Complementar nº 14 de 1973, e inicialmente, abrangia apenas os municípios de Belém e Ananindeua. Em 1995, a configuração da RMB foi alterada pela Lei Complementar nº 27 de 1995, que incluiu os municípios de Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará. Posteriormente, a expansão da RMB continuou com a incorporação de outros municípios: Santa Izabel do Pará em 2009, com base na Lei Complementar nº 72 de 2009, Castanhal em 2011, conforme a Lei Complementar nº 76 de 2011, e Barcarena em 2023, por meio da Lei Complementar nº 164 de 2023. Essas mudanças foram fundamentadas nas disposições da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que atribuiu aos estados federados a responsabilidade de instituir regiões metropolitanas, bem como na legislação estadual do Pará, que estabelece os critérios e procedimentos para essa instituição.

**Figura 1:** Cartografia dos Municípios Integrantes da RMB, em 08/2024.



**Fonte:** Elaborado pelo autor em coautoria com Silva Júnior (2024).

## 2.2 Coleta e análise de dados

Os dados foram coletados junto ao Centro Integrado de Operações (CIOp), órgão subordinado à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) do Estado do Pará. O CIOp desempenha um papel fundamental como o principal canal de acionamento direto da população aos órgãos de segurança pública na RMB. Foi criado em 16 de julho de 1998 por meio do Dec. Nº 2.959/98 (PARÁ, 1998), sendo pioneiro no Brasil no atendimento pelo número de urgência e emergência 190. Sua missão principal é mediar a comunicação entre o cidadão e os órgãos de segurança, como as Polícias Militar, Civil, Penal, Científica, Corpo de Bombeiros Militar, DETRAN, SAMU, SEMOB e

guardas municipais, para o despacho eficaz de ocorrências de urgência e emergência (SEGUP/PA, 2023). Foram obtidos os registros de roubos e furtos de veículos (carros e motos) na RMB, referentes aos três primeiros meses de cada ano entre 2021 e 2024. Para a análise dos dados, foram utilizadas técnicas estatísticas descritivas, como médias, desvios padrão e análises de tendências temporais. A estatística descritiva envolve o processo de compreensão de um fenômeno estatístico por meio da coleta, organização e apresentação dos dados coletados, fornecendo uma visão geral e resumida das características e padrões observados (Sampaio; Assumpção; Fonseca, 2018). Também foram empregados gráficos e tabelas para visualização e interpretação dos resultados.

Quanto à amostragem, foram considerados todos os registros de roubos e furtos de veículos disponibilizados pelo CIOp para os anos em questão, garantindo assim uma análise abrangente e representativa da situação na RMB. Segundo Sampaio, Assumpção, e Fonseca, (2018) amostragem é o procedimento pelo qual são selecionadas amostras representativas de uma população para fins de estudo estatístico. Esse processo busca garantir que cada elemento da população tenha uma chance igual de ser escolhido, sendo uma etapa fundamental para a realização de pesquisas estatísticas. A amostragem envolve uma cuidadosa seleção dos elementos que serão incluídos no estudo, visando obter uma amostra que reflita adequadamente as características da população.

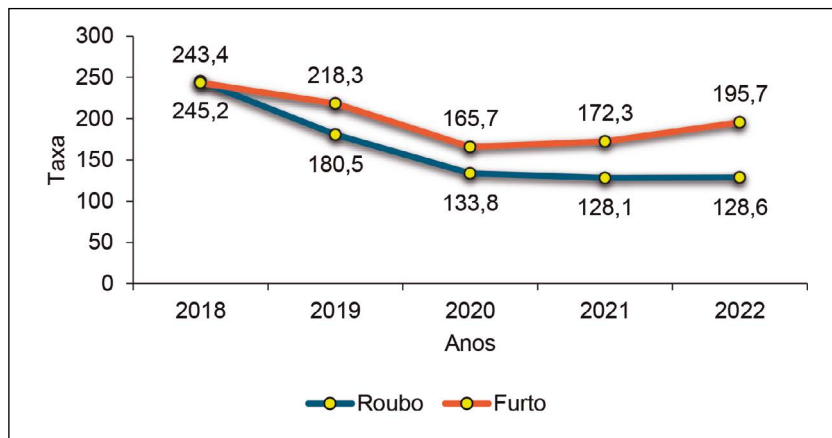
### **3 Resultados e Discussão**

#### **3.1. O cenário nacional de roubos e furtos de veículos**

Preliminarmente, é essencial delinear a diferenciação conceitual entre roubo e furto. Enquanto o furto se caracteriza pela subtração

de coisa alheia móvel sem o emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa, o roubo, por sua vez, envolve a mesma conduta de subtração, porém acompanhada de violência ou grave ameaça à vítima. Essa distinção é crucial não apenas para a compreensão técnica dos tipos penais, mas também para a correta aplicação da legislação e dos princípios do direito penal (Lopes, 2021). De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (FBSP, 2023, p. 92-93), em 2022, ocorreram 373.225 casos de roubo ou furto de veículos no Brasil. Houve um aumento de 8% em relação ao ano anterior, apesar da redução brusca observada nos anos de 2020 e 2021 devido às medidas de isolamento social. Essa elevação em 2022 contrasta com a tendência de queda observada ao longo de praticamente uma década em vários estados brasileiros, atribuída a mudanças nas dinâmicas das organizações criminosas e políticas públicas bem-sucedidas, como a lei do desmanche em São Paulo e a legislação federal que regulamenta a atividade de desmontagem de veículos. No entanto, o aumento do comércio online de peças pode enfraquecer os efeitos dessas legislações se não houver fiscalização adequada. Em 2022, 60,3% dos casos foram de furto e 39,7% de roubo (Figura 2), sendo o furto a principal modalidade de subtração de veículos no Brasil. Esses dados são relevantes para o presente trabalho, pois evidenciam a importância de entender as nuances entre roubo e furto de veículos, bem como as políticas públicas e medidas legislativas que impactam diretamente na incidência desses crimes.

**Figura 2:** Taxa de roubos e furtos de veículos no Brasil, no período de 2018 a 2022.



**Fonte:** Adaptado do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (FBSP, 2023, p. 93)

O cenário de roubo e furtos de veículos no Brasil reflete a complexidade e dinâmica do crime organizado, conforme relatado no relatório “Violência e Segurança Pública em 2023” (IPEA, 2023). O crescimento tanto dos mercados legais quanto ilegais explorados por organizações criminosas tem contribuído ao aumento de crimes. Os dados revelam que, apesar de uma tendência de redução em alguns estados ao longo de uma década, houve um aumento significativo nos casos de roubo e furto de veículos em 2022. O crescimento pode ser atribuído à expansão das atividades criminosas em diversos setores, incluindo o comércio de veículos e peças, além do tráfico de drogas, que é uma das principais fontes de financiamento das facções criminosas. A atuação dessas organizações é observada não apenas nas grandes cidades, mas também em áreas de favelas e periferias urbanas, onde

mantêm o domínio territorial. A fragmentação do mercado de drogas e condições organizacionais desafiadoras às facções criminosas são incertezas à continuidade ou aumento da concentração desses grupos nos próximos anos.

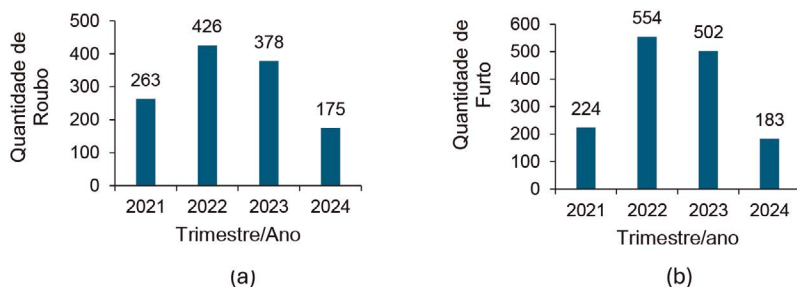
O relatório do IPEA (2023, p. 63-64) destaca ainda a implementação de medidas legislativas e regulatórias visando prevenir e combater o roubo de veículos e cargas no Brasil. A criação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas, pela Lei Complementar nº 121/2006 (Brasil, 2006), representa um esforço governamental nesse sentido. Além disso, a determinação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) para que todos os veículos novos contenham equipamento antifurto a partir de 2015, conforme a Resolução nº 245/2007 (Brasil, 2007) e a Deliberação nº 135/2013 (Brasil, 2013), é uma iniciativa significativa para fortalecer a segurança veicular. No entanto, o relatório ressalta a incerteza sobre a eficácia dessas medidas, dada a capacidade dos infratores de se adaptarem aos obstáculos. A implementação de equipamentos antifurto pode ser vista como uma proteção adicional contra o roubo de veículos, mas sua efetividade depende da capacidade de adaptação dos criminosos e da eficácia das políticas de fiscalização e repressão. Portanto, resta a incerteza sobre se essas medidas resultarão em uma redução significativa nas taxas de roubo e furto de veículos no país.

### 3.2. Roubos e furtos de veículos no Estado do Pará, período de 2021 a 2024.

Os dados coletados no Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP) referentes a roubo e furto de veículos se limitaram exclusivamente a carros e motos. Tal restrição é justificada por diversos motivos. Em primeiro lugar, carros e motos são tipos de veículos mais

comuns e populares, sendo mais suscetíveis a serem alvos de crimes desse tipo devido à sua maior circulação e valor de mercado. Além disso, esses veículos geralmente são mais visados pelos criminosos devido sua utilidade e facilidade de revenda. Contudo, outros tipos de veículos, como caminhões, ônibus ou tratores, podem ter uma ocorrência menor de roubo e furto, tornando a coleta de dados mais difícil e menos prioritária para autoridades de segurança pública. Logo, a exclusão de outros tipos de veículos da coleta de dados do CIOP pode ser uma medida pragmática para focar os recursos e esforços em áreas de maior incidência criminal e demanda por intervenção policial.

**Figura 3:** Quantidade de Roubo e Furto de veículos registrados pelo CIOP no primeiro trimestre de 2021 a 2024, na Região Metropolitana de Belém, Estado do Pará.



**Fonte:** CIOP/SEGUP/PA, abr./2024.

Com base nos dados de roubo de veículos registrados pelo CIOP no primeiro trimestre de 2021 a 2024, na RMB (Figura 3 (a)), observou-se uma variação significativa na quantidade de roubo de veículos registrados. Em 2021, houve um total de 263 casos registrados, seguido por um aumento considerável de 61,68% em 2022, atingindo 426 casos. No entanto, em 2023, houve uma leve redução de 11,27%

o que implicou em 378 casos de roubos de veículos, seguida por uma queda mais acentuada de 53,70% em 2024, o resultou em 175 crimes registrados. Esses dados sugerem que, após um aumento significativo em 2022, os casos de roubo de veículos apresentaram uma tendência de estabilização e posterior redução nos anos seguintes. Essa redução em 2024 pode indicar uma eficácia nas medidas de segurança adotadas pela polícia ou possíveis mudanças nas estratégias dos criminosos. É possível relacionar esse cenário ao contexto da pandemia da COVID-19. Nos primeiros meses da pandemia, em 2020 e parte de 2021, muitas cidades adotaram medidas de restrição de mobilidade e lockdowns, isso impactou na redução dos deslocamentos e, consequentemente, na ocorrência de roubos de veículos. A menor circulação de pessoas e veículos nas ruas pode ter dificultado as ações dos criminosos.

No entanto, conforme as restrições foram sendo flexibilizadas e a circulação de pessoas e veículos aumentou gradualmente, especialmente nos anos seguintes, pode ter ocorrido um aumento na oportunidade para a prática desses crimes. Isso poderia explicar o aumento significativo de casos em 2022, seguido por uma redução nos anos subsequentes, à medida que as medidas de segurança foram reforçadas e a vigilância policial intensificada. Portanto, é plausível considerar que o contexto da pandemia teve impacto na dinâmica dos crimes de roubo de veículos, com variações na ocorrência desses delitos refletindo as mudanças nos padrões de mobilidade e nas condições socioeconômicas da população durante esse período.

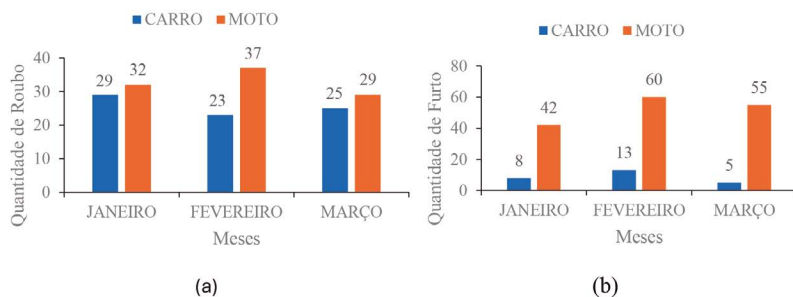
Por outro lado, analisando os dados de furtos de veículos na RMB (Figura 3 (b)), se pode observar uma tendência semelhante à dos roubos, embora com algumas diferenças. Em 2021, o número de furtos foi de 224, enquanto em 2022 houve um aumento expressivo de 247% no número de casos passando para 554 registros. Esse aumento pode



ser atribuído a uma série de fatores, incluindo a retomada das atividades econômicas após as restrições da pandemia, o que pode ter aumentado as oportunidades para a prática desse tipo de crime. Entretanto, em 2023, embora ainda seja uma quantidade alta, houve uma queda (9,39%) para 502 casos, seguida por uma diminuição ainda maior (63,54%) em 2024, com apenas 183 casos registrados. Essa queda pode indicar uma resposta eficaz das autoridades de segurança pública, possivelmente por meio de estratégias de prevenção e repressão ao crime, bem como um aumento na conscientização e adoção de medidas de segurança pelos proprietários de veículos. Comparando esses dados com os roubos, podemos observar que, embora ambos os tipos de crimes tenham apresentado variações semelhantes ao longo do período analisado, os furtos parecem ter sido mais suscetíveis a flutuações, com aumentos mais expressivos seguidos por quedas significativas. Isso pode sugerir que os fatores que influenciam os furtos de veículos podem ser mais voláteis ou variáveis do que os que influenciam os roubos.

### 3.3. Roubos e furtos de veículos no primeiro trimestre de 2024

**Figura 4:** Roubo e Furto de veículos registrados pelo CIOP no primeiro trimestre de 2024, na Região Metropolitana de Belém, Estado do Pará.



**Fonte:** CIOP/SEGUP/PA, abr./2024.

Observando os dados de roubo de veículos no primeiro trimestre de 2024 na RMB (Figura 4 (a)), é possível notar uma tendência relativamente estável ao longo dos três meses. Em janeiro, houve um total de 29 casos de roubo de carro e 32 casos de roubo de moto. Em fevereiro, os números diminuíram ligeiramente, com 23 casos de roubo de carro e 37 de moto. Já em março, os números voltaram a subir um pouco, com 25 casos de roubo de carro e 29 de moto. Logo, embora não haja uma tendência clara de aumento ou diminuição ao longo do trimestre, os números permanecem preocupantes, indicando que o roubo de veículos continua sendo um problema relevante na RMB. Com relação aos dados de furtos de veículos no mesmo período inicial de 2024 (Figura 4 (b)), se pode observar uma acentuada mudança de cenário. No mês de janeiro, ocorreram aproximadamente 5 (cinco) vezes mais furtos de motos que de carros, em fevereiro, a proporção se manteve (13 furtos de carros contra 60 de motos), porém, no mês de março de 2024, foram 5 (cinco) furtos de carros, contra 55 (cinquenta e cinco) furtos de motos, logo, para cada carro furtado, aproximadamente 10 motos também foram furtadas.

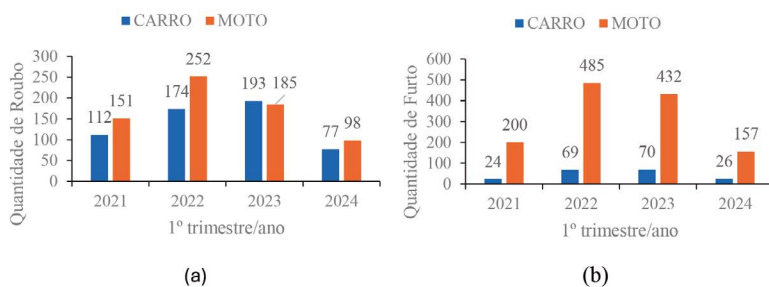
No que diz respeito às diferenças entre carros e motos é interessante notar que, enquanto o número de furtos de carros permanece relativamente baixo em comparação com os de motos, a situação se inverte quando se trata de roubos, com os roubos de carros sendo mais frequentes do que os de motos. Isso pode indicar uma preferência dos criminosos por carros em relação a motos quando se trata de roubos. A diferença entre o número de roubos/furtos de motos em comparação com os de carros pode ser atribuída a algumas razões específicas: a) Motos são veículos menores e mais fáceis de manusear e transportar do

que carros. Isso pode torná-las alvos mais atraentes para os criminosos, pois são mais fáceis de serem roubadas e utilizadas em fugas rápidas. b) Em algumas áreas, as motos podem ser percebidas como tendo um valor mais acessível em comparação com os carros. Isso pode levar os criminosos a direcionarem seus esforços para roubar motos em vez de carros. c) Motos, especialmente modelos populares, podem ter uma demanda significativa por peças de reposição no mercado paralelo. Os criminosos podem roubar/furtar motos não apenas para revendê-las como um todo, mas também para desmontá-las e vender suas peças separadamente. d) Motos podem ser mais úteis em certos tipos de crimes, como assaltos a mão armada ou fugas rápidas, devido à sua agilidade e capacidade de manobra em comparação com os carros. Tais fatores combinados podem explicar por que o número de roubos de motos tende a ser maior do que o de carros em algumas regiões.

Essa visão é corroborada por Cavalcante (2015, p. 43), onde ao estudar o *modus operandi* de roubos a transeuntes em Belém/PA, no período de 2011 à 2013, contatou a preferência pela “motocicleta” (64,43 %) como meio de locomoção no momento do delito, seguido das modalidades “a pé” (27,03 %) e “bicicleta” (0,41%). Dentre esses dados, 8,13% não foram informados, e a modalidade carro não foi citada. Portanto, os dados apresentados até aqui sugerem que tanto os roubos quanto os furtos de veículos continuam sendo uma preocupação na Região Metropolitana de Belém, com uma tendência geral de maior incidência de furtos em comparação com roubos, e uma diferenciação na preferência dos criminosos entre carros e motos em diferentes tipos de crime.

### 3.4. Roubos e furtos por tipo de veículo nos primeiros trimestres de 2021 a 2024

**Figura 5:** Quantidade de roubo/furto de veículos registrados pelo CIOP nos primeiros trimestres de 2021 a 2024, na Região Metropolitana de Belém, Estado do Pará.



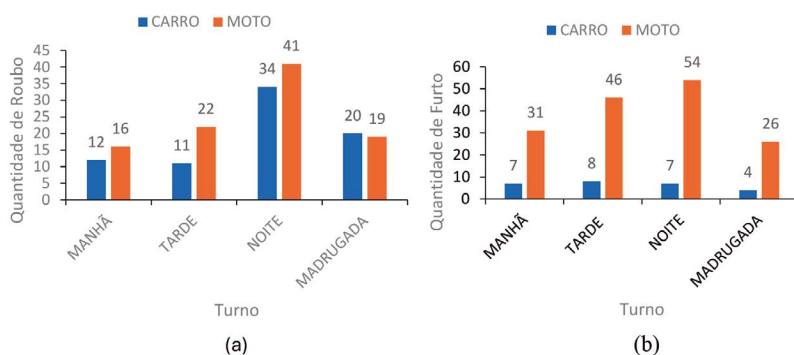
**Fonte:** CIOP/SEGUP/PA, abr./2024.

Em relação a Figura 5(a), nota-se que houve um aumento expressivo na quantidade de roubos de veículos no início do período de 2021 a 2023, pois, quantidade inicialmente foi de 112 e concluiu o período com 193 carros roubados (Aumento de 72,32%). Em 2023, houve uma inversão na proporção de roubos de carro em relação a motos, pois, no primeiro semestre foram registrados mais roubos de carro (193) do que de motos (185). E no primeiro trimestre de 2024, há uma redução acentuada tanto nos roubos de carros (60%), quanto nos roubos de motos (47%) aproximadamente, comparando com os anos anteriores (indicando tendência de queda. Assim como nos roubos, os furtos de veículos (Figura 5 (b)), também apresentaram um aumento de 187,50% e 142,50%, respectivamente, nos 2021 e 2022, tanto para carros quanto para motos. Em 2023, houve uma estabilização nos furtos de carros,

enquanto os furtos de motos tiveram uma pequena queda em relação ao ano anterior. Com tudo, o que provoca uma reflexão mais aprofundada é o fato da proporção entre furtos de carros e motos ter aumentado muito, pois, aproximadamente, 8 (oito) motos foram furtadas para cada 1 (um) carro, no ano de 2021; em 2022 e 2023, a proporção foi de 7 (sete) motos furtadas para cada 1 (um) carro, aproximadamente; no ano de 2024, foram aproximadamente 6 (seis) furtos de motos para cada carro que foi furtado.

### 3.5. Roubo e furto de veículos por turno no primeiro trimestre de 2024

**Figura 6:** Quantidade de roubo/furto de veículos por turno registrados pelo CIOP no primeiro trimestre de 2024, na Região Metropolitana de Belém.



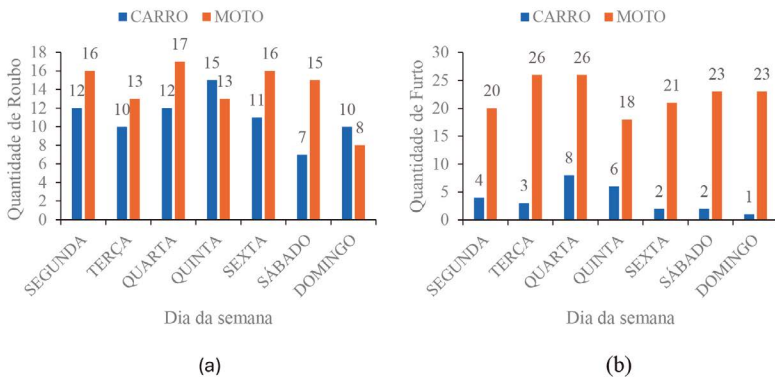
**Fonte:** CIOP/SEGUP/PA, abr./2024.

Quanto aos roubos, percebe-se que o turno da noite é o que maior incidência (moda) de roubos de carros e motos, com 34 e 41, respectivamente registrados. Durante a manhã, tarde e noite, os roubos de motos são maiores que os de carros, porém, permanecendo ocorreu

1 (um) furto a mais de carro durante a madrugada. No que se refere aos furtos, percebe-se um comportamento diferente, pois, enquanto os furtos de carros permanecem aproximadamente constantes ao longo dos três turnos, manhã (07), tarde (08) e noite (07), com leve diminuição pela madrugada (04), o furto de motos é crescente ao longo do dia, com pico durante a noite (54), porém, com redução durante a madrugada (26). É importante ressaltar a preferência por motos, onde os dados demonstram o turno da noite como mais perigoso para roubos e furtos de motos, seguido do turno da tarde com mais perigo para furtos de motos.

### 3.6. Roubos e furtos de veículos por dia da semana no primeiro trimestre de 2024

**Figura 7:** Quantidade de roubo/furto de veículos por dia da semana registrados pelo CIOP no primeiro trimestre de 2024, na Região Metropolitana de Belém.



**Fonte:** CIOP/SEGUP/PA, abr./2024.

Observamos que os registros de furtos de veículos, tanto carros quanto motos, apresentam números mais elevados do que os registros de roubos em todos os dias da semana. Esse padrão sugere uma tendência de maior incidência de furtos em comparação com os roubos, o que pode estar relacionado à oportunidade e facilidade de acesso dos criminosos aos veículos estacionados em locais públicos ou residenciais. Além disso, é possível notar variações nos números de ocorrências ao longo dos dias da semana para ambos os tipos de crime. Por exemplo, os dados revelam que os dias com maior incidência de roubos de carros são quintas-feiras (15 roubos), seguidas por segundas-feiras e quartas-feiras (12 roubos), enquanto os furtos de carros são mais frequentes nas quartas-feiras e terças-feiras. Essas variações podem indicar diferentes padrões de atividade criminosa ao longo da semana, possivelmente influenciados por fatores como a movimentação da população, dias úteis versus finais de semana, entre outros. Por outro lado, os registros de roubos e furtos de motos mostram uma variação menos pronunciada ao longo dos dias da semana, com números relativamente consistentes. No entanto, é interessante notar que os furtos de motos tendem a ser mais frequentes às terças e quartas-feiras, enquanto os roubos são mais comuns às quintas-feiras. Essa consistência nos números pode indicar uma abordagem mais sistemática por parte dos criminosos ao visar esse tipo de veículo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da análise aprofundada sobre os roubos e furtos de veículos na Região Metropolitana de Belém no período de 2021 a 2024, torna-se evidente a complexidade desse fenômeno criminoso e suas implicações

para a segurança pública local. Este estudo objetivou compreender os padrões, tendências e fatores influenciadores desses crimes, buscando fornecer dados para o enfrentamento dessa problemática. Ao relacionar os resultados com o problema do artigo e seus objetivos, fica claro que a incidência de roubos e furtos de veículos na região demanda uma abordagem multifacetada, que leve em consideração não apenas os aspectos criminais, mas também sociais, econômicos e estruturais. A compreensão dos padrões de atividade criminosa é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e combate. As hipóteses propostas inicialmente foram confirmadas em grande parte das análises realizadas. Observou-se uma tendência de maior incidência de furtos em comparação com os roubos, o que sugere uma oportunidade e facilidade de acesso dos criminosos aos veículos estacionados. Além disso, foi possível constatar variações nos números de ocorrências ao longo dos dias da semana, indicando diferentes padrões de atividade criminosa influenciados por fatores como movimentação da população e dias úteis versus finais de semana. Em termos de contribuições e recomendações, se destaca importância do reforço das medidas de segurança nos períodos de maior incidência de crimes, como a noite e madrugada. Com tudo, sugere implementação de estratégia específica de prevenção direcionada as motocicletas, dado padrão diferenciado de atividade criminosa nesse tipo de veículo.

A análise contínua dos padrões criminais e a adaptação das políticas de segurança pública são cruciais para garantir a eficácia das medidas implementadas. Dessa forma, é possível concluir que este estudo oferece insights valiosos para o enfrentamento dos roubos e furtos de veículos na Região Metropolitana de Belém. No entanto, ressalta-se a necessidade de uma abordagem integrada e contínua, que



envolva não apenas as forças de segurança, mas também a comunidade e outros setores da sociedade, visando a construção de um ambiente mais seguro e resiliente para todos. A análise dos resultados desse trabalho à luz do contexto da pandemia de Covid-19 revela algumas tendências e possíveis impactos decorrentes das medidas de restrição implementadas para conter a propagação do vírus. É importante observar que, durante os primeiros meses da pandemia em 2020 e 2021, houve uma redução brusca nos índices de roubos e furtos de veículos, como resultado das medidas de isolamento social e restrições de mobilidade. Esse declínio pode ser atribuído à diminuição da circulação de pessoas e veículos nas ruas, o que dificultou as oportunidades para os criminosos agirem. No entanto, ao longo do período analisado até 2024, observou-se uma retomada gradual desses índices, indicando uma possível adaptação dos criminosos às novas condições impostas pela pandemia. Esse fenômeno pode ser explicado pela flexibilização das restrições de mobilidade e retorno gradual das atividades econômicas aumentando oportunidades para a prática de crimes.

Além disso, a análise dos dados por turno e dia da semana revelou padrões consistentes de maior incidência de roubos e furtos de veículos durante a noite e madrugada, bem como em determinados dias da semana. Esses padrões podem refletir não apenas a menor presença policial durante esses períodos, mas também mudanças nos hábitos de mobilidade da população devido à pandemia. Por exemplo, o aumento do trabalho remoto e a redução das atividades noturnas de lazer podem ter influenciado a movimentação de veículos e pessoas durante os horários de pico de criminalidade. Da mesma forma, as restrições de mobilidade podem ter impactado a disponibilidade de veículos estacionados em determinados locais, afetando os padrões

de furtos. Em suma, a pandemia de Covid-19 parece ter influenciado os padrões de roubos e furtos de veículos na Região Metropolitana de Belém, tanto em termos de magnitude quanto de distribuição temporal. No entanto, é importante destacar que outros fatores além da pandemia, como mudanças estruturais na sociedade e nas políticas de segurança pública, também podem ter contribuído para esses resultados. Portanto, uma análise abrangente desses fenômenos requer uma compreensão holística do contexto em que estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. C. de; ALMEIDA JÚNIOR, W. C. de. As políticas públicas de segurança na pandemia causada pela covid-19. **Revista Direitos Culturais**, v. 16, n. 39, p. 131-141, 9 set. 2021. Disponível em: < <https://san.uri.br/revistas/index.php/direitosculturais/article/view/369>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <<https://tinyurl.com/44tkn9ur>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. **Deliberação nº 135, de 30 de janeiro de 2013**. Altera a Resolução nº 330, de 14 de agosto de 2009, que estabelece o cronograma para a instalação do equipamento obrigatório definido na Resolução nº 247/07. Brasília: Conselho Nacional de Trânsito, 2013b. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4ybpjjuw>>. Acesso em: 01 mai. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 fev. 2006b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp121.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar Nº 14, de 8 de junho de 1973.** Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Presidência da República. Casa Civil. 1973. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp14.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2024.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 245, de 27 de julho de 2007.** Dispõe sobre a instalação de equipamento obrigatório, denominado antifurto, nos veículos novos saídos de fábrica, nacionais e estrangeiros. Brasília: Conselho Nacional de Trânsito, 2007. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mpdntf7r>>. Acesso em: 01 mai. 2024.

CAVALCANTE, Lucidéa Santos. **Caracterização do crime de Roubo em Belém.** 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública) PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y8nypn9s>> Acesso em: 23 maio 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ypv93c4a>>. Acesso em: 01 mai. 2024.

G1. **Veja o que é permitido e proibido pelas novas medidas de restrição na Região Metropolitana de Belém.** G1 Pará. Publicação 15/03/2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3ppj3x4e>>. Acesso: 28/04/2024.

GRANADA, D. et al. A pandemia de covid-19 e a mobilidade internacional no Brasil: desafios para a saúde e proteção social de migrantes internacionais em tempos de incertezas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 30, p. e2023033, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/NrkLNHknL87pScvtpccyDdP/#>> Acesso: 28 abr. 2024.

HERMES, S. S. G. A. L. **Distribuição espacial e perfil dos roubos e furtos de veículos na cidade de Natal/RN - período 2012-2021**. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Departamento de Demografia e Ciências Atuariais, Programa de Pós-Graduação em Demografia, 2022. Disponível: <<https://tinyurl.com/3ddmdy7d>> Acesso: 28 abr. 2024.

LOPES, Hosana Tamara Socorro Silva. **Distinção entre os crimes de roubo e furto: estudo sobre os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais no que concerne ao critério da violência empregada**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Estadual da Paraíba, Campus Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas, Departamento de Direito. Campina Grande, PB. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y94c2wy9>>. Acesso: 01 mai. 2024.

MAIA FILHO, M. S. Medidas de Emergência no Contexto da Covid-19. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 1, p. 170–195, jan. 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/33u2tmvw>> Acesso: 28 abr. 2024.

MARCOVECCHIO, E. Dizionario etimológico storico dei iermini mediei. Fircnze, Festina Lente, 1993.

PARÁ. **Decreto Estadual nº 800, de 27 de agosto de 2021**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yun292tj>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.959, de 16 de julho de 1988**. Criou o Centro Integrado de Operações (CIOp). Diário Oficial do Estado do Pará (DOE/PA). Edição nº 28.789 de 17 de julho de 1988. Página 03. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2urm4p3x>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PEREIRA, F. DA S.; VIEIRA, I. C. G. Expansão urbana da Região Metropolitana de Belém sob a ótica de um sistema de índices de sustentabilidade. **Revista Ambiente & Água**, v. 11, n. 3, p. 731–744, jul. 2016. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2mzbeknn>> Acesso: 28 abr. 2024.

PRODANO V. C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.**

2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAMPAIO, N. A. de S.; ASSUMPÇÃO, A. R. P. de; FONSECA, B. B. da. **Estatística Descritiva.** Belo Horizonte, Editora Poisson, 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ydpb6bxm>>. Acesso: 28/04/2024.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ (SEGUP/PA). **Centro Integrado de Operações (CIOp) completa 25 anos de serviços à população.** 16 de julho de 2023. Disponível em: < <https://tinyurl.com/raszx7w2> >. Acesso em: 28 abr. 2024.

SZWARCWALD, C. L. et al. Adesão às medidas de restrição de contato físico e disseminação da COVID-19 no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 5, p. e2020432, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/yhbwtf69>> Acesso: 28 abr. 2024.

VALE, M. S. M.; RICCI, F.; OLIVEIRA, E. A. de A. Q. **Grande Belém: Região Metropolitana e Cidades Sustentáveis.** In: XV INIC, XI EPG e V INIC Jr - UNIVAP, 2011. Disponível em: < <https://tinyurl.com/4vp2caxu> > Acesso: 28 abr. 2024.

## CAPITULO 4

### Mediação de conflitos nas delegacias de polícia civil: uma prática restaurativa que concretiza o princípio constitucional da eficiência

**João Victor Tayah Lima**

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos  
pela Universidade do Estado do Amazonas  
Manaus – Amazonas – Brasil | jvtayah@gmail.com

#### RESUMO

**Importância do estudo:** O tratamento dado às ocorrências de menor potencial ofensivo nas delegacias de polícia não tem alcançado níveis satisfatórios de desempenho, ora porque atende a uma lógica de excessiva judicialização, ora porque é objeto de negligência, diante da prioridade dada aos delitos mais graves.

**Objetivo:** A pesquisa tem como objetivo geral analisar o modo como os conflitos apresentados nas unidades de polícia civil são gerenciados. Partindo deste propósito, apresentam-se os objetivos específicos de correlacionar este diagnóstico com as ideias de Justiça Restaurativa e com os ditames normativos e valorativos apresentados pelo princípio constitucional da eficiência. **Materiais e métodos:** Delineou-se uma pesquisa explicativa, utilizando-se das fontes documental e bibliográfica para discutir ideias e experiências firmadas pela doutrina nacional e estrangeira. Utilizou-se o método dedutivo para demonstrar se é possível se utilizar a mediação como instrumento de uma atuação policial mais eficiente e embasada na promoção de direitos humanos. **Resultados e discussões:** Identifica-se que a judicialização dos conflitos geralmente impõe mais sofrimento do que satisfação às partes, em razão do caráter adversarial

dos processos e da demora excessiva para sua conclusão. E que a omissão policial pode contribuir para a desorganização social, aumentando a sensação de impunidade e descrédito das instituições. **Conclusões:** A mediação é uma prática restaurativa desejável nos fatos atípicos ou criminais de ação privada e ação penal pública condicionada à representação, pois tem o poder de transformar positivamente o conflito, atendendo às necessidades, tanto da sociedade, quanto da máquina administrativa.

**Palavras-chave:** eficiência; justiça restaurativa; mediação policial.

## 1 Introdução

As delegacias de polícia são espaços de constante recepção e tratamento dos mais variados conflitos sociais. É notória a dificuldade que é imposta à população para obter acesso aos demais sujeitos que integram o sistema jurídico-criminal, sendo praticamente impossível que um cidadão comum obtenha o privilégio de expor seu problema a um juiz de direito, promotor de justiça ou defensor público. Muitos dos conflitos apresentados não possuem, sequer, qualquer conotação criminal, e por isso não são demandantes de intervenção policial em sentido estrito. Mas é nos plantões policiais ininterruptos que o cidadão comum encontra a guarida para falar sobre qualquer fato que lhe aflige.

O tratamento que será dado à ocorrência apresentada na delegacia é crucial e pode contribuir para apaziguar ou piorar. O formato dos inquéritos policiais e dos processos judiciais é voltado ao estabelecimento de uma visão de opostos. Vivemos numa sociedade pautada por métodos adversariais de resolução dos conflitos, de onde devem sair necessariamente um ganhador e um perdedor. A meta é vencer o adversário, ou detê-lo: esquema vitória-derrota ou ganha-perde. Trata-se de uma perigosa cultura, que deixa as pessoas

totalmente despreparadas para lidar com as dificuldades que os conflitos trazem. Além de mergulhar os sujeitos do conflito em um emaranhado processual que, já saturado pela crescente judicialização, é incapaz de dar respostas rápidas e satisfatórias às partes.

De outro modo, as unidades policiais, abarrotadas por registros de ocorrência em número, quase sempre, impossível de operar, tendem a, seletivamente, dedicar os seus poucos recursos (de tempo, estrutura e pessoas) à resolatividade de crimes considerados mais graves, que geralmente vêm acompanhadas de maior clamor social, potencializado na era da informação pela internet e pelas redes sociais. Assim, as ocorrências de menor potencial ofensivo, que poderiam ser solucionadas por meios mais céleres e informais, vão se reduzindo ao mero fornecimento de uma cópia de boletim ao comunicante, dado no ato do registro.

A despeito da aparência de delito “menor” (nomenclatura dada inclusive legalmente pela Lei n. 9.099/1995<sup>1</sup>), é importante alertar que, quando o Estado permite que conflitos interpessoais sejam mal gerenciados ou se omite no seu papel de intermediador, há uma tendência ao crescimento de situações de violência. E conseqüentemente problemas que, até então se situavam no âmbito não-criminal ou criminal de menor potencial ofensivo, evoluem para conflitos criminais mais graves. Sem falar na perda do sentimento geral de legitimidade e credibilidade que se empresta às instituições, deteriorado pela inércia que, não raro, é assumida como resposta aos conflitos entre familiares, vizinhos ou colegas de trabalho.

---

<sup>1</sup> Aduz o artigo 61 da mencionada lei que “Consideram-se infrações penais de **menor potencial ofensivo**, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.” (grifo nosso)



Atendendo a um paradigma de eficiência, na condição de princípio constitucional inafastável no exercício da função pública<sup>2</sup>, é premente que a Polícia Civil, em uma perspectiva de segurança pública cidadã e de preservação dos direitos humanos, abrace sua missão transformadora dos conflitos, priorizando os métodos não-violentos em sua resolução. O objetivo básico deve ser a transformação das pessoas de peças de um conflito em sujeitos no conflito. Os conflitos têm uma lógica e as formas de resolução pacífica trazem a possibilidade de tratar as diferenças com racionalidade. O que a resolução consensual proporciona é o resgate de cada envolvido, como alguém capaz de obter acordos, de estabelecer pontes, enfim, de compreender. Portanto, trata-se de construir um pacto voluntário onde as partes envolvidas sejam beneficiadas, em um esquema “vitória-vitória” ou “ganha-ganha”.

A presente pesquisa possui o objetivo de analisar o modo como as ocorrências de menor potencial ofensivo são dirimidas nas delegacias de polícia civil. E a partir daí se assentam os objetivos específicos de correlacionar a mediação policial de conflitos com o ideal de Justiça Restaurativa, além de demonstrar como o uso desta ferramenta pode atender plenamente aos ditames do princípio constitucional da eficiência. Diante destes propósitos, utilizar-se-á do método dedutivo para, em perquirição documental e bibliográfica, alcançar resultados aptos a serem analisados sob o prisma qualitativo.

---

<sup>2</sup> A Constituição Federal, ao instituir os princípios basilares que conduzem a Administração Pública, assim dispôs, em seu artigo 37: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte.” (grifo nosso)

### a) MEDIAÇÃO: De Método Alternativo a Método Principal de Resolução de Conflitos no Âmbito Policial

Convencionou-se afirmar que a mediação, ao lado de outros métodos extrajudiciais de resolução de conflitos (como a conciliação e a arbitragem), são instrumentos “alternativos” para a promoção de justiça<sup>3</sup>. Trata-se de uma visão focada na judicialização, que contraria o caráter subsidiário do Direito Penal<sup>4</sup> e as tendências modernas que o próprio Judiciário tem adotado, ora guiado por instrumentos normativos do direito interno, ora norteado por pactos firmados na ordem internacional<sup>5</sup>.

A mediação é um dos mecanismos pelos quais se almeja deslocar o enfoque do Direito Penal, saindo de uma lógica retributiva (que visa combater o mal do eventual delito com o mal da pena, na forma de castigo) para uma lógica restaurativa (que empreende um esforço

<sup>3</sup> Importando a doutrina estrangeira, que se refere aos mencionados métodos com a sigla ADRs (Alternative Dispute Resolutions), a doutrina pátria tem feito uso rotineiro das siglas MASCs (Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias) ou MESCs (Meios Extrajudiciais de Resolução de Controvérsias). Dada a importância primordial dos institutos, que deveriam ser empregados em caráter preferencial, e não complementar, acreditamos serem mais adequadas as nomenclaturas RAD (Resolução Adequada de Disputas) ou MASCs (Métodos Autocompositivos de Solução de Conflitos).

<sup>4</sup> Segundo Roxin (1976, p. 21), o Direito Penal é subsidiário por natureza, ou seja, apenas lesões aos direitos legais e as infrações aos fins da segurança social podem ser punidas, se for inevitável para uma vida comunitária ordenada.

<sup>5</sup> No âmbito interno, pode-se citar a Resolução n. 225 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que promove ações de incentivo à Justiça Restaurativa no Poder Judiciário brasileiro. Na ordem internacional, vale mencionar a Resolução n. 200/2012 da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual estabelece princípios básicos para aplicação da Justiça Restaurativa em matéria criminal.

ativo para estimular a autorresponsabilidade do ofensor, induzindo-o a corrigir e reparar os males advindos da conduta ilegal). Portanto a mediação está contida na ideia de Justiça Restaurativa, sendo o termo “justiça” utilizado em sentido amplo, como forma de corrigir injustiças, e não como sinônimo de atividade jurisdicional, típica do poder judicante.

O conflito é tanto inevitável quanto comum no meio social. Sua existência não se traduz necessariamente em consequências negativas e danosas à comunidade. Pelo contrário, a depender do tratamento dado ao conflito, pode ser ele o catalisador de mudanças comportamentais que desembocam em uma convivência mais madura e pacífica. Destinar sempre um ajuste formalista e rígido ao conflito, tombando-o por meio de procedimentos policiais e judiciais, contraria até mesmo a finalidade que norteia a existência da Administração Pública: o atendimento do interesse público.

É certo reconhecer que, ao procurar uma delegacia de polícia, o cidadão está renunciando à prática da autotutela na superação dos próprios conflitos (até porque, em regra, tal exercício é considerado ilegal pelo ordenamento jurídico), para pedir socorro ao Estado, que monopolizando o direito de usar a força legítima<sup>6</sup>, possui supremacia e atributos exorbitantes, em comparação aos particulares. Mas isto não significa que o Estado precise retirar a autonomia do indivíduo, assumindo a tutela jurídico-formal dos seus direitos. Tal resposta estatal não só é contraproducente e antieconômica, como prolonga os conflitos

---

<sup>6</sup> Na obra “A política como vocação”, Max Weber (1996 [1918-19], p. 56) explica: “é, com efeito, próprio de nossa época não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser em casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do ‘direito’ à violência.”

por tempo indesejável<sup>7</sup> e incentiva o infantilismo e o vitimismo entre os indivíduos conflitantes<sup>8</sup>.

A institucionalização do conflito impõe uma relação de confronto entre vítima e ofensor, que já na classificação do processo, acrescenta os rótulos de “requerente” e “requerido” ou de “réu” e “vítima”. Um etiquetamento estigmatizante<sup>9</sup> que exorta as partes à beligerância. Dado que não é deferido ao delegado de polícia o poder de arquivar inquéritos policiais ou termos circunstanciados de ocorrência, todo procedimento policial deve necessariamente redundar em um novo procedimento, agora em formato judicial.

No processo judicial, cada parte é incentivada a provar unilateralmente a sua verdade, dever que é geralmente delegado a um advogado, o qual cumpre a função por remuneração ou mera benevolência. Então o Estado substitui as aspirações das partes pelo simples amoldamento típico a uma norma legal, um bem jurídico abstrato supostamente violado. Quando o aparato estatal ignora as demandas e particularidades dos envolvidos em nome da autoridade

---

<sup>7</sup> Dados do Conselho Nacional de Justiça (2022, p. 209) revelam que o tempo médio de duração de um processo judicial no Brasil, desde o início até o seu encerramento, é de 2 anos e 1 mês.

<sup>8</sup> Citando P. Bruckner, Theophilos Rifiotis (2014, p. 135) disserta sobre a evidente dificuldade do sujeito contemporâneo de se relacionar com o mundo de maneira responsável, repetidamente aspirando à condição de inocente. A tentação da inocência se evidenciaria pelo infantilismo e pelo vitimismo, sendo ambos constitutivos do discurso de alheamento do sujeito: “todos são culpados, exceto eu”, ou o Estado “deve suprir as minhas carências”.

<sup>9</sup> Pela teoria criminológica do etiquetamento, após a criminalização primária (tipificação legal do crime) e a criminalização secundária (rotulação de indivíduos como dotados de “comportamento desviante”), há ainda a criminalização terciária, passando pela internalização desse rótulo pelo próprio indivíduo (Baratta, 2011, p. 85).

fria da lei, a sentença de um terceiro estranho, que decide o destino de pessoas que geralmente não conhece, pode até amplificar o conflito ou produzir soluções ilusórias que não atendam às partes implicadas: nem ao ofendido nem à vítima. O processo penal tradicional é eminentemente adversarial e se limita a fabricar culpados. A arena judicial, formatada para proclamar um desfecho com vencedores e vencidos, é incapaz de conceber um final feliz para todos.

Não se deseja nesta pesquisa descredibilizar, em absoluto, a utilidade dos métodos judiciais na resolução de conflitos. Eles são necessários, principalmente nas ocasiões em que a ofensa assume contornos mais gravosos, insuscetíveis de resolução pacífica e voluntária. Mas é imperioso que o sistema criminal, que geralmente se inicia nas delegacias de polícia, possa buscar resolutividade do conflito em sua origem, tratando a via judicial como a exceção, e não como a regra. Assim se evita o desgaste, tanto das partes quanto da máquina administrativa. E melhor atende-se ao pressuposto objetivo do interesse de agir, como condição da ação, que se perfaz pela utilidade que o provimento jurisdicional pode trazer ao demandante<sup>10</sup>.

Desta maneira, faz-se necessário que a Polícia Civil, na gestão de conflitos de menor potencial ofensivo, se adapte a um padrão de justiça reconstrutiva ou terapêutica, que não busca se escorar no poder das armas ou prisões (essenciais no enfrentamento à criminalidade violenta ou organizada), mas se concentre na busca por uma harmonia não-coercitiva. Esta postura é plenamente cabível nas infrações de ação

---

<sup>10</sup> O interesse de agir é o resultado da necessidade da tutela jurisdicional. Se existem outras formas de se resolver o conflito, a jurisdição estatal se revela desnecessária. Seria o interesse de agir, portanto, o remédio extremo e indispensável ao cidadão. O Código de Processo Penal, em seu artigo 395 impõe a rejeição da denúncia ou queixa, quando faltar pressuposto processual, condição da ação ou justa causa para o exercício da ação penal.

privada ou de ação penal pública condicionada à representação, posto que estejam subjugados à disponibilidade da vítima, em seu direito de prosseguir ou não no feito. Nestes casos, não haveria o dever vinculado (e, portanto, mandamental) de se lavrar o procedimento policial, havendo mais liberdade no modo de deslindar o conflito.

É assim que a Polícia será capaz de refazer o tecido social, rompido pela conduta injusta. Porque “o crime ou comportamento nocivo é uma violação de pessoas e de relacionamentos interpessoais” e por isso acarreta obrigações, sobretudo de corrigir o mal praticado (Zehr, 2022, p. 35). Resgatar o senso de autorresponsabilidade, conscientizando os sujeitos conflitantes de que a promoção de uma segurança pública eficiente é dever de todos<sup>11</sup>, deve constituir um compromisso primacial das corporações policiais, em detrimento do comodismo de se digitar intermináveis termos de declaração e de interrogatório, que irão compor pilhas digitais e impessoais no acervo judiciário. Corroborando esta compreensão, afirma Emerson Silva Barbosa (2020, p.235):

Esse processo de *comunitarização* da justiça ou repartição de responsabilidades sociais objetivas tem, portanto, pleiteado suprir os déficits de tratamento com igual respeito e consideração que o ato requer, próprios da justiça formal – com total indiferença aos interessados -, restabelecendo o universo de obrigação recíproca criado pela apropriação do conflito, pela participação das partes e autogestão da vida coletiva e pela possibilidade de consenso.

As partes envolvidas no conflito precisam ter voz e controle sobre o desenlace da disputa. A mediação, como experiência restaurativa,

---

<sup>11</sup> A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 144: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos.” (grifo nosso)

reconhece as partes como sujeitos éticos e os convida à construção coletiva e consensual de soluções satisfatórias para todos. Barcellar (2011, p. 311) ensina que:

A verdadeira justiça só se alcança quando os casos ‘se solucionam’ mediante consenso. Não se alcança a paz resolvendo só parcela do problema (controvérsia); o que se busca é a pacificação social do conflito com a solução de todas as questões que envolvam o relacionamento entre os interessados.

O delegado de polícia, como primeiro agente público a avaliar e filtrar a subsunção do fato apresentado às respostas juridicamente permitidas, detém um dever-poder extraordinário nas mãos: o de estreitar a proximidade com a comunidade, figurando na condição de confiável coparticipante na formação de relações sociais saudáveis, que edificam um ideal de polícia comunitária moderna e calcada na proteção dos direitos humanos. O uso de práticas restaurativas engendra uma polícia de proximidade, mais democrática, que entende que a lei é um meio para aliviar a convivência, e não um fim em si mesmo.

#### b) A MEDIAÇÃO COMO MECANISMO POLICIAL A SERVIÇO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA

Em que pese o esforço legislativo realizado em 1998, por meio da Emenda Constitucional n. 19, para erigir a eficiência à condição de cânone constitucional balizador de todo o modo de agir da Administração Pública, não é exagero reconhecer que muito ainda precisa ser feito para que a segurança pública no Brasil atinja níveis satisfatórios de rendimento funcional e de economicidade racional nos investimentos públicos realizados.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 relatam

que as despesas com segurança pública em 2022 foram de R\$ 124,8 bilhões, um crescimento de 11,6% com relação a 2021, representando 1,26% do PIB brasileiro (BRASIL, 2023). Apesar disto, os índices criminais permanecem alarmantes, e sete em cada dez brasileiros desconfiam do trabalho da polícia (Karter, 2023), um dado que não pode ser negligenciado, pois indica que as polícias não estão conseguindo atender satisfatoriamente às expectativas dos seus usuários-clientes.

Por um lado, a omissão policial no trato das ocorrências de menor potencial ofensivo pode favorecer a reincidência ou mesmo a sensação de desorganização social, propiciando o cometimento de novos crimes. A cominação abstrata da pena cabível para cada delito não deveria ser um parâmetro para definição de prioridades no ambiente policial, mesmo sendo prática que tem se revelado comum. Contudo, a judicialização do conflito implica inseri-lo num gargalo judicial, já abarrotado, após já ter submetido as partes a variadas intimações e reduções das declarações a termo, atos que serão repetidos nos gabinetes do Poder Judiciário.

Relatório do Conselho Nacional de Justiça (2022, ano-base 2021, p. 192) informam que existem 60.935.545 processos pendentes de julgamento na justiça. E o controle de eficiência da segurança pública, quando existe, incentiva os agentes policiais a contribuírem ainda mais para a indesejada judicialização, posto que os relatórios estatísticos de desempenho geralmente são baseados no número de procedimentos instaurados. Assim, o agente policial acaba se encarregando de arquitetar, ele próprio, a institucionalização preferencial dos conflitos, que irão alimentar os números elogiados pelos superiores hierárquicos. É urgente inverter esta inspeção desacertada de eficiência.

O foco da atividade policial deve ser o atendimento das necessidades dos seus usuários. O agente policial não pode ser o único



responsável por elaborar os elementos avaliativos da sua laboração funcional, ele necessita ser submetido ao controle popular dos cidadãos-clientes que demandam seus serviços. Medir eficiência sem participação social apenas contribui para formatar um diagnóstico impreciso, que pode até atender à vaidade ou outro sentimento pessoal do administrador público, mas não supre a carência de um serviço público de excelência.

Questione-se a um cidadão se ele saiu contente da delegacia após ver sua demanda ser encaminhada sem solução para o Judiciário. Faça-se o mesmo questionamento para aqueles cujo conflito fora mediado no recinto policial. É tema para uma futura pesquisa, mas é fácil arriscar a validação da hipótese de que os níveis de satisfação serão maiores no segundo caso. Tanto porque a solução será bem mais célere que a costumeiramente dada pela via judicial, quanto porque o acordo obtido com a mediação agrada a todas as partes. E o Brasil possui experiências positivas que podem reforçar esta estimativa.

Em São Paulo, os Núcleos Especiais Criminais (NECRIMs) da Polícia Civil promoveram, de 2010 a 2018, 126.027 audiências, obtendo solução consensual em 88% delas (Rodrigues, 2022, p. 333). Experiência similar instalada no 1º DP de Fortaleza constatou que, das 92 mediações realizadas entre abril e setembro de 2021, 88% foram resolvidas com acordo aceito pelas partes (Coutinho; Da Silva, 2022, p. 141). O projeto “Acorde – Porque Conversar Resolve” realizou, no estado de Sergipe em 2015, 656 atendimentos e 109 mediações. Entre os mediantes, 96% afirmaram estarem satisfeitos ou muito satisfeitos e 98% afirmaram que os acordos firmados estão sendo cumpridos (Gonçalves; Almeida; Damasceno, 2018, p. online). Mas, não é só no Brasil, que experiências de sucesso têm sido implementadas na área da mediação policial. Pesquisa realizada na cidade de Montería, na Colômbia, registrou índice

de resolutividade de 97,2%, nas mediações realizadas. O estudo conclui que “a imagem institucional da Polícia Metropolitana de Montería mudou, porque estão vendo o policial como um mediador, como um apoio imediato da comunidade” (Cruz; Medina, 2017, p. 86).

Considerando que a mediação é realizada em atendimento aos princípios da autonomia da vontade das partes, da busca pelo consenso, da decisão informada e da boa-fé, resultados alcançados em patamar tão categórico não podem ser obliterados. Eles permitem apontar que os sujeitos em conflito estão obtendo sucesso na construção mútua de uma solução dos próprios problemas, o que certamente lhes transmite maior sensação de justiça sendo destinada pela atividade policial. O conforto psicológico reconquistado foi alcançado graças à intermediação policial, o que provoca, como efeitos secundários, também a recuperação da credibilidade institucional e o encurtamento de laços comunicacionais da polícia com a comunidade. E até os laços intraorganizacionais entre os policiais são enriquecidos, já que:

No plano interno, supõe-se uma fonte de satisfação para os próprios policiais, ao sentirem-se apreciados pela cidadania e que há de supor o bem-estar psicológico dos próprios policiais. (...) O desempenho também será levado em consideração, pois as equipes de alto desempenho se caracterizam por compartilhar um objetivo comum e se sentem orgulhosos de pertencer a este trabalho. (Redorta; Gallardo, 2014, p. 9)

A mediação, por conseguinte, torna as delegacias de polícia mais eficientes, à medida que otimiza o gerenciamento dos recursos disponíveis (mão-de-obra, material e tempo). E torna a Polícia mais eficaz, voltada ao atingimento de resultados, num esforço de resgate da verdadeira missão da Segurança Pública: a pacificação social. Alexandre de Moraes aponta, como características do

princípio da eficiência: direcionamento à efetividade do bem comum, imparcialidade, neutralidade, transparência, participação, aproximação dos serviços públicos da população, eficácia, desburocratização e busca da qualidade (Moraes, 2007, p. 319). A mediação, atendendo a todos estes fundamentos, permitiria maior controle dos pactos firmados, diminuiria o volume de trabalho do Judiciário e reduziria a repetição ou a evolução de comportamentos criminosos.

Por exigir uma transformação profunda na mentalidade das corporações policiais, a inversão de prioridades, de um eixo judicializador para um eixo mediador, não estaria livre de obstáculos internos e externos. Mas a mediação não exige mais do que mera adequação às exigências legais já existentes. A Lei n. 13.460/2017, conhecida como Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos, impõe “a eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido”, no inciso XI do seu artigo 5º. E entre os direitos básicos dos usuários, capitulados no artigo 6º, está o de “obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação”. Considerando que a mediação é baseada na voluntariedade dos participantes, convém admitir que, informar o usuário sobre a possibilidade de mediação, consubstancia este direito, já previsto em lei.

Apostar na mediação é investir na paz. É fazer muito mais, gastando menos, em atendimento pleno a um horizonte de economicidade. Para Josep Redorta e Rosana Gallardo (2014, p. 8), isto é:

Precisamente contribuir para uma sociedade mais igualitária, livre e justa e, onde seja possível construir um projeto de vida em comum, compartilhar, e precisamente nesta área, é que a cultura de Mediação e, por extensão, a Mediação Policial pode ser um instrumento de especial utilidade (...) por isso que consideramos

particularmente importante o compromisso político pela Mediação Policial, como investimento em convivência que contribui para o fortalecimento social; o que aproxima a Administração ao povo, tornando-se uma ferramenta estratégica para fazer uma contribuição para a saúde social, assumindo, em suma, um investimento na paz.

## 2 Conclusões

A realidade encontrada atualmente nas delegacias de polícia em tema de ocorrências de menor potencial ofensivo é desanimadora, seja para os sujeitos conflitantes, seja para os agentes policiais. Nem a sociedade e nem a máquina administrativa obtêm proveito, quando as mencionadas ocorrências são relegadas ao mero registro do boletim de ocorrência ou simplesmente inseridas num contexto cartorário de redução a termo e encaminhamento ao Judiciário, onde tudo será repetido sob um horizonte de batalha pela demonstração de quem detém a razão.

O processo penal demanda acompanhar a evolução da sociedade. A lógica punitivista e adversarial aplicada às infrações menores pode ter possuído alguma serventia em dado contexto histórico e social pelo qual passou o país, mas já não se apresenta conveniente na atualidade. Os dados que compõem relatórios oficiais do Poder Judiciário provam que o tempo de espera por um desfecho judicial pode promover um sofrimento maior do que a própria pena. E ao eventual ganhador da demanda, um desgaste que não se supera por qualquer sentença de procedência. A conjuntura contemporânea, aprendendo com os erros do passado, anseia por uma Segurança Pública esteada na preservação dos direitos humanos e orientada à produção de resultados.

As delegacias de polícia possuem todo o aparato estrutural necessário a uma reformulação no tratamento dado aos conflitos

comunitários. Os mesmos servidores e equipamentos que servem a uma linha de produção composta de intimações e interrogatórios pode servir a um propósito menos fatigante. Em simples audiência de mediação, se produz o termo de composição, que assinado pelas partes, podem ou não seguir para um simples ato homologatório da autoridade judiciária.

Reconhece-se que a mediação não pode ser aplicada a todas as ocorrências penais, embora seja cabível em grande parte delas<sup>12</sup>. É uma prática restaurativa que indubitavelmente reforça o caráter subsidiário da persecução penal e que, sustentada pelos instrumentos legais já existentes, instrumentaliza a eficiência para consolidar um modo de administrar a coisa pública com alto rendimento funcional e com compromisso ético-social.

Resta, portanto, aos gestores policiais, colocar em prática a boa administração dos conflitos. Trata-se de mudança paradigmática não apenas possível, mas essencial. Somente assim, as delegacias de polícia abandonarão o estigma de espaços sombrios destinados exclusivamente à punição para assumirem uma nova roupagem acolhedora, onde as pessoas comparecem para verem efetivados os seus direitos fundamentais.

---

<sup>12</sup> Estatística dos registros de ocorrência, envolvendo IP e TCO dos anos de 2018 a 2021, oriundos das Unidades Policiais da capital do Amazonas (Manaus) - Polícia Civil do Amazonas, apresentam a instauração de 518.088 inquéritos policiais e 334.771 termos circunstanciados de ocorrência no referido período. Tal evidência permite concluir que 39,25% das ocorrências se inserem na classificação de conflitos de menor potencial ofensivo, que, em regra, são passíveis de mediação (CAVALCANTI, 2022, p. 54).

## REFERÊNCIAS

BACELLAR, Roberto Portugal. **O poder judiciário e o paradigma da guerra na solução dos conflitos**. In: RICHA, Morgana de Almeida; PELUSO, Antônio Cezar (Coord.). Conciliação e mediação: estruturação da política judiciária nacional. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011.

BARBOSA, Emerson Silva. Mediação Policial: da produção de culpadas à produção de consenso nas delegacias de polícia. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 11, n. 1, p. 227-271, 2020.

BIF, Larissa Puhl et al. Mediação de Conflitos e a Segurança Pública: proposta de aplicação da justiça restaurativa na delegacia de Polícia de Porto Nacional–TO. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, 2022.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 05 jul. 2023.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Brasília, DF, [2003]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. **Justiça em números - 2022**. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/justica-em-numeros-2022-1.pdf>. Acesso em 21 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**. Brasília, DF, [2003]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm). Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.460, de 25 de junho de 2017. **Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública**. Brasília, DF, [2017]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm). Acesso em: 25 jul. 2023.

CAVALCANTI, Thyago Tenório Correia de Ataíde. **Mediação de Conflitos na Polícia Civil do Amazonas: estruturação a partir de outros experimentos no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Fortaleza, 2022.

CEDRAZ, Nohan Zardec Santos. **Aplicabilidade da justiça restaurativa nas Delegacias de Polícia: a autoridade policial como facilitador (a) na resolução de conflitos penais**. Trabalho de Conclusão. UFBA, 2017.

CELIS, Claudia Cristina Caicedo. **Filosofías para hacer las paces y el trabajo de mediación de conflictos interpersonales y de familia: reflexiones sobre la experiencia colombiana**. Tese de Doutorado. Universitat Jaume I, 2008.

COUTINHO, Marylane Menezes; SILVA, Maria Andréa Luz da. Política de segurança pública e Mediação (informal) de Conflitos: estudo realizado na delegacia do 1º DP em Fortaleza. **Inovação & Tecnologia Social**, v. 4, n. 10, p. 136-148, 2022.

CRUZ, Estefanía Sandoval; MEDINA, Liyan Ginnet Valderrama. Mediación policial como herramienta para la resolución de conflictos. **INVESTICGA: Revista de Investigación en Gestión Administrativa y Ciencias de la Información**, v. 1, 2017.

CASTRO OLIVEIRA, Gustavo Paschoal Teixeira de et al. A justiça restaurativa como alternativa para a resolução de conflitos no âmbito da persecução penal: uma análise sobre sua aplicabilidade nas delegacias de polícia. **Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 36, 2022.

GONÇALVES, George Feitosa; ALMEIDA, Dandara Chaves; MOREIRA, Mara Livia. **O uso dos métodos consensuais nas delegacias de polícia civil como forma de evitar a judicialização dos litígios**. XXI Semana de Iniciação Científica da Urca, 2018. Disponível em: [http://siseventos.urca.br/assets/pdf/sub\\_trabalhos/41-308-o-uso-dos-metodos-consensuais-nas-delegacias-de-policia-civil-como-forma-de-evitar-a-judicializacao-dos-litigios.pdf](http://siseventos.urca.br/assets/pdf/sub_trabalhos/41-308-o-uso-dos-metodos-consensuais-nas-delegacias-de-policia-civil-como-forma-de-evitar-a-judicializacao-dos-litigios.pdf). Acesso em: 30 jul. 2023.

KARTER, Jonathan. **7 em cada 10 brasileiros desconfiam do trabalho da polícia, diz PoderData**. Poder 360, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/7-em-10-brasileiros-desconfiam-do-trabalho-da-policia-diz-poderdata>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MELO, Anderson Alcântara Silva; PRUDENTE, Neemias Moretti. Projeto Mediar: Práticas Restaurativas e Experiências Desenvolvidas pela Polícia Civil de Minas Gerais. **Parlatorium revista eletrônica da FAMINAS-BH**, 2011.



MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAIS SALES, Lilia Maia de; DAMASCENO, Mara Livia Moreira. Mediação, suas técnicas e o encontro dos conflitos reais: estudo de casos. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 16, n. 16, p. 145-165, 2014.

NETO, Armando de Araujo Paiva. **A possibilidade legal da mediação de conflitos nos crimes de menor potencial ofensivo por intermédio da polícia civil**. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPB, 2019.

REDORTA, JOSEP; GALLARDO, ROSANA. Nuevas Herramientas en Seguridad Pública: La Mediación Policial. **Revista E-mediación**, v. 8, n. 180, 2014.

RODRIGUES, Patrícia Pacheco. A mediação policial conduzida por Delegado de Polícia na solução dos conflitos decorrentes da prática de crimes de menor potencial ofensivo. **Revista brasileira de ciências policiais**, v. 13, n. 10, p. 311-353, 2022.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 1, p. 119-144, 2014.

ROXIN, Claus. **Problemas básicos del derecho penal**. Madrid: Reus, 1976, p. 21-22.

WEBER, Max. **A Política como Vocação**. Ciência e Política, Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

## **CAPÍTULO 5**

### **Crimes motivados por homofobia ocorrido no período da covid-19 no município de Belém, Pará, Brasil**

**Marcos Fabricio da Costa Mattos**

Graduando em Estatística (UFPA)

Belém – Pará – Brasil | marcos.mattos@icen.ufpa.br

**Gelilza Salazar Costa**

Graduada em Estatística (UFPA)

Belém – Pará – Brasil | gelilza@gmail.com

**Adrilayne dos Reis Araújo**

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA

Belém – Pará – Brasil | adrilayne@ufpa.br

#### **RESUMO**

O presente trabalho se propõe a investigar e ampliar, as discussões, acerca da criminalidade no município de Belém durante o período de pandemia Covid-19 com enfoque à população LGBTQIAP+. Será abordado uma análise de cenários das denúncias recebidas pelos órgãos de segurança pública permitido identificar a prevalência, as motivações, formas e fatores em relação as violências ocorridas e a distribuição espacial e temporal desses acontecimentos que envolve as relações de gênero e a diversidade sexual em suas múltiplas cotidianidades, além de traçar um perfil relativo às pessoas denunciante e agressoras. Assim, o objetivo é aprimorar a gestão do conhecimento sobre a homofobia. Logo, trata-se de um estudo aplicado de característica quantitativa do tipo descritivo e exploratório. As informações empregadas foram obtidas junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal, vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa

Social do Pará. Foi aplicada como técnica estatística, a Estatística Descritiva. Com a metodologia empregada pretendeu-se verificar se durante o período pandêmico houve ou não um aumento dos casos de violência motivados por homofobia. Ademais, espera-se que com os resultados encontrados, através dos indicadores de segurança pública e defesa social possam contribuir para um melhor entendimento, além de propor o desenvolvimento de iniciativas estratégicas no sentido de aprimoramento contínuo da prevenção social e combate à violência e criminalidade contra esta população em um horizonte temporal e de futuras políticas públicas efetivas.

**Palavras Chaves:** Estatística Descritiva; LGBTQIAP+; Período Pandêmico.

## Introdução

O ano de 2020 foi marcado pela decretação da pandemia do novo Coronavírus - SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19, que globalmente, tem modificado a vida da maioria das pessoas desde a confirmação do 1º caso na cidade de Wuhan, na China. A doença é provocada pelo vírus Coronavírus, causando desde um quadro clínico assintomático, sintomático de sintomas leves como febre, cansaço e tosse, ou de sintomas graves como febre alta, pneumonia e dispneia, chegando à forma mais grave que é a Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARSCoV-2). A Covid-19 é uma doença de fácil propagação e contágio que preocupa o mundo por ter caráter agressivo e letal. Seu contágio acontece em ritmo muito acelerado, assustando autoridades públicas e causando descontrole social, com consequente colapso na saúde pública e privada, estresse econômico e social, medo do contágio etc. (OMS, 2020a; Marques et al., 2020; Santos et al., 2020; Pereira et al., 2020).

A doença da Covid-19 tomou proporções pandêmicas e a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu recomendações aos países para o combate à pandemia, dentre eles, o isolamento social, para assim evitar o aumento da propagação do vírus e do excesso de atendimentos nos serviços de saúde. Posto isto, vários países, dentre eles o Brasil, aderiu ao movimento criado pela OMS intitulado “Stay Home” ou “Fica em casa” que faz uma solicitação à população para permanecer em casa, tendo como finalidade, evitar a propagação da Covid-19 e a diminuição do número de infectados (OMS, 2020a; OMS, 2020b; Pereira et al., 2020).

O distanciamento social e, a consequente permanência em casa, potencializaram o aumento de alguns tipos de violências, dentre estas, a violência contra os LGBTQIAP+<sup>1</sup> devido ao aumento de tempo em companhia dos seus agressores.

Ficar em casa tornou-se um desafio para mulheres e LGBTs, especialmente travestis e transexuais e outras identidades que sofrem violências intrafamiliares. A medida obrigou mulheres e LGBTs a permanecerem em convivência com seus agressores por um período mais prolongado, não à toa casos de feminicídio e transfeminicídio aumentaram em vários estados brasileiros (Lemos, et al., 2021).

Segundo (Lemos, et al., 2021), a cada uma hora uma pessoa é agredida devido sua orientação sexual ou identidade de gênero. E, de acordo com diagnóstico do Coletivo #VoteLGBT entre 28 de abril a 15 de maio de 2020, houve piora na saúde mental em 42,72% dos mais de

---

<sup>1</sup> A sigla LGBTQIAP+ refere-se à população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, sendo acrescentado o símbolo + para albergar outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. (Fonte: Aliança Nacional LGBTI, 2018)

10 mil LGBT+ entrevistados de todo o país, como o principal impacto da pandemia para esta população. Uma parcela ainda maior, 54%, afirmou que precisa de apoio psicológico. As novas regras do convívio social, a solidão e o convívio familiar, foram mencionados por 39% dos participantes (Lemos, et al., 2021).

De acordo com a (Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2021), os meses com o maior número de assassinatos foram: janeiro, fevereiro, março, abril, junho, agosto e outubro, tendo número superiores à média em 2021, que foi de 11,7 assassinatos/mês. Período este, no qual já estava valendo as medidas de isolamento social. Segundo (Verone, 2022), um levantamento feito pelo aplicativo *Hornet* e divulgado pela Agência Brasil revela que 30% dos 3 mil homens gays, bissexuais e transexuais entrevistados não se consideram seguros dentro de casa com suas famílias.

Neste aspecto, revela-se necessária a compreensão da dinâmica dos crimes praticados contra a população LGBTQIAP+ no município de Belém, estado do Pará, no período de 2020 a 2021, que auxiliará na compreensão do panorama atual da violência homofóbica e sua caracterização, cuja estatística, ferramenta essencial para o planejamento e execução, dará suporte para implementação de medidas preventivas e coercitivas para tais práticas, tendo em vista o fortalecimento da comunidade com o consequente enfrentamento necessário ao combate do referido tipo de violência, justificando assim, a importância e relevância desta pesquisa.

## **Fundamentação Teórica**

O conceito de violência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) afirma que se trata do uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um

grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação, classificando em quatro tipos, física, sexual, psicológica e relacionada à privação ou ao abandono.

Faleiros (2007, p. 32), conceitua a violência como:

[...] uma pratica social repetida, pelo jogo estratégico de busca de vantagens de um sobre outro, inferiorização do outro pela negação de possibilidades, pela violação de direitos dos outros, pela provocação da insegurança ou da incerteza, pela segregação, pela violação da integridade física do outro, pela diminuição da liberdade ou autonomia do outro, de produção do medo pela perversidade, pela exclusão, pela imposição da –solução| repressiva ou mesmo pela extinção do outro.

Faleiros (2007) aponta que o uso de diferentes termos correspondentes a um mesmo conceito não é apenas uma questão terminológica, mas epistemológica, não apenas uma questão epistemológica da construção de conceitos, mas também ética, política e ideológica, porque os conceitos também expressam visões de mundo, o embate de ideias e posicionamentos dos sujeitos sobre os fenômenos sociais e suas manifestações na realidade concreta.

Segundo Martins et al. (2010), chama atenção o paradoxo existente no fato do Brasil ser um país que apresenta a maior parada gay do mundo, e, ainda sim, figurar como o campeão de mortes e violências resultantes de intolerância. O termo “homofobia”, conforme aponta Junqueira (2007), foi cunhado pela primeira vez pelo psicólogo norte americano George Winberg, no ano de 1971, baseado na união das palavras homo (igual) e fobia (aversão), em um período em que a homossexualidade ainda constava no rol de distúrbios psiquiátricos da APA (Associação Americana de Psiquiatria).

Homofobia, portanto, revela-se como atitudes de hostilidade não apenas contra os homossexuais, mas contra o conjunto de indivíduos que não se enquadram nos padrões considerados como norma sexual (Borrillo, 2015, p. 26). Trata-se de um termo empregado para designar qualquer tipo de sentimento negativo em relação aos homossexuais e demais gêneros da população LGBTI+, tais como ódio, aversão, desprezo ou desconforto (Junqueira, 2007).

Borrillo (2015) define a homofobia como uma atitude hostil, destinada a pessoas homossexuais, homens ou mulheres, cuja manifestação arbitrária posiciona o outro como contrário e inferior. E para Gomes et al. (2013), a fobia é o medo e a rejeição levados ao extremo, neste caso específico, direcionados à sexualidade dos indivíduos, quando consideramos as diferentes orientações sexuais existentes, cuja intolerância gera episódios de agressões físicas, morais, sexuais, dentre outras. Muito embora, de fato, existam discretos avanços, as pessoas que vivem relações homoafetivas ainda são obrigadas a portar-se com discrição, não lhes sendo permitido demonstrações de afeto, sobretudo nos espaços públicos, razão pela qual tais relações devem permear o âmbito particular e doméstico, conforme ressalta Gomes et al. (2013).

No que tange à criminalização da homofobia, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, em 13/06/2019, julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) por omissão Nº 26/2019, para dar interpretação conforme a Constituição, em face dos mandados constitucionais de incriminação inscritos nos Incisos XLI e XLII do Art. 5º da Constituição Federal (CF), para enquadrar a homofobia e a transfobia, qualquer que seja a forma de sua manifestação, nos diversos tipos penais definidos na Lei Nº 7.716/1989 (Lei de Racismo) até que sobrevenha legislação autônoma, editada pelo Congresso Nacional (STF, 2019).

Silva (2014), em seu estudo sobre violência homofóbica na Região Metropolitana de Belém, detectou que 50% dos crimes registrados de boletins de ocorrência foram de injúria, seguido de constrangimento ilegal (25%) e ameaça (25%). Em relação aos meses do ano, a pesquisa revelou certa uniformidade entre os meses do ano, com destaque para o mês de fevereiro, com alta de 13,33%, possivelmente em decorrência das comemorações de carnaval. Quanto às vítimas 53,33% se autodeterminaram do gênero masculino, descrevendo a residência particular como o lugar onde mais ocorrem as agressões (36,67%).

Conforme relatório anual do Disque Direitos Humanos (Disque 100), referente aos seis primeiros meses de 2019, (BRASIL, 2019), a maior parte das vítimas de violência são pessoas que se autodeclararam gays e brancos, com idades de 18 a 24 anos, sexo masculino e ambiente onde se concentra o maior percentual de prática das violações é a casa da vítima, seguido pela rua e outros locais (logradouros públicos, transporte coletivo, entre outros). Formento et al. (2020) analisaram crimes homofóbicos registrados na Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios e Homofóbicos (DCCDH), com sede em Belém-Pará, ocorridos nos anos de 2017 e 2018, e constataram que a maioria das vítimas são do sexo masculino, a injúria foi o tipo de crime mais praticado, os quais ocorreram em sua maioria em residência particular, sobressaindo os domingos e quartas, e o turno da tarde como o horário descrito pela maior parte das vítimas.

Mendes e Silva (2020), pesquisaram as características dos homicídios de LGBTI+ ocorridos no Brasil por meio de uma análise espacial, utilizando os dados da organização não governamental Grupo Gay da Bahia (GGB), que registra os homicídios e suicídios de LGBTI+ com base em matérias jornalísticas. Foram calculadas as taxas de



homicídios para localidades com mais de 100 mil habitantes a partir de 2002, contudo, como não há informações sobre a taxa de homicídios de LGBT no Brasil, fez-se necessário a escolha de um parâmetro para realizar comparações, por meio da estatística quartil para os Estados e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para as capitais e demais municípios, tornando-se possível a comparação das taxas de homicídios entre os municípios e estados brasileiros.

As análises indicaram que as vias públicas e as residências das vítimas são os lugares mais comuns das ocorrências dos crimes. As armas brancas são as mais usadas no acometimento contra homossexuais masculinos e as armas de fogo para transgêneros, mas ainda é comum os espancamentos, asfixia e outras crueldades com as vítimas. As vítimas estão na faixa etária de 20 a 49 anos e tendem a ser brancas ou pardas. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram as taxas de homicídios de LGBT acima da nacional, justamente as regiões com IDH mais baixos (Mendes; Silva, 2020).

## Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada e caracteriza-se por ser quantitativa, exploratória e descritiva. Os dados são referentes aos crimes contra LGBTQIAP+ ocorridos no município de Belém, estado do Pará. O município está localizado na região Norte do Brasil, possui uma área territorial de 1.059,466 km<sup>2</sup>, com uma população de 1.506,420 habitantes (IBGE, 2021), o recorte temporal para o estudo será no período de janeiro 2020 a dezembro de 2021.

Os dados utilizados são de caráter secundário e foram disponibilizados, em junho de 2023, pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) vinculada à Secretaria de Estado

e de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP-PA) a qual é responsável pela organização das estatísticas criminais do estado do Pará.

Para realização do estudo foi solicitada uma base de dados, referente a todos os crimes registrados contra LGBTQIAP+ contendo variáveis disponibilizando informações sobre o delito, a vítima e o agressor. As variáveis utilizadas neste trabalho, foram: período (ano) das ocorrências, quantitativo de ocorrências, tipos de ocorrências, locais de ocorrências.

Os dados recebidos foram tabulados e organizados em planilha eletrônica e logo depois realizada uma sistematização dos dados para produzir a análise exploratória de dados por meio de tabelas e gráficos, com o objetivo de sintetizar os dados permitindo que se obtenha uma interpretação mais clara desses valores, organizando por meios de tabelas, gráficos e medidas descritivas com intuito de evidenciar tendências e características da população estudada (Bussab; Morettin, 2024).

Em seguida, foi realizado uma análise com os resultados da exploratória de dados, com o intuito de verificar se existe ou não prevalência da violência no ambiente familiar em relação aos outros tipos de violências contra LGBTQIAP+ nos demais espaços.

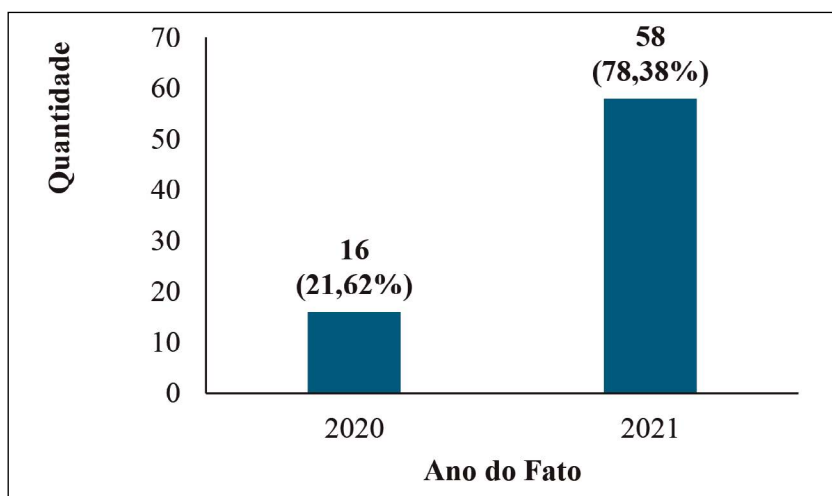
## **Resultados e Discussões**

### **Análise Descritiva:**

De acordo com as informações sobre crimes contra LGBTQIAP+, no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021 aconteceram um total de 74 registros de ocorrências motivados por homofobia, sendo 16

ocorridos em 2020 (21,62%) e 58 em 2021 (78,38%) no município de Belém, Pará, Brasil, conforme Figura 1.

**Figura 1:** Quantidade e Percentual de Ocorrências de Violências contra LGBTQIAP+, no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021 no município de Belém, Pará, Brasil.



**Fonte:** SIAC-SEGUP/PA, JUNHO/2023.

Do total de registros ocorridos em 2020 (16) e em 2021 (58), os LGBTQIAP+ mais vitimados foram do sexo masculino em 2021 (53,45%), que estão na faixa etária de 18 a 24 anos de idade e em 2020 (37,50%) na faixa etária de 35 a 64 anos de idade em 2021 (46,55%), com o ensino médio completo (50,00%) em 2020 e ensino superior completo (27,59%) em 2021, com destaque para a profissão e/ou ocupação de Cabeleireiro, Estudante, Professor, Empresário e como outras profissões o de maior representatividade com 31,25% (Tabela 1).

**Tabela 1:** Quantidade e Percentual de registros de violência contra LGBTQIAP+ no município de Belém do Pará, no Período de 2020 a 2021, por Sexo, Faixa Etária, Escolaridade e Profissão/Ocupação.

Variável	Categoria	2020		2021		2022	
		n	%	n	%	n	%
Sexo	Masculino	8	50.00	31	53.45	18	43.90
	Feminino	8	50.00	27	46.55	23	56.10
Faixa Etária	12 a 17 anos	-	-	-	-	1	2.44
	18 a 24 anos	6	37.50	11	18.97	12	29.27
	25 a 29 anos	2	12.50	11	18.97	4	9.76
	30 a 34 anos	4	25.00	9	15.52	7	17.07
	35 a 64 anos	4	25.00	27	46.55	17	41.46
Escolaridade	E.F.I.	1	6.25	2	3.45	2	5.13
	E.F.C.	-	-	3	5.17	2	5.13
	E.M.I.	4	25.00	10	17.24	4	10.26
	E.M.C.	8	50.00	14	24.14	12	30.76
	E.S.I.	1	6.25	13	22.41	9	23.08
	E.S.C.	2	12.50	16	27.59	10	25.64
Profissão/ Ocupação	Outras Profissões	5	31.25	9	15.52	5	12.20
	Cabeleireiro	2	12.50	-	-	-	-
	Estudante	2	12.50	6	10.34	5	12.20
	Professor	-	-	6	10.34	4	9.76
	Empresário	-	-	-	-	4	9.76

**Fonte:** SIAC-SEGUP/PA, JUNHO/2023

**Nota:** E.F.I.: Ensino Fundamental Incompleto; E.F.C.: Ensino Fundamental Completo;

E.M.I.: Ensino Médio Incompleto; E.M.C.: Ensino Médio Completo; E.S.I.: Ensino Superior Incompleto; E.S.C.: Ensino Superior Completo.

Em relação aos tipos de violências que as vítimas mais sofreram, verificou-se na Tabela 2 que, em 2020, dos 16 ocorridos 5 foram por Injúria (31,25%), 5 foram por Ameaça (31,25%) e 4 por Lesão corporal (25,00%). Já em 2021, a maioria dos registros de violências foram por Injúria com total de 33 (56,91%), seguidos de 17 (29,31%) relacionados a Prática de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

**Tabela 2:** Quantidade e Percentual de registros de violência contra LGBTQIAP+ no município de Belém do Pará, no Período de 2020 a 2021, por Tipo de Violência, Turno, Dia da Semana e Local de Ocorrência (cinco maiores).

Variável	Categoria	2020		2021		2022	
		n	%	n	%	n	%
Tipo de Delito	Injúria	5	31.25	33	56.91	11	26.82
	Praticar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional		-	17	29.31	4	9.76
	Lesão corporal	4	25	3	5.17	8	19.51
	Injúria racial		-		-	10	24.39
	Ameaça	5	31.25	2	3.45	2	4.88
	Difamação	1	6.25	1.00	1.72		-
	Roubo	1	6.25	1.00	1.72		-
	Vias de fato		-	1.00	1.72	1.00	2.44
	Calúnia		-		-	1.00	2.44
	Estupro		-		-	1.00	2.44
	Estupro de vulnerável		-		-	1.00	2.44
	Maus tratos		-		-	1.00	2.44
	Perseguição		-		-	1.00	2.44

**Tabela 2:** Quantidade e Percentual de registros de violência contra LGBTQIAP+ no município de Belém do Pará, no Período de 2020 a 2021, por Tipo de Violência, Turno, Dia da Semana e Local de Ocorrência (cinco maiores). (Continuação)

Turno	Madrugada	1	6.25	3	5.17	5	5.00
	Manhã	2	12.5	13	22.41	14	14.00
	Tarde	6	37.5	27	46.55	7	7.00
	Noite	7	43.75	15	25.86	15	15.00
Dia da Semana	Domingo	4	25.00	5	8.62	7	17.07
	Segunda	2	12.50	8	13.79	11	26.83
	Terça	2	12.50	17	29.31	1	2.44
	Quarta	-	-	8	13.79	6	14.63
	Quinta	2	12.50	11	18.97	7	17.07
	Sexta	2	12.50	4	6.90	4	9.76
	Sábado	4	25.00	5	8.62	5	12.20
Local de Ocor- rência	Via pública	8	50.00	15	25.86	17	41.46
	Residência particular	6	37.50	15	25.86	13	31.71
	Internet (redes sociais, aplicativos de mensagens, e-mail, sites, blogs, portais e outros)	-	-	7	12.07	4	9.76
	Edifício público	-	-	5	8.62	2	4.88
	Casa comercial	1	6.25	5	8.62	-	-

**Fonte:** SIAC-SEGUP/PA, JUNHO/2023

Também se verifica na Tabela 2 o percentual de registros de violência contra os LGBTQIAP+, no ano de 2020 a dezembro de 2021, no município de Belém do Pará, por turno, dia da semana e local da

ocorrência, onde constatou-se que a maioria destes LGBTQIAP+ sofreram a violência com maior frequência no turno da noite em 2020 (43,75%) e pela parte da tarde em 2021 (46,55%). Em relação ao dia da semana, em 2020 ocorreram mais nos sábado e domingo e em 2021 terça e quinta. E os locais de ocorrências mais comum foram em vias públicas e em residência particular da vítima, onde em 2020 foram 8 registros em via pública (50,00%), seguidos de 6 registros em residência particular (37,50%). Em 2021 ocorreram 15 registros em via pública e 15 em residência particular (Tabela 2).

### **Discussão:**

Na presente pesquisa, ao se analisar os registros de violência contra os LGBTQIAP+ nas delegacias de polícia do município de Belém, no período de 2020 e 2021, observou-se que, a quantidade de registros em 2021 foi maior, período em que já havia a decretação de Pandemia da Covid-19, medida estabelecida pelo lockdown ou como ficou popularmente conhecida “Fica em Casa” pelas autoridades governamentais do dia 15 de março até 24 de maio de 2021 (Fonte: Governo do Estado do Pará), apontando um crescimento alarmante de 262,5%. O aumento nos registros de boletins de ocorrência, provavelmente, tem acontecido em decorrência do distanciamento social que fez com que muitos LGBTQIAP+ não pudessem sair de casa, posto que, a convivência com os potenciais agressores passasse a ser muito constante e próxima com o isolamento.

Ainda, como possíveis justificativas no aumento dos registros de ocorrências são a diminuição do acesso a serviços públicos e das instituições componentes das redes de apoio em consequência do distanciamento social, já que as atividades destes locais foram paralisadas ou diminuídas durante a Pandemia. A redução na oferta de serviços

andou lado a lado com a redução na procura, que ocorreu em função, por exemplo, do medo de se contaminar com o vírus, auxiliando na manutenção e/ou agravamento das situações de violência já existentes.

### **Considerações Finais**

O aumento da violência homofóbica globalmente em contexto de pandemia demonstra a urgência de se ter ações específicas de proteção aos LGBTQIAP+, sendo importante que os sistemas de saúde e segurança pública implantem estratégias rápidas e seguras que ofereçam prevenção e proteção em seus lares particulares às pessoas em situação de vulnerabilidade, que não são somente LGBTQIAP+, mas mulheres, crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência etc. A Pandemia da Covid-19 mostrou a parti de indicadores, a condição de vulnerabilidade e o risco social que os LGBTQIAP+ estão expostos e a necessidade de preparar melhor as instituições que integram a rede de combate à violência homofóbica, assim como evidenciou a importância de uma articulação das instituições de segurança pública com a sociedade civil.

### **REFERÊNCIAS**

ANTRA. Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> Acesso em: 20 jun. 2023.

BORRILO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos. **Balanco da Ouvidoria – Disque 100**, 2019. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-ainformacao/ouvidoria/balanco-disque-100>. Acesso em: 08 jun. 2023.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 06 jun. 2023.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9.ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

FALEIROS, Vicente de P. **A política social no Estado capitalista**. SP: Cortez, 2007.

FORMENTO, Jacyara dos Anjos Sarges; MONTEIRO, Vanessa Ferreira; ALMEIDA, Sílvia dos Santos, SILVA, Simone Souza da Costa. **Violência homofóbica: análise dos crimes de intolerância contra a comunidade LGBT em Belém-PA**. Research, Society and Development, v. 9, n. 12, p. e33991211235-e33991211235, 2020.

GOMES, Ana Maria; DOS REIS, Aparecido Francisco; KURASHIGE, Keith Diego. **A violência e o preconceito: as formas da agressão contra a população LGBT em Mato Grosso do Sul**. Caderno Espaço Feminino, v. 26, n. 2, 2013.

IBGE. **Cidades e Estados**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2021. Disponível em: [ibge.gov.br/cidades-estados/pa/belem.html](http://ibge.gov.br/cidades-estados/pa/belem.html). Acesso em: 05 jun. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 1, n. 01, 2007.

LEMONS. **Pandemia, LGTBfobia e os impactos das negligências do Estado para esta população**. Disponível em: <http://ultimas-noticias-cns/1640-artigo-pandemia-lgbtphobia-e-os-impactos-das-negligencias-do-estado-para-esta-populacao>. Acesso em: 09 jun. 2023.

Martins, Marco Antônio Matos; Fernandez, Osvaldo; Nascimento, Érico Silva do (2010). **Acerca da violência contra LGBT no Brasil: entre reflexões e tendências**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 9.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. **Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 1709-1722, 2020.

OMS (Organização Mundial de Saúde). **World report on violence and health**. Summary. OMS: Geneva, 2002. (On-line). Disponível em: <https://www.who.int/publications/en/> Acesso em: 08 jun. 2023.

OMS (Organização Mundial da Saúde). **Doença por coronavírus (Covid-2019): relato de situação – 151**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020a. Disponível em: [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200619-covid-19-sitrep-151.pdf?sfvrsn=8b23b56e\\_2](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200619-covid-19-sitrep-151.pdf?sfvrsn=8b23b56e_2). Acesso em: 10 jun. 2023.

REIS, T., org. **Manual de comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

SILVA, Elson Luiz Brito da. **Violência Homofóbica e os novos movimentos sociais LGBT**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

STF. **Julgamento sobre omissão legislativa em criminalizar homofobia**. Portal de notícias do Superior Tribunal de Justiça, 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=403689>. Acesso em: 06 jun. 2023.

VERONESE, Renato Tadeu. **Vulnerabilidades dos travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico**. Rev. katálysis 25. Ed. May-Aug 2022, São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e83737>

## CAPÍTULO 6

### O tratamento da microcriminalidade em Lauro de Freitas, Bahia, Brasil

**Ivone Freire Costa**

Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações, pela Universidade  
Técnica de Lisboa. Professora do PROGESP/UFBA.  
ivonefcosta24@gmail.com

**Juliana Tonche**

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo.  
Professora da Universidade Federal do Vale de São Francisco.  
juliana.tonche@univasf.edu.br

**Marcelo de Oliveira Brandão**

Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/PROGESP/UFBA.  
mobrandao@tjba.jus.br

#### RESUMO

**Importância do Estudo:** Este artigo é resultado de uma pesquisa que abordou o acesso das vítimas à justiça que se pratica no âmbito dos Juizados Especiais Criminais. **Objetivo:** Seu objetivo é avaliar os níveis de efetividade e eficácia do tipo de justiça praticado nestes espaços, utilizando como recorte o município de Lauro de Freitas (BA). **Materiais e métodos:** Os dados analisados pela pesquisa foram fornecidos pela Coordenação de Juizados Especiais da Bahia, afetos ao período compreendido entre 2015 e 2020. Comparou-se as entradas e as saídas de processos criminais do sistema dentro deste lapso temporal de cinco anos, a partir do recurso ao método de análise de fluxo, do tipo transversal. **Resultados e discussões:** Partindo dos critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça com relação à eficácia e eficiência procedimental na justiça, é possível afirmar

que o juizado no referido período de exame não foi efetivo ou eficaz, de modo que as vítimas não tiveram acesso à justiça no período considerado. **Conclusões:** Do estudo realizado restou patente a necessidade de implementação de outras medidas visando melhorar os índices de efetividade e eficácia do juizado especial criminal tendo em conta sua natureza e a perspectiva das vítimas.

**Palavras-chave:** Juizado Especial Criminal; Acesso à Justiça; Efetividade.

## 1 Introdução

As vítimas que buscam uma resposta do Estado para os danos decorrentes de conflitos da esfera da microcriminalidade têm, no âmbito do juizado criminal, a instância adequada para esse fim, segundo o que regula a lei e a Constituição Federal. Averiguar se o órgão judiciário atende às expectativas das vítimas, cujos casos são ali julgados, foi umas das ideias que deflagrou a pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Este artigo apresenta os principais resultados do estudo sobre o tratamento oferecido aos casos de microcriminalidade, segundo o contexto do Juizado Especial Criminal do município de Lauro de Freitas (BA). Por microcriminalidade entende-se o conjunto daqueles conflitos interpessoais gerados no seio da sociedade, que se enquadram na descrição de crime previsto em lei, cuja sanção seja pena de privação da liberdade por tempo inferior a dois anos. Esse critério identifica eventos da microcriminalidade como especificado na Lei federal 9.099/95 que estabelece a competência dos juzizados especiais.

Não obstante o fato que enseja o delito da espécie não ter relevância social de monta, pois as sanções que são previstas são de baixa intensidade e o evento crime é socialmente mais importante quanto maior a gravidade da pena que lhe é prevista, o seu interesse no âmbito da individualidade da vítima é importante e merece ser apurado. As querelas entre vizinhos e conhecidos; difamações; injúrias; danos patrimoniais são apenas alguns dos eventos da microcriminalidade que geram conflitos e sentimentos negativos para os indivíduos envolvidos e podem levar ao agravamento da situação e sua evolução para delitos mais graves, se não receberem o devido tratamento. Assim, tais delitos não podem ser simplesmente ignorados pelas autoridades em razão de não terem maior repercussão social, uma vez que da perspectiva dos implicados os danos podem ser de grande impacto, além da possibilidade sempre presente do agravamento da situação.

Ademais, a importância da apuração pelas autoridades não se cinge apenas porque interessa à vítima e previne delitos mais graves, o que já seriam razões suficientes para compeli-las à atividade persecutórias. Ressalte-se que se trata, também, de uma exigência que a Carta Magna faz, dirigindo-se aos operadores do Sistema de Justiça Microcriminal. Assim, esses delitos possuem alto destaque no ordenamento brasileiro, o que significa que os seus operadores são obrigados, por dever funcional, a promover a sua apuração.

Com efeito, o tratamento da microcriminalidade tem assento no art.98, I da Constituição Federal e se combina também com o art. 144 da Constituição Federal, no qual salienta a obrigação do Estado na salvaguarda da inviolabilidade da pessoa e seu patrimônio. Conclui-se, portanto, que a apuração dos delitos da microcriminalidade é dever constitucional das autoridades competentes, as quais devem promover o tratamento desses delitos em função do correspondente direito

fundamental das suas vítimas, às quais devem obter resposta clara e tempestiva quando se dirigirem ao juizado criminal após sofrerem efeitos de condutas dessa natureza.

Assim, com a intenção de averiguar se o órgão judiciário desta competência atende às expectativas das vítimas cujos casos são ali julgados, a pesquisa realizada teve por base o Juizado Especial Criminal de Lauro de Freitas (BA). Indagou-se, neste caso, como se deu o tratamento dos processos da microcriminalidade, no âmbito do referido juizado no período de 2015 a 2020.

## 2 Revisão da Literatura

Este estudo teve como referenciais teóricos os trabalhos nacionais anteriores sobre o funcionamento destes Juizados Especiais, disciplinados pela Lei 9.099/95. Entre os quais, cabe mencionar as pesquisas de Rodrigo Azevedo (2001) e Carmen Fullin (2011). Essas pesquisas destacam duas atividades cruciais no sistema de justiça criminal: o comportamento da autoridade policial (Azevedo, 2001) e do promotor de justiça (Fullin, 2011). Ambas as autoridades desempenham um papel fundamental na efetivação dos objetivos estabelecidos pela Lei federal 9.099/95, no contexto da justiça criminal.

Depreende-se dessas pesquisas que a autoridade policial tem o dever de agir com celeridade ao encaminhar o caso ao Judiciário, evitando prolongar investigações desnecessárias ou tentar substituir a atividade jurisdicional (Azevedo, 2001). Contudo, o promotor de justiça tem a responsabilidade de impulsionar a aplicação dos mecanismos “despenalizantes” previstos na lei, em vez de focar exclusivamente na busca por punição ao ofensor, sem deixar de prestar devida atenção às necessidades da vítima (Fullin, 2011).

Os trabalhos aludidos, portanto, conferem luz à atividade da autoridade policial e à do promotor de justiça no âmbito do juizado, e embora as respectivas pesquisas tenham como referências outros juzizados, as críticas ali desveladas se aplicam ao âmbito do estudo realizado no Juizado Especial Criminal de Lauros de Freitas.

Além disso, a pesquisa desenvolvida trabalhou com o conceito de acesso à justiça, trazendo uma discussão que é clássica no direito, descortinada por Cappelletti e Garth (1988). Eles identificaram, em síntese, que a situação economicamente desfavorecida das pessoas é um obstáculo para elas obterem respostas do Estado, quando necessitam do serviço jurisdicional na instância cível. No presente trabalho, o foco foi a perspectiva do acesso da vítima à justiça criminal, mas ao fim, não se identificou diferença de resultado comparado com o do trabalho de Cappelletti e Garth (1988), pois, no juizado investigado pela pesquisa, o acesso à justiça para vítimas de microcriminalidade também está vinculado à sua capacidade econômica em contratar advogados para assistir os seus interesses, tendo em vista que o Estado financia o advogado de defesa e o promotor de justiça tem por preocupação primeira a de castigar o ofensor (Fullin, 2011).

A desigualdade econômica, portanto, é o fator fundamental criador de óbice ao acesso da vítima à justiça criminal. O estudo de Marshall (1967), que a presente pesquisa também tomou por base, destaca a cidadania como um meio para reduzir os efeitos dessa desigualdade, a partir da ideia de que ela capacita os indivíduos a participarem ativamente da vida política, influenciando decisões e exigindo o cumprimento de seus direitos pelo Estado. O acesso pleno à justiça é garantido ao cidadão, mas só formalmente; esse acesso é alcançado de maneira substantiva quando o cidadão compreende e

assume sua cidadania de forma efetiva. O cidadão consciente é menos vulnerável, não importando a sua condição econômica para o exercício de seus direitos, já que sabe o que fazer pois está dotado de conhecimento.

O entendimento do qual parte este estudo é que o acesso à justiça, enquanto um direito das vítimas (acesso das vítimas à justiça criminal), estende-se àqueles que sofreram o efeito de algum tipo de crime, considerado de menor potencial ofensivo, tratado no Juizado Especial Criminal de Lauro de Freitas. Por sua vez, esse direito do cidadão-vítima corresponde ao dever do Estado-juiz proceder com a avaliação do conflito ou insatisfação que lhe foi apresentado pelo cidadão-vítima. Assim, no âmbito da pesquisa, medidas são sugeridas visando a atender a essa relação, com base na forma de pensar explanada por Cappelletti e Garth (1988) e Marshall (1967).

Importante mencionar que o trabalho considerou ainda o aporte das ideias da Justiça Restaurativa desenvolvida por Zehr (2018), que sistematizou alguns elementos para que esse tipo de Justiça fosse identificado e, conseqüentemente, aplicado, entre os quais o conceito de crime. Da perspectiva da Justiça Restaurativa, segundo o autor, o crime é entendido como sendo uma quebra de relação entre a vítima e o seu ofensor, de modo que para resolvê-lo a solução deve passar pela restauração dessa relação. Por fim, o estudo também incorporou a contribuição da chamada teoria da Racionalidade Penal Moderna (RPM), desenvolvida pelo criminólogo Álvaro Pires (2004), que explica a dificuldade de inovação no desenvolvimento de uma nova teoria mais humanizada de intervenção sobre crime em razão da formação profissional dos atuais operadores do campo da segurança pública e do sistema de justiça, ter, por base, conceitos que se sustentam na ideologia *punitivista* século XVIII.



## 2.1 O Juizado Especial Criminal (JECRIM) em Lauro de Freitas

A pesquisa foi realizada a partir dos números colhidos do banco de dados do sistema de processo eletrônico mantido pelo Tribunal de Justiça da Bahia, em que se examinou aqueles gerados entre os anos de 2015 e 2020, sob a ótica da quantidade de demandas criminais levadas ao juizado e a quantidade de respostas oferecidas aos casos. O objetivo era verificar o processamento desses casos após o tratamento que recebiam do microsistema criminal e, ainda, se tais atendiam às expectativas das vítimas.

Esse circuito corresponde, grosso modo, ao funcionamento do Sistema de Justiça Criminal em Lauro de Freitas para o tratamento da microcriminalidade. Em síntese, será considerado eficiente se o número de entradas de demandas levadas ao juizado for menor em comparação com número de respostas dadas, e eficaz se a quantidade de saídas registrar maior número de acordos, no período considerado.

No sistema de fluxos do juizado, para efeitos da pesquisa, considera-se entradas de demandas todos os expedientes que sejam ali protocolados em sua entrada. Trata-se das seguintes categorias de documentos: a) termo circunstanciado de ocorrência, produzido por autoridade pública competente; b) queixa-crime, formulada por ofendido nos casos permitidos por lei; c) expedientes investigativos de promotor de justiça informando fato criminoso a se apurar e d) qualquer outro tipo de documento que não se enquadram nos tipos anteriores. Eles deflagram procedimento criminal legalmente regulado, que será referência no tratamento das causas criminais cujas vítimas têm interesse nas respostas.

Por sua vez, as respostas às demandas do juizado são as providências judiciais que são tomadas para resolver dado conflito

criminal levado ao juizado. Elas se expressam nos seguintes tipos de decisão judicial: a) sentenças condenatórias; b) sentenças absolutórias; c) sentenças homologatórias de composição civil; d) sentenças extintivas; e) sentenças de prescrição e f) sentença de homologação de transação penal. Desse grupo, as decisões mais relevantes para o presente estudo são aquelas derivadas de acordos que são estabelecidos durante o tratamento das demandas, haja vista que o juizado atinge a sua finalidade quando a vítima tem alguma compensação por eventual dano sofrido, em conciliação com o seu ofensor.

Antes do período da pesquisa, em 31/12/2014, o juizado contava em seu sistema com 607 demandas a serem tratadas. No período da pesquisa (compreendido entre o dia 1/1/2015 e o dia 31/12/2020) o juizado recebeu 2.999 casos novos. Em contrapartida, nesse mesmo período, foram dadas 1.727 respostas às demandas do sistema. Nesse passo, somando as demandas preexistentes com as novas do período, tem-se o total de 3.606 casos para julgamento. Por sua vez, abatendo desse número o quantitativo de respostas às demandas do sistema já referido, resultou para acervo final pendente de julgamento para o ano seguinte 1.879 casos. Claramente, no período de estudo o acervo preexistente mais que dobrou, comprometendo a eficiência do juizado.

A eficiência considerada aqui tem a ver com a relação entre o número de saídas comparando-se ao número de entradas, de modo que se tenha redução do acervo de processos para julgamento do juizado. Portanto, os números informados de entradas de demandas e saídas apontam para o aumento do acervo, durante o período de estudo. Desse modo, forçoso concluir, entre os anos de 2015 e 2020 o juizado teve baixo desempenho. A eficiência é uma virtude que diz respeito ao juizado como instrumento de prestação de serviço. Conseguir alcançar

o menor volume de processos possível no acervo em dado período era a meta da eficiência. Todavia, leva-se em conta que este não deve ser o único critério a ser considerado para estabelecer a idoneidade do juizado. Importante ainda verificar como a atividade do juizado chega até as vítimas que dele se socorrem.

As vítimas que se dirigem ao juizado têm legítima expectativa de que suas causas sejam tratadas com justiça. Essa dimensão da satisfação da vítima tem pertinência com a eficácia do juizado, que se liga à atividade produzida no seu âmbito para o alcance de sua finalidade. Na seara do juizado, este fim é atingido na celebração de acordos pelas partes. Desse modo, para verificar se o juizado no período de estudo alcançou esses acordos em larga quantidade, ou seja, se foi eficaz, é preciso apurar se as respostas dadas às demandas resultaram em decisões homologatórias de composição de reparação de dano da vítima e/ou anuência do ofensor em cumprir pena não privativa de liberdade. Essas duas providências são marcadas pela consensualidade. Então, a pesquisa categorizou essas respostas dadas às demandas (saídas) em “consensuais” e “não consensuais”. Na primeira se albergam acordos, na outra decisões judiciais quando não houve ato dessa natureza.

A partir dos dados da pesquisa se apurou que no período de estudo o número de respostas às demandas do sistema foi de 1.727. Desse total, o número de respostas não consensuais foi de 1.324 e o de respostas consensuais foi de 403. Claramente os números informam uma baixa eficácia do juizado, uma vez que a sua finalidade não foi atingida na maioria das demandas ali tratadas. O juizado, para atingir a expectativa das vítimas na obtenção de acordo, caberia apresentar quantidade de decisões consensuais em número maior do que a de não consensuais.

### 3 Material e Métodos

A pesquisa trabalhou com critérios que podem ajudar a apurar o desempenho de qualquer juizado especial criminal sob a ótica da eficiência e da eficácia. Para alcançar seu objetivo, o estudo considerou os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no que diz respeito às métricas que permitem avaliar a efetividade e a eficácia das serventias. No caso, tomou-se como inspiração a fórmula utilizada na Resolução CNJ N° 76/2009, no seu Anexo I, 'Anexo Justiça Estadual', que possibilita identificar o nível de congestionamento de uma dada unidade judiciária. A partir da lógica dessa fórmula foi desenvolvida duas equações próprias, que permitem expressar em números o desempenho do juizado. A primeira é sobre a taxa de saída do juizado e pode ser assim expressa pela Equação (1).

$$\text{Taxa de Saída [TS]} = [ (\text{Saída}/(\text{Entrada} + \text{Saída})) ] * (100) \quad (1)$$

Essa taxa de saída informa a eficiência do juizado, apurando a relação entre a quantidade de respostas (Saída) e a quantidade de demandas (Entrada) em dado lapso temporal. Aplicando-se essa fórmula aos dados da pesquisa resulta que o juizado obteve uma taxa de saída de 48%. O juizado, para ser considerado minimamente eficiente, deve apresentar taxa superior a 51%, ou seja, a número equivalente à metade mais um da quantidade de entradas, pois isso indicaria que o acervo está sendo reduzido. A outra mensuração trata da Taxa de Consensualidade, onde é calculada mediante a Equação (2).

$$\text{Taxa de Consensualidade [TC]} = \frac{\text{Decisões consensuais}}{(\text{Decisões não consensuais} + \text{Decisões consensuais})} * (100) \quad (2)$$

A consensualidade é o principal atributo que se espera em um procedimento de justiça no âmbito do juizado especial. A justiça praticada ali se manifesta objetivamente com a celebração do acordo de dano e/ou transação penal. A Taxa de Consensualidade é o que possibilita, em termos objetivos, avaliar se o juizado, em dado período, foi eficaz.

No caso analisado, o juizado deve apresentar do total das respostas oferecidas às demandas, em dado período, a taxa mínima de consensualidade de 50% para ser considerado eficaz. Na pesquisa, ao tomar os dados de saída e aplicá-los à fórmula acima, o resultado obtido foi uma taxa de consensualidade de apenas 23%. Esse índice indica que o juizado está bem longe de ser considerado eficaz.

As duas equações utilizadas, Taxa de Saída e Taxa de Consensualidade, são critérios elaborados para a pesquisa, sem desconsiderar que outros podem existir ou serem criados, para se avaliar o desempenho de um juizado. Esses são esforços que possibilitam estabelecer a adoção de novas medidas para melhorar o seu desempenho em benefício de seus usuários, em especial das vítimas.

#### **4 Discussão dos Dados e Resultados**

O tratamento das demandas no âmbito do juizado analisado pela pesquisa indica que ele está longe de ser considerado satisfatório para as vítimas que dele se socorreram no período entre os anos de 2015 e 2020. Como foi possível verificar, a taxa de saída resultou baixa e a taxa de consensualidade foi ainda bem inferior ao valor médio, conforme se apontou. Os números indicam que existem óbices aos operadores do sistema de justiça criminal para a resolução das demandas das vítimas. Um dos fatores que pode ter contribuído para esse resultado é o fato de

que o juizado não possui juiz com competência exclusiva. A matéria criminal é tratada pelo mesmo juiz que atua no âmbito cível, tendo em conta que o volume de demanda cível, por sua vez, é bem superior ao criminal, que acaba não sendo priorizado.

A constatação desse desequilíbrio entre a quantidade de demandas cíveis e criminais, onde o número destas é bem inferior ao daquelas, foi certificada pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) no texto normativo administrativo, contido na Resolução N° 19, de 7 de agosto de 2013 (Bahia, 2013). Em razão dessa baixa demanda criminal, a unificação das competências cíveis e criminais dos juzizados das comarcas do interior do Estado da Bahia foi a solução encontrada; não para resolver a questão da baixa acessibilidade das vítimas à justiça criminal, mas para reduzir os custos do aparelho judiciário. Assim, a estratégia adotada foi centralizar em um único órgão judicial a responsabilidade de exercer duas competências que exigem, por suas respectivas naturezas, diversidade de expertise judicial. O juizado de Lauro de Freitas encontrava-se nessa condição durante o período da pesquisa, e pelo que se tem notícia até o momento esse quadro não se alterou.

Contudo, claramente se depreende que a administração da microcriminalidade no âmbito do juizado está em descompasso com a realidade social local. Lauro de Freitas é uma cidade de 204.669 pessoas (IBGE, 2021) e considerada violenta, segundo o Atlas da Violência (Cerqueira, 2019), situando-se na 9ª posição, entre as 20 mais violentas do país, considerando o crime de homicídio. É possível depreender que os crimes da órbita da microcriminalidade devem ser episódios que também afligem a sociedade local. Contudo, estes casos não são levados para apuração no juizado em sua totalidade, haja vista a baixa demanda criminal como ressaltado.

A pesquisa permitiu extrair dados que podem indicar que o baixo registro de demandas da órbita da microcriminalidade em Lauro de Freitas é um problema na atividade da autoridade policial. Com efeito, os termos circunstanciados de ocorrência (TCO), são os expedientes de entrada do juizado mais corriqueiros, sendo o que normalmente deflagra o procedimento no juizado. Contudo, a pesquisa indicou que durante o período de exame foram protocolados 1.666 TCOs, o que representa em média pouco mais de 27 TCOs por mês, durante cinco anos. Considerando serem três delegacias instaladas em Lauro de Freitas tem-se que cada uma delas, em média, encaminhou para o juizado nove casos novos por mês, durante o período da pesquisa.

Uma das possíveis explicações, hipótese levantada pelo estudo, é que a sede policial pode funcionar como um gargalo, ou uma instância que tem atuado como mediadora de conflitos, que por serem “resolvidos” ali, não são formalizados nem chegam ao juizado. Além disso, a baixa produção de TCOs pode ser resultado do fato da polícia civil, que no Estado da Bahia tem a exclusiva competência para lavrar TCOs, encontrar-se assoberbada de outras atividades e com quadro reduzido de agentes, realidade comum no serviço público local em todas as esferas administrativas de governo, dando prioridade a investigações de crimes de maior gravidade. Por conseguinte, a apuração desses tipos de delitos acaba não sendo priorizada e os TCOs quedam-se nas prateleiras das delegacias aguardando vez.

De maneira diferente ao que a Bahia tem realizado, os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amazonas, Minas Gerais, Sergipe e Espírito Santo entendem que a autoridade policial prevista na Lei federal 9.099/95, não se restringe ao delegado de polícia; se autoriza, nestes locais, que o policial militar também exerça essa atividade. Esta

também é a linha de entendimento do Supremo Tribunal Federal, que ao julgar a ADI 5637, entendeu que a “autoridade policial” responsável pela lavratura do TCO, contida na Lei federal 9.099/95, seria qualquer operador do sistema de segurança pública, haja vista que não se trata de peça investigativa. (BRASIL, 2022)

Se a Polícia Militar no estado da Bahia fosse habilitada com essa atribuição, atuaria com mais celeridade na apuração de fatos da órbita da microcriminalidade, reduzindo a burocracia policial para esse tipo de delito e tornando mais frequente o encaminhamento de casos para o juizado, permitindo, ademais, que a polícia civil diminua o seu volume de responsabilidades, dedicando-se a atividade investigativa com maior intensidade.

Nesse novo contexto, possivelmente o próprio Tribunal de Justiça da Bahia seria forçado a rever a decisão que unificou o juizado e retornar à competência exclusiva das matérias criminais, já que o volume de casos aumentaria. Essa devolução da competência a um juiz exclusivo traria benefício para as vítimas desse tipo de delito. Elas passariam a contar com juiz especialista na matéria, o que implica dizer que seus casos não ficariam mais aguardando na fila de prioridades, competindo com as demandas cíveis.

Todavia, como restou evidente da pesquisa, a celeridade não é o único ponto frágil em cena. A finalidade do juizado é atingida para as vítimas quando sua demanda se resolve com uma composição civil indenizatória ou transação penal. Assim, restou comprovado pela leitura dos dados que há uma baixa quantidade de acordos dessa natureza durante o período da pesquisa. Isso ilustra a dificuldade que o sistema de justiça criminal tem em lidar com o paradigma de uma justiça não punitivista. Algo que já foi denunciado na teoria da Racionalidade Penal Moderna (RPM), desenvolvida pelo criminólogo Álvaro Pires (2004).



A teoria RPM explica que esse paradigma não é superado em razão de o sistema de justiça criminal ser fortemente marcado pela ideologia do castigo (retribuição de um mal por um mal praticado), que oblitera a maneira de pensar dos operadores do sistema, que formados academicamente por esse viés, não conseguem sair do modelo vigente. Caberia experimentar medidas diferentes com base em outros modelos para enfrentar o problema do crime, como por exemplo, a concepção de justiça restaurativa preconizada por Zehr (2018), na qual se abandona a ideia de castigo, prestigiando outras vias mais responsabilizadoras para resolver os conflitos criminais, com a participação ativa de pessoas da comunidade a que pertence a vítima e seu ofensor.

Alguns aspectos desse modelo alternativo de justiça já se encontram incorporados no marco legal do juizado, resta fazer com que efetivamente sejam executados. Nesse caso, os dados da pesquisa retratam a dificuldade que é promover a atividade do juizado na dimensão da sua eficácia quando se tem toda a sua estrutura permeada pela ideologia punitivista. Empenhar-se na superação dessa mentalidade é o desafio dos operadores do sistema de justiça criminal. A justiça criminal baseada em decisões consensuais, consequentemente, importa numa transformação pela raiz do atual modelo de persecução da justiça no âmbito do juizado. E isso menos em seu aspecto objetivo, pois como se disse, já existem instrumentos legais previstos para esse fim; mas mais pelas características subjetivas, ou seja, pelos operadores do sistema de justiça do juizado.

Logo, é preciso investir na formação do juiz de juizado especial criminal para que se fortaleçam as medidas responsabilizadoras e compensatórias. Habilitá-lo com mais uma função, que vai além daquela de aplicar a lei. Daí coloca-se a necessidade de uma formação específica,

que amplie a sensibilidade, inteligência emocional, empatia, para incentivar um exercício profissional que não se importe em desperdiciar tempo em audiências, paciente, que se empenhe em persuadir os contendores sobre a vantagem do acordo indenizatório ou da aceitação de uma determinada pena não privativa de liberdade.

Os números apresentados na pesquisa quanto à eficácia do juizado, os quais refletem justamente as decisões consensuais, dão conta de mostrar que não houve atenção dos operadores do sistema, no período examinado, para a produção desse tipo de decisão. Isso redundou em clara desvantagem para as vítimas, frustradas em não ter sua demanda resolvida de forma consensual. O juiz do juizado de Lauro de Freitas, no período da pesquisa, forçoso concluir, não disponibilizou esse tempo importante e necessário para se obter acordos na esfera criminal, porque ele estava quase que inteiramente voltado para as questões cíveis.

## 5 Considerações Finais

O artigo apresentou dados preocupantes de uma pesquisa sobre o Juizado Especial Criminal de Lauro de Freitas. Entre 2015 e 2020 a eficiência foi baixa e a eficácia frustrante. Esse quadro aponta para a necessidade de mudanças. Dentre elas, menciona-se a possibilidade de alteração da competência, para seja exclusivamente criminal, além da autorização para que os agentes policiais militares lavrem TCOs e encaminhem os casos direto ao juizado.

A par dessas medidas, seria preciso, ainda, investimento na formação dos operadores do sistema de justiça criminal, com a implementação de cursos aos juízes, promotores de justiça e agentes da

segurança pública (policiais civis e militares) no sentido de reduzir a influência do punitivismo em uma área em que se deveria investir na consensualidade e protagonismo dos envolvidos.

Os crimes da órbita da microcriminalidade estão ocorrendo em Lauro de Freitas, uma das cidades mais violentas do Brasil, sem uma resposta adequada às vítimas desse tipo de delito que restam desamparadas, como a pesquisa apontou. Urge a adoção das medidas propostas como passo inicial para a melhoria do sistema do juizado, como forma de contribuir para a melhoria do tratamento da microcriminalidade, de modo que este resulte mais eficaz e eficiente.

## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, 2022.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Juizados Especiais Criminais: Uma abordagem sociológica sobre a informalização da justiça penal no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - RBCS, São Paulo, v. 16, ed. 47, p. 97-110, out. 2001.

BAHIA. Tribunal de Justiça do Estado. **Resolução nº 19, de 7 de agosto de 2013**. Unificar, nas comarcas abaixo indicadas, as competências das duas Varas dos Juizados Especiais, passando ambas a atender, a partir da publicação desta Resolução, indistintamente, os feitos cíveis e criminais. [S. l.], [2013]. Disponível em: <<http://www7.tj.ba.gov.br/secao/lerPublicacao.wsp?tmp.mostrarDiv=sim&tmp.id=10876&tmp.secao=4>> Acesso em: 26 out. 2021.

BRASIL. [Código Penal, 1984] **Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -

Código Penal, e dá outras providências. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#art1) > Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm).> Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. **lei nº 10.259**, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10259.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10259.htm)> Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5637** (ADI 5637), de 11 de março de 2022. Decisão: O Tribunal, por unanimidade, declarou a constitucionalidade da Lei do Estado de Minas Gerais n. 22.257, de 27 de julho de 2016, e, por consequência, julgou improcedente a presente ação direta, nos termos do voto do Relator Ministro Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 4.3.2022 a 11.3.2022. [S. l.], 11 abr. 2022. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5114415>>. Acesso em: 11 out. 2022.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant G.; **Acesso à justiça**. Trad. e Rev. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro et al. **Atlas da violência 2019**: retrato dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 76, de 12 de maio de 2009**. Dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências. [S. l.], [2009]. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/compilado095501202007065f02f4f596cd5.pdf>> Acesso em: 17 ago. 2022.

ELIAS, Luiz Augusto da Veiga. À procura da restauração nos (e dos) Juizados Especiais Criminais. Disponível em: < <https://silo.tips/download/a-procura-da-restauracao-nos-e-dos-juizados-especiais-criminais-1#> > Acesso em: 17 set. 2020.

FULLIN, Carmen Silvia. **Quando o negócio é punir**: uma análise etnográfica dos Juizados Especiais Criminais e suas sanções. 2011. Tese (Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada de Lauro de Freitas (BA) [2021]**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/lauro-de-freitas.html>>. Acessado em 26.2.2023.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**, Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p.

MIGLIAVACCA, L. DE A. A prestação jurisdicional como serviço público: a observância do princípio da eficiência e sua relação com a razoável duração do processo. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória (ES), v. 16, n. 1, p. 167-182, 29 jun. 2015.

PACHECO, Clarissa. Itinga lidera homicídios em Salvador e RMS nos últimos oito anos e meio: Desde 2011 até junho de 2019, bairro de Lauro de Freitas somou 350 crimes violentos letais intencionais. **Correio**, Salvador, 16 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/itinga-lidera-homicidios-em-salvador-e-rms-nos-ultimos-oito-anos-e-meio/>>. Acesso em: 6 fev. 2023.

PINTO, Oriana Piske de Azevedo Magalhães. **Abordagem Histórica e Jurídica dos Juizados de Pequenas Causas aos atuais Juizados Especiais Cíveis e Criminais Brasileiros**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF-T - Artigos, discursos e entrevistas, [s. l.], 26 fev. 2008. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2008/abordagem-historica-e-juridica-dos-juizados-de-pequenas-causas-aos-atuais-juizados-especiais-civeis-e-criminais-brasileiros-parte-i-juiza-oriana-piske-de-azevedo-magalhaes-pinto>>. Acesso em: 17 set. 2020.

PIRES, Álvaro. A racionalidade penal moderna, o público, e os direitos humanos. In: **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 68. p. 39-60, mar. 2004.

RIBEIRO, Ludmila; SILVA, Klarissa. Fluxo do sistema de justiça criminal brasileiro: um balanço da literatura. **Cadernos de Segurança Pública**, [S.l.] v. 2, n. 1, 2010.

SANTIAGO, Luciano Sotero. O direito penal brasileiro em face da macro e microcriminalidade. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, Belo Horizonte, v.1, n. 1, jan.1996.

SILVA, Jacqueline Carvalho da. Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 5, n. 1, mar. 2011.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. Nos últimos anos, os pobres brasileiros ficaram menos pobres, mas a criminalidade aumentou cada vez mais; entrevista concedida a Silvio Ferraz. **Veja**, São Paulo, 12 fev. 2010. Disponível em: <<http://josemarianobrega.blogspot.com/2010/02/esta-entrevista-foi-dada-por-glaucio.html>> Acesso em: 03 fev.2023.

TONCHE, Juliana. Justiça restaurativa e racionalidade penal moderna, uma alternativa possível. In: FULLIN, Carmen; MACHADO, Máira R; XAVIER, José R. F. **A Racionalidade Penal Moderna**: reflexões teóricas e explorações empíricas desde o Sul. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**: justiça restaurativa para o nosso tempo. 3. ed. São Paulo: Palas Athenas, 2018. 331p.

## **CAPÍTULO 7**

### **Percepção dos alunos da escola atendida pelo programa supervisão militar educacional da Polícia Militar do Pará em Belém, Pará, Brasil**

#### **Jorge Fabricio dos Santos**

Mestre em Segurança Pública (PPGSP/UFPA); Especialista em Gestão da  
Informação e Análise Criminal (UFPA)  
Belém – Pará – Brasil | [jorge.fabricio.santos@ifch.ufpa.br](mailto:jorge.fabricio.santos@ifch.ufpa.br)

#### **Moisés Batista Campos Baia**

Discente do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (IESP),  
agente público do Estado do Pará  
Belém – Pará – Brasil | [moisesbatistaadm1993@gmail.com](mailto:moisesbatistaadm1993@gmail.com)

#### **Clay Anderson Nunes Chagas**

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA);  
Professor do PPGG-UEPA; PPGSP-UFPA e PPGeo-UFPA  
Belém – Pará – Brasil | [claychagas@uepa.br](mailto:claychagas@uepa.br)

#### **Wando Dias Miranda**

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA)  
Belém – Pará – Brasil | [wandomiranda@outlook.com.br](mailto:wandomiranda@outlook.com.br)

#### **Roberto Magno Reis Netto**

Doutor em Geografia (PPGeo/UFPA);  
Mestre em Segurança Pública (PPGSP/UFPA).  
Belém – Pará – Brasil | [bob\\_reis\\_ufpa@yahoo.com.br](mailto:bob_reis_ufpa@yahoo.com.br)

## **RESUMO**

**Importância do Estudo:** A violência no ambiente escolar tem se mostrado muito elevada nos últimos anos, de modo que as instituições públicas de ensino e segurança pública podem desenvolver atividades para enfrentamento desse problema social.



**Objetivo:** Este artigo tem por objetivo demonstrar a percepção dos alunos atendidos pelo Programa Supervisão Militar Educacional na Escola Brigadeiro Fontenelle no município de Belém. **Materiais e métodos:** Com aplicação de uma pesquisa quanti-qualitativa, exploratória, descritiva e aplicada, com coleta de dados bibliográficos em livros, artigos científicos e legislações e, posteriormente, realizada uma pesquisa de campo junto aos discentes da unidade de ensino que recebeu os serviços do programa educacional da Polícia Militar do Pará em Belém, mediante o uso de questionário para obtenção de informações destes alunos, aplicando-se ao final a técnica estatística para análise descritiva da percepção dos participantes. **Resultados e discussões:** Os alunos sentem ausência de perspectivas na vida, o que motiva o abandono escolar em conjunto com o trabalho exercido, observaram ainda o uso e tráfico de entorpecentes antes da implementação do programa na escola, além do desafio de adaptação ao programa com supervisão militar educacional, porém afirmam sentirem-se mais seguros com este programa educacional, pois consideram o bairro da Terra Firme pouco seguro. **Conclusões:** É relevante fazer novas pesquisas quanto aos fatores causantes da violência escolar e a atuação das polícias militares como ator responsável pelas ações preventivas nesse ambiente social.

**Palavras-chave:** Violência escolar; Unidade de ensino; Programa educacional.

## 1 Introdução

Os problemas internos do ambiente escolar no Brasil chegam às questões criminais e violentos, de forma que várias instituições realizam atividades com o intuito de gerenciar os conflitos nas unidades de ensino, principalmente com relação aos alunos, objetivando prevenir esses ilícitos, como a atuação da Polícia Militar do Estado do Pará -

PMPA com o programa Supervisão Militar Educacional (SUME) nas escolas públicas do Estado do Pará. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (FBSP, 2023), avaliando a percepção de diretores sobre a violência escolar no Brasil, aponta-se que no Estado do Pará 48,2% e 41,0% consideram adequados, respectivamente, as condições de segurança na entrada e saída da escola, e a utilização de muros e/ou grades que isolam a escola do ambiente externo. Em análise das temáticas de projetos nas escolas em que trabalham, esses profissionais apontam que no Pará, ocorrem com Violência (50,3%), Bullying (57,6%), Machismo (10,2%), Homofobia (17,3%), Uso de drogas (44,4%), Relações étnico-raciais/racismo (39,9%).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2023) estudou as situações de violência nas escolas, sendo que no Estado do Pará, os diretores, com percentual médio baixo de 1,33%, apontaram que os crimes de Roubo ou furto, bem como o Bullying, caracterizado por ameaças ou ofensas verbais e a Depredação do patrimônio escolar (vandalismo), foram observadas várias vezes, entretanto em média 19% destes participantes da pesquisa afirmaram que perceberam poucas vezes as ocorrência de Bullying e vandalismo (FBSP, 2023). Desta feita, o presente artigo versa sobre a percepção de alunos da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle em Belém/PA sobre a atuação da PMPA mediante os serviços do programa SUME.

## 2 Revisão bibliográfica

A segurança pública é considerada um direito fundamental preconizado no art. 144, §5º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), de forma que no art. 198 Inciso I da Constituição do Estado do Pará a sua realização compete a vários órgãos, dentre estes a Polícia Militar do Pará - PMPA, com a realização do policiamento ostensivo fardado (Pará,

1989), e realizado de forma conjunta com os órgãos do Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). O policiamento ostensivo tem características de polícia administrativa, com direcionamento à prevenção de ilícitos, garantindo a segurança da população, entretanto guarda também um caráter criminal, quando faz o encaminhamento de ocorrências dessa natureza (Marcineiro et al., 2022).

A realização do policiamento ostensivo ocorre de acordo com as necessidades de cada comunidade e especificidade ambiental (Oliveira; Tonelli; Pereira, 2013), mediante a aplicação de suas várias tipologias, como o policiamento escolar. De acordo com a Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará, no seu item 6.2.2.7 o Policiamento Escolar é:

[...] tipo específico de policiamento ostensivo que prioriza a instalação de policiamento ostensivo junto às escolas e colégios, onde os problemas de segurança pública têm se avolumado, com incidência crescente de reclamações e ocorrências diversas, fonte geradora de insegurança e apreensão para os pais, alunos e professores (PARÁ, 2014, p. 48).

Da definição normativa da PMPA, concebe-se que o policiamento escolar se insere no ambiente estudantil, porém não se limita a prevenção criminal, mas há outras formas de conflitos que podem desencadear problemas mais graves, como as desordens públicas no interior e no entorno dos estabelecimentos de ensino.

Pode ser entendido, de pronto, que este tipo de policiamento só poderia ser utilizado pelo recentemente criado Batalhão de Policiamento Escolar (BPOE) recentemente, entretanto a variável de policiamento ostensivo, conforme o Decreto Nº 1.625/2016, estabelece que qualquer unidade operacional da PMPA possa fazê-lo dentro de sua circunscrição, ou seja, essa variável de policiamento não é privativa do BPOE, podendo ser aplicada em consonância à projetos e programas da instituição.

Inicialmente a Diretriz de emprego operacional (Pará, 2014) direcionava tal policiamento ao tráfico e uso ilícito de entorpecentes até às proximidades das unidades de ensino, com cursos, palestras e debates entre os atores do ambiente escolar, objetivando melhoria do relacionamento entre alunos, pais/responsáveis e educadores e por fim o aumento da segurança local, minimizando a violência escolar e no entorno mediante integração da PMPA com as unidades de ensino e demais órgãos relacionados à problemática (Silva; Souza, 2020). O policiamento escolar está de acordo com Plano Estratégico 2015/2025 da PMPA (Pará, 2015), bem como atende à Política Territórios pela Paz consolidada pelo Plano de Ação Integrada TERPAZ PMPA (Pará, 2021), o qual definiu a implementação das Escolas Militares como medida necessária à segurança no ambiente escolar.

Concebe-se a atuação da PMPA pelo policiamento escolar como uma forma de prevenção primária, que Penteado Filho (2012) destaca como prevenção estatal em que se verifica a resolução de problemas que levam à criminalidade, com meios educacionais, de saúde, seguridade social e outros direitos fundamentais, bem como fatores ambientais e físicos (Brasil, 2005), considerados elementos causadores dos conflitos.

Nas escolas brasileiras os conflitos e violências registradas são diversos, desde o uso de substâncias entorpecentes lícitas e ilícitas, até o porte de armas brancas e de fogo, violência física e psicológica, além de danos ao patrimônio e homicídios, eventos estes que extravasam o meio escolar (Brasil, 2005). É neste contexto que surgiram vários programas e projetos, inclusive das polícias militares, que vieram trazer uma forma de abordagem diferenciadas aos alunos, com métodos pedagógicos não se limitando ao simples policiamento ostensivo, mas construindo ambientes de cidadãos conscientes de sua realidade, respeitadores dos direitos de outrem (Thomaz; Oliveira, 2009).

Dentre os problemas observados no ambiente escolar, além dos inúmeros conflitos e ilícitos, há a evasão escolar, conceituada como a interrupção do ciclo de estudos (Gaiosio, 2005) e o abandono escolar, tido como a deserção do ano letivo, retornando o aluno no ano seguinte (Silva Filho; Araújo, 2017). Ambos, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), causam problemas não somente aos alunos nesta condição, perpetradores e vítimas da violência, mas à toda sociedade (Unicef, 2017).

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) em seu Guia para Prevenção do Crime e da Violência - 2005 reforça esses entendimentos, pois enfatiza existir correlação direta entre a evasão escolar e a prática criminal (BRASIL, 2005). Assim, constituiu-se mediante a Portaria nº 81/2022 GAB-CMD, o programa Supervisão Militar Educacional (SUME), como atividade finalística da PMPA responsável pela prevenção primária na comunidade escolar e no entorno com emprego de ações propositivas que fomentem o cultivo dos valores cívicos, éticos, morais e à cultura de paz (Pará, 2022).

Seu funcionamento ocorre com policiais militares das unidades operacionais da PMPA nas circunstâncias policiais em que as escolas estão inseridas, os quais são denominados Supervisores Militares Educacionais, sendo capacitados no Curso Supervisão Militar Educacional (CSUME), em que recebem saberes teóricos e procedimentos técnicos e operacionais para tratar as demandas escolares, não confundindo com as atribuições dos professores (Moraes, 2020), mas com eles trabalhando, por meio de atividades de fiscalização, supervisão de faltas e condutas dos alunos, orientando-os a portarem-se adequadamente em respeito aos demais membros do ambiente escolar, constituindo-se como mediadores e solucionadores de conflitos, através de orientação, palestras e diversas atividades (Pará, 2022).

Um dos meios de desenvolver as atividades no SUME são os clubes de atividades, locais em que os alunos mais destacados com

bom comportamento escolar, assíduos e com melhores notas realizam atividades extracurriculares desportivas, culturais, educacionais e artísticas, em horários diversos daquele de sala de aula (Pará, 2022), sendo elementos empregados para incutir valores cívicos e sociais de respeito aos alunos, além de incentivo aos estudos.

### **3 Material e métodos**

#### **3.1 Natureza da Pesquisa**

Neste estudo, no que se tange à abordagem, foi empregada uma pesquisa quanti-qualitativa, junto aos alunos do ensino médio da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, município de Belém, estado do Pará (Gil, 2008), visto que os dados colhidos são oriundos de um questionário aplicado aos discentes, sendo obtidos dados qualitativos e quantificados posteriormente. Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa tanto bibliográfica, documental, quanto de campo, pois a primeira e a segunda assentaram-se sobre dados oriundos de estudos publicados sobre o tema escolas com práticas de instituições policiais, como livros, artigos, bem como em normas jurídicas sobre a atuação da Polícia Militar do Pará e seus projetos e programas educacionais, enquanto que a terceira teve como participantes os discentes da unidade de ensino pública selecionada onde deu-se a presente pesquisa empírica (Gil, 2008).

Quanto à finalidade do estudo, elaborou-se uma pesquisa aplicada, pois o objetivo desta foi verificar a forma como os alunos da referida escola veem a execução do programa SUME na sua escola e as problemáticas locais, e apresentar possíveis soluções a serem empregadas pela Polícia Militar do Pará (Prodanov; Freitas, 2013). Ainda sobre a presente pesquisa, quanto aos objetivos propostos, foi produzida uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, de modo que foi apresentada uma contextualização geral do SUME, e posteriormente a visão dos discentes atendidos pelo programa da PMPA sobre a referida atividade (Gil, 2008).

### 3.2 Lócus da Pesquisa

A pesquisa ocorreu na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, bairro Terra Firme, município de Belém, Estado do Pará, de modo que esta unidade pública de ensino foi selecionada por estar localizada em um bairro considerado por vários estudiosos e pelo próprio Estado com alto índice de vulnerabilidade social, refletiva em índices econômicos e de infraestrutura e de segurança pública, além de ter recebido o programa Supervisão Militar Educacional (SUME) da Polícia Militar do Pará e que pode ser impactada pelas ações policiais preventivas.

### 3.3 Fontes de dados e/ou participantes da pesquisa

A coleta de dados da pesquisa qualitativa deu-se mediante pesquisa em base dados de artigos científicos (CAPES, *SciELO* e outros acervos de pesquisas) e publicações disponíveis no *website google* acadêmico, relacionados à atividade educacional da PMPA nas escolas e livros acerca do tema pesquisado, bem como normas jurídicas relacionadas ao SUME na Polícia Militar do Pará, com objetivo de estabelecer um precedente normativo e conceitual à aplicação da pesquisa de campo. Com relação à pesquisa de campo foi aplicada à população (*N*) definida pelos alunos de 03 (três) turmas do Ensino médio, devido receberem atividades do SUME da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle. Assim a população *N* chegou a um total de 87 (oitenta e sete) alunos participantes.

### 3.4 Procedimento de coleta de dados

Aplicou-se a coleta de dados bibliográficos conforme uma revisão narrativa da literatura, sendo realizadas buscas de obras publicadas nas bases de dados CAPES e *SciELO*, obtendo número específico destas pesquisas, e após verificada a pertinência dos seus conteúdos com a proposta desta pesquisa. O procedimento relacionado aos livros publicados na temática ocorreu em busca de *websites* que disponibilizam

conteúdos gratuitos, tal como as normas da PMPA foram coletadas no *website* da instituição policial.

Na pesquisa quantitativa, os dados foram obtidos pela aplicação de questionário semiestruturado aos integrantes da população (Gil, 2008), denominado “Pesquisa: A atuação dos Policiais Militares, como supervisores militares educacionais, na escola com SUME Brigadeiro Fontenelle, Percepção dos Alunos”, de modo que a população foi definida conforme critérios relatados no item “Fontes de dados e/ou participantes da pesquisa”. Tal questionário elaborado pelos autores, composto por 12 (doze) perguntas sobre o objeto da pesquisa, foi aplicado de forma síncrona, junto aos integrantes da população, com variáveis tanto qualitativas, quanto quantitativas, com orientação de forma direta dos pesquisadores para possíveis esclarecimentos ou dúvidas durante o preenchimento, com intervenção de pesquisadores e acompanhamento da escola estadual.

No presente estudo, conforme os cuidados éticos previstos, os responsáveis legais dos alunos participantes foram informados com antecedência (quando alunos adolescentes), de modo que estes autorizaram formalmente a participação dos discentes, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, sendo informados que a pesquisa em si não lhes causaria danos ou prejuízos de qualquer ordem e os dados obtidos seriam utilizados para divulgação acadêmica, de modo que houve o acompanhamento da Direção da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, a qual foi solicitada autorização mediante expediente formal dos pesquisadores.

### 3.5 Análise de dados

Foi realizado um tratamento qualitativo quanto aos dados obtidos das fontes bibliográficas e documentais, com aplicação da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) para fazer um contraponto do

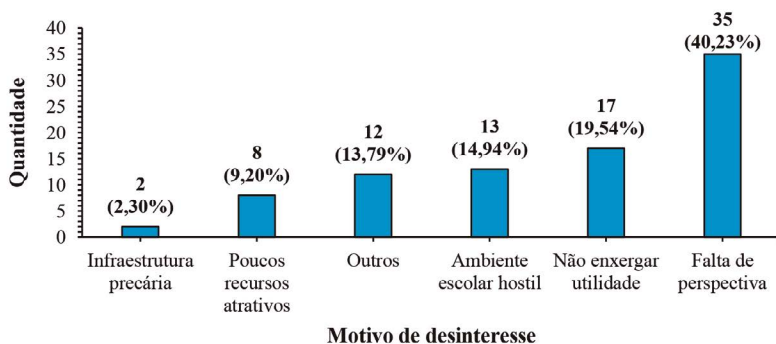


referencial teórico sobre a forma de atuação da PMPA nas escolas, como o SUME, e as informações acerca do ambiente escolar, para subsidiar a pesquisa de campo. Complementando a análise quantitativa, foi realizada uma análise estatística (Bussab; Morettin, 2024), face aos dados coletados por questionários, mediante utilização da Estatística Descritiva, a qual apresenta os dados segundo uso de gráficos, tabelas e mapas propiciando melhor entendimento de informações e análises procedidas.

#### 4 Resultados e discussões

Mediante dados coletados no questionário “Pesquisa: a atuação dos Policiais Militares, como supervisores militares educacionais, na escola com SUME Brigadeiro Fontenelle, percepção dos alunos”, para avaliar percepções de alunos do SUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, foram construídos 12 (doze) questionamentos sobre a temática desta pesquisa, onde variáveis inerentes a percepção puderam ser analisadas.

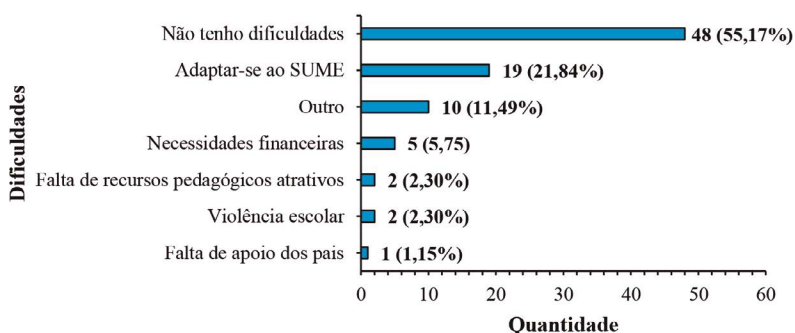
**Figura 1:** Motivo de desinteresse dos alunos atendidos pelo SUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, bairro Terra Firme, município de Belém, Estado do Pará, 2023.



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

Segundo os dados obtidos, um total de 62,07% dos alunos apresentaram idade na faixa-etária de 15 a 17 anos, sendo 37,97% com idades menores e 8 alunos com idade de 18 anos, ou seja, a maioria, 88,50% são adolescentes. Sendo que, 40,23% estão a pelo menos 1 (um) ano na escola, enquanto 12,64% com mais de 3 anos, sendo que deste último grupo supõe-se percepção mais adequada do antes e depois do SUME na escola. Discentes apontaram, conforme demonstra a Figura 1, como motivo de desinteresse em estudar e tirar boas notas a “falta de perspectivas em sua vida”, em questões educacionais ou mesmo de trabalhos futuros. Este motivo comporta aproximadamente 40,23% do total de respostas da pesquisa de campo, seguida pelo motivo de “não enxergar utilidade” dos ensinamentos lecionados na escola Brigadeiro Fontenelle (19,54%), motivos os quais corroboram com os estudos de Gaiosio (2005), Silva Filho e Araújo (2017), quanto a evasão e abandono escolar.

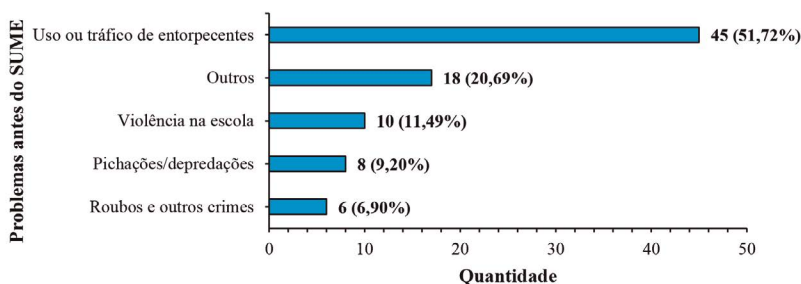
**Figura 2:** Dificuldades para manterem-se na escola pelos alunos atendidos pelo SUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, bairro Terra Firme, município de Belém, Estado do Pará, 2023.



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

Na Figura 2, se tem 55,17% dos participantes da pesquisa que afirmam não ter dificuldades quanto ao Programa Supervisão Militar Educacional, demonstrando um não impedimento para manter-se na escola relacionado a este programa; sendo que para 21,84%, a sua maior dificuldade enquanto aluno participante do SUME é “conseguir adaptar-se” aos procedimentos e valores que o programa aplica na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle. Importa dizer que o SUME, realiza estes trabalhos de adequação, com resultados satisfatórios, com foco em evitar que o aluno se evada ou abandone o ambiente escolar, haja vista a latente correlação entre essas problemáticas e os casos de criminalidade e violência (BRASIL, 2005).

**Figura 3:** Problemas vivenciados antes do SUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, bairro Terra Firme, município de Belém, Estado do Pará, 2023.



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

No que tange aos problemas vivenciados pelos participantes da pesquisa na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle os que são mencionados com mais frequência antes da introdução do Programa Supervisão Militar Educacional, 51,72% destes afirmaram que o “uso ou tráfico de entorpecentes” eram os mais observados no ambiente escolar.

Após apresentam-se “outras” formas ilícitas e desordens públicas com 19,54%. A “violência escolar” apresenta-se no percentual de 11,49% nas respostas fornecidas pelos discentes participantes, conforme a Figura 3. Esses dados estão de acordo com a realidade nacional apresentada no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023).

**Tabela 1:** Motivos de abandono de estudo na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, bairro Terra Firme, município de Belém, Estado do Pará, 2023.

Motivo	Quantidade	Percentual
Outros	03	03,45%
Falta de apoio dos pais	15	17,24%
Necessidade de trabalhar	24	27,58%
Dificuldade de adaptar ao SUME	13	14,94%
Falta recorrente de professores	01	01,15%
Esperança de retorno financeiro	04	04,60%
Más companhias	02	02,30%
Falta de expectativa de futuro	25	28,74%
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

A Tabela 1 demonstra, na concepção dos alunos participantes, os motivos que poderiam levar os alunos a abandonarem a Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, sendo os principais motivos a “Falta de expectativa de futuro” com 28,74%, “Necessidade de trabalhar” com 27,58% e “Falta de apoio dos pais” (17,24%) do total das respostas fornecidas. Nesta pesquisa, 2 (dois) discentes se recusaram a responder o questionamento acerca dos motivos do abandono escolar.

**Tabela 2:** Principais problemas que presencia na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, bairro Terra Firme, município de Belém, Estado do Pará, 2023.

Principal Problema	Quantidade	Percentual
Conflitos (alunos x alunos x professores)	09	10,34%
Evasão escolar	08	09,20%
Indisciplina	17	19,54%
Dificuldade em se adaptar ao SUME	35	40,23%
Falta de professores	04	04,60%
Conflitos (militares x alunos x professores)	05	05,75%
Outros	09	10,34%
Total	87	100,00%

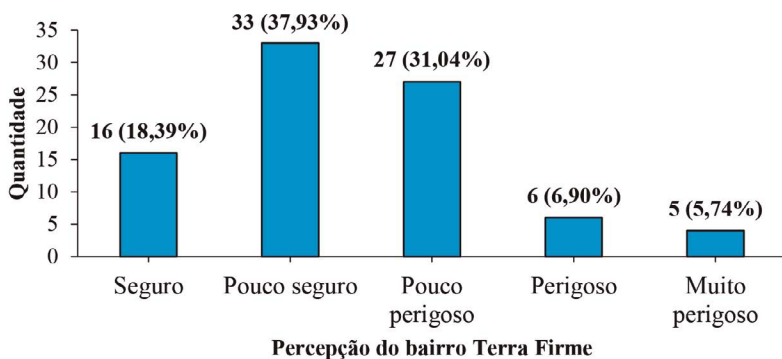
**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

Na Tabela 2, a pesquisa demonstra que os discentes participantes entendem que atualmente os principais problemas presenciados na escola são “Dificuldade em se adaptar ao SUME” (40,23%) e a “Indisciplina” com 19,54% dos participantes. A questão da inadaptação dos discentes ao regime proposto pelo SUME conversa diretamente com a problemática da indisciplina, pois, em se tratando de militares estaduais no ambiente escolar, os quais possuem como um dos princípios institucionais da PMPA a disciplina militar, há uma natural e esperada indisposição dos discentes, visto que em sua maioria estes não estão acostumados a regramentos mais rígidos e cobranças efetivas, sendo os objetivos do SUME (Pará, 2022). Interessante observar que “Conflitos” (alunos x alunos x professores) e “Evasão Escolar”, respectivamente, perfazem somente 10,34% e 9,20% das respostas dos alunos, o que leva a crer que a atuação dos policiais militares do SUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle veio a proporcionar a diminuição dos conflitos e do abandono das atividades educacionais.

Neste sentido, ao questionar se os alunos participam dos clubes do SUME, os quais propiciam atividades extracurriculares (desportivas e artísticas) como forma de recompensa aos alunos que se destacam positivamente nas notas e comportamento, 60% afirmaram não estarem participando desse grupo de atividades, o que aponta-se como informação de que esse percentual não estão com rendimento escolar adequado, ou estão apresentando comportamentos inadequados no seio da unidade de ensino, sendo necessário rever a estrutura dos clubes previstos nas normas do SUME (Pará, 2022).

Ainda sobre os clubes de atividades, 80% dos participantes responderam que estes grupos gerenciados pelo SUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle motivariam também os alunos com problemas de notas e comportamentais a melhorarem suas condutas na unidade de ensino, caso fossem matriculados nestes. O que denota a importância dos clubes de atividade enquanto ferramentas do SUME condizentes com a mudança de comportamento dos alunos.

**Figura 4:** Melhoras para o funcionamento do clube de atividades do SUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, bairro Terra Firme, município de Belém, Estado do Pará, 2023.



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

Conforme a Figura 4, os participantes foram questionados sobre as formas de melhorias para o funcionamento dos clubes de atividades, de maneira que Aumentar os dias da semana em que o clube funciona (33,33%), Criar novos clubes com atividades diversas para atingir um maior público estudantil (29,88%) e Facilitar o ingressos dos alunos desmotivados na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle (20,69%) despontaram com maior incidência. Esses resultados estão em consonância com a definição de policiamento escolar estabelecido, pois este não está limitado ao simples patrulhamento, mas refere-se às demais atividades preventivas (Pará, 2014; Moraes, 2020).

**Tabela 3:** Preferência de fazer parte do SUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, bairro Terra Firme, município de Belém, Estado do Pará, 2023.

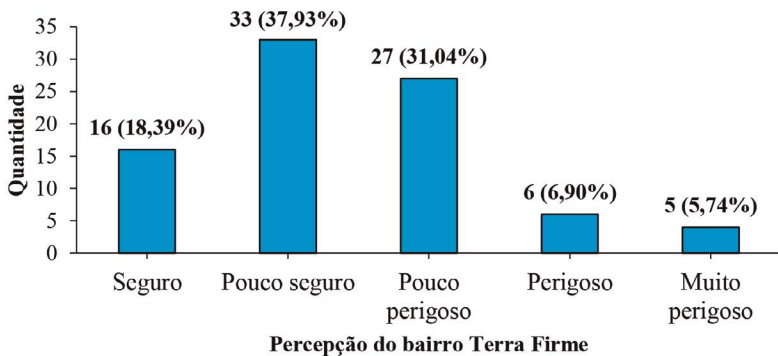
O que o aluno gosta de fazer no SUME	Quantidade	Percentual
Aprender valores e princípios	32	36,78%
Participar dos clubes	07	08,05%
Estar em ambiente seguro	23	26,44%
Usar uniforme / fazer ordem unida	03	03,45%
Não gosto de fazer parte da SUME	09	10,34%
Outros	13	14,94%
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

Quando perguntado aos alunos participantes suas preferências e atividades que gostam de praticar no SUME na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle, 36,78% apontaram que Aprender valores e princípios (Tabela 3) relacionados ao programa realizado pela PMPA. Em seguida, a questão de Estar em ambiente escolar seguro, na medida que está sendo policiado pelos agentes de segurança pública, com percentual

de 26,44%. São 10,34% que não gostam de estar no programa SUME, isso reflete resistência de 1 (um) a cada 10 (dez) participantes ao programa de supervisão militar educacional. Apenas 8,05% relatam que participar dos clubes de atividades é uma atividade aprazível pelos alunos, seguido pelo uso de uniforme e a prática de Ordem Unida (exercícios em conjunto e com movimentos padronizados, como marchar) no percentual de 3,45%. Neste questionamento, somente 1 (um) dos participantes recusou-se a respondê-lo. As respostas apontam que os objetivos do SUME estão sendo atendidos, no que concerne à construção de comportamentos respeitosos e aceitáveis para se conviver no ambiente escolar, a fim de prevenir conflitos (Thomaz; Oliveira, 2009).

**Figura 5:** Percepção dos alunos do SUME quanto a segurança do bairro Terra Firme, município de Belém, Estado do Pará, 2023.



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

Por fim, a pesquisa objetivou obter a percepção dos alunos da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle quanto ao nível de segurança do bairro Terra Firme, onde está inserida a unidade de ensino e local em que os discentes residem, de forma que “Pouco seguro” (37,93%) e “Pouco perigoso” (31,04%), e somente 18,39% considera referido bairro como “Seguro”, em contraposição 5,74% que consideram muito



perigoso. Essa percepção dos participantes ratifica os dados descritos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o qual aponta que os municípios amazônicos ainda estão sujeitos às ações violentas de toda ordem, principalmente localidades periféricas, tudo em decorrência das ações do crime organizado, tráfico de drogas, crimes ambientais e disputas fundiárias (FBSP, 2023).

## Considerações Finais

Os problemas no meio educacional ultrapassaram aqueles relacionados à qualidade do ensino, de modo que a criminalidade e a violência dão o tom em muitas unidades de ensino e, quando discutida a realidade paraense, percebe-se a rotina de situações de insegurança em escolas dos bairros periféricos do Município de Belém.

Ao desenvolver uma pesquisa de campo com base documental e bibliográfica acerca do tema violência na escola e atuação da Polícia Militar do Pará, realizou-se a presente pesquisa quanti-qualitativa de caráter exploratório e descritivo, com natureza de um estudo aplicado no campo da segurança pública, a fim de apresentar como os alunos atendidos pela Supervisão Militar Educacional na Escola Brigadeiro Fontenelle no município de Belém, compreendem esse programa.

Ao final, constata-se que os discentes participantes alunos percebem ausência de perspectivas futuras na vida, sendo estes um dos motivos que os leva a abandonar os estudos, bem como a exigência de entrarem precocemente no mercado de trabalho, a fim de obterem recursos para seu sustento e de seus familiares.

Estes alunos afirmaram que antes do programa SUME era constante observarem o uso e tráfico de drogas ilícitas, de maneira que a maioria relatou certa dificuldade em adaptarem-se aos preceitos, valores e procedimentos do programa da PMPA, no entanto estes têm o

sentimento de estarem mais seguros com a existência do projeto policial, visto que, em seu entendimento, o bairro Terra Firme seja pouco seguro.

Assim, a proposta da pesquisa foi atendida, na medida em que o problema levantado foi respondido satisfatoriamente, porém faz-se necessárias novas pesquisas relacionadas aos fatores causadores de atos violentos e criminosos nas escolas e sobre os projetos educacionais a cargo das polícias militares, sendo sugerido que estes estudos contemplem também percepções de profissionais do ensino e policiais militares inseridos no programa.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil; 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p

BRASIL. Ministério da Justiça. **Guia para Prevenção do Crime e da Violência nos Municípios**. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: SENASP, 2005.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. Ano 17. São Paulo: FBSP, 2023.

GAIOSO, N.P.L. **A evasão discente na educação superior: na perspectiva dos de alunos e dirigentes**. 2005. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCINEIRO, N.; VIERO, R.R.; BERTÉ, D.; MACHADO, C.; ROELL, M.I.; KARSTEN, P.P. Análise Criminal como Estratégia de Polícia Ostensiva. **Revista do Sistema Único de Segurança Pública**. Brasília, v.1, n.2, p.81-97, jul./dez., 2022.

MORAES, H.P. **A Funcionalidade do Policiamento dentro do Espaço Escolar**. 2020. 81p. Dissertação de Mestrado (em Segurança Pública) – Programa de Pós-graduação em Segurança Pública. UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2020.

OLIVEIRA, V.A.R.; TONELLI, D.F.; PEREIRA, J.R. O problema da (in)segurança pública: refletindo acerca do papel do Estado e de possibilidades de soluções localizadas e participativas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo. v.7, n.1, p.8-22, fev./mar., 2013.

PARÁ, **Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989**. Belém, 1989.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar do Pará. Decreto Nº 1.625, de 18 de outubro de 2016. **Regulamenta a Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 093, de 15 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Pará, e dá outras providências**. Belém, 2016.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar do Pará. Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará DGO/PMPA. **Regula o Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará**. Belém. 2014.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar do Pará. **Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025**. Estado Maior da PMPA. 6ª seção do EMG – Planejamento e Orçamento. 1ª edição. Belém. PMPA-2015.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar do Pará. Plano de Atuação Integrada TERPAZ PMPA, de 16 de fevereiro de 2021. **Determina as diretrizes que devem ser seguidas pelas unidades de execução operacional da PM nos Territórios pela Paz em cumprimento ao que rege o Plano de Atuação Integrado da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.** Belém, 2021.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar do Pará. Portaria N° 81/2022 - GAB CMD, de 13 de maio de 2022. **Programa de Supervisão Militar Educacional (SUME).** Belém, 2022.

PENTEADO FILHO, N.S. **Manual esquemático de criminologia.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA FILHO, R.B.; ARAÚJO, R.M.L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, [S. l.], Belém. v. 8, n. 1, p. 35–48, 2017.

SILVA, L.D.; SOUZA, A.L.F. Produção de um território disciplinar: o policiamento escolar da CIPOE. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 54, p. 845-885, 2020.

THOMAZ, L.; OLIVEIRA, R.C. **A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo.** Dia-a-dia Educação, p. 1-25, 2009. Disponível em: < <https://bit.ly/4e34EqS> > Acesso em: 20 jun. 2023.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil (2017).** UNICEF Brasil, junho de 2017. Disponível em: < <https://bit.ly/3XoremB> >. Acesso em: 15 jun. 2023.

## CAPÍTULO 8

### A notificação compulsória na interrupção do ciclo de violência sob a perspectiva de Hannah Arendt

**Sarah Lima de Souza**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública,  
Cidadania e Direito Humanos da UEA

Manaus – Amazonas – Brasil | slds.msp23@uea.edu.br

**Évelin Staevie dos Santos**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública,  
Cidadania e Direito Humanos da UEA

Manaus – Amazonas – Brasil | esds.msp23@uea.edu.br

**Raylene Rodrigues de Sena**

Doutora em Administração (UFMG) e professora do PPGSP-UEA

Manaus, Amazonas, Brasil | rsena@uea.edu.br

#### RESUMO

**Importância do Estudo:** A notificação compulsória, prevista na Lei nº 10.778/2003, dá-se nos casos em que há indícios ou confirmação de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados, sendo indispensável para a coibição e reparação da referida violência. **Objetivo:** Evidenciar as contribuições da notificação compulsória como mecanismo útil ao incremento de políticas públicas nas temáticas da saúde e segurança, bem como as consequências de sua não realização, à luz dos conceitos de Hannah Arendt sobre violência. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, realizado a partir de pesquisa bibliográfica em artigos e livros que versam sobre violência, e, mais especificamente, sobre a relevância da notificação compulsória na política preventiva da violência doméstica e familiar contra a mulher, baseando-se nas

obras “Crises da República” e “Sobre a Violência” de Hannah Arendt. **Resultados e Discussões:** Com base na abordagem de Hannah Arendt, apresenta-se a abordagem da omissão dolosa da notificação compulsória nos casos configuradores de risco à comunidade ou à vítima e a reflexão de seu enquadramento como violência institucional. **Conclusões:** A notificação compulsória constitui importante ferramenta no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher e, portanto, quando não realizada pelos agentes responsáveis nos casos de riscos, pode revelar violência institucional ao perpetuar o ciclo da violência, negando a vítima e a comunidade, além da apuração criminal dos fatos necessária à salvaguarda da vida e da ordem pública, o desenvolvimento de efetivas políticas sociais.

**Palavras-chave:** Lei nº 10.778/2003; Violência contra a mulher; Violência institucional.

## 1 Introdução

A notificação compulsória é ferramenta importante para o mapeamento de casos de violência contra a mulher, possibilitando o atendimento integral da vítima e direcionando-a, sempre que necessário, a outros serviços multidisciplinares, sendo assim prevista no artigo 1º da Lei nº 10.778/2003:

Art. 1º Constituem objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, os casos em que houver indícios ou confirmação de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado.

§ 2º Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica e que:

I – tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;

II – tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; e

III – seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

§ 3º Para efeito da definição serão observados também as convenções e acordos internacionais assinados pelo Brasil, que disponham sobre prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher (Brasil, 2003).

Infere-se do dispositivo acima que a notificação compulsória condiciona profissionais de saúde e agentes responsáveis pelos serviços públicos e privados a levarem ao conhecimento formal da autoridade policial, no prazo de 24 horas, os casos em que houver indícios ou confirmação de violência contra a mulher, para as providências cabíveis e para fins estatísticos. Relacionada, portanto, à interação entre órgãos de saúde e de segurança pública, funciona como estratégia de enfrentamento de fenômeno multifatorial, quando este não só desagrega a estrutura da saúde pública e a paz social, como também provoca o surripiamento de recursos públicos que poderiam ser canalizados para outros embates epidemiológicos.

Há de se observar ainda que, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, não só o vínculo e/ou grau de parentesco com

a pessoa atendida definirá o encaminhamento da vítima à Delegacia de Atendimento à Mulher ou a outros órgãos, como poderá a notificação, após circunstanciado o tipo de violência, fazer constar observações adicionais que reforcem os serviços de saúde prestados àquela.

Neste sentido, a notificação compulsória ampara o cálculo dos custos dispendidos para o tratamento integral da vítima e o manejo de dados estatísticos assim como, em casos excepcionais, invoca a deflagração de procedimentos policiais específicos, de tudo efetivando políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da violência ocorrida dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher incluindo o estupro e os maus-tratos, em consonância com a Lei Maria da Penha.

Frente ao exposto, pretende-se evidenciar as contribuições da notificação compulsória como mecanismo útil ao incremento de políticas públicas nas temáticas da saúde e segurança, bem como as consequências de sua não realização nos casos em que houver indícios ou confirmação de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados, à luz dos conceitos de Hannah Arendt sobre violência institucional.

A fim de alcançar o objetivo acima descrito, apresenta-se, primeiramente, a revisão bibliográfica realizada, com destaque para alguns dos autores utilizados na elaboração deste estudo, seguindo com a metodologia empregada, em que se apontam os métodos e critérios adotados neste artigo. Após conhecidos os autores eleitos e os procedimentos metodológicos utilizados, na sessão de resultados e discussões, analisam-se os materiais lidos com enfoque na violência institucional perpetrada com a ausência de notificação compulsória nos casos de violência contra a mulher atendida pelas redes de saúde pública e privada. Por fim, condensa-se o discutido ao longo deste material com reflexões sobre o tema.



## 2 Revisão Bibliográfica

Arendt aponta que o poder está na essência de todo o governo, diferentemente da violência (1999, p. 128), logo, para os fins deste estudo, a violência institucional deve ser analisada quando, embora exigível legalmente e possível factualmente, os profissionais de saúde deixam de realizar a notificação compulsória, negando à vítima e à comunidade a interrupção do ciclo e da escalada de violência. Destacando-se que, a partir do conceito Arendtiano, o Estado, detentor do domínio da violência física, só pode utilizá-la nos estritos limites constitucionais, não se admitindo qualquer fundamento institucional que vise, neste mesmo Estado, consolidar práticas violadoras aos direitos humanos.

Não se exclui, por óbvio, a participação da sociedade neste processo político, enquanto reforço das ações daquele que detém os meios de gestão, porquanto “é o apoio do povo que empresta poder às instituições de um país, e este apoio não é mais que a continuação do consentimento que, de início, deu origem às leis” (Arendt, 1999, p. 120). Neste sentido, merece destaque a atuação dos agentes públicos, enquanto personalização do poder estatal, aliada à compreensão social dos direitos humanos como essência da sobrevivência comunitária, frente às constantes violações aos direitos das mulheres.

No mesmo viés, em artigo intitulado “The health-systems response to violence against women”, Moreno *et al.* (2015) apontam que o papel principal dos sistemas de saúde para as mulheres e para seus filhos é no enfrentamento dos efeitos da violência na saúde, fornecendo cuidados de suporte, que podem contribuir para a prevenção da reincidência da violência e mitigação das consequências, como abuso de substâncias e depressão, além do fornecimento de cuidados imediatos e contínuos:

O sistema de saúde também tem um papel a desempenhar na prevenção primária (ou seja, prevenção da violência que ocorre

antes que ela comece), documentando a violência contra a mulher, enfatizando sua carga de saúde e defendendo uma ação coordenada com outros setores (Moreno *et al.*, 2015, tradução nossa).

Para além do tratamento médico imediato e contínuo às vítimas, evidências sugerem que os serviços de saúde precisam trabalhar em estreita colaboração com serviços especializados, incluindo a polícia, para aumentar a segurança de mulheres e crianças (Moreno *et al.*, 2015, tradução nossa). Neste ponto, a Lei nº 10.778/2003 transparece a preocupação de compartilhamento da segurança da mulher entre órgãos de saúde e de segurança pública, pois, entendendo que a violência contra a mulher é matéria de ordem pública e atento à salvaguarda da vida e integridade física e psicológica da vítima e da comunidade, o legislador prevê a identificação da mulher vitimizada, fora do âmbito dos serviços de saúde, em caráter excepcional, a juízo da autoridade sanitária notificadora e com conhecimento prévio da vítima ou do seu responsável.

Tal hipótese, prevista no parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.778/2003, em casos excepcionais, induz o preenchimento da ficha de notificação individual de violência interpessoal/autoprovocada, versão 5.1, disponibilizada no site [http://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Agravos/via/violencia\\_v5.pdf](http://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Agravos/via/violencia_v5.pdf), com a identificação de dados da vítima, da ocorrência, da violência, do provável autor da agressão, além de encaminhamentos à rede de atendimento.

Não realizar a notificação compulsória ou fazê-la sem o encaminhamento da vítima à rede de proteção, pode ser enquadrado como desserviço para esta mesma rede, enfraquecendo-a com a não utilização de modelo de “levantamento de necessidades, planejamento, avaliação das ações e registro de informações” acerca das movimentações empreendidas no enfrentamento da questão (Jardim e Paltrineri, 2022, p. 759).

Assim, nos casos em que se envolve riscos à vida e à integridade física e psicológica da mulher e da comunidade, a negligência na notificação compulsória ou a total ausência desta afigura típica violência institucional quando subtrai intencionalmente da vítima e da sociedade a oportunidade de interrupção do ciclo de violência, conforme as peculiaridades e complexidade de cada caso submetido aos profissionais de saúde.

### 3 Material e Métodos

Trata-se de pesquisa bibliográfica em que se procedeu ao levantamento de artigos científicos pertinentes ao tema escolhido nas bases de dados Google Acadêmico, Periódicos Capes, Academia, dos quais se elegeram os de maior relevância, priorizando os que se propuseram a investigar a notificação compulsória, como ferramenta útil para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, e o desdobramento funcional de sua não realização na forma legal, sob o enfoque do conceito de violência institucional de Hannah Arendt.

A busca se deu pelos termos-chave “violência institucional”, “omissão”, e “notificação compulsória”, seguida pelo levantamento dos termos “políticas públicas” violência contra a mulher” e “notificação compulsória”, e, por último, “responsabilidade” e “notificação” e “violência”. O material selecionado no acervo se deu após leitura dos títulos e resumos encontrados, totalizando 15 artigos elegidos e lidos parcialmente. Destes, 9 foram utilizados neste estudo uma vez que estavam de acordo com o objetivo aqui proposto, partindo-se, então, para uma revisão bibliográfica que permitisse atingir o referido fim.

Neste viés e considerando os objetivos deste estudo, adotou-se o método qualitativo para o estudo realizado, no qual é relevante

a interpretação dos pesquisadores sobre o fenômeno a ser estudado (Pereira *et al.*, 2018, p. 67). Ainda neste viés, Prodanov e Freitas apontam que, na pesquisa qualitativa:

“considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. **A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.** Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 70, grifo nosso).

Ainda, ressalte-se que dada a baixa incidência de publicação da temática da notificação compulsória como enquadramento de violência institucional, focou-se a pesquisa em reportagem de site institucional, protocolos manejados por profissionais da saúde em casos de violência, análise do sistema de saúde público e de seus profissionais no enfrentamento da violência contra as mulheres.

## 4 Resultados e Discussões

### I. Violência institucional por omissão sob a perspectiva de Hannah Arendt

Se por um lado não se pode negar às leis o caráter moral da abnegação ou de sacrifício em favor de valores democráticos que exprimem a paz social (Durkheim, 1999, p. 20), por outro lado, o domínio legítimo da violência física pelo Estado lhe exige postura ativa na implementação de políticas públicas efetivas (Weber, 2011, p. 42).

Neste viés, Debert e Gregori (2008) definem violência como:

“Termo aberto aos contenciosos teóricos e às disputas de significado, implica o reconhecimento social (não apenas legal) de que certos atos constituem abuso, o que exige decifrar dinâmicas conflitivas que supõem processos interativos atravessados por posições de poder desiguais entre os envolvidos. As violências evocam uma dimensão relacional que, segundo Foucault, estão longe de serem resolvidas pela esfera jurídica, pois tal instância, mesmo tendo como objetivo a justiça para todos, cria, produz e reproduz desigualdades.” (Debert e Gregori, 2008).

Em mesmo sentido, Hannah Arendt alerta que a violência “não depende de quantidade ou opiniões, mas de implementos, e os implementos da violência, como já dissemos, assim como qualquer ferramenta, aumentam e multiplicam a fortaleza humana” (Arendt, 1999, p. 130).

Desta forma, embora penalmente punível apenas a violência institucional por ação no artigo 15-A, da Lei nº 13.869/2019, é inegável a existência de consequências legais e éticas quando a violência institucional ocorre por conduta omissiva. Vale lembrar que, inicialmente, o projeto de Lei nº 5091/2020 que ancorou a Lei nº 14.321/2022, que, por sua vez, acrescentou o artigo 15-A na Lei nº 13.869/2019, assim previa: “Praticar o agente público violência institucional, por meio de atos comissivos ou omissivos que prejudiquem o atendimento à vítima ou testemunha de violência ou causem a sua revitimização. Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa” (Brasil, 2020).

Sobre esta perspectiva da omissão na violência institucional, consideram Becker *et al.* (2020) que:

“A violência institucional contra a mulher no sistema de justiça consiste, portanto, no tratamento desigual e discriminatório destinado às mulheres, na falta de reconhecimento de sua

condição de gênero e na negligência e omissão decorrentes da falta de aperfeiçoamento dos profissionais. A desigualdade de gênero presente na sociedade e nos hábitos culturais reflete diretamente nas práticas institucionais, interferindo na forma com que a mulher tem acesso à justiça” (Becker *et al.*, 2020, p. 89, grifo nosso).

Portanto, embora não amoldada no artigo 15-A, da Lei nº 13.869/2019, a prática dolosa de violência institucional por omissão repercute em responsabilidades outras, especialmente naquelas previstas nos Códigos de Ética e no artigo 66 da Lei de Contravenções Penais, eis que inverte a ordem das coisas, impelindo novas violências à vítima e reforçando estigmas e sanções sociais dificilmente reversíveis em vez de protegê-la.

## II. Não realização da notificação compulsória e seu enquadramento como violência institucional

Como se observa, a notificação compulsória é dever-poder do Estado e dos profissionais da saúde, determinando a comunicação à autoridade policial, no prazo de 24 horas, dos casos em que houver indícios ou confirmação de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados. Assim, numa perspectiva condenável, a negligência ou omissão na notificação compulsória podem ser enquadradas como violências institucionais transgressoras dos direitos humanos e demais valores absolutos na democracia brasileira.

Isto porque, tanto a Lei nº 10.778/2003, que estabelece a notificação compulsória nos casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados, quanto a Portaria MS 104/2011, que define as terminologias adotadas, em legislação nacional, na relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional, preveem a

obrigatoriedade da notificação compulsória nos casos em que houver indícios ou confirmação de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

Segundo Alcantara *et al.* (2016):

“A estratégia de tornar a notificação da violência uma ação compulsória é apresentada como uma tentativa de reverter o quadro de subnotificação descrito na literatura, que reforça a invisibilidade da violência, além do desacordo com a obrigação institucional e legal de notificação” (Alcantara *et al.*, 2016).

Para os fins estatísticos, a regra prevista no artigo 3º da Lei nº 10.778/2003 assegura caráter sigiloso à notificação compulsória dos casos de violência de que trata a norma, devendo a autoridade sanitária comunicar à autoridade policial, no prazo de 24 horas, os casos de indícios ou confirmação de violência contra a mulher referidos no *caput* do referido artigo. Nos casos de inexistência de riscos, o papel da notificação é de “peça de organização de dados epidemiológicos, de produção de informações de saúde, com vistas ao dimensionamento da magnitude de um dado problema para um planejamento mais adequado de estratégias assistenciais” (Kind *et al.*, 2013, p. 1811).

Neste ponto, segundo os dados do Painel de Violência contra Mulheres do Senado Federal, em 2019, foram realizadas 289.705 notificações de violência contra mulheres, no Brasil, realizadas por órgãos de saúde. Em 2022, conforme o Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan Net, do total de 507.226 notificações de violência interpessoal/autoprovocada, 356.350 envolveram o sexo feminino, e deste montante, 176.803 relacionaram-se a violência física.

Portanto, o aumento do número de notificações registradas denota a crescente de casos de violência contra a mulher, assim observados pelos profissionais por indícios ou confirmação de violência atendida em serviços de saúde públicos e privados, reforçando, por conseguinte,

a necessidade de aprofundamento das causas deste tipo de violação, para a construção de ações preventivas. Por outro ângulo, excepcionalmente nas situações de riscos à vítima ou à comunidade, a notificação ensejará a identificação da vítima de violência referida na Lei, fora do âmbito dos serviços de saúde e com conhecimento prévio da vítima ou do seu responsável, para os fins de apuração, conforme previsão do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.778/2003:

Art. 3º. A notificação compulsória dos casos de violência de que trata esta Lei tem caráter sigiloso, obrigando nesse sentido as autoridades sanitárias que a tenham recebido.

Parágrafo único. A identificação da vítima de violência referida nesta Lei, fora do âmbito dos serviços de saúde, somente poderá efetivar-se, em caráter excepcional, em caso de risco à comunidade ou à vítima, a juízo da autoridade sanitária e com conhecimento prévio da vítima ou do seu responsável. (Brasil, 2003).

Nestes casos, considerando a notificação compulsória ferramenta advinda de poder legítimo, compreendido como o fenômeno da obediência às leis e às instituições políticas de um país, é de se concluir que circunscreve o parágrafo único acima citado um dever-poder, implicando aos profissionais de saúde a imperiosidade das determinações legais, consentimento à sua legitimidade, e, por conseguinte, à utilização do mecanismo de identificação da vítima, para a cessação da violência em casos de riscos, seguindo legislação e preceitos éticos que comungam do princípio da não maleficência (De Oliveira *et al.*, 2018, p. 404).

A preocupação legislativa encontra assento na Constituição Federal, notadamente em seus artigos 5º, I, e 226, §8º, que, igualando formalmente e materialmente homens e mulher, condicionam o Estado à criação de mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares. Lado outro, a obrigatoriedade da interrupção do ciclo de



violência, salvaguardando a vítima e a sociedade enquanto componentes indissociáveis da formação estatal, advém dos compromissos do Brasil, firmados em convenções e acordos internacionais que dispõem sobre prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher, conforme redação do artigo 1º, §3º, da Lei nº 10.778/2003. A compulsoriedade é, portanto, inferida do poder que atua em comum acordo (Arendt, 1999, p. 119) e que obtém legitimidade do Poder Constituinte Originário, como deflagrador dos atos iniciais de proteção de uma Constituição Federal, cancelando à rede de proteção o uso de mecanismo legal necessário ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Por conseguinte, no caso da notificação compulsória, embora a redação do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.778/2003 indique que a identificação da vítima da violência se dará mediante juízo da autoridade sanitária, é de se entender que, em havendo risco efetivo à vítima e à comunidade, e tendo aquela sido cientificada previamente, a norma deixa de ser diretiva, e passa a ser impositiva, sob pena de violência institucional por omissão, uma vez que condicionará a mulher a se dirigir a diversos órgãos para recontar a versão e demonstrar a materialidade da violência já constatada pelos órgãos de saúde.

A preocupação quanto à resolutividade para os encaminhamentos foi objeto de preocupação do estudo desenvolvido por Kind *et al.* (2013) em unidades básicas de saúde de Belo Horizonte, em que se registrou a percepção de uma assistente social quanto à intervenção eficaz dos “profissionais de saúde para uma postura mais próxima de denúncia, ou seja, de maior visibilidade à questão” (Kind *et al.*, 2013, p. 1811). Neste sentido, o artigo 4º da Lei nº 10.778 sujeita as pessoas físicas e as entidades, públicas ou privadas, às obrigações previstas nesta norma. Por exemplo, o Código de Ética Odontológica (Resolução CFP nº 118/2012) excepciona a revelação de sigilo profissional, entendendo-a como justa causa, para a notificação compulsória de doença e colaboração com a

justiça nos casos previstos em lei, conforme artigo 14, parágrafo único, I e II.

O artigo 73, caput, do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2217/2018), por sua vez, veda ao médico a revelação de fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente.

Ainda, no âmbito criminal, o profissional pode incorrer na contravenção prevista no artigo 66, da Lei de Contravenções Penais, que tipifica a conduta de omissão na comunicação à autoridade competente de crime que o agente tenha conhecimento por meio de seu trabalho, como observado por Saliba *et al.* (2007):

Prevenir e combater a violência doméstica são funções inerentes ao Poder Público, e o Estado tem se empenhado na prevenção e controle da violência, por meio de campanhas, programas e, principalmente, pela legislação específica. Sabe-se que a violência apresenta um forte componente cultural, dificilmente superável por meio de leis e normas. No entanto, é necessário um respaldo legal para que o processo de prevenção e combate seja legitimado. O artigo 66 do Decreto-lei 3.688 de 1941 reconhece como contravenção penal, a omissão do profissional de saúde que não comunicar crime do qual tenha tomado conhecimento por meio do seu trabalho. O não cumprimento acarreta pena pecuniária. A interpretação desse artigo remete à ideia de que o profissional de saúde deverá comunicar crime cometido contra qualquer pessoa, independentemente de idade ou gênero da vítima (Saliba *et al.*, 2007, p. 474).

Desta forma, embora o setor de saúde não possa assumir a responsabilidade objetiva do combate à violência, é plenamente cabível o envolvimento institucional com o fim de capacitar seus profissionais para o enfrentamento do problema, respaldados na compreensão das relações sociais conflituosas, como pontuado por Saliba *et al.* (2007),

cabendo, ainda, aos serviços de saúde, o uso de recursos éticos e legislativos que combatam e reduzam a violência, já considerando a dificuldade de lidar com as ocorrências e a mensuração da gravidade na vida da pessoa em cada caso (De Oliveira, 2018, p. 404).

### III. Os profissionais de saúde como extensão do Estado na não violência:

Reconhecer na notificação compulsória o entabulamento claro e objetivo de diretrizes e metas específicas para atendimento da vítima de violência doméstica e familiar é adotar prática exitosa, aí incluindo a priorização de recursos públicos para “um aparato legal, estrutural e técnico operativo” (Jardim e Paltrineri, 2022, p. 761), que, se devidamente implementado atenderá, com a anuência social, a prevenção primária no enfrentamento da violência de gênero.

Para que isto ocorra, as estratégias de elevação da efetividade da intervenção dos profissionais de saúde e de prevenção nos territórios em protocolo de triagem, treinamento continuado para permitir o reconhecimento, a notificação compulsória e a integração em rede das intervenções, bem como a criação de grupos de intervenções com mulheres (Beiras *et al.*, 2019) devem responder, atendo-se à dinâmica da realidade social, as seguintes questões: “Por que fazer? Para que fazer? Como fazer?” (Jardim e Paltrineri, 2022, p. 759).

Desta forma, a notificação compulsória que aponte, em casos de risco à vítima ou à comunidade, dados objetivos da violência doméstica e familiar contra a mulher, procedendo aos encaminhamentos pertinentes, repele o *chilling effect* (efeito congelante ou efeito amedrontador), desestimula a revitimização perante os órgãos de apuração criminal e constitui importante papel para fins estatísticos, mapeamento de casos, panorama epidemiológico e comunicação formal aos órgãos de segurança pública acerca dos custos assumidos pelo SUS com o atendimento da vítima.

Nesta perspectiva é que os protocolos e diretrizes devem ser construídos para apoiar os profissionais da saúde, deixando-os saber quais ações tomar para, a partir de orientações claras sobre a documentação da violência contra as mulheres (uma vez que esta prova é necessária para perseguir ação legal), manter a confidencialidade - quando assim solicitado pela vítima ou seu responsável-, e aumentar a segurança do sobrevivente e o compartilhamento de informações nos casos previstos no parágrafo único, do artigo 3º da Lei nº 10.778/2003.

Neste viés, indicam Moreno *et al.* (2015):

A capacitação precisa incluir conhecimento clínico e habilidades para responder à violência praticada pelo parceiro íntimo e violência sexual, além de atitudes e valores relacionados à igualdade de gênero e à violência contra as mulheres. O processo não pode, no entanto, ser confinado a um único treinamento evento, pois intervenções educativas breves melhoram conhecimento, mas não mudam o comportamento. Contínuo apoio e reforço são necessários para desenvolver e manter as competências da equipe e fazer parte sua educação continuada de desenvolvimento profissional. (Moreno *et al.*, 2015, p. 1.574).

Conquanto entendam De Oliveira *et al.* (2018) que os códigos de ética não deixam clara a obrigatoriedade da notificação, este dever legal advém do artigo 4º da Lei nº 10778/2003, e do artigo 66 da Lei de Contravenções Penais – mais que isso, vem do reconhecimento de que a violência doméstica é matéria de saúde pública e que, portanto, deve ser enfrentada de forma transdisciplinar.

As dificuldades são diversas, mas negar o pragmatismo da notificação compulsória é perpetuar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher com o uso de filtros institucionais que reforçam sua prática, negando à sociedade o mapeamento epidemiológico dos casos e, por conseguinte, as discussões de políticas públicas que enfrentem os custos dos SUS pelos serviços prestados e minorem, ainda, os efeitos da revitimização.

## 5 Considerações Finais

A notificação compulsória é, desta forma, resposta multissetorial à violência contra a mulher e compromisso com a promoção da saúde pública e dos direitos humanos. Não a realizar, inclusive com a identificação da vítima nos casos de riscos e após o devido consentimento prévio, ampara debates e enquadramento, conforme o caso concreto, da prática de violência institucional quando contraria as possibilidades reais de salvaguarda da vida e integridade física e psicológica da mulher e da comunidade, denotando um poder estatal frágil que sequer consegue contê-la em suas instituições.

Ao contrário, prestigiar a interação de práticas profissionais que se utilizam da tecnologia, visando o reconhecimento dos casos de violência e correspondente notificação compulsória, é importante mecanismo de fortalecimento da rede de saúde pública, e retrato da postura reativa do Estado quanto às formas de violações de direitos, como já vem sendo feito pela Escola de Enfermagem da UFMG, em parceria com a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, ao lançarem o aplicativo NotiVIVA, (Aplicativo, 2022).

Por outro lado, persistir no negacionismo da notificação compulsória é perpetuar a violência nas instituições estatais, visto que a diminuição do poder, seja individual, coletivo ou institucional é sempre um fator que pode levar à violência. Negar à mulher os seus direitos e garantias como ser humano digno e livre em um órgão público de saúde é, portanto, ver triunfar a violência causada pela severa frustração da faculdade de ação do mundo moderno (Arendt, 2009, p. 62), num jogo intrinsecamente imprevisível e perigoso, porque jamais garante o resultado adequado (Arendt, 1999, p. 177).

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA, M. C. M. et al. Subnotificação e invisibilidade da violência contra a mulher. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 26, p. 313-317, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/9925>. Acesso em: 06 jul. 2023.

APLICATIVO para orientar profissionais responsáveis pela notificação de violências será lançado na próxima semana. **Faculdade de Medicina UFMG**, [Belo Horizonte], 10 nov de 2022. Disponível em <https://www.medicina.ufmg.br/aplicativo-para-orientar-profissionais-responsaveis-pela-notificacao-de-violencias-sera-lancado-na-proxima-semana/>. Acesso em 30 jul de 2023.

ARENDT, H. **Crises da república**. 2 Ed. Trad. Volkmann José, São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

———. **Sobre a Violência**. Trad. André Duarte, 1ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BEIRAS, A; NASCIMENTO, M; INCROCCI, C. Grupos Reflexivos: notas sobre os desafios para a construção de responsabilização, redução de violência e efetividade de programas para homens autores de violência contra as mulheres. In PASINATO, W.B.; MACHADO, A; ÁVILA, T. P. (coord). **Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher** – 1. ed. – São Paulo: Marcial Pons; Brasília; São Paulo: Fundação Escola, 2019, p. 275-298.

BECKER, Vanessa Thomas [et al]. **Uma análise da violência institucional sofrida por mulheres vítimas de estupro a partir da série televisiva “Inacreditável”**. In. SOUZA, Antonio Escandiel [et al], *Linguagens & contextos: expressões humanas em interpretação*. Cruz Alta: Ilustração, p. 85-84, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto Lei nº 3688, **de 3 de outubro de 1941**. Brasília, 1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm). Acesso em: 25 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.778.htm). Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 05 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 13.869, de 05 de setembro de 2019. **Lei dos Crimes de Abuso de Autoridade**. Brasília: 2019. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13869.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13869.htm). Acesso em 05 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 14.321, de 31 de março de 2022. Brasília: 2022. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/l14321.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14321.htm). Acesso em 25 jul 2023.

\_\_\_\_\_. Presidência da República **Projeto de Lei nº 5091, de 04 de novembro de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2264998>. Acesso em 05 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **DATASUS. Doenças e Agravos de Notificação – 2007 em diante (SINAN)**. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/doencas-e-agravos-de-notificacao-de-2007-em-diante-sinan>. Acesso em: 28 jun.2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104\\_25\\_01\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html). Acesso em: 28 jun.2023.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Painel de Violência contra Mulheres. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%Aancia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>. Acesso em: 28 jun.2023.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Resolução nº 118, de 11 de maio de 2012. **Código de Ética Odontológica**. Rio de Janeiro, CFO 2012.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019. **Código de Ética Médica**. Brasília, CFM 2019. Disponível em <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf>. Acesso em 25 jul.2023.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n.66, p. 173, Fev. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011>. Acesso em: 05 jul. 2023.

DE OLIVEIRA, B. G. D. et al. Responsabilidade dos profissionais de saúde na notificação dos casos de violência. **Revista bioética**, v. 26, n. 3, p. 403-411, 2018.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão- 2ª ed – São Paulo: Martins Fontes, 1999.



JARDIM, T. H. N., e PALTRINIERI, I. C. S. M. (2022). **A importância da capacitação profissional, na efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.** *Studies in social sciences review*, 3(3), 755–767. Disponível em <https://doi.org/10.54018/ssrv3n3-005>. Acesso em 24 jul. 2023.

KIND, L. et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cadernos de saúde pública**, v. 29, n. 9, p. 1805-1815, 2013. Disponível em <https://www.scielo.org/article/csp/2013.v29n9/1805-1815/pt/>. Acesso em 26 jul. 2023.

MORENO, Claudia Garcia [et al.]. The health-systems response to violence against women. *The Lancet: Series Violence against women and girls 2*, volume 385, ISSUE 9977, P1567-1579, 18.04.2015. Disponível em [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(14\)61837-7/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(14)61837-7/fulltext). Acesso em 28 jun. 2023.

PEREIRA, Adriana Soares [et al.]. **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico]. 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic\\_Computacao\\_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf). Acesso em 04 jul 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em 04 jul 2023.

SALIBA, Orlando [et al.]. Responsabilidade do profissional da saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. **Revista de Saúde Pública**, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsp/a/vyyWBzvFJJyhnHqC4CcCRdn/>. Acesso em 04 jul 2023.

WEBER, Max. **Ciência e Política, Duas vocações**. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo; Editora Cultrix, 2011. Disponível em <https://gremiojovenspensadores.files.wordpress.com/2017/04/ciencia-e-politica-duas-vocacaoe-max-weber.pdf>. Acesso em 28 jun 2023.

## CAPÍTULO 9

### A Saúde no Contexto Penitenciário: um estudo sob ótica do trabalhador do sistema penal do Estado do Pará

**Elainne Lobo Gonçalves de Oliveira**

Mestre em Psicologia (UFPA) e Coordenadora de Assistência e Valorização do Servidor da SEAP-PA (CAVS-SEAP).

[elainnelobo@yahoo.com.br](mailto:elainnelobo@yahoo.com.br)

**Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira**

Doutor em Saúde Pública (ENSP), Psicólogo e Professor Associado IV da UFPA. [pttarso@gmail.com](mailto:pttarso@gmail.com)

**Roberta Oliveira da Silva**

Graduanda de Psicologia (UFPA) e estagiária na CAVS-SEAP.

[roberta.oliveira.silva@ifch.ufpa.br](mailto:roberta.oliveira.silva@ifch.ufpa.br)

#### RESUMO

**Importância do Estudo:** Este artigo considerou a importância de compreender o cotidiano e o sentido que os servidores penitenciários dão às dinâmicas da organização e às condições de trabalho. **Objetivo:** O intuito desse estudo é de analisar algumas práticas de sofrimento psicológico de trabalhadores(as) nas penitenciárias, em especial no Pará, e de que forma podem estar influenciando nos modos de subjetivação dos trabalhadores(as) prisionais. **Materiais e métodos:** Constitui-se em um estudo de caso com abordagem qualitativa, o qual utilizou a observação participante ou direta com entrevistas semi-estruturadas com os servidores prisionais selecionados do Centro de Recuperação de Castanhal (PA). Os dados coletados no estudo foram analisados de acordo com a abordagem da Psicodinâmica do Trabalho. **Resultados e discussões:** Os principais resultados estavam relacionados às condições de infraestrutura inadequadas e

precárias dos presídios; o processo de trabalho referido como exaustivo, pelo número insuficiente de recursos humanos, devido à excessiva carga horária e cobrança para desenvolver as atividades de trabalho mesmo diante das condições encontradas, fatores que em conjunto com a dinâmica da organização, muito hierarquizada, podem estar influenciando no sofrimento psíquico dessa categoria. **Conclusões:** Diante do exposto sobre a condição e dinâmica do trabalho há a necessidade de se construir uma política de saúde do trabalhador no sistema carcerário brasileiro, acreditando na implementação de políticas públicas viáveis, para o sistema penitenciário, proporcionando ao trabalhador melhores condições de saúde.

**Palavras-chave:** Prisões; Sofrimento Psicológico; Saúde do Trabalhador.

## 1 Introdução

O presente artigo aborda alguns fragmentos descritivos e analíticos do sofrimento de trabalhadores(as) no cotidiano de prisões brasileiras realizada em um presídio, no estado do Pará, concluída em 2012, produzido no campo das relações teórico-metodológicas entre a Psicologia, Sociedade e Saúde. Com efeito, os aportes conceituais apropriados da Psicologia Social e da Saúde Mental e Coletiva foram importantes para a escrita e realização deste trabalho, tanto no aspecto teórico quanto no metodológico, ao longo de um estudo minucioso do conjunto de acontecimentos da história atual das prisões, pois estas se constituem enquanto espaços de segregação intensa.

No período, os trabalhadores(as) que atuam em prisões vinham sofrendo com um trabalho bastante precarizado e desvalorizado socialmente, pois, o fato da clientela prisional ser muito desprezada pela sociedade opera um atravessamento de parte de sentimento de desprezo na formação da subjetividade daqueles que atuam nestes

espaços de encarceramento. Deste modo, o objetivo central deste artigo é problematizar o sofrimento dos trabalhadores(as) das prisões, em um recorte específico do contexto paraense.

### **1.1. Sofrimento no trabalho e resistência: alguns aportes da literatura para problematizar**

Segundo Dejours (1992), o sofrimento não pode ser dissociado da análise do trabalho prescrito face às possibilidades de criação e resistência dos trabalhadores(as). Entre o sujeito e a organização prescrita para a realização do trabalho, existe certo espaço de liberdade por mais restrito que seja o mesmo, ainda é possível observar algumas fissuras, as quais permitem a criação de invenções e de práticas de resistências operatórias. Porém, quando a negociação é silenciada, os trabalhadores(as) entram em intenso sofrimento e constroem defesas subjetivas que podem chegar a serem transformadas em adoecimentos. A partir deste panorama, percebe-se que o prazer e/ou o sofrimento no trabalho pode estar associado, em parte, à extensão do limite de liberdade oferecido pela organização ao trabalhador e também à luta coletiva dos trabalhadores(as), organizados em movimentos sociais para resistirem às práticas burocráticas e prescritas pelas empresas e organizações. O trabalho realizado nas instituições prisionais, especialmente, pode ser considerado mais propício ao sofrimento do que ao prazer, visto que as condições desfavoráveis as quais estes profissionais estão expostos cotidianamente são bastante impactantes de um modo negativo (Dejours, 2004).

Em todo trabalho, há um plano do previsto e prescrito na organização de um conjunto de processos e procedimentos materiais acionados e/ou instrumentos a serem manipulados. Mas, trabalhar pressupõe também colaborar e cooperar, criar e resistir, aprender e interagir para atingir o objetivo de produção de um bem ou de

um serviço bem como para construir outras maneiras de existir e se relacionar, em uma constante produção de sentidos para a existência (Bendassoli; Soboll, 2011). De acordo com Heloani e Lancman (2004) as regras, normas, desafios e valores do mundo externo, objetivo, onde se encontram localizadas as organizações de trabalho, se chocam com a subjetividade dos trabalhadores(as) nelas inserido. O sentimento de sofrimento subjetivo dos trabalhadores(as) pode ser entendido como um sinalizador de que as práticas instituídas no processo de trabalho precisam ser rediscutidas e redimensionadas.

Segundo Diuana (2008), o papel profissional de cada servidor penitenciário considerando o cotidiano vivenciado no trabalho, as pressões resultantes do contato diário com os privados de liberdade ao longo dos anos, contribuem para que os servidores apresentem alterações comportamentais, sofrimentos diversos e, até mesmo adoeçam. Além do contexto de vulnerabilidade presente do contexto do sistema, há também a ligação entre o vínculo que se constituiu ao trabalho prestado, garantia de direitos à pessoa privada de liberdade e, ao que se estabelece enquanto sociedade que visa o encarceramento pelas vias punitivas.

Nos presídios o risco é diário, individual e coletivo, sendo pertinente enquanto expectativa, na dimensão subjetiva dos trabalhadores(as). A Psicodinâmica do Trabalho pode ressaltar o quanto todo comportamento é motivado por múltiplas a multiplicidade de circunstâncias e situações face aos processos de trabalho (Dejours, 2004). A produção social e material circundante nos conjuntos sociais de diferentes realidades situa a emergência do que é subjetividade, permeada pelos infinitos modos de vivência e de relação dos sujeitos (Guattari; Rolnik, 1996). Dejours (2004) transpõe esse conceito ao esclarecer que o corpo que é habitado pela subjetividade experimenta a vivência do trabalho por meio de um processo singular da existência e da experiência afetiva, a qual não está dissociada da coletividade e

dos processos de pressão relacionados ao trabalho. Isso indica que, pela relação social inevitável do sujeito, o sofrimento e o adoecimento se fazem presentes diante da precarização das condições de trabalho, também se farão presentes em determinado sofrimento e consequente adoecimento (Moura, 2011).

Para Dejours (1980), o sofrimento psíquico, resulta da relação do trabalhador(a) com a organização do trabalho, em que, a divisão do trabalho, conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando com relação à gestão, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc. são suas componentes. Além do que, pelas condições de trabalho, que correspondem: o ambiente físico, ambiente químico, o ambiente biológico, as condições de segurança, condições psicossociais e características antropométricas relacionadas aos postos de trabalho. Para Dejours (1989), por exemplo, o medo, seja proveniente de ritmos de trabalho ou risco originários das más condições de trabalho, destrói a saúde subjetiva dos trabalhadores(as) de modo progressivo e inelutável. Ao lado do medo, no ambiente de trabalho encontram-se os riscos à integridade física do trabalhador, implicando nas condições complexas de realização e condução do trabalho.

Os modos de subjetivação são estratégias defensivas para que os trabalhadores(as) possam enfrentar as adversidades do trabalho que provocam o sofrimento psíquico, tendo como objetivo, mascarar, conter e ocultar uma ansiedade; sendo um mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular, para que essa ansiedade não se torne patológica (Dejours, 1980). Diante do contexto do trabalho no sistema penitenciário, onde a condição do trabalho e a infraestrutura das prisões fazem com que os trabalhadores(as) penitenciários busquem estratégias defensivas para enfrentar as adversidades do trabalho que proporcionam o sofrimento psíquico, contribuindo assim para trabalhos mais saudáveis. Segundo Dejours (1980), todavia, nem sempre

as adversidades podem ser totalmente controladas e, caso as condições sejam bastante deletérias, é possível gerar o que o autor denominou de loucura do trabalho.

As repercussões provenientes dos conflitos entre as condições e a organização do trabalho podem ser relacionadas aos aspectos do ambiente físico, químico e biológico do local de trabalho com consequências à saúde física e/ou mental, as quais no contexto do sistema penitenciário, observa-se que a mudança no comportamento do servidor, tornando-os mais ansiosos e, às vezes demonstram agressividade no discurso, ocasionado pelo sofrimento psíquico gerado no cotidiano pela condição e organização do trabalho em que esse profissional está inserido.

No estudo que realizamos junto aos trabalhadores(as) penitenciários, diante do contexto em que estes trabalhadores(as) desenvolvem suas atividades, situações de perigo particularmente evidentes, emergem em uma considerável persecutoriedade, em decorrência da vivência de ameaças à integridade física e à própria vida. Para Seligmann Silva (2011) o termo “defesa” no sentido de defesa contra o sofrimento, realizada através de mecanismos psicológicos ou de conduta inclui os mecanismos psicológicos além dos sociais, culturais e políticos. É importante distinguir os termos: defesa e resistência. A diferença entre defesas e resistências é que as primeiras, então voltadas basicamente para evitar ou tornar suportável o sofrimento, em geral, não propicia transformações. O contrário ocorre com as resistências, que são voltadas diretamente à obter transformações em situações que originam o sofrimento; tanto as defesas quanto as resistências podem apresentar caráter individual e caráter coletivo (Seligmann Silva, 2011).

As prisões contam com profissionais que desenvolvem seu trabalho em um ambiente hostil, tanto para os privados de liberdade quanto para os trabalhadores(as) do sistema penal. O servidor



penitenciário, em seu cotidiano lida com um ambiente com uma tensão constante, no qual há o desencadeamento de sofrimento subjetivo intenso. O exercício do trabalho vem inevitavelmente acompanhado da confrontação com o real, isto é, com algo que se dá a conhecer para quem trabalha por meio de sua resistência, e leva o sujeito a pensar e agir de forma diversa daquela prevista pela organização do trabalho. Os conhecimentos e o saber-fazer apreendidos são consideravelmente, remanejados no curso mesmo da atividade do trabalho, e desvendam, assim, a parcela subjetiva do trabalho e seu caráter “vivo”. O trabalho real não pode, por conseguinte, ser apreendido como uma coisa ou um objeto separado daquele que realiza (Bendassolli; Soboll, 2011).

O sofrimento no trabalho não deverá ser entendido como doença mental, de acordo com a ideia de Canguilhem (1995) deve ser analisado enquanto um sentido de vida do sujeito frente ao adoecimento; como uma reação do sujeito frente às infidelidades do meio. Não é doença mental, e sim são sentimentos como: o medo, a angústia e a ansiedade frente a uma situação que pode ser interpretada como de perigo e ameaça para a pessoa, no nosso caso, do trabalhador do sistema penitenciário. Bendassolli e Saboll (2011) referem que a validação do trabalho se constitui em uma forma de reconhecimento conferido pelos outros. Coyle (2002) aborda que embora a sociedade de modo geral reconheça o valor dos servidores penitenciários, sem, no entanto, desconhecer o estigma deste servidor diante de outros que trabalham na área da Justiça Penal, visto que desenvolvem o seu trabalho com uma clientela classificada como marginalizada e excluída pela sociedade, causando um sentimento de abandono e desvalorização destes trabalhadores(as). Para Goffman (1963). A estigmatização do indivíduo também está associada a admissão de alguém a uma instituição de custódia, como a Prisão.

No Sistema Penitenciário do Pará, os servidores vêm se mobilizando na busca por melhorias da categoria, onde estão presentes os sindicatos,

a partir da organização dos servidores com suas necessidades comuns, que se agrupam para conversar, problematizar e criar estratégias de empoderamento e enfrentamento, de modo a participar das discussões sobre a categoria de trabalhadores(as) penitenciários. No Pará, no ano de 2012, época que foi concluída a Dissertação de mestrado, a qual traz aportes para esta discussão, retrata a época em que a grande maioria dos servidores tinha vínculo de trabalho temporário, que gera insegurança e medo do desemprego, optando por não problematizar sobre suas reais necessidades e condições concretas de trabalho. Na atualidade este cenário vem se modificando, no ano de 2019, houve a reestruturação da Superintendência do Sistema Penitenciário (SUSIPE) na Secretaria de Estado e Administração Penitenciária (SEAP), segundo Lei nº 8.937, de 02 de dezembro de 2019. Em que, no ano de 2018, o Estado do Pará realizou concurso público ao cargo de Agente Penitenciário, objetivando substituir servidores temporários. Em 08/2019, iniciou atividades a primeira turma; em 02/2020, entrou em serviço a segunda turma de Agentes Penitenciários.

No ano de 2019, através da Emenda Constitucional nº 104 de 4 dezembro de 2019, que cria a Polícia Penal, órgão responsável pela segurança do Sistema Prisional Federal, Estadual e do Distrito Federal. No Estado do Pará a mudança foi efetivada pela Lei 9.325, de 07 de outubro de 2021, que dispõe sobre a alteração da nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário para Policial Penal. Como estratégia para o campo da saúde e segurança no trabalho, observa-se que as ações implementadas pelo Estado, visam garantir que o trabalho seja realizado em condições que contribuam para melhoria da qualidade de vida, mediante Política Nacional de Saúde do Trabalhador regulamentada pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8080/1990), que instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS). Essa Política possui interfaces com as diversas áreas de trabalho e está relacionada às políticas do trabalho, previdência

social e meio ambiente; além de estar articulada com as organizações de trabalhadores(as) e as estruturas organizadas da sociedade civil, de modo a garantir a participação e dar subsídios para todos os trabalhadores(as).

O percurso relacionado à questão da saúde do trabalhador foi emergindo, sendo objetivado por diversas práticas, se tornando algo cada vez mais discutido e suscitado pelos movimentos sindicais e pró-trabalhadores(as), gerando diferentes repercussões no âmbito das relações de trabalho contemporâneas. Para compreendermos o processo pelo qual a saúde dos trabalhadores(as) atua nos processos contemporâneos de subjetivação, é necessário dar visibilidade para as estratégias da gestão da saúde em diferentes feições, através do desenvolvimento de políticas públicas. No Brasil, isto se concretiza com a regulamentação da Política Nacional de Segurança e Saúde do trabalhador (PNSST) de 2004, que vem sendo inserida gradativamente no país. No Pará, esta política ainda se encontra em desenvolvimento, uma vez que há intensos debates e organizações que procuram articular a PNSST às peculiaridades do Estado, produzindo uma emergente Política Estadual de Saúde do Trabalhador (CRUZ, 2011). Observa-se que as políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador existem, porém quanto à implementação ainda vem sendo gradativa, principalmente nas instituições penitenciárias.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador para a área da Segurança Pública é recente, o MJ (Ministério da Justiça) através do SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), criou o Provida, através da Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), implantado a partir da Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018, passando a fazer parte dos meios e instrumentos para implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Segundo o Art. 42 da referida Lei, o Provida tem por objetivo, elaborar, implementar, apoiar, monitorar e analisar, entre outros, os projetos de programas de atenção

Psicossocial e Saúde do trabalhador de Segurança Pública e Defesa Social, bem como a integração sistêmica das unidades de saúde dos órgãos que compõe o SUSP (Brasil, 2018).

No Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), atual Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), a carteira de Políticas Públicas voltadas ao servidor penitenciário também é recente, de acordo com a Portaria GAB. DEPEN nº 544, 27 de novembro de 2019, que institui procedimentos para as doações aos Estados e ao Distrito Federal, de equipamentos e materiais de consumo adquiridos pelo Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN). No Estado do Pará no ano de 2007, teve início o Programa de Segurança Pública do Governo do Estado, através da Ação de Assistência aos Agentes de Segurança Pública, com o objetivo de desenvolver o capital humano na área de Segurança Pública. Ação esta que na época foi implantada na SUSIPE, por meio da Divisão de Assistência ao Servidos (DAS), atual Coordenação de Assistência ao Servidor (CAVS), que através da Lei 8.937, de 2 de dezembro de 2019, as ações voltadas a saúde do servidor, ações que visam a Atenção à Saúde Biopsicossocial do Trabalhador da SEAP.

Ao realizar o cuidado, o trabalhador opera um núcleo tecnológico no seu processo de trabalho, composto por trabalho morto (Instrumental) e trabalho vivo em ato (Franco e Merhy, 1999). Segundo Merhy (2002), é fundamental para a produção do cuidado, o das relações, visto que se inicia do pressuposto que o trabalho em saúde é sempre relacional, por depender de trabalho vivo em ato, isto é, o trabalho no momento em que este está produzindo. O fazer cotidiano de um trabalhador do Sistema penitenciário, no seu micro espaço de trabalho, em especial a micropolítica que ali se desenvolve, ao se realizar o cuidado, utiliza-se um projeto terapêutico mais relacional com o usuário, trazendo consigo certa origem social, relações sociais, e familiares, uma dada subjetividade que expressa sua história. O adoecimento dos trabalhadores(as) do

Sistema Penitenciário acometidos por doenças relacionadas ao trabalho nos traz a discussão entre sofrimento e prazer como indicadores de saúde coletiva e mental, à qual pressupõe a necessidade de uma compreensão mais ampla das condições de trabalho, da saúde dos trabalhadores(as) na contemporaneidade, considerando as condições sócio-históricas às quais o trabalho está inserido.

Partindo deste contexto, é possível afirmar que as instituições prisionais em sua forma de estruturação e organização do trabalho têm um ambiente propício para o adoecimento de seus trabalhadores(as). A transformação do que é normal e patológico vai depender da forma como a pessoa será atingida ou sofrerá, em consequência, uma incapacidade de qualquer ordem para realizar os atos que compõem a sua vida (Canguilhem, 1995). Desse modo, a saúde deve ser considerada enquanto uma produção permanente. No bojo destas discussões, aborda-se o espaço da prisão e dos trabalhadores(as) da mesma em um campo dinâmico em que saúde e sofrimento estão articulados em relações cotidianas, em um encontro constante entre custodiados e trabalhadores(as) penitenciários, em uma tentativa de realizarem um cuidado ético e uma resistência política, criando, juntos, outros modos de organizar e gerir a produção da subjetividade em conversação com as prescrições e em questionamentos do instituído.

## **2 Materiais e Métodos**

A metodologia que foi utilizada foi de abordagem qualitativa para dar conta dos processos subjetivos vivenciados no trabalho pelos trabalhadores(as) do sistema penitenciário. Esta pesquisa se fundamenta na Psicodinâmica do trabalho, que tem como objetivo de estudo as relações dinâmicas entre organização do trabalho e processos de subjetivação que se manifestam nas vivências de prazer e sofrimento,

nas estratégias de ação para mediar às contradições da organização de trabalho, na saúde e no adoecimento, na perspectiva de indicar condições que contribuam para a promoção da saúde do trabalhador. As entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores(as) do CRCAST foram realizadas individualmente durante o expediente de trabalho, na qual os servidores foram escolhidos de forma aleatória, selecionando uma amostra de cada categoria da Instituição.

A análise das situações de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores(as) da Unidade foi realizada no processo de observação participante e a observação do ambiente de trabalho mostrou-se necessária para a compreensão do trabalho no contexto prisional: organização do trabalho, espaços físicos e sociais, riscos ambientais, relações interpessoais, clima e cultura organizacional. À época, o CRCAST possuía um excedente de 101% da capacidade máxima para custódia, contando com uma população carcerária de aproximadamente 315 internos, localizado no Município de Castanhal-Pará, em área urbana, ladeado de residências, o que fragiliza a segurança da Unidade Penal, visto principalmente pela altura do muro ser baixa.

### **3 Resultados e discussões**

As observações-análises do diário de campo foram realizadas, no período novembro de 2011 até maio de 2012, no Centro de Recuperação de Castanhal (CRCAST). A partir do método de contraposição de trechos das verbalizações, reuniu-se a análise com a literatura correspondente e foi estabelecido eixos temáticos de análise de conteúdo a partir dos relatos dos personagens da pesquisa. O eixo de infraestrutura para avaliar as condições de trabalho no CRCAST, que foi relatado verbalmente pelos servidores como sendo permeado pela insalubridade e pela falta de equipamentos de segurança. Revelou-se

por meio da estrutura física que, em dezembro de 2011, a Diretora da Unidade conseguiu, junto à SUSIPE, a manutenção do bloco carcerário II, que era de estrutura metálica, chamado de “contêiner”, o qual estava deteriorado, por nunca ter passado por nenhuma reforma desde sua inauguração.

Foi registrado junto aos agentes penitenciários que não foi uma reforma no bloco II e sim uma manutenção, na qual soldaram as chapas e grades quebradas, sendo que, segundo os agentes, se deu com o objetivo de “fechar a cadeia”, visto que antes os internos ficavam soltos nas eclusas pelas grades estarem quebradas e com essa manutenção, os internos voltaram a ficar presos, nas celas para dar mais segurança aos agentes penitenciários e à própria casa penal, porque dessa forma se tem um maior controle sobre os internos. Além disso, nos blocos carcerários, ouve-se um barulho constante, gritos, grades batendo e um odor característico da prisão. O bloco administrativo é mais silencioso, apenas conversas formais e informais eram ouvidas. Só eram levados internos até esse bloco se fosse preciso resolver questões relacionadas aos procedimentos jurídicos, triagem, atendimentos da Psicologia e do Serviço Social, conversas com os advogados particulares ou Defensoria Pública. Por meio destas observações foi notado que os trabalhadores(as), ao desenvolverem suas atividades, nos blocos carcerários estão mais suscetíveis ao sofrimento psíquico devido à tensão constante do ambiente de trabalho que é diferente dos servidores que trabalham no bloco administrativo.

Ainda sobre a infraestrutura, a observação do uniforme que é utilizado pelos agentes penitenciários - blusa uniforme, de cor preta e/ou colete com a logomarca da SUSIPE, em contraponto ao utilizado pelo setor administrativo - trajes formais. Para além da questão de segurança, o uniforme configura a distinção dos cargos e contribui para a divisão dentro da Unidade. A forma de se comportar por meio da

vestimenta também revela e potencializa o estigma que há nas Unidades. Quanto à organização do trabalho, os blocos carcerários ficam em um plantão de 24 horas, sendo que os agentes penitenciários desenvolvem atividades relacionadas à segurança da casa penal. O trabalho é voltado ao encarcerado e constitui-se em: vigiar, manter a norma e disciplina da casa penal, encaminhar os internos para os atendimentos médicos, psicológico, serviço social, jurídico, acompanhar em audiências, consultas fora da casa penal; isto é, o agente penitenciário está sempre em contato direto com a demanda dos encarcerados.

A compreensão do contexto das prisões vem demonstrando o funcionamento como operador do processo de adoecer, visto que as condições de trabalho dos profissionais foram consideradas inadequadas e insalubres, pela estruturação física das prisões, pela dinâmica do trabalho e pelo grande contingente da população carcerária. Há de se considerar que o trabalho dos Servidores Penitenciários, dado o cotidiano das prisões, vem contribuindo para condições de sofrimento psíquico entre os servidores, como nos diz Dejours (1989), que o ritmo de trabalho ou risco originário das más condições de trabalho, destrói a saúde psíquica dos trabalhadores(as) de modo progressivo e inelutável. Este é o panorama da época da pesquisa, de uma Unidade Penal no estado do Pará, ou seja, é uma amostra de como se encontrava o Sistema Penitenciário em nosso estado. No contexto geral vinha convivendo com a Superlotação e estabelecimentos penais inadequados, visto a condição de infraestrutura precária. E era nesse contexto que o Servidor penitenciário desenvolvia sua função de custodiar os presos de Justiça, buscando fazer cumprir as determinações da Lei de Execução Penal (LEP).

Para Dejours (1980), a relação do homem com a organização do trabalho pode constituir-se em fonte de sofrimento psíquico. A noção de sofrimento é central e implica em um estado de luta do sujeito contra



forças que estão empurrando em direção à doença mental. É quando a organização do trabalho entra em conflito com o funcionamento psíquico dos homens, quando estão bloqueadas todas as possibilidades de adaptação entre organização do trabalho e o desejo do sujeito, que pode emergir um sofrimento patogênico (DEJOURS, 1980). Os servidores penitenciários fazem uma análise do contexto do trabalho prisional e demonstraram insatisfação diante das situações expostas.

O trabalho especificamente na casa penal está muito aquém das expectativas, eu acredito que pouco é feito para que haja um trabalho que socialize e possa reintegrar o interno na sociedade. Eu esperava muito mais e acredito que não seja culpa dos profissionais ou da direção e sim de vários fatores como: falta de recursos humanos, falta de infraestrutura, até de espaço físico mesmo, para que o trabalho seja mais bem desenvolvido. E a gente vê que há uma carência muito grande para que o trabalho flua do jeito, pelo menos com a expectativa de antes de eu vir para cá. (Técnica de nível superior, Feminina) (informação verbal).

O aumento da população carcerária é fenômeno que vem sendo observado em numerosos países industrializados ou não, inclusive no Brasil. Condições precárias de higiene, celas mal ventiladas e superpopulosas são efeitos da organização do Sistema Penitenciário na época. Essa situação contribui para o agravamento da condição de saúde dessa população que é oriunda de comunidades desfavorecidas (Diuana, 2008). Sendo neste ambiente, que é neste ambiente que o servidor penitenciário desenvolve o seu trabalho. A realidade enfrentada nas prisões do Pará não são diferentes do restante do Brasil, também convive com a superlotação, fator este que dificulta o trabalho do Servidor Penitenciário. Segundo Diuana (2008), o papel profissional de cada servidor é bem definido, mas não é fácil trabalhar diante das condições impostas, que influenciam na qualidade do desempenho do

conjunto de atividades. De modo que, as pressões resultantes do contato diário com a delinquência encarcerada, ao longo dos anos contribuem para que o servidor apresente alterações comportamentais, sofrimento psíquico e transtornos psicopatológicos.

A pesquisa também se preocupou em compreender como os servidores elaboraram as estratégias defensivas perante a realidade do labor no cárcere. Nas citadas em relato, notou-se que as estratégias perpassavam principalmente pelo afastamento subjetivo - “eu esqueço que trabalho no sistema e assim me mantenho saudável”, “eu abstraio não lembro nome de interno, não converso na minha casa com ninguém, não digo por receio...”, sejam elas por morar em bairro periférico ou por defesas que correspondem à necessidade de aguentar a situações de perigo - seja pela negação do perigo ou repressão do medo. Para Seligmann e Silva (2011), as atividades do trabalho são desenvolvidas, não que o medo não exista, mas ele é ocultado da própria consciência dos trabalhadores(as) por mecanismos psicológicos de defesa que lhes permitem, além do convívio com o perigo, suportar outras experiências penosas. Nos relatos, verificou-se que a experiência profissional dos trabalhadores(as) penitenciários levam ao sofrimento psíquico e as estratégias defensivas individuais e coletivas estando presentes como forma de mediar esse sofrimento e manter o trabalhador saudável, mesmo diante das adversidades do trabalho.

Dessa forma, verificou-se que fatores que compõe o processo do trabalho no Sistema penitenciário influenciam nos modos de subjetivação dos trabalhadores(as) penitenciários do Pará e possibilitando a ocorrência de sofrimento psíquico; assim como identificar as estratégias coletivas de defesa que contribuem para que os trabalhadores(as) do sistema penitenciário continuem desenvolvendo o seu trabalho no âmbito da normalidade, mesmo diante das adversidades e das exigências impostas pelo trabalho. Esse afastamento subjetivo que coloca o servidor

penitenciário a não falar e nem pensar no trabalho ao sair da casa penal, demonstrou ser uma estratégia defensiva que contribui para que estes profissionais se afastem do sofrimento psíquico gerado pela dinâmica e condição do trabalho favorecendo a se manterem saudáveis diante das ameaças do meio.

A ideologia defensiva consiste em manter à distância o risco e afastamento do corpo ao trabalho, onde do coletivo, a ansiedade relativa à sobrevivência transformar-se-ia em problema individual. Tendo por objetivo mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave, tornando-se um mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular que devemos procurar uma especificidade. Neste caso, os caracteres específicos têm que ser relacionados à natureza da organização do trabalho (Dejours, 1980). Dessa forma, verificou-se que fatores que compõe o processo do trabalho no Sistema penitenciário influenciam nos modos de subjetivação dos trabalhadores(as) penitenciários do Pará e possibilitando a ocorrência de sofrimento psíquico; assim como identificar as estratégias coletivas de defesa que contribuem para que os trabalhadores(as) do sistema Penitenciário continuem desenvolvendo o seu trabalho no âmbito da normalidade, mesmo diante das adversidades e das exigências impostas pelo trabalho.

Embora a prisão seja considerada historicamente um espaço destinado ao confinamento e à disciplina, tendo sido fabricada para supostamente defender a sociedade, o que se concretiza é a produção de sofrimento intenso e da tentativa de certo modo frustrada de disciplinar os comportamentos vinculados a crimes. Para Batista (2011), a função simbólica da pena e também da punição de “certos comportamentos”, sobre os quais a dor é infligida, apenas servem de cobertura ideológica para mecanismos de controle social duro sobre os etiquetados enquanto classes perigosas. A prisão aprofunda as desigualdades. Diante do contexto de trabalho do Servidor Penitenciário, consideramos que

é preciso ter habilidade para desempenhar este trabalho de maneira profissional, visto que, em geral, esses trabalhadores(as) desenvolvem suas atividades em um ambiente fechado e isolado, o que, com o passar do tempo pode torná-los limitados e inflexíveis, vindo a apresentar doenças psicopatológicas e sofrimento subjetivo. O sentimento de abandono e desvalorização do servidor penitenciário, ainda se atrela à estigmatização deste indivíduo, associado com a admissão a uma instituição de custódia, na qual os profissionais trabalham com uma população de indivíduos já estigmatizada que, segundo Goffman (1963), leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa. Assim, todos estão obrigados a compartilhar um pouco do descrédito do estigmatizado com o qual eles se relacionam e com os quais são comparados.

Segundo Ceccim e Merhy (2009), a atuação profissional, pode ocorrer em uma micropolítica que busque a interação, a relação social, a vivência em ato onde diferentes profissionais de uma mesma equipe ou instituição, podem ter atitudes diferenciadas, utilizando-se de estratégias criativas, com potência de resistência às forças de captura, estabelecendo como objetivo privilegiar o usuário, no caso, o servidor penitenciário em sua subjetividade, singularidade.

Estes fatos refletem sobre a rotina de trabalho do servidor penitenciário que aborda claramente a psicodinâmica do trabalho, onde o medo, a ansiedade e a angústia recolocam a questão da normalidade para o sujeito e para o trabalhador. A questão é qual trabalho e como cada coletivo ou indivíduo reage frente às exigências da organização. Como nos informa Canguilhem (1995), é necessário não objetivar o conhecimento no trabalho, há a necessidade de se compreender o adoecimento fora do biológico, por isso, ele nos fala de uma doença sem órgãos. Aqui emerge claramente a potência dos aspectos subjetivos no que se refere ao marco explicativo do adoecimento. Nesses relatos

observamos a singularidade dos indivíduos e o qual são as causas do adoecer para estes funcionários. Para Canguilhem (1995), a transformação do que é normal e patológico vai depender da forma como a pessoa será atingida ou sofrerá, sob forma de consequência, uma incapacidade de qualquer ordem para realizar atos que compõem a vida.

#### **4 Conclusões provisórias**

As análises realizadas possibilitaram a problematização do contexto do trabalho, relacionando o sofrimento subjetivo à dinâmica do trabalho no Sistema Penitenciário e às estratégias que esses trabalhadores(as) desenvolvem para se manterem saudáveis mesmo diante das exigências do trabalho. Os problemas da segurança pública são efeitos e criação social, historicamente conivente com a violência privada, desigualdade social, econômica e jurídica e os “déficits de cidadania” de grande parte da população. O contexto acima nos mostra que as prisões funcionam como operadoras do processo de adoecer, visto que as condições de trabalho dos profissionais são inadequadas e insalubres, pela estruturação física das prisões, pela dinâmica do trabalho e pelo grande contingente da população carcerária. De acordo com Dejours; Abdoucheli (1994), o campo do sofrimento e do conteúdo das significações e das formas no âmbito pré-patológico, é compreendido em uma perspectiva dinâmica, onde tanto pode proporcionar um ambiente que favoreça a saúde quanto ao processo de adoecimento dos trabalhadores(as).

No contexto geral, o Brasil tem assistido a um agravamento da crise já vivida pelo Sistema Penitenciário Nacional, houve um aumento expressivo da população carcerária brasileira o que não assegurou ao país melhores indicadores em segurança pública. Pelo contrário, há

razões de sobra para concluir que a política criminal praticada no país, seja uma entre as condições mais significativas para origem do crime na modernidade (Relatório CFP, 2008). No Pará, a situação carcerária não diverge do resto do país, a população carcerária é crescente, levando à superlotação. O problema se agravou, nos últimos anos, a população carcerária quase dobrou em relação ao número de vagas nos presídios do estado. Ao analisar o contexto de trabalho do servidor penitenciário, no Centro de Recuperação estudado, constatou-se no momento da realização da pesquisa, uma Gestão sem apoio da SUSIPE, infraestrutura frágil e precária da casa penal, falta de material de segurança para o desenvolvimento do trabalho, uma carga horária exaustiva e déficit de recursos humanos, que gerou uma sobrecarga de trabalho para os profissionais ali inseridos, visto a questão da superlotação da casa penal e as condições trabalhistas, com uma demanda significativa de contratos temporários; onde todos são fatores que afetam e determinam o modo de agir em saúde precarizado.

Esta realidade aponta para os desafios enfrentados, no dia a dia do servidor penitenciário, diante do exercício de suas atividades obrigando-os a recorrerem a estratégias como, por exemplo, o afastamento subjetivo que coloca o servidor penitenciário a não falar e nem pensar no trabalho ao sair da casa penal, demonstra ser uma estratégia defensiva que contribui para que estes profissionais se afastem do sofrimento psíquico gerado pela dinâmica e condição do trabalho, favorecendo a se manterem saudáveis diante das ameaças do meio. Desta forma, acreditamos que a implementação de políticas públicas voltadas à segurança e saúde do trabalhador na área de segurança pública, poderá proporcionar ao trabalhador melhores condições de saúde, contribuindo para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho que tenha mais salubridade, melhor infraestrutura, adequação da carga

horária de trabalho, principalmente dos servidores que trabalham em regime de plantão, para que haja uma diminuição do sofrimento. Por fim, este estudo trouxe uma série de informações e questionamentos importantes, os quais poderiam ser discutidos e ampliados a novas pesquisas no campo da Saúde do Trabalhador do Sistema Penitenciário no país.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, V. M. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BENDASSOLLI, F; SOBOLL, L, Organizadores. **Clínicas do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). Constituição 1988: **Texto Constitucional de 5 de Outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 19/98 e Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94**. Ed. Atual, em 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998.

BRASIL. **Lei n. 13.675, de 11 de junho de 2018**. Institui cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, de 12 de jun de 2018] (p. 4, col. 1).

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

COYLE, A. **Administração Penitenciária: Uma abordagem de Direitos Humanos- Manual para servidores penitenciários**. Londres/ Brasília: International Center for Prison Studies/Ministério da Justiça, 2002.

CRUZ, A.P.C. O Trabalho e a Gestão do Cuidado em Saúde. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós- Graduação em Psicologia. UFPA, Belém, 2011.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do trabalho/Christophe Dejours**. 5 ed. Amp. - São Paulo: Cortez- Oboré, 1992.

DIUANA, V. ET AL. Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária do Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, 24(8): 1887-1896, ago, 2008.

GOFFMAN, E, Estigma. **Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1963.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: **Perspectiva**, 1987.

MERHY, E. E. **A Cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOURA, A. N. B. O adoecimento e o cuidado hospitalar: um estudo acerca dos doentes acometidos por neoplasia gástrica em um hospital universitário. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós- Graduação em Psicologia. UFPA, Belém, 2011.

RELATÓRIO. **Falando sério sobre prisões, prevenção e segurança pública. “Proposta do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para o enfrentamento da crise do sistema prisional”**. Brasília/DF, 2008.

SELIGMANN-SILVA, E. **Psicopatologia e Psicodinâmica no Trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011.



## CAPÍTULO 10

### Avaliação da criminalidade violenta intencional em Belém-Pará-Brasil

**Hugo Alexandre Santos Regateiro**

Mestre em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará  
Belém, Pará | hregateiro@gmail.com

**Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC)  
Professor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA)  
Belém, Pará | ramosedson@gmail.com

**Joyce Gama Souza**

Enfermeira pela Universidade Federal do Pará  
Belém, Pará | joycegama7060@gmail.com

#### Resumo

**Importância:** A criminalidade e a violência estão cada vez mais presentes no cotidiano das cidades brasileiras e representam um grande problema social, o qual se reflete no comportamento dos indivíduos em sociedade. Dessa forma, a criminalidade e a violência tornaram-se grandes desafios para a agenda pública bem como, para estudiosos que buscam compreender a criminalidade no convívio social. **Objetivo:** Nesse cenário, objetiva-se compreender a partir do estudo a distribuição da criminalidade violenta no município de Belém, Pará, Brasil, e suas características, nos anos de 2017 a 2019. **Metodologia:** Trata-se de um estudo quantitativo exploratório realizado nos 71 bairros de Belém, Pará, Brasil. Os dados quantitativos utilizados, referentes aos Crimes Violentos Letais Intencionais, foram extraídos dos Boletins de Ocorrência Policial que registaram

os crimes (i) homicídio; (ii) latrocínio e (iii) lesão corporal seguida de morte, ocorridos nos bairros de Belém, Pará, Brasil, no período de 2017, 2018 e 2019. Para a obtenção de dados populacionais, utilizou-se informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para obter um indicador de criminalidade violenta por bairro de Belém, Pará, Brasil, por crime, utilizou-se a Taxa de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Ponderada Padronizada para Bairro. Para mensurar criminalidade violenta de cada bairro de Belém, Pará, Brasil, utilizou-se o Índice de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada para Bairro. Para apresentação da distribuição espacial dos níveis de criminalidade nos bairros de Belém, Pará, Brasil, utilizou-se os Sistemas de Informação Geográficas. **Resultados:** Verificou-se que a maioria dos 71 bairros de Belém apresentou baixa de criminalidade nos anos de 2017, 2018 e 2019. Entretanto, 7 bairros que apresentam caracterizadores de vulnerabilidade social, apresentaram altos índices de criminalidade no período estudado. **Conclusão:** Os objetivos do estudo foram alcançados, permitindo a compreensão do processo de distribuição da criminalidade violenta nos bairros de Belém, Pará, Brasil. Diante dos resultados encontrados, espera-se que os órgãos de segurança pública possam utilizá-los na elaboração de ações voltadas ao combate da criminalidade violenta nos bairros mais afetados.

**Palavras-Chave:** Criminalidade; Violência; Crimes Violentos.

## 1 Introdução

A violência e a criminalidade estão entre os principais problemas sociais mais abordados pela agenda pública, debates políticos, instrumentos de comunicação e meios acadêmicos (Cano; Ribeiro, 2007). Dessa forma, para entender os fenômenos associados

à criminalidade e a violência, vários estudos foram produzidos no Brasil, dentre eles, estudos que associam a violência e o espaço urbano, destacando a estrutura urbana como determinantes à violência letal (Weyrauch, 2011).

Segundo Martins (2013), a criminalidade acentuada nas regiões urbanas ocasionou mudanças comportamentais na rotina de moradores de muitos municípios, as quais são fortemente percebidas pelo medo da população em ser vitimizada a qualquer momento, pois, segundo Izumino e Neme (2002) ressaltam que crimes como furto; roubo; homicídio; latrocínio e lesão corporal passaram a fazer parte da vida cotidiana da população, principalmente, dos grandes centros urbanos. Nesse cenário, contribuem à perpetuação da criminalidade fatores intrínsecos às desigualdades sociais, péssima estrutura dos municípios, além da taxa de desemprego, principalmente entre os jovens, os quais possuem maiores chances de praticarem atos ilícitos ou serem vítimas de homicídio (Kleinschmitt et al., 2011).

Além disso, Chagas (2014) ratifica o processo de urbanização desordenado como fator preponderante ao desenvolvimento da criminalidade, o qual, de acordo com Andrade (2019) foi observado na cidade de Belém a partir de 1960, durante as estratégias de governo para abrir espaço e povoar a Amazônia, além da integração dela ao Distrito Federal. Nesse contexto, a construção da rodovia Belém-Brasília foi responsável pela intensificação da migração inter-regional para a capital paraense, desencadeando o processo de inchaço e expansão urbana populacional desorganizada, e consequentemente, precarização urbana e criação de áreas periféricas, as quais foram instituídas pelo processo de favelização (Andrade, 2019). Para Freire et al. (2018), as áreas periféricas apresentam péssimas condições de infraestrutura, moradia, lazer, além da ausência do estado, e consequentemente, tornam-se alvo fácil para o desenvolvimento da violência e criminalidade.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2016), no ano de 2014, o Brasil ocupou a 11ª posição no ranking mundial de homicídios, apresentando uma taxa de 32,4 homicídios por 100.000 habitantes. No mesmo ano, entre os dados de homicídios nas Américas, o Brasil ocupou a 9ª posição no ranking (OMS, 2016).

No contexto nacional, segundo informações divulgadas pelo Instituto Sangari, adaptadas por Chagas (2014), entre as regiões metropolitanas do Brasil que apresentaram as maiores variações nas taxas de homicídios no período de 2000 a 2010, a região de Belém foi a 2ª colocada no ranking, apresentando uma variação de 383,5%.

Nessa perspectiva, o artigo justifica-se pela necessidade de compreender como se dá a distribuição da criminalidade violenta nos bairros de Belém, Pará, Brasil, possibilitando, assim, estabelecer indicadores de criminalidade violenta, levando em consideração o tamanho populacional e a penalização do crime, podendo fornecer subsídios aos órgãos de segurança municipal e estadual, de maneira colaborativa à elaboração de estratégias para a redução da criminalidade violenta na capital paraense. Nessa perspectiva, o objetivo do estudo é compreender como se dá a distribuição da criminalidade violenta nos bairros de Belém, Pará, Brasil, nos anos de 2017 a 2019.

## 2 Referencial Teórico

Nos últimos anos foi possível observar as crescentes taxas da criminalidade violenta nas cidades contemporâneas, as quais se tornaram um dos maiores problemas para o desenvolvimento social e econômico do país, devido os gastos públicos empregados e a relevância social do tema na atualidade (Procópio; Toyoshima, 2017). Nesse contexto, é necessário compreender os crimes violentos abordados no estudo, bem como, as características que estão associadas à violência e a criminalidade nas cidades brasileiras e, posteriormente aos bairros de Belém.

De acordo com Paraíba (2013), a definição dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CLVI), foi realizada pelo Ministério da Justiça no ano de 2006 com o objetivo de agregar crimes socialmente relevantes que tenham o resultado morte. Dessa forma, passaram as ser contabilizados nas estatísticas oficiais de mortes no Brasil os crimes de homicídio, lesão corporal seguida de morte, latrocínio, estupro seguido de morte entre outros (Paraíba, 2013).

Segundo Chagas (2014) para compreender a relação entre violência e criminalidade, é imprescindível que se faça uma abordagem a respeito da produção do espaço urbano e o processo de periferização, bem como, o conhecimento sobre território, pois é a partir dele que se formam as relações de poder e, conseqüentemente, zonas de tensão, culminando em determinados crimes a partir da disputa pelo território.

Para Melo (2012) a especulação imobiliária é um fenômeno que acarreta na ocupação de áreas periféricas, onde pessoas com baixo poder aquisitivo passam a residir em ambientes desvalorizados, com péssimas estruturas e abandono do Estado, dando início ao processo de periferização. Dessa forma, Chagas (2014) ressalta que fatores como a exclusão social, pobreza e favelização são características encontradas em áreas periféricas, tornando-se ambiente propício ao desenvolvimento da violência e criminalidade. No contexto específico da cidade de Belém, com o advento da ocupação da Amazônia a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, a produção e a ocupação do seu espaço urbano, assim como o processo de urbanização de outras cidades brasileiras não ocorreu de forma organizada, promovendo, portanto, a criação de bairros periféricos sem a mínima estrutura, os quais são marginalizados e segregados pelo poder público (Lefebvre, 2001). Logo, o território é definido como o reflexo de variáveis sociais e, portanto, nos bairros periféricos, refletem as desigualdades, a pobreza e a péssima qualidade de vida, tornando a violência resultado da interação entre as variáveis

sociais do território, produzindo, assim, a territorialidade violenta (Chagas, 2014).

Para compreender a territorialidade da violência, Raffestin (1999) ressalta que não existe vazio de poder. Nesse contexto, as áreas em que não há presença do estado, os agentes tendem a se territorializar, passando a disputar o controle do território formando zonas de tensão ou áreas vermelhas, pois, onde há fragilidade no poder exercido pelo estado, a violência se torna eminente (Arendt, 2011). Portanto, presume-se que a ausência do estado e a territorialização de agentes que disputam o poder, tornam as periferias como ambiente propício às práticas ilegais, principalmente, o tráfico de drogas.

De acordo com Corrêa e Lobo (2019) no contexto das disputas territoriais no espaço urbano, o tráfico de drogas, além da vulnerabilidade social, é um fator que interfere nas taxas de homicídios, pois, é comum a ocorrência de homicídios como forma de controle territorial para garantir a permanência e a distribuição do comércio das drogas. Além disso, Couto (2014) esclarece que também fazem parte desse panorama de homicídios na cidade de Belém, o acerto de contas e a execução de ladrões que praticam roubos em áreas dominadas por traficantes. Couto (2014) destaca, ainda, que a localização geográfica da cidade de cidade de Belém facilita a circulação do comércio ilícito das drogas, tendo importantes rotas terrestres, fluvial e aérea.

No estudo realizado por Corrêa e Lobo (2019), no ano de 2013 a 2015, as taxas de homicídio da capital convergiram para os bairros periféricos devido às condições socioeconômicas desiguais, além do estabelecimento do comércio ilegal de drogas, o qual, permanecer no poder do território devido ausência do estado, a partir da violência empregada, contribuindo para os índices de criminalidade violenta em Belém do Pará.

Conforme informações divulgadas pelo governo do estado do Pará, no ano de 2017, foram registrados no município de Belém, 877 homicídios, previsto no Artigo 121 do Código Penal como matar alguém (Pará, 2020a). No mesmo ano, a capital paraense realizou 52 registros de latrocínio, isto é, roubo seguido de morte, o qual, segundo o Artigo 157, § 3º do Código Penal Brasileiro, prevê aumento de pena (Pará, 2020b). Ainda no ano de 2017, Belém registrou 15 ocorrências do crime lesão corporal seguida de morte, isto é, ofender a integridade física de alguém, produzindo o resultado morte, previsto no Artigo 129, § 3º do Código Penal Brasileiro (Pará, 2020c).

Nesse contexto, observa-se que a criminalidade violenta se apresenta de diversas formas nos bairros de Belém. Portanto, a compreensão espacial da criminalidade nos bairros da capital paraense é imprescindível para a segurança pública do estado. Dessa forma, o conhecimento de indicadores que possibilitem informações aos órgãos de segurança pública do estado a respeito da criminalidade violenta, mostra-se uma importante ferramenta para subsidiar a formulação de estratégias eficientes criminalidade violenta nos bairros de Belém.

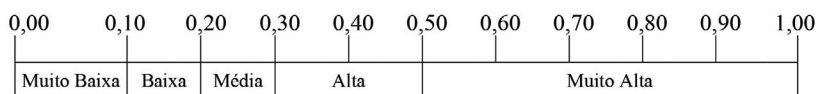
### 3 Metodologia

É um estudo de caráter quantitativo exploratório realizado em 68 bairros de Belém do Pará, o qual detém uma população de aproximadamente 1.499.641 habitantes na capital, demarcando uma área de aproximadamente 1.059,466 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020). Os dados utilizados no estudo foram extraídos do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) e disponibilizados por meio da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) a partir dos Registros de Boletim de Ocorrência (B.O.P.). Para atender aos objetivos propostos, foram

utilizadas as seguintes variáveis referentes aos crimes violentos: (i) homicídio doloso; (ii) latrocínio e (iii) lesão corporal seguida de morte, ocorridos nos bairros de Belém do Pará, nos anos de 2017, 2018 e 2019. Para a determinação dos indicadores de criminalidade violenta para os bairros de Belém, realizou-se a coleta dos dados populacionais a partir das informações disponibilizadas pelo IBGE (2018).

Inicialmente, foi utilizada a técnica estatística análise exploratória de dados, constituindo-se como a etapa inicial de um estudo amplo, para compreender e relacionar variáveis a partir da objetividade (Marconi; Lakatos, 2003), permitindo também, sua sintetização e descrição a partir da confecção de gráficos, tabelas e medidas de síntese (Bussab; Moretin, 2017). Posteriormente, para mensurar a criminalidade violenta por bairro de Belém, Pará, Brasil, utilizou-se o método proposto por Regateiro et al. (2021), para obter a Taxa de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Ponderada Padronizada para Bairro (TCVMBPPB) para os crimes de homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Para avaliação dos scores obtidos por meio do Índice de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada por Bairro (ICVMBDPPB), utilizou-se a escala de avaliação conforme a Figura 1 (Regateiro et al., 2021).

**Figura 1:** Escala de Avaliação da Taxa de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Ponderada Padronizada para Bairro e do Índice de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada para Bairro.



**Fonte:** Regateiro et al. (2021).

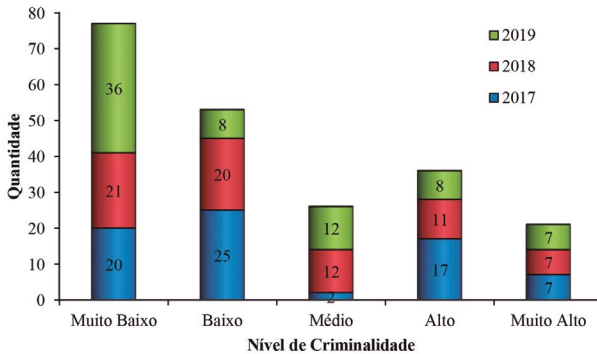


Para apresentar os níveis de criminalidade violenta nos bairros de Belém, Pará, Brasil, utilizou-se a distribuição espacial por meio de ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) a partir do software ARCGIS Geostatistical Analyst, o qual permite o gerenciamento espacial e armazenamento textual e geométrico dos dados utilizados (Câmara, 2005).

#### **4 Resultados e Discussão**

Na Figura 1, observa-se a quantidade de bairros de Belém, Pará, Brasil, por nível de criminalidade violenta nos anos de 2017, 2018 e 2019, obtidos a partir do Índice de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada para Bairro (ICVMBDPPB). Nela, verifica-se que a maioria dos bairros de Belém apresentam índices muito baixo ou baixo de criminalidade violenta no período estudado (Figura 1). Evidencia-se, ainda, que no ano de 2019, houve um aumento na quantidade de bairros com níveis muito baixo e médio de criminalidade violenta (Figura 1). Além disso, verificou-se que período estudado, houve a presença constante de 7 (sete) bairros com nível muito alto de criminalidade violenta (Figura 1).

**Figura 1:** Quantidade de bairros de Belém, Pará, Brasil, por nível de criminalidade violenta, para os anos de 2017, 2018 e 2019, obtido a partir do Índice de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada para Bairro.



**Fonte:** Construção dos Autores.

**Escala ICVMBDPPB:** 0 a 0,10 – Muito Baixa; 0,11 a 0,20 – Baixa; 0,21 a 0,30 – Média; 0,31 a 0,50 – Alta; 0,51 a 1,00 Muito Alta (REGATEIRO et al., 2021).

A Tabela 1, apresenta os escores de criminalidade violenta e variação (%) para Belém e para os 7 (sete) bairros mais violentos, nos anos de 2017, 2018 e 2019, segundo o ICVMBDPPB. Nota-se que durante todo o período não houve variação nos bairros que compõem o quadro com os maiores indicadores de criminalidade violenta, todos apresentando indicadores de “criminalidade violenta muito alta”, em todo o período do estudo e, muito acima dos valores dos escores do município de Belém. Além disso, nota-se que Belém apresentou de forma global uma redução na criminalidade violenta (-10,18%), em 2018, comparada com 2017, mas nestes 7 (sete) bairros houve um comportamento inverso, ou seja, houve aumento da criminalidade violenta (Tabela 1). Em 2019, Belém continuou apresentando redução na criminalidade (-19,18%), em relação a 2018, mas mesmo havendo

redução na criminalidade nestes 7 (sete) bairros, não foi suficiente para que neles a classificação da criminalidade violenta não fosse mantida como muito alta (Tabela 1).

**Tabela 1:** Escores de criminalidade e variação (%) para Belém e bairros (7 mais violentos), anos de 2017, 2018 e 2019, obtidos a partir do Índice de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada por Bairro.

Bairro	Ano			Variação (%)	
	2017	2018	2019	2017-2018	2018-2019
Guanabara-Belém	0,84	0,99	0,86	17,69	-13,40
Aurá	0,81	0,91	0,86	12,21	-5,51
Chapéu Virado	0,78	0,89	0,82	15,31	-7,86
Aeroporto	0,77	0,89	0,86	15,51	-3,86
Murubira	0,77	0,89	0,83	15,46	-7,35
Natal do Murubira	0,77	0,89	0,82	15,30	-7,76
Sucurijuquara	0,77	0,89	0,82	15,30	-7,76
Belém	0,28	0,25	0,21	-10,18	-19,18

**Fonte:** Construção dos Autores.

**Escala ICVMBDPPB:** 0 a 0,10 – Muito Baixa; 0,11 a 0,20 – Baixa; 0,21 a 0,30 – Média; 0,31 a 0,50 – Alta; 0,51 a 1,00 Muito Alta (REGATEIRO et al., 2021).

Em homenagem à baía de Guanabara no Rio de Janeiro, o bairro Guanabara detém uma população de aproximadamente 1.919 habitantes onde a maioria reside em casa própria, porém, é possível identificar que algumas pessoas residem em locais improvisados (Belém, 2020a). Além disso, a maioria das residências não conta com serviços de água tratada e esgoto, utilizando-se de fontes secundárias como poço, nascentes e fossa séptica (Belém, 2020a). Outro problema encontrado no bairro é o despejo irregular do lixo produzido em terrenos baldios, rio ou mar (Belém, 2020a).

Localizado às margens do Rio Aurá e próximo a um aterro sanitário, o bairro Aurá, tem população de aproximadamente de 1600 habitantes, cujas moradias em sua maioria são próprias, mas ressalta-se que quase metade não tem acesso à água tratada, nem possuem tratamento de esgoto e coleta regular de lixo (Belém, 2020b).

A força do vento em uma das praias da ilha de Mosqueiro, capaz de virar a aba dos chapéus de seus frequentadores, originou o nome do bairro Chapéu Virado, o qual detém uma população de aproximadamente 1.139 habitantes, dos quais a maioria reside em casa própria (Belém, 2020c). No entanto, a maioria dos domicílios de Chapéu Virado não tem acesso a água tratada, utilizando-se de poço ou outras fontes (Belém, 2020c). Além disso, apenas 7 domicílios descartam o lixo produzido em terrenos abandonados (Belém, 2020c).

As tribos Moribiras, as quais iniciaram a ocupação praiana de Mosqueiro e a nascente do rio Murubira, originaram o nome do bairro Murubira, caracterizado por uma região comercial de alto padrão, evidenciado pelas orlas e casas de veraneio de alto padrão (Belém, 2020d). Detém uma população de 1.519 habitantes, onde a maioria se concentra em ocupações irregulares, as quais tem acesso às áreas de mata e rios, facilitando, portanto, a permanência da criminalidade, visto que o local é propício às rotas de fugas estratégicas (Belém, 2020d).

A partir de reivindicações populares para ocupação do antigo espaço aeronáutico de Belém, originou-se o bairro Aeroporto, o qual detém uma população de 1.121 habitantes dos quais ainda é possível perceber que muitos residem em ocupações improvisadas, dos quais a maioria não conta com serviços de água tratada, utilizando-se de poço ou outras fontes de água, as quais são impróprias para consumo (Belém, 2020e). Além disso, o bairro destaca-se pela inexistência de rede de esgoto e poucos domicílios beneficiados com a coleta regular de lixo (Belém, 2020e).

O bairro Natal do Murubira, o qual detém uma população de aproximadamente 1.098 moradores, originou-se a partir da ocupação irregular de um terreno municipal e teve seu nome definido a partir da sua localização, a qual faz fronteira com o bairro Jardim Natal e o rio Murubira (Belém, 2020f). Trata-se de um território marcado pela ausência de serviços públicos e, portanto, propício ao desenvolvimento da criminalidade (Belém, 2020f).

O bairro Sucurijuquara, o qual detém uma população de 1.074 habitantes e teve seu nome originado do Tupi-Guajajara que significa morada de Sucuriju, é um bairro cercado por um igarapé e abandonado pelo poder público, necessitando de políticas infraestrutura, visto que trata-se de um local de condições precárias (BELÉM, 2020g).

Diante das características apresentadas pelos bairros que permaneceram nas primeiras posições do ranking com altos índices de criminalidade, observa-se problemas básicos de estrutura onde muitas residências não contam com serviços de saneamento básico. Dessa forma, as péssimas condições urbanas, evidenciada pela ausência de políticas públicas, tornam o ambiente propício para a perpetuação da criminalidade, características ratificadas em um estudo realizado por Remédios et al. (2019), o qual indicou que, os 7 bairros mais violentos (Guanabara, Aurá, Chapéu virado, Murubira, Aeroporto, Natal do Murubira e Sucurijuquara) nos anos de 2017, 2018 e 2019, apresentaram índices de urbanização ruim ou péssimo (Remédios et al., 2019).

A Tabela 2, apresenta os escores de criminalidade violenta para Belém e para os 7 (sete) bairros mais violentos, nos anos de 2017, 2018 e 2019, segundo a Taxa de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Ponderada Padronizada para Bairro (TCVMBPPB). Nota-se que durante todo o período os bairros apresentam indicadores de “criminalidade violenta muito alta”, em todo o período do estudo e em

todos os crimes estudados e, muito acima dos escores do município de Belém. Vale destacar que o crime de homicídio apresenta redução em 2019 em todos os bairros e, conseqüentemente em Belém (Tabela 2). Já o crime de Latrocínio apresenta aumento em quase todos os bairros à exceção é o bairro Guanabara, que teve redução mínima de 0,01 em seu escore (Tabela 2).

**Tabela 2:** Escores de Criminalidade de Homicídio; Latrocínio e Lesão Corporal para Belém e bairros (7 mais violentos), para os anos de 2017, 2018 e 2019, obtidos a partir da Taxa de Criminalidade Média Bayesiana Ponderada Padronizada para Bairro.

Bairro	Homicídio			Latrocínio			Lesão Corporal		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Guanabara	0,96	0,98	0,52	0,79	1,00	0,99	0,88	1,00	1,00
Aurá	1,00	1,00	0,53	0,69	0,88	0,98	1,00	0,88	0,99
Chapéu Virado	0,93	0,94	0,51	0,69	0,88	0,94	0,88	0,88	0,93
Murubira	0,92	0,94	0,52	0,69	0,88	0,94	0,88	0,88	0,93
Aeroporto	0,92	0,94	0,51	0,69	0,88	1,00	0,88	0,88	0,93
Natal do Murubira	0,92	0,93	0,50	0,69	0,88	0,94	0,88	0,88	0,93
Sucurijuquara	0,92	0,93	0,50	0,69	0,88	0,94	0,88	0,88	0,93
Belém	0,23	0,27	0,26	0,31	0,27	0,18	0,25	0,13	0,19

**Fonte:** Construção dos Autores.

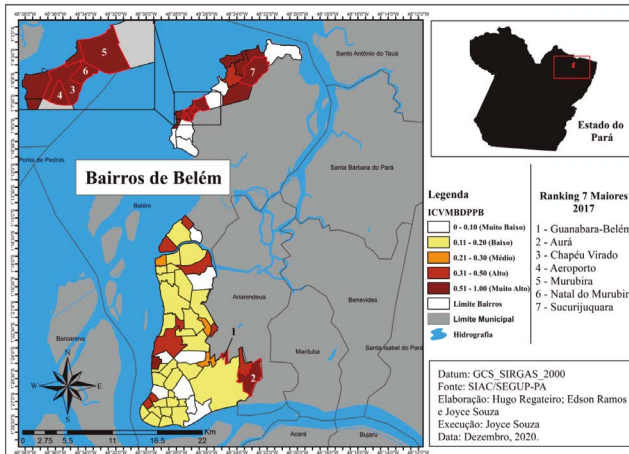
**Escala TCMBPPB:** 0 a 0,10 – Muito Baixa; 0,11 a 0,20 – Baixa; 0,21 a 30 – Média; 0,31 a 0,50 – Alta; 0,51 a 1,00 Muito Alta (REGATEIRO et al., 2021).

As Figuras 1, 2 e 3, apresentam os mapas com a classificação da criminalidade dos bairros de Belém, Pará, Brasil, obtidos a partir do Índice de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada para Bairro, para os anos de 2017, 2018 e 2019. A partir delas, é possível observar que os bairros Chapéu Virado,

Murubira, Aeroporto, Natal do Murubira e Sucurijuquara, os quais apresentaram índices muito altos de criminalidade violenta, pertencem a ilha de Mosqueiro, a qual apresenta uma população de 50.000 habitantes e localiza-se a 70 km de Belém (IBGE, 2020; Ribeiro et al., 2013). A ilha de Mosqueiro, subordinada administrativamente à capital Belém, tem como principal fonte de renda o turismo, apresentando uma área de aproximadamente 212 km<sup>2</sup> dos quais, 17 km são de praias de água doce, tornando-se um dos lugares mais procurados em épocas de veraneio (IBGE, 2020; Ribeiro et al., 2013). Além disso, os bairros Guanabara e Aurá, os quais apresentaram índices muito altos, possuem uma distância de aproximadamente 8 Km e localizam-se na parte continental da capital paraense (IBGE, 2020; Ribeiro et al., 2013).

Em relação aos bairros de Belém, o estudo realizado por Chagas (2014), mostrou a diferença entre o número de homicídios em um bairro elitizado e um bairro periférico de Belém, onde constatou-se, a partir de informações disponibilizadas pelo SIAC, que no bairro elitizado, nos anos de 2011, 2012 e 2013, houve apenas 1 homicídio por ano, enquanto no bairro periférico a variação de homicídios no mesmo período oscilou entre 29, 50 e 35 homicídios por ano. Esta diferença exorbitante entre os homicídios ocorridos em bairros periféricos e elitizados, além de outros fatores, associa-se aos indicadores de vulnerabilidade social o qual, Trindade (2019) destaca que no período de 2017, o Indicador de Vulnerabilidade Social (IVS) padronizado para o município de Belém, alcançou a taxa de 84,41, indicando que no município existe uma alta vulnerabilidade social.

**Figura 2:** Mapa com a classificação da criminalidade dos bairros de Belém, Pará, Brasil, a partir do Índice de Criminalidade Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizado para Bairro, ano 2017.

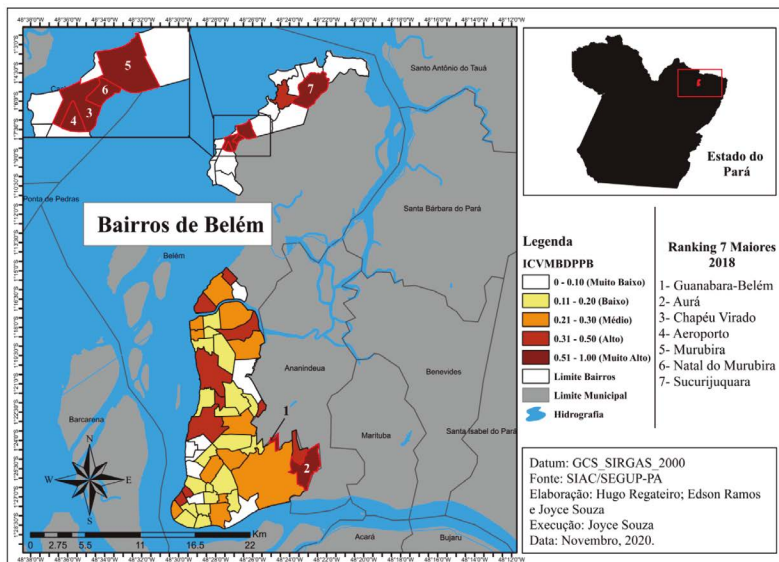


**Fonte:** Construção dos Autores.

Ainda no contexto específico de Belém, no estudo realizado por Corrêa e Lobo (2019), levando em consideração a vulnerabilidade social específica dos bairros de Belém, relacionadas aos homicídios, renda, tráfico de drogas e outras variáveis, verificou-se que as menores taxas de homicídio foram verificadas em bairros elitizados como Umarizal (11,7), Batista Campos (12,9) e Nazaré (13,5), enquanto que os bairros periféricos alcançaram as maiores taxas de homicídios, sendo os dois maiores Benguí (138,3) e Cabanagem (169,8). Na variável dos moradores que recebem até meio salário-mínimo, verificou-se que o bairro Nazaré concentra o menor número de residentes com renda inferior, totalizando apenas 4,7, enquanto o Barreiro (53,9) apresentou o maior número de residentes que sobrevivem com uma renda de até meio salário-mínimo (Corrêa; Lobo, 2019).



**Figura 3:** Mapa com classificação da criminalidade dos bairros de Belém, Pará, Brasil, a partir do Índice de Criminalidade Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada por Bairro, ano 2018.

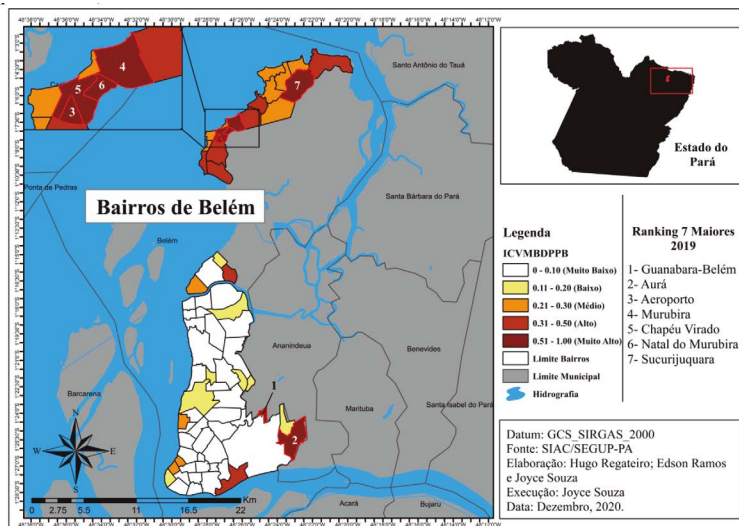


**Fonte:** Construção dos Autores.

Segundo Chagas (2014), a ausência deixada pelo estado em determinadas áreas, torna o ambiente propício à territorialização de novos agentes, os quais se aproveitam da ineficiência do estado para obter o controle do território a fim de desenvolver atividades ilícitas como tráfico de drogas, tornando o território marcado pela violência. Nesse contexto, ainda no estudo de Corrêa e Lobo (2019), o qual investiga as associações à vulnerabilidade social nos bairros de Belém, na variável que investiga o número de casos de tráfico de drogas por bairro, verificou-se que 8 bairros, todos periféricos, apresentaram taxas maiores que 100 casos a cada 100.000 habitantes.

Na Figura 4, percebe-se que houve uma diminuição nos índices de criminalidade violenta para a maioria dos bairros de Belém no ano de 2019. Para explicar essa diminuição, destaca-se que o estado do Pará em maio de 2018 registrou 366 ocorrências de CVLI, enquanto no mesmo mês em 2019 o número reduziu para 274 ocorrências (Pará, 2020d). No ano de 2020, no primeiro semestre, o Pará foi o segundo estado que mais reduziu a criminalidade violenta, representando uma queda de 24% quando comparado ao primeiro semestre de 2019 (Pará, 2020e). Para tal feito, o estado do Pará, desde o ano de 2019, tem investido nas ações ostensivas, bem como, na prevenção da criminalidade violenta a partir de investigação qualificada e trabalhos de inteligência (Pará, 2020e). Contudo, é importante destacar que apesar da redução da criminalidade violenta nos bairros de Belém, as desigualdades e a vulnerabilidade social ainda são características marcantes do território belenense, tornando o ambiente propício ao desenvolvimento e perpetuação da criminalidade violenta (Souza, 2008). No contexto específico dos 7 bairros que apresentaram os maiores índices de criminalidade violenta, é importante destacar que, com exceção do bairro Guanabara, o qual apresentou IDH alto para educação, renda e longevidade, os demais bairros apresentaram médios e baixos IDH's para as mesmas variáveis.

**Figura 4:** Mapa com classificação da criminalidade dos bairros de Belém, Pará, Brasil, a partir Índice de Criminalidade Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada para Bairro, ano 2019.



**Fonte:** Construção dos Autores.

## 5 Conclusão

A partir do objetivo do estudo, caracterizado pela compreensão da distribuição da criminalidade violenta nos bairros de Belém, nos anos de 2017, 2018 e 2019, observou-se que em todo o período estudado, a maioria dos bairros apresentou índices baixo ou muito baixo de criminalidade violenta. No entanto, no mesmo período, 7 bairros da capital paraense permaneceram com altos índices de criminalidade violenta.

Dos bairros mais violentos, a maioria pertence à ilha de Mosqueiro, a qual tem como fonte de renda o turismo que se fortalece nas épocas

de veraneio, e apenas dois bairros localizam-se na parte continental de Belém. Em relação à criminalidade violenta, verificou-se algumas características que podem estar relacionadas aos altos índices apresentados por alguns bairros, relacionados ao tráfico de drogas, saneamento e urbanização precários, além dos IDHs para educação e longevidade que se mostraram baixos. Nesse contexto, identificaram-se as características da criminalidade violenta nos bairros da capital paraense. Dessa forma, a partir dos resultados encontrados, espera-se que os mesmos possam ser utilizados como subsídios aos gestores dos sistemas de segurança pública paraense na elaboração de estratégias visando a diminuição da criminalidade violenta no município de Belém e, principalmente, nos bairros destacados com maiores índices de criminalidade.

## 6 Bibliografia

ANDRADE, R. P. Vencidas a distância e floresta!: a Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. **Revista Tempo**, v. 25, n. 2, p. 363,381, 2019.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP. **Bairros de Belém**. 2020a. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/Guanabara.htm>. Acesso em: dezembro. 2020.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP. **Bairros de Belém**. 2020b. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/Aura.htm>. Acesso em: dezembro. 2020.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGE. **Bairros de Belém**. 2020c. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/ChapeuVirado.htm>. Acesso em: dezembro. 2020.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGE. **Bairros de Belém**. 2020d. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/Murubira.htm>. Acesso em: dezembro. 2020.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGE. **Bairros de Belém**. 2020e. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/aeroporto.htm>. Acesso em: dezembro. 2020.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGE. **Bairros de Belém**. 2020f. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/NatalMurubira.htm>. Acesso em: dezembro. 2020.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGE. **Bairros de Belém**. 2020g. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/Sucurijuquara.htm>. Acesso em: dezembro. 2020.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9.ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

CÂMARA, G. **Representação computacional de dados geográficos**. In: CASANOVA, M. A.; CÂMARA, G. DAVIS JR, C.; VINHAS, L. QUEIRÓZ, G. R (Org.). Banco de dados Geográficos. Curitiba: Espaço GEO, 2005.

CANO, I.; RIBEIRO, E. **Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil:** dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M.V.G.; BATITUCCI, E.C. (Orgs.). **Homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, p. 51-78, 2007.

CHAGAS, A. C. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Revista boletim amazônico da Geografia**, v. 1, n. 1, p. 186-204, 2014.

CORRÊA, R. S. S.; LOBO, M. A. A. Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/ vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, e20180126, p. 1-17, 2019.

COUTO, A. C. O. **A geografia do crime na metrópole:** das redes ilegais a “territorialização perversa” na periferia de Belém. Belém: EDUEPA, 2014.

FREIRE, G. O. B.; FEITOSA, E. C. S.; DE ALMEIDA, S. S.; RAMOS, E. M. L. S. Violência e o processo de urbanização de Belém do Pará. In: CHAGAS, A. C. N.; DA SILVA, M. P.; VIEIRA, D. C. M. (Org.). **Geografia da violência: produção do espaço, território e segurança pública.** Belém: GAPTA, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: novembro. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belem.html>. Acesso em: dezembro. 2020.

IZUMINO, W. P.; NEME, C. Violência urbana e graves violações de direitos humanos. **Ciência e Cultura**, v. 54, n. 1, p. 47-49, 2002.

KLEINSCHMITT, S. C.; DE LIMA, J. F.; WADI, Y. M. Relação entre o crescimento da desigualdade social e dos homicídios no Brasil: o que demonstram os indicadores?. **Revista Interseções**, v. 13, n. 1, p. 65-90, 2011.

LEFEBVRE, H. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Editora Atlas S.A. 5.ed., São Paulo. 2003.

MELO, A. C. **Violência Urbana na Região Metropolitana de Belém-PA: no período de 2006 a 2012**. O caso dos bairros de Curuçambá, Paar e Distrito Industrial. Monografia (Graduação em Geografia). Belém: FGC/IFCH/UFPA, 2012.

MARTINS, S. M. B. Medo e insegurança nas cidades: a violência no uso dos espaços públicos. **Revista de Direito da Cidade**, v. 5, n. 2, p. 206-227, 2013.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Estatísticas Mundiais de Saúde 2016: monitoramento da saúde para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2016. Disponível em: < [http://www.who.int/gho/publications/world\\_health\\_statistics/2016/en/](http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2016/en/)>. Acesso em: dezembro. 2020.

PARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Homicídios 2017**. 2020a. Disponível em: <http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/homicidios-2017/>. Acesso em: dezembro. 2020.

PARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Latrocínios 2017**. 2020b. Disponível em: <http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/latrocinios-2017/>. Acesso em: dezembro. 2020.

PARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Lesão Corporal Seguida de Morte 2017**. 2020c. Disponível em: <http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/lcsm-2017/>. Acesso em: dezembro. 2020.

PARÁ. Secretaria de Planejamento e Administração – SEPLAD. **Pará registra redução nos índices de criminalidade pelo 17º mês consecutivo.** 2020d. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/20137/#:~:text=H%C3%A1%20baixas%20no%20n%C3%BAmero%20de,queda%20nos%20registros%20de%20homic%C3%ADdios&text=2019%20e%202020.-,Em%202018%2C%20foram%20346%20homic%C3%ADdios%3B%20em%202019%2C%20256%3B,anos%20de%202018%20e%202020>. Acesso em: novembro. 2020.

PARÁ. Secretaria de Planejamento e Administração – SEPLAD. **Pará É O Segundo Estado Que Mais Reduziu A Criminalidade No Brasil.** 2020e. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/2020/08/21/para-e-o-segundo-estado-que-mais-reduziu-a-criminalidade-no-brasil/>. Acesso em: novembro. 2020.

PARAÍBA (Estado). **Metodologia de contagem de Crimes Violentos Letais Intencionais:** Secretaria da Segurança e da Defesa Social. João Pessoa: Secretaria de Estado da Comunicação Institucional, 2013.

PROCÓPIO, D. P; TOYOSHIMA, S. H. Fatores Associados à Criminalidade Violenta no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 35, n. especial, p. 263-288, jul. 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1999.

REGATEIRO, H. A. S.; RAMOS, E. M. L. S.; SOUZA, J. G. **Índice de Criminalidade Violenta Média Bayesiana Duplamente Ponderada Padronizada para Bairros**, EDUCAPES. 2021.



REMÉDIOS, M. A. R.; TOLOSA, T. S. R.; MIRANDA, B. M.; ROCHA, G. L. S.; RAMOS, E. M. L. S. Violência urbana: fatores relacionais entre homicídio, tráfico de drogas e urbanização. In: RAMOS, E. M. L. S.; COSTA, I. F.; CHAVES, S. L. C.; ZOGAHIB, A. L. N.; GOMES, M. R. L.; ZANETTE, E. V. C.; FERNANDES, F. L.; DE ALMEIDA, S. S.; DOS REIS, L. N.; RIBEIRO JUNIOR, H. (Org.). **Segurança e defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades**. Belém: Uni-CV, 2019.

RIBEIRO, W. O.; COSTA, M. A. F.; TAVARES, M. G. C. As Práticas Turísticas na Orla Oeste da Ilha de Mosqueiro, Região Metropolitana de Belém, PA. **Rosa dos Ventos**, v. 5, n. 3, p. 528-544, 2013.

SOUZA, M. L. **Fobópole: o medo generalizado e a questão da militarização urbana**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2008.

TRINDADE, E. A. R. A. **Homicídios na Região Metropolitana de Belém: práticas para contenção e vulnerabilidades**. 155 f. (Dissertação Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

WEYRAUCH, C. S. Violência urbana. **Dimensões**, v. 27, p. 2-22, 2011.

## CAPÍTULO 11

### Violência doméstica e familiar contra a mulher e a visão constitucional do ressarcimento ao sistema único de saúde dos custos dos serviços prestados à vítima

**Évelin Staevie dos Santos**

Especialista em Direito Penal e Processual Penal (UCDB),  
Mestranda do PPGSP-UEA  
Manaus – Amazonas – Brasil | esds.msp23@uea.edu.br

**Raylene Rodrigues de Sena**

Doutora em Administração (UFMG), docente do PPGSP-UEA  
Manaus, Amazonas, Brasil | rsena@uea.edu.br

**Alice Arlinda Santos Sobral**

Doutora em Direito (UMSA) e professora do PPGSP-UEA  
Manaus, Amazonas, Brasil | asobral@uea.edu.br

#### RESUMO

**Importância do Estudo:** A violência doméstica é temática recorrente de violação dos direitos humanos causadora de sérios problemas de ordem física, mental, sexual e reprodutiva da vítima e de sua prole. Reconhecendo seus altos custos sociais e econômicos, a Lei Nº 13.781/2019 introduziu o §4º ao Artigo 9º da Lei Nº 11.340/2006, consistente na obrigação do agressor em ressarcir os custos relativos aos serviços públicos de saúde prestados ao tratamento da vítima. **Objetivo:** O presente artigo busca evidenciar a constitucionalidade do referido dispositivo legal, sob a perspectiva do ativismo do Estado no enfrentamento da desigualdade de gênero, admitindo, dentre as ferramentas disponibilizadas pelo ente, a transparência dos custos e dos valores recuperados do Sistema Único de Saúde. **Materiais e métodos:**

Utilizou-se das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental de decisões que reforçam a aplicação do dispositivo legal, em uma abordagem qualitativa dos dados obtidos. **Conclusão:** A recomposição dos custos do Sistema Único de Saúde, publicizada institucionalmente e de acesso fácil à população, reconsidera, previne e educa socialmente, universalizando o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

**Palavras-chave:** Violação dos direitos humanos; Serviços públicos de saúde; Enfrentamento.

## 1 Introdução

A violência doméstica e familiar contra as mulheres é objeto de constante preocupação, dada a sua frequência, intensidade, e mazelas que ocasiona à vítima singular, à família e ao Estado, desestabilizando estruturas internas e externas a partir da “negação ou atentado contra a integridade física e moral de uma pessoa” (Wieviorka, 2006, p.1151). Considerada pela Organização das Nações Unidas como um problema de saúde pública, a violência contra mulher é objeto de vigilância epidemiológica e de tratamento jurídico perene, reforçando a necessidade de intercâmbio de diversas áreas para enfrentamento multifacetado das causas, materializações e consequências dos danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais praticados, inclusive por ameaças, coação ou privação arbitrária de liberdade, à vida pública ou privada das vítimas (Opas, 2017).

Este tipo de violência afeta a vítima, negando-lhe o testemunho político da sua singularidade, em palco que se reconhece, ao menos formalmente, que, em sendo todos iguais, todos têm ou teriam os mesmos direitos. Atinge a sociedade, abalando as estruturas da segurança, da saúde e da educação públicas, canalizando despesas do Estado em demandas provocadas por condutas de origens sociológicas,

eminentemente ligadas ao patriarcado, que eternizam a dominação masculina em um trabalho incessante, realizado por “agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (Bourdieu, 2012, p.46).

No decorrer da história, diversos movimentos sociais transgeracionais influenciaram nas conquistas de direitos para a mulher em âmbito internacional, alcançando a legislação brasileira. Políticas afirmativas e garantias específicas para as mulheres aprimoraram o arcabouço jurídico em prol do respeito e da dignidade da mulher (Costa, 2021). Dentre os instrumentos legislativos que se propõem pedagogicamente a discutir a questão de gênero revela-se a obrigação do ressarcimento, por parte do agressor, dos custos relativos aos serviços de saúde prestados para o tratamento da vítima de violência doméstica.

Sob esta perspectiva, pretende-se no presente artigo, primeiramente, evidenciar o papel ativo do Estado no enfrentamento da questão, a partir de revisão bibliográfica e levantamento documental de dados do Ministério da Saúde, de Tribunais, Assembleias e Câmaras Legislativas, além de entidades de defesa dos direitos humanos. Em seguida, serão abordados os fundamentos constitucionais do ressarcimento do Sistema Único de Saúde - SUS pelos custos dos serviços prestados à vítima de violência doméstica e familiar em unidades de saúde públicas.

Avançando para abordagem dos esforços normativos de Estados e de Municípios que replicam, em leis próprias, a *mens legis* do Artigo 9º, §4º, da Lei Nº 11.340/2006 (Brasil, 2016), observará, para além do aspecto financeiro, que os dispositivos visam a interação dos órgãos de saúde e de segurança que compõem a rede, considerando o aspecto multidisciplinar da violência doméstica e familiar no seio social. Ao final, apresentará, em considerações finais, sugestão da autora

correlacionando transparência dos custos e ressarcimento do SUS como importante ferramenta de mobilização social contra a violência intrafamiliar.

## 2 Revisão Bibliográfica

A faceta do Estado como agente fomentador da desigualdade de gênero é rapidamente atrelada às intervenções das Cortes Internacionais e à visão de proteção especializada dos sujeitos titulares de direitos humanos (Bobbio, 2004, p. 31), que reprimem posições dicotômicas de federações que, obrigadas legalmente a implementar políticas públicas inclusivas, por vezes, se omitem, invisibilizando os grupos vulneráveis que fazem parte de sua própria existência.

Imbuída dessa ideia, é que se considera a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação à Mulher (ONU, 1967) como primeira armadura moral e política de embate contra a cultura misógina e discriminatória do patriarcado. Na política interna, a ratificação pelo Estado Brasileiro, em 27 de novembro de 1995, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, selou compromisso de implementar e garantir os direitos humanos das mulheres vítimas de violência.

Contudo, somente após a responsabilização imposta pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em razão da negligência, omissão e tolerância à violência doméstica contra as mulheres, o Brasil passou a instrumentalizar na legislação ordinária a proteção contra a violência doméstica e familiar sofrida pelas mulheres, através da Lei Nº 11.340/2006 (Brasil, 2006). A consequência do esvaziamento de argumentos jurídicos de superioridade em razão de gênero, raça, cor, credo, inaugura na normativa interna o reconhecimento

a toda e qualquer mulher do direito de projeção de sua personalidade individual na sociedade, concebendo ao gênero uma visão pluralista de existência, dentro de um mesmo espaço geopolítico, enquanto um componente das diversas categorias de sujeitos de direito existentes no mundo contemporâneo.

No contexto prático, a violência contra mulher fervilha em números e complexidade. No dia 12 de junho de 2023, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou o relatório do Índice de Normas Sociais de Gênero (INSG), no ano de 2023, realizado em 80 países e territórios que cobrem 85% da população mundial, concluindo que 9 em cada 10 pessoas, têm algum tipo de preconceito contra as mulheres. Para o Brasil, o Índice de Normas Sociais de Gênero, conforme último período disponível (2017-2022), aponta que 84,5% das pessoas têm pelo menos um tipo de preconceito contra as mulheres (Pnud, 2023).

Com efeito, observando as altas porcentagens que indicam preconceito contra as mulheres, conclui-se que as próprias vítimas também replicam padrões de discriminação de gênero, sobretudo quando “seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão” (Bordieu, 2012, p. 22). A partir deste panorama, se espera que o Estado passe a dirigir-se da posição de violador, para a de ente ativo na proteção dos grupos vulneráveis. Para que isso ocorra, a integração entre as temáticas de segurança pública, ordenamento jurídico, educação, assistência social, e saúde deve ser alimentada, aproximando-se ao que se deseja de bem social, pregado por Aristóteles (1988).

O combate a violência contra a mulher, face toda sequele social resultante, o compartilhamento de preocupações, debates, e, notadamente, atuações resolutivas e preventivas às violações de direitos humanos é imperativo para debelar a crescente de casos, disponível na

quarta edição da pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, divulgada no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com o Instituto Datafolha, e apoio da Uber, estimando que, em média, 18,6 milhões de mulheres de 16 anos ou mais sofreram alguma forma de violência em 2022 (FBSP, 2023a).

O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022 foi, inclusive, objeto de recente constatação do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, também pelo produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que, a partir do levantamento de registros administrativos, concluiu que houve aumento, no contexto de violência doméstica contra a mulher, de 2,9% de agressões, 7,2% de ameaças e 8,7% de chamados ao 190 (FBSP, 2023b). Igualmente preocupante é o estudo divulgado no boletim “Elas vivem: dados que não se calam”, lançado pela Rede de Observatórios de Segurança – ROS, no dia 06 de março de 2023, em que chegou a 2423 casos violência contra a mulher, no ano de 2022, nos meios comunicação e nas redes sociais, em monitoramento diário de sete Estados (BA, CE, PE, SP, RJ, MA e PI), embora não assim noticiados ou tipificados pela polícia (Ros, 2023).

Os dados apresentados denotam a necessidade de análise multidisciplinar dos eventos de violência e de abordagem qualitativa dos instrumentos pedagógicos e de ressocialização disponibilizados aos sistemas de segurança e saúde pública que possibilitem a compreensão da necessidade de reparação histórica e social das mulheres, enquanto aspecto indissociável à existência de uma sociedade livre e justa, em que todos têm acesso aos serviços públicos, e respondam criminalmente e civilmente por seus atos ilícitos perante um sistema de Justiça calcado nos valores republicanos.

Daí a necessidade de que o sistema normativo ético e comprometido com a defesa dos grupos vulneráveis exija, além do conhecimento por seus operadores e destinatários, a efetividade das

regras estipuladas, porquanto a democracia adquire com o tempo, diferentes formas, diferentes instrumentos, e diferentes estratégias (Bauman, 2012). E, dentre estas estratégias, o ressarcimento das despesas decorrentes de atendimentos das vítimas no SUS certamente se afigura como importante instrumento no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres, interligando, democraticamente, órgãos públicos de saúde, segurança pública e de proteção à vítima.

### **3 Material e Métodos**

Trata-se de pesquisa explicativa (Gil, 2007, p. 43) da constitucionalidade do ressarcimento dos custos do SUS nos casos de violência doméstica e familiar e de sua utilização como estratégia de mobilização social dos efeitos nefastos da agressão contra a mulher. A abordagem lógica dedutiva partiu de revisão bibliográfica e de pesquisa documental de obras, decisões judiciais, notícias e relatórios contemporâneos disponíveis nos sítios do Ministério da Saúde, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, da Rede de Observatórios de Segurança, e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fonseca, 2002, p.32)

Valeu-se, também, do levantamento por leis municipais e estaduais que tratam da aplicação de multa e do ressarcimento pelo agressor em sites institucionais das Assembleias e Câmaras Legislativas estaduais e municipais. Para a abordagem qualitativa, considerou-se, ainda, análise da decisão em pedido de acesso à informação junto ao Ministério da Saúde (Brasil, 2023), Plataforma Fala.Br, visando sugerir, em considerações finais, a disponibilização, em ferramentas públicas, de dados claros acerca dos gastos e valores recuperados ao SUS em razão da violência doméstica contra a mulher.



## 4 Resultados e Discussões

Em pesquisa realizada pela Gerência de Economia e Finanças Empresariais da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG, 2021), foi projetado, para o cenário de 10 (dez) anos, que a violência contra a mulher impactará economicamente o Brasil em valores em torno de R\$ 214,4 bilhões. Por sua vez, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan, indica que, no ano de 2022, no Brasil, do total de 507.226 notificações de violência interpessoal/autoprovocada, 356.350 envolveram o sexo feminino (Brasil, 2023). Afunilando mais a pesquisa, verificou-se que no mesmo ano, foram realizadas 176.803 notificações envolvendo violência física contra o sexo feminino, do total de 257.305, conforme dados do DATASUS/MS.

Nesta perspectiva, o SUS, enquanto porta de entrada no atendimento da vítima de violência doméstica e familiar, é responsável por seu acolhimento e por sua referência aos serviços multidisciplinares de que necessita. A partir da notificação compulsória, o SUS é revelador de qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado, atuando, assim, “na prevenção do fenômeno, documentando a violência contra as mulheres, enfatizando a importância de combater o ato” (Flaeschen, 2020, n.p.). Isto implica inferir que a materialidade da violência contra a mulher, notadamente da violência doméstica e familiar, maneja recursos públicos também do SUS visando o socorro direto ou indireto às vítimas que dele necessitam:

O tratamento médico é certamente a modalidade de assistência prestada com mais frequência nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Mesmo com falhas e limitado pelos conhecidos problemas estruturais, o Sistema Único de Saúde

é diariamente acionado para proporcionar o imediato socorro médico a vítimas de violência. Isto, evidentemente, onera ainda mais o orçamento do sistema público de saúde, que, além de atender a milhões de pacientes enfermos, é obrigado a multiplicar seus esforços para tratar vítimas de ferimentos infligidos no âmbito doméstico e família (Cunha, 2019, n.p.).

Nesta toada, é inconcebível que sobre a escolha constitucional de um único sistema de saúde pública, com limitações orçamentárias para atender a quantidade e complexidade de demandas que se aportam diariamente, recaiam o ônus e os custos provenientes da conduta do agressor, que, de forma consciente, praticou contra uma mulher, no âmbito da unidade doméstica, familiar ou em relação íntima de afeto, violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. Esta é a *mens legis* do §4º do Artigo 9º da Lei Nº 11.340/2006 (Brasil, 2006), incluído pela Lei Nº 13.871/2019b, que dispõe:

Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços (Brasil, 2019b, n.p.).

Trata-se de determinação legislativa que reconhece à temática da violência doméstica e familiar contra a mulher a natureza de direito público, impositiva ao Estado do poder-dever de intervenção sempre que nas relações sociais ocorram violações aos direitos fundamentais. Premissa da responsabilidade civil disposta no Artigo 927 do Código Civil (Brasil, 2022), e consolidação da sobreposição e a defesa do

patrimônio público às evasivas do agressor, o ressarcimento dos custos do SUS, quando acionado para prestação de serviços médicos, psicológicos, dentre outros, à vítima de violência doméstica e familiar, é exigência amparada nos princípios das ações e serviços públicos que preconizam a universalidade de acesso, integralidade de assistência, igualdade da assistência à saúde, e utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, alocação de recursos e orientação programática (Brasil, 1990).

Soma-se aos argumentos legais, a constatação de que a crise sanitária foi potencializada pela pandemia da Covid-19, afetando diretamente estruturas material, pessoal e financeira dos componentes do SUS, tanto que questionada a sobrecarga de custeio suportada por Estados e Municípios, cuja capacidade arrecadatória é significativamente inferior à da União, alegou a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), na ADPF Nº 866, um estado de coisas inconstitucional na política pública de saúde brasileira (Brasil, 2021).

Conquanto extinta sem resolução do mérito, a ADPF Nº 866, julgada pelo Min. Relator Alexandre de Moraes em 16/07/2021, traz em seu bojo importante lições sobre a atual fragilidade financeira da saúde pública do país, com destaque para o seguinte trecho:

[...] 24. Antes mesmo da pandemia da Covid-19, a fragilização da capacidade operacional do nosso sistema público de saúde vinha ocorrendo paulatinamente, como comprova notícia de que, entre 2009 a 2020, foram extintos cerca de 34,5 mil leitos de internação no Brasil. 24. Nesse contexto de demanda urgente e incontornável de atendimento à pandemia da Covid-19, a crise do SUS emerge como realidade ainda mais dramática, que explica, direta ou indiretamente, significativo contingente de centenas de milhares de mortes acumuladas em 2020 e em 2021 decorrentes do novo coronavírus. 25. Ora, o SUS chegou operacional e fiscalmente combalido diante da pandemia,

por força das sucessivas restrições interpretativas, emendas constitucionais e operações contábeis que, historicamente, causaram retrocesso ao direito à saúde e mitigaram suas garantias de financiamento e de arranjo federativo-orgânico no âmbito do SUS. 26. Somente com a consciência ampla da sociedade e, em especial, do Judiciário acerca do desequilíbrio na governança federativa do SUS para fins de contenção desse “Estado de Coisas Inconstitucional”, seria possível devidamente ressituair o déficit de eficácia do direito fundamental à saúde na busca da macro justiça orçamentária atinente à consecução da política pública que o materializa. Considerações jurídicas sobre o direito à saúde destituídas das consequentes considerações econômicas não tornam o direito factível para a população. Servem para engrossar laudas, mas não servem para prover necessidades de saúde (Brasil, 2021).

Compreender que o ressarcimento ao erário e a permanência do SUS são coexistentes e necessários à vida em sociedade, e quando bem estruturados em instrumentos pedagógicos, contribuem para o enfraquecimento do machismo estrutural, é reconhecer na saúde pública ferramenta de amparo ao restabelecimento das integridades física e mental das vítimas, o que só ocorrerá se capacitada operacional e financeiramente para atender as variadas demandas que recebe, não transigindo com despesas ilegítimas que violem a seus princípios fundamentais. Portanto, de inquestionável constitucionalidade, a obrigação de reparar o dano provocado pela transgressão ou desvios aos direitos positivados, como prevê o Artigo 5º, XLV, da Constituição Federal (Brasil, 1988), confere às vítimas de violência doméstica oportunidades reais de reabilitação das sequelas físicas e estéticas, ofertadas em hospitais públicos ou em hospitais privados contratados ou conveniados pelo SUS, conforme previsão da Lei Nº 13.239/2015 (Brasil, 2015).

Para além de se relacionar ao pensamento econômico do crime, o ressarcimento dos custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, a ser realizado por aquele que lhe deu causa, fortalece a posição ativa do Estado na defesa dos direitos humanos, através da gestão de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e da própria violência de gênero, minorando ou cessando o ciclo de violações, enquanto valores perquiridos pela saúde pública, e tão caros à democracia.

Neste contexto de proteção, passaram os Estados e Municípios a replicar em legislações internas a recomposição dos cofres públicos, em razão dos prejuízos advindos da violência doméstica. O Estado do Espírito Santo, por exemplo, dispõe, desde o ano de 2015, da Lei Nº 10.358 (Espírito Santo, 2015), que criou mecanismo de inibição da violência contra a mulher, estabelecendo multa contra o agressor, toda vez que os serviços prestados pelo Estado forem acionados para atender mulher ameaçada ou vítima de violência, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, conforme definições estabelecidas pelo Art. 7º da Lei Federal Nº 11.340/2006 (Brasil, 2006), sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

No mesmo sentido, o Município de São Paulo, por meio da Lei Nº 17.450/2020 (São Paulo, 2020), instituiu multa administrativa ao agressor pelos custos relativos aos serviços públicos prestados, diretamente ou pelas entidades da Administração direta ou indireta do Município, para o atendimento às vítimas em situação de violência doméstica e familiar, prevendo, ainda, que os valores recolhidos serão destinados ao custeio de políticas públicas voltadas à redução da violência doméstica e familiar. Embora de semelhante teor das leis estadual e municipal supracitadas quanto à instituição de multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar, a Lei de Tietê/SP Nº 3821, de 10 de

maio de 2021, foi declarada inconstitucional, em ADIN Nº 2129379-28.2021.8.26.0000 (São Paulo, 2022b), assim pontuando o Tribunal de Justiça de São Paulo – TJ/SP sobre a afronta ao pacto federativo:

Afere-se, pois, que ao invés de ater-se a interesse meramente local, a lei questionada efetivamente substituiu e não suplementou ou complementou o regramento já existente no âmbito federal. Essa postura configura flagrante desbordo ao pacto federativo, à luz da competência normativa constitucional distribuída aos entes federados para disciplina em matéria de saúde, com violação aos artigos 1º e 144 da Carta Estadual” (TJSP: ADIN Nº 2129379-28.2021.8.26.0000, Órgão especial: Relator: Francisco Casconi, j. 31.08.2022), (São Paulo, 2022b).

De qualquer sorte, reconhece-se o esforço legislativo do Município de Tietê em acautelar o patrimônio público dos efeitos nefastos da violência de gênero, assim como perfazem os Municípios do Rio de Janeiro, Ribeirão Preto, Tangará da Serra, Parauapebas, por meio das Leis Nºs 6.817/2020 (Rio de Janeiro, 2020), 14.430/2019 (Ribeirão Preto, 2019), 5.829/2022 (Tangará da Serra, 2022), 157/2021 (Parauapebas, 2021), respectivamente, ao dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento de custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo SUS às vítimas de violência doméstica e familiar, determinando que os recursos assim arrecadados sejam transferidos e recolhidos ao correspondente Fundo Municipal de Saúde.

Recentemente, o Distrito Federal publicou Lei Nº 7.264/2023 (Distrito Federal, 2023), dispondo que o acionamento dos serviços públicos do Distrito Federal para atender à mulher vítima de violência sujeita o agressor à multa e ao ressarcimento das despesas decorrentes do atendimento. Já o Estado do Amazonas, por meio da Lei Nº 6.092/2022 (Amazonas, 2022), dispôs sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados

pelo Estado por meio de transferências do fundo de saúde do SUS às vítimas de violência doméstica e familiar. Tais legislações confirmam tendência dos Estados e Municípios em canalizarem o ressarcimento do SUS em favor de seus fundos estaduais e municipais, que suportam diretamente o desgaste financeiro provocado pela violência, através da mobilização de órgãos e recursos públicos da saúde.

Com efeito, a legitimidade desse tipo de mecanismo de repressão financeira já era reconhecida, desde 2016, pela 2ª Turma do STJ, ao decidir como legítimo o pedido de ressarcimento dos valores pagos a título de pensão por morte aos filhos de segurada, vítima de homicídio praticado por seu ex-companheiro, conforme publicado no Info 596, tanto que, a partir da Lei Nº 13.846/2019 (Brasil, 2019a), passou a ser previsto legalmente o ajuizamento pela Previdência Social de ação regressiva contra os responsáveis nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, constante no Artigo 120, II, da Lei Nº 8.213/1991.

Rememora-se, sobre esta determinação legal, que em 20 de junho de 2022, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assumindo mais uma vez papel institucional em defesa do patrimônio público, veiculou notícia acerca de parceria com órgãos do governo federal, entre eles, a Advocacia-Geral da União - AGU e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, pretendendo aumentar o número de ações previdenciárias que buscam o ressarcimento ao Estado dos valores gastos com a concessão de benefícios que resultem de violência contra a mulher (Brasil, 2017). Afora todo o aparato normativo supracitado, na prática, o Artigo 9º, §4º, da Lei Nº 11.340/2006 (Brasil, 2006) está sendo aplicado, sem maiores embaraços, pelas 10ª e 11ª Câmaras de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo, que, mantiveram em acórdãos nos autos das Apelações Nºs 1500691-03.2020.8.26.0595 (São Paulo, 2022a) e 1500229-46.2020.8.26.0595 (São Paulo, 2023), o dever do condenado em ressarcir ao SUS.

Portanto, tratando-se de violência cíclica, as iniciativas legislativas estaduais e municipais, mais que replicaram dispositivo já inserto em lei federal, conferem à segurança e saúde pública a exigência de protocolos de atendimento integral a vítima, desde a porta de entrada no sistema de saúde público, até sua alta do tratamento decorrente da ação ou omissão do agressor e, contudo, aos critérios de integração entre os referidos setores, para operacionalizarem quantificação e recuperação de custos ao erário, enquanto estratégia efetiva tanto à vítima específica, quanto a todo e qualquer membro da sociedade que, inserido nesta, deve reconhecer e ser reconhecido em direitos e obrigações.

## 5 Considerações Finais

Como se viu, o ressarcimento ao SUS pelos custos dos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar é condição de manutenção do próprio sistema, que, universal e gratuito, não pode suportar o ônus e custos provenientes da conduta do agressor. É, portanto, constitucional, e validado pela postura ativa de que se espera do Estado em termos de normativas e políticas públicas em favor da igualdade de gênero.

Uma vez apurados e executados os custos dos serviços públicos de saúde arcados pelo SUS para o tratamento das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, poderão ser fomentadas as reparações das sequelas físicas e estéticas das vítimas, conforme previsão da Lei Nº 13.239/2015, de tudo promovendo-se efetiva política pública inclusiva. Além disso, o ressarcimento é condensador de informações não atalhadas, aperfeiçoando fluxos e estruturas de órgãos públicos de saúde e de segurança pública em favor da efetividade normativa e da compensação das externalidades negativas da violência doméstica e familiar contra a mulher.



Neste aspecto, é de se perquirir se todo o esforço legislativo em aplicar, em legislações internas, o ressarcimento do SUS como mecanismo para coibir, prevenir e reparar os custos diretos e indiretos da violência doméstica e familiar, tanto à vítima quanto à sociedade, pode ser otimizado com o uso de ferramenta democrática que publicize a intensidade e mazelas do machismo estrutural. Segundo o Ministério da Saúde, em Pedido de Acesso à Informação (Brasil, 2023), registrado na Plataforma “Fala.BR” sob o protocolo NUP Nº 25072.039405/2023-10,

No âmbito de suas competências, enquanto órgão transferidor dos recursos, informa-se que os repasses aos entes federados são realizados em dois blocos distintos, para investimento e outro para manutenção das ações e serviços públicos de saúde, **não sendo possível informar, especificamente, quanto foi transferido para atender a alguma ação de saúde em particular, nesse caso para tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar**. Sendo assim, os valores para o custeio das ações de saúde recebidas pelos estados e municípios se dão por meio do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde (grifo nosso).

Presume-se que a ausência de informação específica de recurso transferido para atender alguma ação em particular, para tratamento das vítimas de violência doméstica e familiar, indica ausência de acesso público de dados objetivos que condensem, de forma fácil, em plataforma oficial, informações à sociedade da real dimensão dos custos da violência doméstica e familiar aos cofres públicos, assim como da efetividade da política pública ressarcitória ao SUS. Neste sentido, considerando a possibilidade de futuros trabalhos teóricos e empíricos sobre a importância do retorno aos cofres públicos dos custos dos serviços do tratamento da vítima de violência intrafamiliar, a sugestão do aperfeiçoamento de ferramentas de transparência ativa que auxiliem no mapeamento dos casos de violência e dos dados epidemiológicos,

fortalecendo interação técnica entre órgãos de saúde e de segurança pública para quantificação dos custos dos serviços públicos acionados pela prática violenta contra a mulher e correspondente recomposição, poderá auxiliar na proposta de políticas públicas efetivas que democratizem as atenções e soluções à desigualdade de gênero.

Sem desconhecer as limitações da presente pesquisa diante da complexidade e vastidão de peculiaridades e desafios enfrentados pelos órgãos públicos, acredita-se que a sugestão de publicização institucional dos custos e ressarcimento do SUS poderá aclarar à sociedade as externalidades negativas deste tipo de violência, frente à alegação de escassez dos recursos públicos, contribuindo para a transformação pedagógico-democrática que tanto necessita nosso País.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Lei N° 6092, de 21 de dezembro de 2022. **Dispõe sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Estado por meio de transferências do fundo de saúde – Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar.** Manaus, AM: Assembléia Legislativa, 2022.

ARISTÓTELES. **Política.** Tradução: Mário da Gama Kury. 2.ed., Brasília: UnB, 1988.

BANDEIRA, Regina. Acordo facilitará ressarcimento ao INSS por despesas com vítima de violência doméstica. **Agência CNJ de Notícias**, Brasília, jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/acordo-facilitara-ressarcimento-ao-inss-por-despesas-com-vitima-de-violencia-domestica/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Fronteiras do Pensamento**. [S.l.: s. n.], 2012. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal Fronteiras do Pensamento. Disponível em: <https://youtu.be/POZcBNo-D4A>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Serviço de Informações ao Cidadão da Controladoria-Geral da União (SIC/CGU). **Solicitação de Acesso à Informação Protocolo NUP Nº 25072.039405/2023-10**. [Brasília]: CGU, 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências**, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei Nº 13.846, de 18 de junho de 2019. **Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; altera as Leis Nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.783, de 28 de junho de 1989, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.620, de 2 de abril de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.796, de 5 de maio de 1999, 10.855, de 1º de abril de 2004, 10.876, de 2 de junho de 2004, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e revoga dispositivo da Lei Nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e a Lei nº 11.720, de 20 de junho de 2008.** Brasília, DF: Presidência da República, 2019a.

BRASIL. Lei Nº 13.871, de 17 de setembro de 2019. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Doenças e Agravos de Notificação - 2007 em diante (SINAN)**, 2023.

BRASIL Supremo Tribunal Federal – STF. **ADP Nº 866/2021**. Relator Min. Alexandre de Moraes. Data do Julgamento: 16 jul. 2021, 2021. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=6218965>. Acesso em 29 jun. 2023.

BRASIL. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2022. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2002.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.431.150-RS. Ressarcimento ao INSS pelos valores a título de pensão por morte aos beneficiários. Reparo civil por ato ilícito que causar dano a outrem**. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, 2017.

BRASIL. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

COSTA, Alex Junio Duarte. O contexto histórico da violência contra mulher e a atuação do psicólogo. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. A. 06, n. 7, v. 04, p. 21-37. Julho de 2021.

CUNHA, Rogério Sanches. **Lei Nº 13.871/2019: Impõe ao agressor a obrigação de ressarcir os custos de serviços de saúde e dispositivos de segurança nos casos de violência contra a mulher**. Meu Site Jurídico. 18 de setembro de 2019. Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2019/09/18/lei-13-87119-impoe-ao-agressor-obrigacao-de-ressarcir-os-custos-de-servicos-de-saude-e-dispositivos-de-seguranca-nos-casos-de-violencia-contra-mulher/>. Acesso em 28 jun. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Lei Nº 7.264, de 11 de maio de 2023. **Institui mecanismo para coibição da violência contra a mulher e dá outras providências**. Brasília, DF: Câmara Legislativa, 2023.

ESPÍRITO SANTO. Lei Nº 10.358, de 15 de abril de 2015. **Dispõe sobre mecanismo de inibição da violência contra a mulher no Estado do Espírito Santo, por meio de multa contra o agressor, em caso de utilização de serviços prestados pelo Estado**. Vitória, ES: Assembleia Legislativa, 2015.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4.ed., 2023a.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023b**.

FIEMG. Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. **Impactos econômicos da violência contra a mulher**. [Belo Horizonte]: FIEMG, 2021. Disponível em: <https://www7.fiemg.com.br/Noticias/Detalhe/combater-violencia-contra-a-mulher-permitiria-ao-brasil-incrementar-pib-em-r-214-4-bilhoes>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FLAESCHEN, Hara. Epidemia invisível: o papel do SUS no combate à violência contra as mulheres. *In*: **CEE-FIOCRUZ**, 10 de mar. 2020. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1135>. Acesso em 28 jun. 2023.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed., São Paulo: Atlas, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração sobre a eliminação da discriminação contra as mulheres. [S.l.]: ONU Mulheres, 1967. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/>. Acesso em: 2023.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha Informativa: Violência contra as Mulheres**. Organização Mundial da Saúde: Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 08 de jul. 2023.

PARAUAPEBAS. Lei Nº 157, de 06 de dezembro de 2021. **Lei Nº 157/2021, estabelece a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo município de Parauapebas às vítimas de violência doméstica e familiar.** Parauapebas: PA, Câmara Municipal, 2021.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Índice de Normas Sociais de Gênero (INSG)-2023: derrubando preconceitos de gênero mudar as normas sociais para igualdade de gênero, 2023. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/gсни202303pdf.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

RIBEIRÃO PRETO. Lei Nº 14.430, de 22 de novembro de 2019. **Dispõe sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (Sus) às vítimas de violência doméstica e familiar.** Ribeirão Preto, SP: Câmara Municipal, 2019. Disponível em: [https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/consultas/norma\\_juridica/norma\\_juridica\\_mostrar\\_proc?cod\\_norma=10942](https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=10942). Acesso em: 29 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO. Lei Nº 6.817, de 9 de dezembro de 2020. **Dispõe sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Município por meio das transferências do fundo de saúde - Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e dá outras providências.** Rio de Janeiro, RJ: Câmara Municipal, 2020. Disponível em: <http://www.camara.rio/atividade-parlamentar/processo-legislativo/legislatura-10/pl>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ROS. Rede de Observatórios da Segurança. **Elas vivem:** dados que não se calam. Rio de Janeiro: CESeC, março de 2023. Disponível em [https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Relatorio\\_Rede-Elas-Vivem-03\\_2003.pdf](https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Relatorio_Rede-Elas-Vivem-03_2003.pdf). Acesso em: 09 jul. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça: 10ª Câmara Criminal. **Apelação Criminal Nº 1500691-03.2020.8.26.0595**, Relatora Jucimara Esther de Lima Bueno, j. 21 jul. 2022, 2022a.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça: 11ª Câmara Criminal. **Apelação Criminal Nº 1500229-46.2020.8.26.0595**, Relator Renato Genzani Filho, j. 17 fev. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça. Órgão Especial. **Acórdão ADIN 2129379-28.2021.8.26.0000**, Prefeito do Município de Tietê e Presidente da Câmara Municipal de Tietê. Relator: Francisco Casconi, j. 31.08.2022, 2022b. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/multa-agressores.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SÃO PAULO. Lei Nº 17.450, de 9 de setembro de 2020. **Institui multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar**. São Paulo, SP: Câmara Municipal, 2020.

TANGARÁ DA SERRA. Lei Nº 5.829, de 07 de outubro de 2022. **Institui multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar**. Tangará da Serra, MT: Câmara Municipal, 2022.

WIEVIORKA, Michel. Violência hoje. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1147–1153, 2006.



## CAPÍTULO 12

### **Trabalho no cárcere feminino: análise do perfil das mulheres custodiadas no sistema penitenciário do Estado do Pará no período de 2019 a 2022**

#### **Jorge Fabricio dos Santos**

Mestre em Segurança Pública (PPGSP/UFPA), Especialista em Gestão da Informação e Análise Criminal (UFPA), agente público do Estado do Pará  
Belém, Pará, Brasil | [jorge.fabricio.santos@ifch.ufpa.br](mailto:jorge.fabricio.santos@ifch.ufpa.br)

#### **Clay Anderson Nunes Chagas**

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA);  
Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG/UEPA) e  
dos Programas de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP-UFPA) e  
Geografia (PPGEO/UFPA)  
Belém, Pará, Brasil | [claychagas@uepa.br](mailto:claychagas@uepa.br)

#### **Wando Dias Miranda**

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA)  
Belém, Pará, Brasil | [wandomiranda@outlook.com.br](mailto:wandomiranda@outlook.com.br)

#### **Roberto Magno Reis Netto**

Doutor em Geografia (PPGEO/UFPA);  
Mestre em Segurança Pública (PPGSP/UFPA)  
Belém, Pará, Brasil | [bob\\_reis\\_ufpa@yahoo.com.br](mailto:bob_reis_ufpa@yahoo.com.br)

## **RESUMO**

**Importância do Estudo:** O trabalho como forma de reinserção social das mulheres encarceradas é um tema relevante para a política criminal no Brasil, haja vista, o aumento de mulheres no sistema penal no país. **Objetivo:** Este artigo tem por finalidade apresentar a caracterização das mulheres custodiadas no sistema penal do Estado do Pará que estão exercendo atividades

laborativas no período de 2019 a 2022. **Materiais e métodos:** Empregou-se uma pesquisa aplicada, quanti-qualitativa, exploratória e descritiva, com coleta de dados bibliográficos em livros e artigos científicos e em legislações e, posteriormente, realizada uma pesquisa documental com informações da base de dados da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, aplicando-se ao final a técnica de Estatística descritiva para análise e apresentação dos dados obtidos. **Resultados e discussões:** As mulheres custodiadas e que exercem atividades laborativas, em sua maioria, são de cor parda e/ou negra, solteiras, com ensino fundamental, estando na condição de encarceradas por cometimento de vários delitos, dentre estes o de tráfico ilícito de entorpecentes, cumprindo pena nos regimes fechado e semiaberto. **Conclusão:** Discute-se a imperiosa necessidade de abrir novas vagas para o trabalho das detentas, com fornecimento de qualificações profissionais, sendo ainda relevante a realização de novas pesquisas relacionadas ao tema. **Palavras-chave:** Mulheres encarceradas; Atividades laborativas; Sistema penal.

## 1 Introdução

Este artigo aborda o trabalho no cárcere oferecido pelo Estado às mulheres custodiadas em casas penais no Estado do Pará, o qual é coordenado pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP em várias localidades paraenses (Pará, 2019). De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (Brasil, 2017), o Brasil é o 4º país com maior quantidade de mulheres custodias, com o total de 42.355 detentas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia. De modo que a taxa de aprisionamento feminino do Brasil no âmbito internacional, no período de 2000 a 2016, está no percentual de 455%, sendo que no contexto nacional, neste mesmo período, a taxa de aprisionamento (que sempre foi alta), estava no ano de 2017 em 42,4%.

Sendo que o Estado do Pará aparece com a taxa de aprisionamento feminino de 18,2%.

O 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2022), demonstra um aumento de privação de liberdade de mulheres no Brasil, no período de 2020 e 2021, com taxa na ordem 21,3%, enquanto que o percentual de homens ficou com crescimento de 6,7% presos por 100 mil habitantes, conforme informações originárias do SISDEPEN, o que apontou o motivo de encarceramento pelos crimes relacionados às substâncias entorpecentes em quantidades diminutas, mas sem utilização emprego de violência ou grave ameaça à pessoa.

Conforme apresentação recente do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (FBSP, 2023), no período de 2021 e 2022, verifica-se o aumento de 25% no percentual de estabelecimentos com programas de laborterapia no Estado do Pará e 19% o percentual de estabelecimentos com oferecimento de pelo menos uma vaga de laborterapia nesta unidade da federação. Neste mesmo período o FBSP (2023) constatou que o trabalho realizado por homens e mulheres no sistema penal do Estado do Pará tem a variação de 95,5%, sendo que o percentual da população prisional feminina em laborterapia nestes anos teve um aumento de 2,1%, enquanto o percentual masculino o aumento foi de 8,6% neste mesmo período.

A SEAP, enquanto órgão do Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS, é competente para, de forma sistêmica e integrada com outras organizações do SIEDS, realizar a “administração da execução penal, objetivando a reinserção social do encarcerado e do egresso” (Pará, 2011). A Lei Nº 8.937/2019, que elevou a Superintendência do Sistema Penal - SUSIPE à condição de secretaria de estado, prevê no Art. 2º:

- IV - garantia da execução penal com segurança, humanização e proteção aos direitos humanos;
- V - promoção da reinserção social do privado de liberdade através de processos laborais e socioeducativos, propiciando sua efetiva reintegração social;
- XII - qualificação e profissionalização do reeducando;
- XVI - estimular a inclusão dos egressos do Sistema Estadual de Administração Penitenciária junto ao mercado de trabalho (Pará, 2019).

Estes dispositivos legais, determinam que a ressocialização dos egressos deve passar pela formação profissional, com fins à inserção no mercado de trabalho, mas sem perder a atenção aos direitos fundamentais tão caros à dignidade humana daquele que está sob poder do Estado. Deste modo, faz-se necessário verificar o quanto a SEAP está realizando a atividade de promoção de realocação dos serviços às mulheres custodiadas pelo sistema penal paraense.

## 1.2 Revisão bibliográfica

O excessivo encarceramento de pessoas condenadas por cometimento de ilícitos penais é uma realidade nefasta no Brasil, não somente para homens, quanto para as mulheres (Rocha, 2019), de modo que muito se discute sobre a reinserção social dos detentos e mecanismos de sua efetivação, como o trabalho em estabelecimentos públicos e privados, este considerado um direito social que eleva a dignidade da pessoa humana (Assis; Friede, 2014). Pinto e Hirdes (2006) consideram a prisão uma condição que para que as pessoas nessa situação desenvolvam posturas contra os poderes constituídos, por vezes de forma física e violenta, o que mostra a imperiosa necessidade do Estado realizar atividades que humanizem o encarceramento ao mesmo tempo que os reeduque e os reabilite a retornar ao ambiente externo ao cárcere.

Quanto aos benefícios do trabalho para os custodiados no sistema penal, Andrade (2017) e Lima et al. (2013) compreendem que as atividades laborativas são caracterizadas como ferramentas de reintegração à sociedade, que propiciam meios de evitar a reincidência criminal e direcionamento para padrões de comportamentos diversos da seara criminal. Neste sentido, Kuehne (2016) aponta a importância do trabalho, ao passo que destaca ainda estar no campo apenas jurídico e não prático:

O trabalho, sem dúvida, além de outros tantos fatores apresenta um instrumento de relevante importância para o objetivo maior da Lei de Execução Penal, que é o devolver à Sociedade uma pessoa em condições de ser útil. É lamentável ver e saber que estamos no campo eminentemente pragmático, haja vista que as unidades da federação não têm aproveitado o potencial da mão de obra que os cárceres disponibilizam. Canteiros de trabalho os mais diversos poderiam e deveriam ser instalados, propiciando o exercício de atividade laborativa, de cunho profissionalizante, além de remir a pena e garantir algum dinheiro para quando o preso alcançar a liberdade. Com o percentual dos presos trabalhando, que se situa em torno de 20% estamos longe - muito longe de alcançar uma Execução Penal digna (Kuehne, 2016, p. 86).

O percentual apresentado por Kuehne (2016) mostra o descompasso entre o objetivo legal e a realidade brasileira, no que se refere ao fornecimento do trabalho para o custodiado no sistema penitenciário nacional. A dinâmica do trabalho executado por mulheres que se encontram em situação de cárcere vem sendo estudada por inúmeros pesquisadores, como a pesquisa sobre os tipos de atividades laborativas aplicadas às mulheres (Lavor et al., 2019), um estudo relacionando educação e trabalho em uma casa penal em João Pessoa, Paraíba (Ireland; Lucena, 2016), além de uma pesquisa que possui como mote a análise

de políticas públicas para ressocialização de mulheres detentas em Boa Vista, Roraima (Lavareda; Catão, 2017), sobre limitações de trabalho de mulheres egressas do sistema penitenciário alagoano (Barros, 2022) e, experiências de projetos de trabalho de mulheres no Espírito Santo (Martins, 2018) e Alagoas (Correia et al., 2019).

Com relação às mulheres encarceradas no Brasil, os serviços oferecidos pelo Estado, segundo Pereira e Ávila (2013):

(...) o que se vislumbra massivamente são serviços de tapeçaria, lavagem de roupas e artesanato, reforçando o papel submisso da mulher na sociedade e, ao contrário do se espera, não dando a essas mulheres condições de manter-se, durante a vida extramuros, de forma independente, através dos trabalhos ensinados no cárcere (Pereira; Ávila, 2013, p.04).

No entendimento dos pesquisadores, os serviços que as mulheres exercem não contribuem para a independência financeira destas, mas reforçam os comportamentos sociais em que podem levá-las a ficar em condições de submissão aos homens. Além da contribuição que o Estado, é possível compreender que os mecanismos de reinserção social por meio do trabalho impedem que as mulheres cometam novamente crimes e retornem ao sistema penitenciário, haja vista, a relação direta entre trabalho e redução da criminalidade (Melo, 2021). Guimarães (2014), em pesquisa de um projeto realizado à época pela Superintendência do Sistema Penitenciário - SUSIPE em Belém, Estado do Pará, quanto ao fornecimento de trabalho em empresas privadas, destaca que as atividades laborativas não proporcionaram uma perspectiva de ingresso do mercado de trabalho, em virtude de serviços de pouca ou nenhuma qualificação técnica, sendo tal projeto mais efetivo no que se refere a remição da pena e na melhoria do comportamento dos encarcerados no ambiente das casas penais.

Sobre a remição penal, instituto do Direito que possibilita que a cada período de trabalho, sejam deduzidos períodos da pena imposta ao custodiado, Chaves et al. (2019) discorrem que no sistema penitenciário paraense somente 15% dos presos estavam inseridos em atividades laborativas no ano de 2018, ou seja, apenas esse percentual conseguia trabalhar e reduzir seu tempo de encarceramento. Esta realidade do trabalho ser mais uma forma de disciplinar os comportamentos tem confirmação na pesquisa desenvolvida por Vieira e Stadtlober (2020) com mulheres encarceradas em 05 (cinco) casas penais no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2016, de modo que o trabalho exercido pelas pesquisadas demonstra que não há a efetiva qualificação técnico-profissional destas detentas, nem mesmo a certeza de real usufruto do direito ao trabalho.

Em estudos no sistema penitenciário do Estado do Pará no período de 2009 a 2015, Lima (2020) verificou que das 240 (duzentos e quarenta) presas integrantes de um convênio do órgão penitenciário para exercerem atividades laborativas, tinha como reincidentes cerca de 52,5%, e após participarem do projeto, o índice de reincidência foi reduzido para 20,83% entre as participantes, o que demonstra a efetividade do trabalho na diminuição da criminalidade entre as mulheres. Lima et al. (2019) analisando o trabalho de mulheres no Estado do Pará em um cooperativa no Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua-Pará em 2018, verificaram que estas foram presas em sua maioria pelo cometimento do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, sendo a maior parte mulheres de cor/etnia parda, bem como são naturais dos municípios do interior do estado, com ensino médio incompleto e com idade média de 37 anos.

### 3 Material e métodos

#### 3.1. Natureza da pesquisa

O percurso metodológico do estudo, descreve-se, quanto aos procedimentos técnicos, como uma pesquisa bibliográfica e documental, pois a primeira foi executada com análise de dados de publicações de estudos como livros e artigos sobre o tema mulheres e trabalho no cárcere, bem como a segunda ocorreu mediante acesso às bases de dados da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, neste caso com análise de métodos estatísticos (Gil, 2022). Neste estudo, quanto à finalidade, realizou-se uma pesquisa aplicada, tendo em vista que tal artigo tem por objetivo a averiguação de um fenômeno social e prático no campo da segurança pública em uma atividade essencial em toda o Estado do Pará, para ao final propor sugestões para melhor eficiência do órgão do Estado do Pará (Prodanov; Freitas, 2013).

Quanto a abordagem, foi aplicada uma pesquisa quantitativa, pois a análise dos dados requer emprego de metodologias e técnicas estatísticas para o perfeito entendimento do objeto de estudo no que concerne aos dados primários, e análise de conteúdo dos dados colhidos nos artigos publicados (Prodanov; Freitas, 2013). No que concerne aos objetivos, este artigo elegeu uma pesquisa exploratória, com propósito inicial de apresentar uma visão geral sobre o tema proposto na pesquisa, e descritiva, pois tem por finalidade enumerar e descrever a características sobre o perfil das mulheres custodiadas pela SEAP em atividades laborativas em todo o Estado do Pará (Gil, 2022).

#### 3.2. Lócus da pesquisa

O *lócus* da pesquisa foi o Estado do Pará, mais especificadamente as unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP em que há mulheres custodiadas exercem atividades laborativas.



### 3.3. Fonte de dados

No que se refere aos dados bibliográficos (dados secundários), realizou-se o acesso eletrônico às bases de dados dos diretórios de busca da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e *Scientific Electronic Library Online* - SciELO. Em relação aos dados primários, a fonte de dados foi o sistema de informações da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP.

### 3.4. Procedimento de coleta de dados

Para coleta de artigos científicos publicados em periódicos fontes de obras jurídicas sobre o tema, pois são dados que já receberam tratamento de outros autores (Cervo; Vervian; Silva, 2007). Quanto aos dados documentais (dados primários), a obtenção ocorreu após solicitação formal dos pesquisadores à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP para coleta de dados relacionados às mulheres que exerceram atividades laborais coordenadas pela SEAP no período de 2019 a 2022.

### 3.5. Procedimento de Análise

Foi definido como recorte temporal para seleção dos artigos o período de 2013 a 2022 (pesquisa bibliográfica) e, para pesquisa documental, o período de 2019 a 2022. De modo que será utilizada nos dados qualitativos a técnica de Análise de Conteúdo, devido caracterizar avaliação de conteúdos e contextos dos estudos, para desta forma extrair os entendimentos apresentados pelos autores (Bardin, 2016), e nos dados quantitativos, a técnica de Estatística Descritiva, pois serão utilizados gráficos e tabelas, a fim de melhor demonstrar os resultados desta pesquisa (Bussab; Morettin, 2024).

## 2 Resultados e discussões

Com os dados levantados no Sistema de dados da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP relacionado aos registros de informações acerca das mulheres custodiadas no sistema penal do Estado do Pará que executam atividades laborativas no período de 2019 a 2022, orientou-se a análise do perfil destas mulheres, conforme apresentado na tabela e figuras.

**Tabela 1:** Quantidade e percentual das mulheres encarceradas pelo sistema penal do Estado do Pará que exercem atividades laborativas, no período de 2019 a 2022, por escolarização.

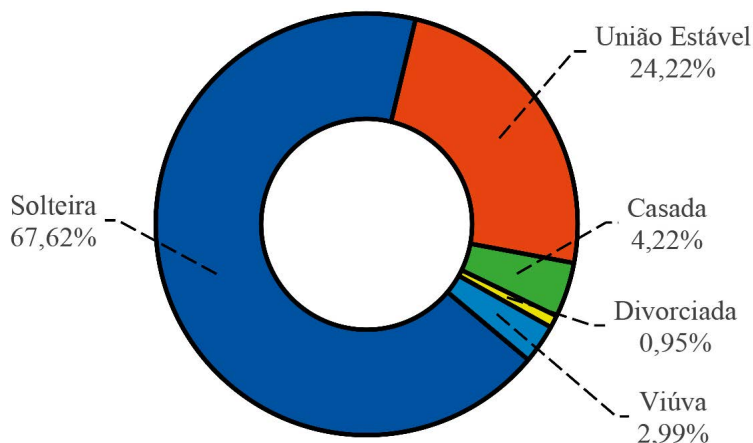
Escolarização	2019	2020	2021	2022	Total	Percentual
Analfabeto	0	11	10	6	27	1,44
1º Ano Ensino Fundamental	0	6	9	7	22	1,18
2º Ano Ensino Fundamental (1ª Série)	1	19	16	14	50	2,67
3º Ano Ensino Fundamental (2ª Série)	3	29	26	19	77	4,11
4º Ano Ensino Fundamental (3ª Série)	2	27	26	28	83	4,43
5º Ano Ensino Fundamental (4ª Série)	8	20	22	18	68	3,63
6º Ano Ensino Fundamental (5ª Série)	6	13	17	16	52	2,78
7º Ano Ensino Fundamental (6ª Série)	4	7	17	13	41	2,19
8º Ano Ensino Fundamental (7ª Série)	1	16	20	16	53	2,83
9º Ano Ensino Fundamental (8ª Série)	3	11	15	15	44	2,35
1º Ano Ensino Médio	5	25	31	28	89	4,75
2º Ano Ensino Médio	3	12	16	13	44	2,35
3º Ano Ensino Médio	6	39	47	33	125	6,68
Nível Superior Incompleto	2	1	5	2	10	0,53
Nível Superior Completo	0	2	3	3	8	0,43
Não informado	467	212	165	235	1079	57,65
<b>Total</b>	<b>511</b>	<b>450</b>	<b>445</b>	<b>466</b>	<b>1872</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** SEAP (JUL/2023).

Conforme a Tabela 1, percebe-se que a maioria das mulheres nessas condições de trabalho no sistema penal paraense concluíram ou estão concluindo o ensino fundamental ( $n = 490$ ; 26,17%), enquanto 13,78% ( $n = 258$ ) possuem o ensino médio incompleto e completo e somente 0,96% ( $n = 18$ ) de todas as custodias possuem o ensino superior conclusivo ou estão por concluí-lo. O percentual de 1,44% ( $n = 27$ ) das detentas pesquisadas na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária no Estado do Pará estão na condição de analfabetas. Em 2019, 467 detentas não informaram sua escolarização, enquanto em 2020, 212 detentas, 2021, 165 e 2022, 235 não informaram sua escolarização, ou seja, não foi possível obter a informação de 57,65% das mulheres em trabalho no cárcere na série do período pesquisado (Tabela 1).

Diferente dos resultados da pesquisa realizada por Lima et al. (2019) no Estado do Pará no Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua-Pará em 2018 em que as detentas, em sua maioria, possuíam o ensino médio incompleto, no presente estudo, pelos dados coletados e analisados, é provável que estas tenham saído do sistema prisional paraense a partir de 2019. Pode perceber que ainda há qualificação formal bem reduzida das mulheres no trabalho no cárcere, realidade semelhante apresentada por Vieira e Stadthober (2020) em unidade da federação do sul do Brasil.

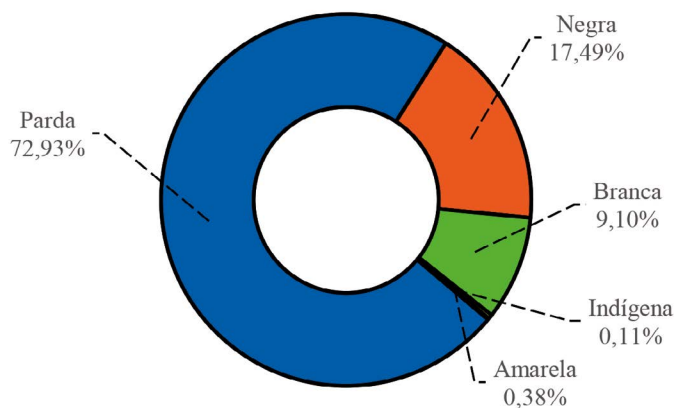
**Figura 1:** Percentual de mulheres encarceradas pelo sistema penal do Estado do Pará que exercem atividades laborativas, no período de 2019 a 2022, por situação civil.



**Fonte:** SEAP (JUL/2023).

Na Figura 1 destaca-se o maior número de mulheres em estado civil de solteiras no período de 2019 a 2022, sendo que esta realidade reforça o levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Brasil, 2017) em que este demonstrou que 62% das mulheres à disposição dos sistemas penitenciários estaduais e federal são solteiras, seguida pela União Estável (23%), porém naquele período o maior percentual das mulheres encarceradas no Pará estava na condição de União Estável e em seguida, como solteiras (Rocha, 2019), de modo que a presente pesquisa aponta a inversão dessa proporção entre todas as mulheres custodiadas no sistema penal paraense e aquelas que compõem o grupo que estão em atividades laborativas. Ressalta-se que, há elevado quantitativo ( $n = 1209$ ) de mulheres que não esclareceram sua situação civil, prejudicando a qualidade da pesquisa quanto a essa caracterização.

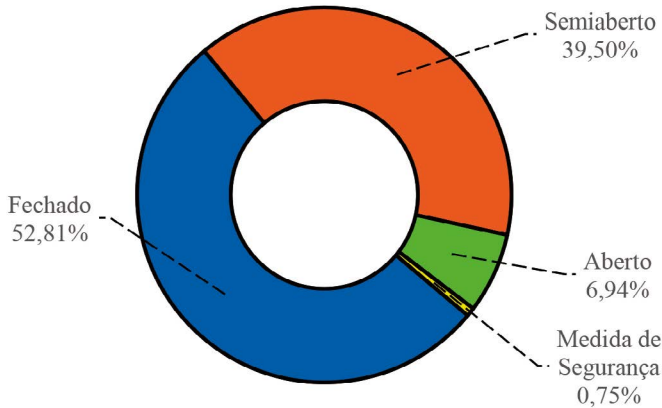
**Figura 2:** Percentual de mulheres encarceradas pelo sistema penal do Estado do Pará que exercem atividades laborativas, no período de 2019 a 2022, por Cor/pele/etnia.



**Fonte:** SEAP (JUL/2023).

Verifica-se na Figura 2 um maior quantitativo de mulheres presas que realizam trabalhos gerenciados pela SEAP de cor/pele/etnia parda, assim auto identificadas, seguida da cor Negra, no período estudado. Os dados divulgados nesta pesquisa evidenciam uma prevalência na população feminina de pardas dentre participantes de programas de atividade laborativa no sistema penal do Estado do Pará, isso ratifica a pesquisa de Lima et al. (2019), realizada no Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua, Pará, ano de 2018; e ainda, as informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, relativo ao ano de 2022 (FBSP, 2023), pessoas negras e pardas foram a maioria dos encarcerados no Brasil, denotando 68,2% do total de pessoas presas.

**Figura 3:** Percentual de mulheres encarceradas no sistema penal do Estado do Pará, exercem atividades laborativas, período 2019 a 2022, Regime de cumprimento de pena.



**Fonte:** SEAP (JUL/2023).

A Figura 3 evidencia que os regimes de cumprimento de pena a que estão sujeitas as mulheres pesquisadas no Estado do Pará no período de 2019 a 2022 são o Fechado e o Semiaberto, com destaque do Regime Fechado, considerado o mais gravoso quanto a possibilidade de ausentar-se do estabelecimento penal. Fazendo a correlação com os dados apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023) em que é destacado a redução das pessoas em cumprimento de pena no regime fechado no Brasil, embora ainda seja um problema nacional, verifica-se que o trabalho oferecido pela SEAP tem sido uma solução imediata e uma válvula de escape para a superlotação, a qual foi superada no sistema prisional do Estado do Pará.

Conforme a pesquisa avançou, observou-se que nenhuma das detentas que participam de atividades laborativas coordenadas pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) informou a sua orientação sexual, a fim de preservar sua intimidade e evitar ser

vitimada por ataques homofóbicos dentro do sistema penitenciário do estado. Ressalta-se que a Medida de segurança é aplicada por sentença judicial que não tem natureza jurídica de pena, não estando qualificada exatamente como regime de cumprimento de sanção penal, porém a SEAP utiliza essa condição na gestão administrativa do cumprimento das sentenças, de modo que dentro do escopo da pesquisa mostra-se com números irrisórios de mulheres em atividades laborativas.

O estudo mostrou que a maior parte das mulheres encarceradas que estão em atividade laborativa estão no sistema penal paraense em virtude de cometimento dos crimes relacionados ao tráfico ilícito de entorpecentes do total de mulheres encarceradas (20,21%), bem como tráfico de entorpecentes e outros crimes (13,16%), seguindo de roubo qualificado (8,22%), entretanto outros crimes são correlacionados com o tráfico como o de associação criminosa e o roubo, ainda há, embora em quantidade reduzidas, mulheres que estão em cárcere em virtude de delitos da Lei Maria da Penha, denotando possível relação homoafetiva em alguns casos, além de crimes relacionado à crianças e adolescentes. A prevalência de mulheres em atividade laborativa que cometeram o crime de tráfico ilícito de entorpecente reafirma a pesquisa de Lima et al. (2019) realizada em 2018, bem como a condição feminina no cárcere no contexto nacional apresentado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (FBSP, 2023).

## 5 Considerações Finais

As mulheres no cárcere requerem um atendimento diferenciado por parte do Estado, haja vista, as suas condições de vulnerabilidade social exacerbadas se comparadas às pessoas do sexo masculino, de modo que a atividade laborativa que as detentas possam realizar é um mecanismo adequado de reinserção social, realidade nacional e comungada pelo

Estado do Pará. Com objetivo de apresentar o perfil das mulheres custodiadas no sistema penal do Estado do Pará que exercem atividades laborativas no período de 2019 a 2022, se realizou pesquisa de natureza aplicada, com dados bibliográficos e documentais (quanti-qualitativos), para explorar e descrever as características da população feminina custodiada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

De maneira que se percebeu que os resultados do estudo demonstram claramente a predominância de mulheres da cor parda e/ou negra, com situação civil de solteiras, sendo que o grau de instrução em sua maioria é de ensino fundamental (completo e incompleto), bem como que a primazia de mulheres está em cumprimento de pena em regime fechado e semiaberto pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes. Ao final, verifica-se que a finalidade da pesquisa foi cumprida, conforme os dados apresentados do perfil das detentas custodiadas pela SEAP em atividades de trabalho, de modo que infere-se a precisão de medidas administrativa à promoção de mais vagas em ambiente laborativos concomitante com qualificações que possam estabelecer novos horizontes no mercado de trabalho ao público feminino, além de sugerir-se que novos estudos relacionados à temática sejam realizados para compreensão mais assertiva da problemática.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. B. G. **Trabalho e Prisão: Quem são os presos do Centro de Progressão Penitenciária de Belém?** 2017. 47f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará. 2017.

ASSIS, A. M. S.; FRIEDE, R. R. Questões de cidadania: o trabalho como Direito Social no cárcere e fora dele. **Legis Augustus**. Rio de Janeiro. v. 5 n. 1 p. 22 – 30, jan. / jun., 2014.



BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil; 2016.

BARROS, T. C. G. **As limitações da política de execução penal diante da falta de oportunidades de trabalho para as mulheres egressas do Sistema Prisional de Alagoas**. 2022. 81f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito). Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2022.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres – 2. ed.**, Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasília, 2017.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 10 ed., São Paulo: Saraiva, 2024.

CERVO, A. L.; VERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6.ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAVES, K. K. O.; SILVA, L. A.; ALVES, V. C.; TEIXEIRA, Y. Y. S. **O desenvolvimento humano do sujeito em situação de privação de liberdade por meio da remição da pena pelo trabalho**. p.45-55, 2019. In: RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; COSTA, Ivone Freire; CHAVES, Sônia Cristina Lima; ZOGAHIB, André Luiz Nunes; GOMES, Maria Regina Lopes; ZANETTE, Edgard Vinicius Cacho; FERNANDES, Fernandina Lopes; almeida, Silvia dos Santos de; REIS, Leonardo Naves dos; RIBEIRO JUNIOR, Humberto (Orgs.). **Segurança e defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades**. 1. ed., Praia, Cabo Verde: Uni-CV, 2019.

CORREIA, R. L. L. S.; MELO, W. L.; LEITE, S. N.; FERRAZ, E. D. S. A.; ARAÚJO, J. M. S. **Fábrica de Esperança: educação e trabalho para uma vida lícita após o cárcere**. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belém – PA. 2019. Disponível em:<<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0849-1.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2022**. Ano 16. São Paulo: FBSP, 2022.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2023**. Ano 17. São Paulo: FBSP, 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, S.F. **Os desafios dos projetos de reinserção social da população do cárcere e as expectativas dos presos: o caso do projeto Olimpo em Belém do Pará**. 2014. 40f. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) PPGDSMC/UFPa, 2014.

IRELAND, T. D.; LUCENA, H. H. R. Educação e trabalho em um centro de reeducação feminina: um estudo de caso. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 61-78, jan./abr., 2016.

LAVAREDA, V. M.; CATÃO, S. S. As Políticas Públicas prisionais no processo de ressocialização das reeducandas da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR. **Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad**. v. 3, n. 3, Jul., 2017.

LAVOR, I. L.; SOUZA, N. A.; NOGUEIRA, M. N. V.; ALVES, G. S.; SILVA, E. P. A real face do sistema carcerário feminino. In: **Anais da VII Encontro de Iniciação à Pesquisa. Conexão UNIFAMETRO 2019: Diversidades Tecnológicas e seus impactos sustentáveis**. Disponível em: <<https://doity.com.br/media/doity/submissoes/5da3953b-b938-40e1-b4d9-789d43cda1d7-ok--a-real-face-do-sistema-carcerrio-femininopdf.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

LIMA, I. L. **Mulheres Presas e o Trabalho na Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora**. 2020. 119f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Universidade Federal do Pará. 2020.

LIMA, I. L.; RAMOS, E. M. L. S.; MONTEIRO, V. F.; FREITAS, M. M.; CABRAL, M. T. O. **Perfil criminal das mulheres presas que trabalham em uma Cooperativa no Centro de Recuperação Feminino do município de Ananindeua-Pará.** p. 57-67. In: RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; COSTA, Ivone Freire; CHAVES, Sônia Cristina Lima; ZOGAHIB, André Luiz Nunes; GOMES, Maria Regina Lopes; ZANETTE, Edgard Vinicius Cacho; FERNANDES, Fernandina Lopes; almeida, Sílvia dos Santos de; REIS, Leonardo Naves dos; RIBEIRO JUNIOR, Humberto (Orgs.). *Segurança e defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades.* 1. ed., Praia, Cabo Verde: Uni-CV, 2019.

LIMA, G. M. B.; PEREIRA NETO, A. F.; AMARANTE, P. D. C.; DIAS, M. D.; FILHA, M. O. F. *Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência.* **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 446-456, 2013.

MARTINS, M. C. **Trabalho no cárcere: as engrenagens de uma “Fábrica de Mulheres” no centro prisional feminino de Cariacica/ES.** 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Vila Velha, 2018.

MELO, D. A. L. **A atividade laborativa no cumprimento de pena e reincidência criminal.** 2021. 72 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Universidade Federal do Pará. 2021.

KUEHNE, M. **Lei de execução penal anotada.** 14.ed., Curitiba: Juruá, 2016.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Lei Nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança**

**Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, e dá outras providências.** Belém, 2011.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Lei Nº 8.937, de 2 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE, em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, e dá outras providências.** Belém, 2019.

PEREIRA, L. U.; ÁVILA, G. N. Aprisionamento feminino e maternidade no cárcere - uma análise da rotina institucional na penitenciária feminina Madre Pelletier. **Revista Pensamento Penal**, v. 1, p. 1-20, 2013.

PINTO, G.; HIRDES, A. O processo de institucionalização de detentos: perspectivas de reabilitação e reinserção social. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 678-683, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, A. F. **Do “Inferno” aos Sonhos: as Vozes das Mulheres Encarceradas no Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua.** 2019. 80f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Universidade Federal do Pará. 2019.

VIEIRA, G. R., STADTLOBER, C. S. **O Trabalho no Cárcere Feminino.** Revista Práxis [en linea]. 2020, 1( ), 77-101[fecha de Consulta 18 de Septiembre de 2024]. ISSN: 1807-1112. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=525562379005>

## CAPÍTULO 13

### Perfil das mulheres acusadas pela justiça de integrar organização criminosa no Estado do Pará

**Bruno Saravalli Rodrigues**

Mestrando em Segurança Pública (UFPA), especialista em Direito Público e  
Promotor de Justiça

Belém-Pará | brunosaravalli@gmail.com

**Marcia Cristina dos Santos Rêgo**

Doutora em Direito (UFPA), docente da graduação em direito e do  
PPGSP/UFPA e Advogada

Belém-Brasil | marciacristinaufpa@hotmail.com

#### RESUMO

**Importância do Estudo:** Registros históricos confirmam a existência das organizações criminosas há centenas de anos; hoje em dia, aproximadamente 53 organizações criminosas atuam no Brasil. Diante da gravidade e da complexidade da questão, tem-se pesquisas acadêmicas, bem como discussões políticas e institucionais sobre como enfrentar a criminalidade organizada.

**Objetivo:** Oferecer as características das mulheres acusadas na Justiça do Pará pelo crime de integrar organizações criminosas, no período de 2020 a 2022. Os dados de perfil apresentados permitem conhecimento sobre as mulheres acusadas no Pará e auxiliam no aprimoramento das ações dos órgãos públicos envolvidos na investigação criminal, acusação e processo de integrantes de organizações criminosas, tanto na apuração e esclarecimento dos fatos quanto no respeito aos direitos fundamentais das pessoas envolvidas. **Materiais e Métodos:** O estudo empregou técnicas de estatística descritiva, com análise

quantitativa de dados obtidos em pesquisa documental a partir do censo dos processos criminais com denúncias recebidas na Vara de Combate ao Crime Organizado da Justiça do Pará, no período proposto. **Resultados e Discussões:** Os resultados indicaram que o perfil da maioria das acusadas é de pessoa jovem, com profissões de baixa renda no mercado. A par disso, a maioria das acusadas é familiar ou parente até 4º grau de homem acusado no mesmo processo. **Conclusões:** Além da obtenção de parte dos dados do perfil das mulheres, constatou-se também a deficiência de informações sobre escolaridade e prole das acusadas, informações relevantes para identificação do perfil socioeconômico de uma pessoa.

**Palavras-Chaves:** Criminalidade Organizada; Investigação Criminal; Direitos Fundamentais.

## 1 Introdução

Este artigo objetiva apresentar considerações a respeito do fenômeno das organizações criminosas e expor parte dos dados de perfil das acusadas pela prática do crime de integrar organizações criminosas na Justiça do Pará nos anos de 2020, 2021 e 2022. A partir de conceitos e das principais normas sobre organizações criminosas, busca-se responder qual o percentual de mulheres e de homens acusados por integrar organizações criminosas no Pará. Também se busca apresentar informações sobre idade, profissão, grau de escolaridade e graus de parentescos das mulheres com homens acusados no mesmo processo.

Outro ponto a ser apresentado é o percentual de prisões preventivas das mulheres acusadas, pois se trata da medida cautelar processual penal mais gravosa, com encaminhamento da pessoa para a prisão. Sabe-se que tratados internacionais sobre direitos humanos e normas vigentes no Brasil determinam que o Poder Público atue nas esferas política, social, econômica e cultural, por meio de medidas

apropriadas para assegurar o desenvolvimento e gozo de direitos e liberdades fundamentais das mulheres. Isso para que se elimine todas as formas de discriminação contra a mulher (Brasil, 2002). Mediante este objetivo, a pesquisa deste artigo busca contribuir com a análise de informações sobre o perfil das investigadas, acusadas e processadas criminalmente por integrar organização criminosa. Os dados possibilitam a identificação das condições sociais e econômicas de mulheres acusadas; informações relevantes e que devem ser adotadas no planejamento e implementação de políticas públicas sobre o tema.

Este artigo também exporá eventuais deficiências em dados e nível identificador de mulheres acusadas diante da necessidade do Estado trabalhar no aprimoramento contínuo dos órgãos envolvidos na investigação, acusação e processamento de pessoas envolvidas e acusadas do crime de integrar organização criminosa.

## 2 Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica busca contextualizar a pesquisa e apresentar um referencial teórico para a pesquisa (Pronadov; Freitas, 2013). Esta revisão é do tipo narrativa, com exame da literatura, legislação e análise dos autores (Bernardo; Nobre Janete, 2004). Portanto, o referencial teórico advém de artigos científicos, livros e legislação. Apesar de contar com antecedentes históricos da idade média (Ferro; Pereira; Gazzola, 2014), tem-se notícia de que atualmente operam no Brasil 53 organizações criminosas, espalhadas por todo território nacional (Adorno; Muniz, 2022).

Constata-se, diante da gravidade dos crimes envolvendo organizações criminosas, que o assunto é objeto de documentos e Convenções internacionais. Um dos marcos desse movimento é a Convenção Contra o Crime Organizado Transnacional, a denominada

Convenção de Palermo, de 15 de novembro de 2000, aprovada pelo Congresso Nacional, ratificada pelo Executivo junto à Secretária-geral da Organização das Nações Unidas e devidamente promulgada no território nacional em 2004 (Brasil, 2004).

Importantes conceitos normativos brasileiros sobre organizações criminosas advêm da Lei Nº 12.850/2013, de 2 de agosto de 2013. A lei prevê instrumentos de investigação, identificação e combate às organizações criminosas, bem como define o que é organização criminosa no Artigo 1º, § 1º:

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional (BRASIL, 2013, *online*).

Já o Artigo 2º da Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, tipifica o crime de integrar organização criminosa:

Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas (Brasil, 2013, *online*).

A texto da lei indica que é crime promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa. A prática de qualquer uma das condutas previstas no texto legal tipifica a ocorrência do crime de integrar organização criminosa. Já a consumação de mais de uma conduta, por exemplo, financiar e integrar uma organização criminosa, resulta na ocorrência crime único. A pluralidade de condutas pode ser considerada na fixação da quantidade de pena (Nucci, 2019).



### 3 Material e Métodos

#### a) Natureza da Pesquisa

A pesquisa deste artigo é do tipo documental e aplicada, envolve interesses locais e emprego do conhecimento a partir do estudo das características das investigações de pessoas acusadas pelo crime de integrar organização criminosa perante a Justiça do Estado do Pará, nos anos de 2020, 2021 e 2022 (Gil, 2008). A abordagem é quantitativa. Esse tipo de pesquisa considera aquilo que pode ser quantificável, traduzindo em números informações e opiniões. Em relação ao objetivo, o artigo é descritivo, pois pretende expor as informações do perfil das acusadas por meios de técnicas de estatística descritiva (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010).

#### b) Lócus

O local da pesquisa é o território paraense. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o Pará se localiza na Região Norte do Brasil, possui área de unidade territorial de 1.245.870,700 km<sup>2</sup> e é dividido em 144 municípios. A população estimada é de 8.777.124 pessoas, com 2.352.727 veículos registrados. O rendimento nominal per capita era de R\$ 847,00, em 2021 (IBGE, 2023).

Para as ações de segurança pública, a Resolução Nº 185, de 19 de fevereiro de 2012, divide o Pará em 15 Regiões Integradas de Segurança Pública – RISPs: 1ª RISP abrange o município de Belém em sua totalidade; 2ª RISP, com sede em Ananindeua, engloba parte de municípios integrantes à Região Metropolitana de Belém (Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará); 3ª RISP, com sede em Castanhal, engloba os municípios da Região do Guamá; 4ª RISP, com sede em Abaetetuba, integra os municípios da Região do Tocantins; 5ª RISP, com

sede em Soure, integra os municípios da Região do Marajó Oriental; a 6ª RISP, com sede em Capanema, integra os municípios da Região do Caeté; a 7ª RISP, com sede em Paragominas, integra os municípios da Região do Capim; 8ª RISP, com sede em Breves, integra os municípios da Região do Marajó Ocidental; 9ª RISP, com sede em Tailândia, integra os municípios da Região do Lago do Tucuruí; 10ª RISP, com sede em Marabá, integra os municípios da Região do Carajás; a 11ª RISP, com sede em Altamira, integra os municípios da Região do Xingu; 12ª RISP, com sede em Santarém, integra os municípios da Região do Baixo Amazonas; 13ª RISP, com sede em Redenção, integra os municípios da Região do Araguaia; 14ª RISP, com sede em São Félix do Xingu, integra os municípios da Região do Alto Xingu; 15ª RISP, com sede em Itaituba, integra os municípios da Região do Tapajós (Pará, 2012).

### **c) Fontes de dados**

Os dados advêm do acervo dos processos judiciais com as investigações sobre os crimes de integrar organização criminosa. Cuida-se de fonte primária (<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>), pois são documentos produzidos por órgãos públicos nos exercícios de suas funções legais, sem tratamento anterior (Markoni; Lakatos, 2010). Os processos judiciais criminais sobre a atuação das organizações criminosas e crimes conexos, por normas da Justiça do Pará, correm todos na Vara de Combate ao Crime Organizado da Capital, órgão competência em todo território paraense (Pará, 2014), excetuados os casos de crimes dolosos contra a vida e os casos em que haja interesse da União, esses últimos processados na Justiça Federal.

### **d) Procedimentos de coleta**

A coleta dos dados ocorreu mediante acesso à processos judiciais via *internet* pelo Processo Judicial Eletrônico (PJE), do Tribunal de Justiça

do Estado do Pará (TJPA), das acusações com denúncia recebida pelo crime de integrar organização criminosa perante a Vara de Combate ao Crime Organizado, com delimitação do período nos parâmetros do PJE, para os resultados de: 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022. Não se incluiu: investigações e processos sem recebimento da denúncia; processos cautelares sem denúncias vinculadas; processos de tráfico de drogas sem menção de participação de organizações criminosas.

Quando se trata de processo judicial, a regra é publicidade, por isso, a maioria das investigações e processos por integrar organização criminosa se torna público após o recebimento da denúncia. Contudo, por se tratar de tema relevante a segurança pública, houve expedição de ofício para o juiz titular da Vara de Combate aos Crimes Organizados com informação sobre a pesquisa em questão. Não há prejuízo a dados pessoais ou sigilosos, pois não houve identificação pessoal na pesquisa e o estudo se refere a dados objetivos de perfil, sem distinção das pessoas envolvidas.

#### **e) Análise de Dados**

Os processos judiciais obtidos constituem investigações complexas, as quais, na maioria, contêm centenas ou milhares de páginas. Assim, optou-se pelo recorte temporal das acusações recebidas nos anos de 2020, 2021 e 2022, independentemente da data de início do procedimento investigatório. Considerado o prazo de três anos, o censo se apresentou como instrumento adequado para análise pretendida. A análise dos dados é quantitativa com técnicas de estatística descritiva para organizar, classificar e interpretar informações mediante tabelas e gráficos, para as variáveis sobre o perfil das mulheres integrantes de organizações criminosas.

## 4 Resultados e Discussões

A pesquisa mostra que para os anos de 2020, 2021 e 2022, no Estado do Pará, existem 32 processos judiciais com pessoas processadas criminalmente pelo crime de integrar organizações criminosas e outros crimes descobertos no transcorrer da investigação. Dentre essas pessoas, tem-se 31 acusadas e 132 acusados no período supramencionado (Tabela 1).

**Tabela 1:** Quantidade de acusadas e acusados processados pelo crime de integrar organizações criminosas na Vara de Combate às Organizações Criminosas em 2020, 2021 e 2022.

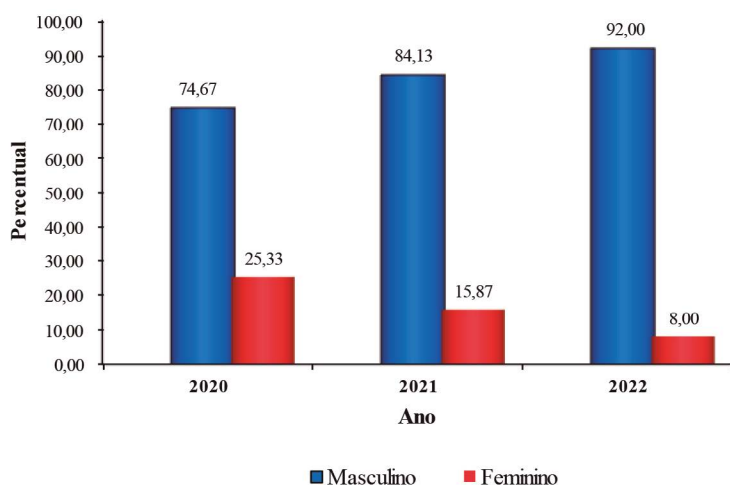
Ano	Quantidade de Acusadas	Quantidade de Acusados
2020	19	56
2021	10	53
2022	2	23
Total	31	132

**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>

Buscou-se, mediante dados disponíveis, informações das acusadas para descrição social e econômica personalizadas. Assim, se tem dados sobre idade, cor da pele, profissão, escolaridade e estado civil; como já dito, sem dados pessoais de qualificação com o objetivo de não expor as pessoas, até porque a todos é garantido não ser considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Os dados, dentro dos limites de identificação de procedimentos investigatórios e processos judiciais, permitem analisar as principais características de mulheres envolvidas e processadas por integrarem organizações criminosas.

Além disso, há exposição de dados sobre a prole, parentesco entre as mulheres e homens acusados no mesmo processo e imposição de prisão preventiva. Essas informações são importantes para se verificar eventual influência familiar no envolvimento das mulheres com o crime organizado, bem como constatar se os documentos levados à Justiça são suficientes para identificação completa das mulheres acusadas. A Figura 1 apresenta um comparativo com o percentual de acusados e acusadas investigados e processados por integrar organização criminosa durante o recorte temporal de três anos, os resultados demonstram uma predominância de homens investigados e acusados por envolvimento com o crime organizado.

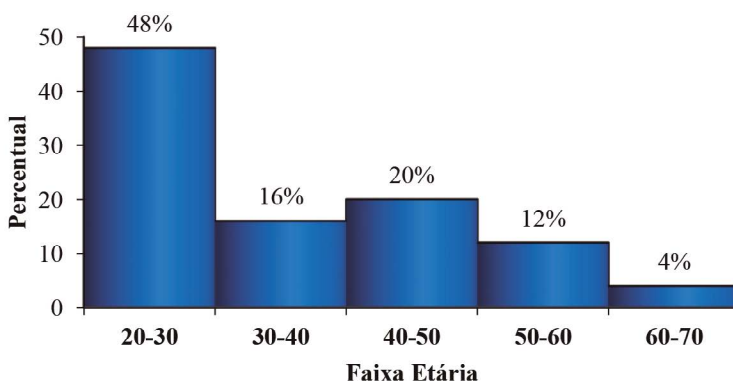
**Figura 1:** Percentual de acusados e acusadas processados pelo crime de integrar organizações criminosas na Vara de Combate às Organizações Criminosas de 2020 a 2022.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>

Como o objetivo desta pesquisa é identificar as características intrínsecas às mulheres que foram indiciadas pela justiça paraense por integrar organizações criminosas, serão considerados dentro do universo de 32 processos judiciais as informações das 31 pessoas do sexo feminino que foram processadas no decorrer dos três anos (2020 a 2022) de investigação. A Figura 2 revela, em percentuais, que a maioria (48%) das acusadas por integrar organização criminosa possui na época de 20 a 30 anos, seguido de 20% das acusadas com idade de 40 a 50 anos. Há de se destacar que 4% do total de mulheres acusadas de integrar organizações criminosas estão presentes na faixa-etária de 60 a 70 anos, o que suscita uma necessidade de investigação que independe da faixa-etária da pessoa do gênero feminino.

**Figura 2:** Percentual das acusadas processadas pelo crime de integrar organização criminosa no Pará, em relação à faixa etária nos anos de 2020 a 2022.

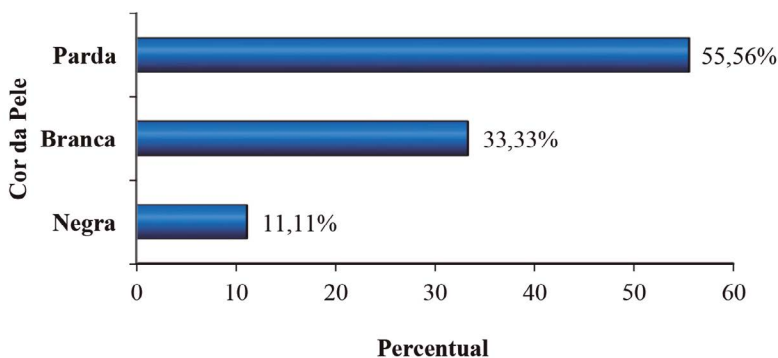


**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>

A Figura 3 se refere ao percentual da cor da pele das acusadas de integrar organizações criminosas. Essa informação advém geralmente

dos documentos de identificação juntados aos processos judiciais, onde a maioria (55,56%) das mulheres acusadas são de cor parda; além de uma a cada três mulheres (33,33%) identificadas como integrantes de organização criminosa tem cor da pele branca; o total de 11,11% das mulheres processadas possui a cor da pele negra.

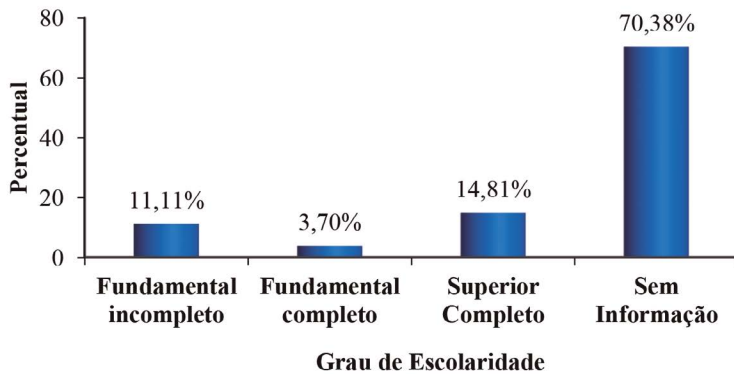
**Figura 3:** Percentual da identificação de mulheres processadas pelo crime de integrar organização criminosa no Estado do Pará, em relação a cor da pele, nos anos de 2020 a 2022.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>

A Figura 4 retrata as informações obtidas sobre o grau de escolaridade das acusadas, onde não se encontrou informação sobre formação escolar para a maioria (70,38%) das mulheres indiciadas por integrar organizações criminosas. Contudo, há 14,81% do total de mulheres processadas que possuem nível superior completo, o que possibilita inferir que o grau de escolaridade não é fator de proteção (ou exclusão) de mulheres nesta prática delituosa e, dependendo da formação acadêmica das mulheres poderá existir propensão maior de integração em grupos criminosos, devido a expertise profissional adquirida podendo ser utilizada no crime.

**Figura 4:** Percentual da identificação das acusadas pelo crime de integrar organização criminosa no Estado do Pará, em relação ao grau de escolaridade e para as quais não se encontrou informação, nos anos de 2020 a 2022.

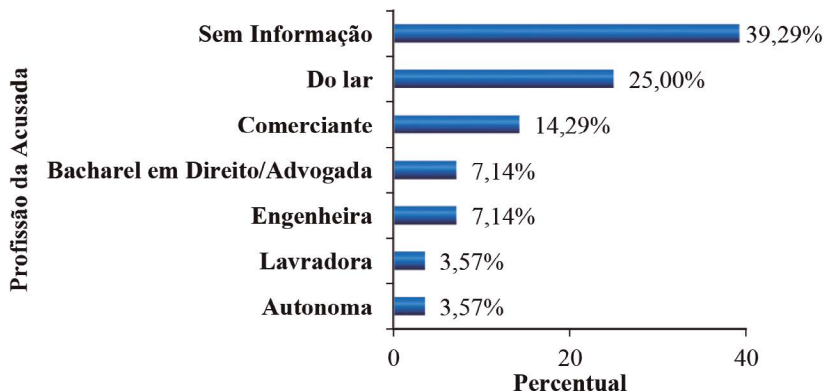


**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>

A Figura 5 expõe as profissões das acusadas que foram processadas por fazerem parte de organizações criminosas. Na maior parte (39,29%) dos processos não há identificação de profissão das mulheres, a segunda categoria com mais frequência relativa mais observada (25,00%) é do lar; seguida da profissão de comerciante (14,29%). É importante destacar que há mulheres operadoras do direito (Advogadas e Bacharéis em Direito) integrando organizações criminosas com um total de 7,14% das processadas pela justiça, o que pode suscitar uma preocupação iminente quanto a atuação funcional dessas profissionais em favor das organizações criminosas, devido ao conhecimento jurídico e técnico processual dessa acusadas.



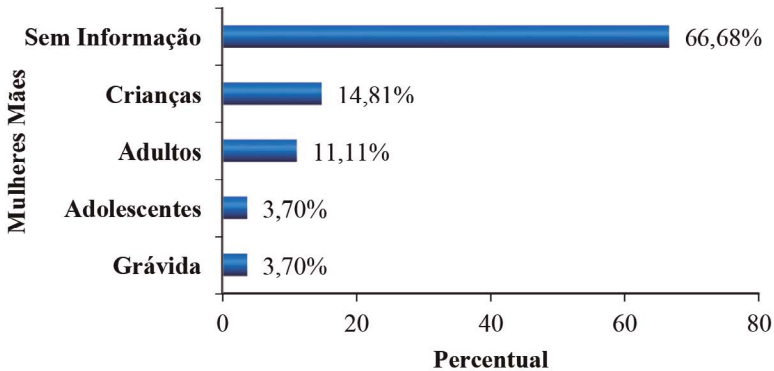
**Figura 5:** Percentual de identificação das acusadas processadas pelo crime de integrar organização criminosa no Estado do Pará, em relação a Profissão, nos anos de 2020 a 2022.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>

Com relação à identificação de informação processual sobre a prole das acusadas, a Figura 6 apresenta o percentual de acusadas mães de crianças (14,81%), adultos (11,11%), adolescentes (3,70%); além de grávidas (3,70%) quando da acusação e, a maioria (66,68%) daquelas para as quais não consta informação sobre prole.

**Figura 6:** Percentual da identificação das acusadas pelo crime de integrar organização criminosa no Estado do Pará, em relação a ser mãe de crianças, adolescentes, adultos e para as quais não se encontrou informação, nos anos de 2020 a 2022.

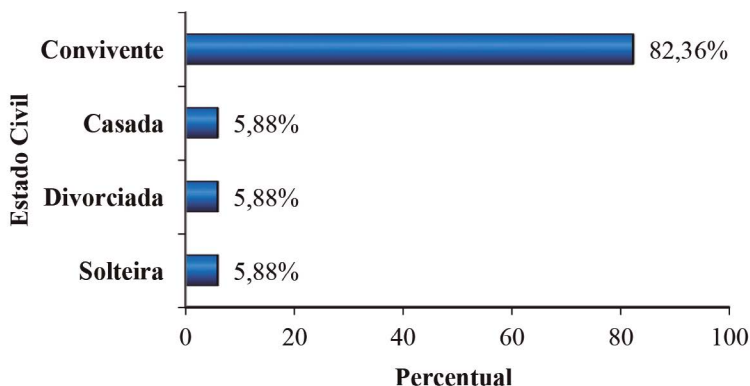


**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>

Os parâmetros que definem criança, adolescente e adultos são os previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente que define como criança a pessoa com até 12 anos incompletos; adolescente pessoa com idade entre 12 e 18 anos; adulto aquele com 18 anos ou mais (Brasil, 1990).

A Figura 7 indica as informações sobre o estado civil das acusadas de integrar organização criminosa, onde é possível perceber uma maioria (82,36%) de mulheres indiciadas por integrar organização criminosa conviventes, enquanto apenas 5,88% eram casadas e, em percentual equivalentes havia também mulheres divorciadas e solteiras.

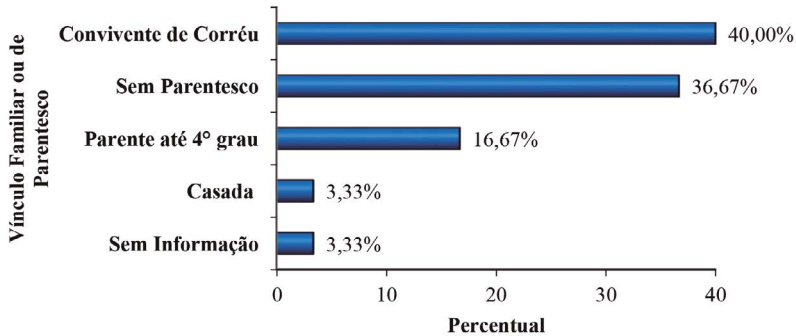
**Figura 7:** Percentual da identificação das acusadas processadas pelo crime de integrar organização criminosa no Estado do Pará, em relação ao Estado Civil.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>

A Figura 8 demonstra a relação de parentesco das acusadas com outros investigados e réus no mesmo processo (corrêu); a maioria das acusadas é convivente, parente ou casada com o acusado no mesmo processo (60,00%). Porém, é possível inferir que aproximadamente 1 (uma) de cada 3 (três) mulheres acusadas não possuía parentesco com o corrêu (36,67%), mas, isso não impediu a integração numa organização criminosa para efetivo cometimento de delitos.

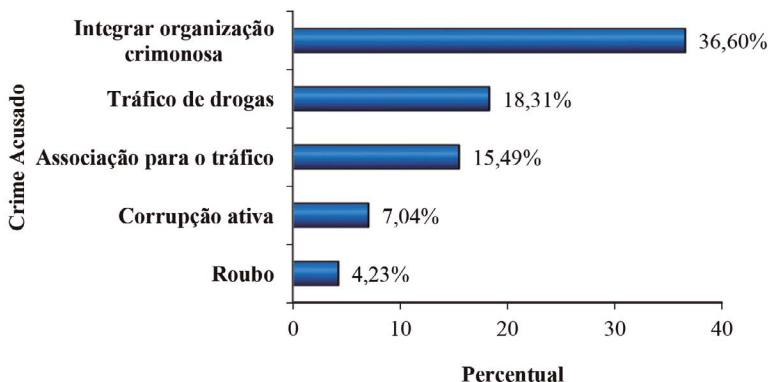
**Figura 8:** Percentual da identificação das acusadas processadas pelo crime de integrar organização criminosa no Estado do Pará, em relação ao grau de parentesco com corrêu, nos anos de 2020 a 2022.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>

Quanto aos crimes objeto da acusação, na maioria das vezes a investigação e a acusação trazem o crime de integrar organização criminosa e outros crimes praticados por meio da organização, por exemplo, o tráfico de drogas. Isso porque criminosos constituem uma organização criminosa para praticar diversos delitos, com objetivo de se enriquecer ilegalmente, assegurar a manutenção das práticas criminosas, a retroalimentação e o crescimento da própria estrutura criminosa (Mendroni, 2018). Em razão disso, a Figura 9 indica o percentual das acusações de cada crime pelos quais respondem as acusadas, os três crimes mais encontrados são integrar organização criminosa, tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas.

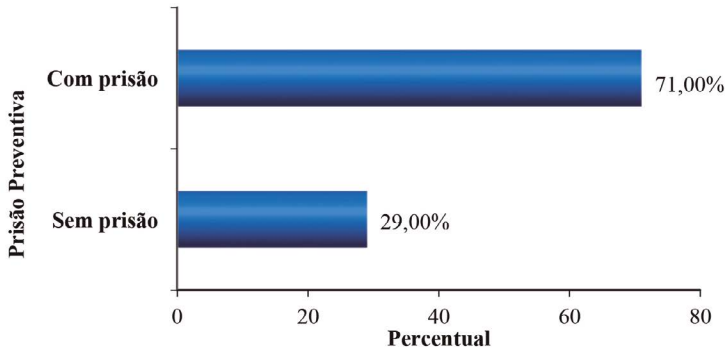
**Figura 9:** Percentual da identificação das acusadas pelo crime de integrar organização criminosa no Estado do Pará, em relação ao crime pelo qual foi acusada (os cinco maiores, nos anos de 2020 a 2022).



**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>

A Figura 10 apresenta o percentual de processos em que houve a decretação ou não, de prisão preventiva da acusada, onde é possível identificar que a maioria (71%) das acusadas de integrar organização criminosa tiveram a prisão decretada na emissão de prisão preventiva.

**Figura 10:** Percentual de acusadas pelo crime de integrar organização criminosa no Estado do Pará, para as quais houve a decretação de prisão preventiva, nos anos de 2020 a 2022.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/index-consultas.xhtml>

Apresentadas as variáveis mediante representação gráfica e tabular. Na Figura 1 e Tabela 1, constata-se que as acusadas representam 19,02% das pessoas que respondem pelo crime de integrar organização criminosa na Justiça do Estado do Pará, no período de 2020 a 2022; os acusados no mesmo período são 80,98%. Os resultados suscitam um padrão estrutural quanto as mulheres e homens acusados por integrar organização criminosa no Estado do Pará. Portanto, os resultados encontrados neste artigo são próximos aos apresentados por Moreira (2020), pois o estudioso, que buscou caracterizar as organizações criminosas no Estado do Pará, durante os anos de 2014 a 2018, apontou que o percentual de mulheres acusadas de integrar organização criminosa foi de 16,95%, enquanto o total de homens correspondeu a 83,05%.

A maioria das acusadas é jovem, com faixa-etária de 20 a 30 anos. A cor da pele encontrada nos dados foi: 56,56% de pardas, 33,33% de

brancas e 10,11% de negras. Isso resulta em 66,67% de mulheres não brancas acusadas de integrar organização criminosa, isso permite inferir que em média a cada três mulheres acusadas 2 não são brancas; os resultados são corroborados por fatores socioeconômicos reveladores de desigualdades em grupos sociais.

Quanto à profissão, as informações obtidas nos documentos apontam para a maioria de acusadas sem profissão definida, seguida, em ordem decrescente, de acusadas dedicadas ao lar e ao comércio. Com relação à formação escolar, não constam dos documentos processuais informações sobre a maioria das acusadas; para aquelas em que se encontrou informação, a maior parte são pessoas com ensino fundamental incompleto. Essa incompletude de dados essenciais para a compreensão da realidade socioeconômica das mulheres acusadas impacta negativamente na delimitação do perfil das mulheres que este trabalho se propõe a apresentar.

Outro importante conjunto de informações buscado foi a respeito da prole das acusadas. Isso em razão de o ordenamento jurídico conferir especial proteção à família e prioridade de atendimento às crianças e aos adolescentes (Brasil, 1988). Na maioria dos processos há documentos com espaço para o item, mas sem preenchimento das informações. Assim, sobre a prole, o maior percentual é o de ausência de informação, seguido de acusadas mães de crianças e de acusadas mães de adultos. Constata-se, então, a necessidade das instituições envolvidas na investigação, acusação e julgamento de pessoas acusadas por integrar organização criminosa adequarem suas ações para melhor identificação e destaque às informações sobre prole das mulheres, até mesmo para respeito a direitos deferidos em lei, como os regulamentados na Resolução Nº 252/2018 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes em situação de privação de liberdade.

Já para as relações familiares e de parentesco com outros acusados por integrar organização criminosa, os dados apontam que 60% das acusadas são conviventes, casadas ou parentes até 4º grau de homens acusados no mesmo processo por integrar organização criminosa. Por sua vez, 36,67% das mulheres acusadas não mantém unidade familiar ou parentesco com os outros corréus do mesmo processo; ao passo que para 3,33% não se encontrou informações nos documentos objeto da pesquisa.

Isso implica que, na maioria dos casos, o envolvimento de mulheres acusadas com organizações criminosas ocorre no âmbito de convivência familiar ou de parentesco. De Moraes Cezar (2022) chegou a resultado similar quando do estudo de dados dos inquéritos policiais da Delegacia de Narcotráfico de Mossoró, no período de janeiro de 2020 a março de 2022, pois indica que a maioria das mulheres presas por tráfico de drogas mantém união estável com companheiros com histórico criminal e 48% dos casos ocorreu por influências conjugais. Barcinshki (2009) também aponta que mulheres envolvidas no tráfico de drogas no Rio de Janeiro mantinham-se no crime devido aos seus parceiros também criminosos. Por fim, Lopes (2010), ao entrevistar amostra de mulheres presas na unidade prisional feminina do Rio Grande do Sul, expôs que 62,40% dos crimes praticados ocorreu por influência familiar ou de convivência. A partir desses dados, é possível considerar que os parceiros influenciam no envolvimento das mulheres com atividades criminosas; as circunstâncias dessa influência podem vir a ser levantadas diretamente com cada uma das envolvidas.

Em relação aos crimes objeto da acusação, os dados expõem maioria das acusações relacionadas à crimes de integrar organização criminosa, tráfico de drogas ou associação para o tráfico de drogas, correspondendo a mais de 70% das investigações e acusações de mulheres; os aproximadamente 30% restantes das investigações e acusações são de integrar organização criminosa somadas a acusações



por corrupção ativa e por roubo. A grande quantidade de acusações por crimes ligados ao tráfico de drogas atesta que o tráfico, mesmo envolvendo organizações criminosas, ainda é uma oportunidade de trabalho e de relevância social para pessoas jovens e sem perspectiva no mercado de trabalho legal (Malvasi *et. al*, 2016).

Como consequência das acusações houve decretação de prisão preventiva para 71% das acusadas de envolvimento com o crime organizado, independentemente da ocupação de cargo de chefia ou liderança na hierarquia da organização criminosa. Situação similar a dos homens acusados nos mesmos processos. Essas prisões demonstram que o envolvimento com organizações criminosas implica em maior restrição à liberdade do que quando a acusação é pelo crime de tráfico de drogas sem envolvimento com o crime organizado, quando para a maioria das mulheres não se impõe prisão preventiva (De Moraes Cesar, 2022).

## 5 Considerações Finais

Sabe-se que no Brasil ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória (Brasil, 1988). Assim, até trânsito em julgado dos processos objeto deste estudo nenhuma pessoa pode ser considerada como integrante de organização criminosa. No entanto, a atuação do Estado em investigações criminais e eventual imposição de medidas cautelares pessoais ou reais é ação pública relevante e necessariamente deve se pautar pelo respeito às normas e à diretrizes de políticas públicas previa e devidamente definidas.

Todos os dados apresentados servem para a fixação de parte do perfil das acusadas, mas, conforme já citado, para dois conjuntos importantes de informações a maioria dos processos não trazia os dados: escolaridade e prole. É certo que essas informações impossibilitam a total identificação do perfil socioeconômico das pessoas envolvidas

neste estudo e são relevantíssimas para a indução de políticas públicas que respeitem a Constituição Federal, legitimem o exercício do poder e ações públicas contínuas e aptas a assegurar o exercício da cidadania (Carvalho; Silva, 2011).

Os dados de perfis apresentados sugerem a necessidade de aprimoramento contínuo da atuação dos órgãos envolvidos na investigação, acusação e processamento de integrantes de organizações criminosas. A busca por aprimoramento deve ocorrer no aperfeiçoamento das técnicas de investigação, na produção de prova e processamento judicial e na adequada identificação das pessoas investigadas, tudo para que o Poder Público respeite às características.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, L.; MUNIZ T. As 53 Facções Criminosas Brasileiras. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 – 2022**, São Paulo, Especial Eleições, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 10-24, 2022.

BARCINSKI. Mariana. Centralidade do gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas, **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 5, p. 1843-1853, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 03 de mai. 2023.

BRASIL. Resolução Conselho Nacional de Justiça Nº 252, de 4 de setembro de 2018. **Estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências**. Disponível em: [https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_252\\_04092018\\_05092018141213.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_252_04092018_05092018141213.pdf). Acesso em 03 de jun. 2023.

BRASIL. Lei Nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. **Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4377.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm). Acesso em 03 jun. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 5.015, de 12 de março de 2004. **Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm). Acesso em 09 de mai. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 5.015, de 12 de março de 2004. **Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm). Acesso em 09 de mai. 2023.

BRASIL. Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm). Acesso em 18 nov. 2022.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, v. 14, p. 59-67, 2011.

DE LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Processo Penal**. Editora Juspodivm, São Paulo, 11ª ed. 2022.

DE MORAIS CEZAR, L. L. Mulheres traficantes: análise sobre o tráfico de drogas envolvendo mulheres no município de Mossoró, Brasil. **Fronteras: Departamento de Trabajo Social Facultad de Ciencias Sociales Universidade de La República**, v. 19, n. 7, p. 44-56, 2022.

FERRO, Ana Luiza Almeida; PEREIRA, Flávio Cardoso; GAZZOLA, Gustavo dos Reis. **Criminalidade organizada: comentários à lei 12.850, de 02 de agosto de 2013**. Curitiba: Juruá, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOMES, Luiz Flávio; DA SILVA, Marcelo Rodrigues. **Organizações Criminosas e Técnicas Especiais de Investigação**. Editora Juspodivm, Salvador. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades**, 2019. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro. MEDEIROS Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7.ed., São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, R. M. F. Mulheres encarceradas e fatores associados a drogas e crimes. **Ciência e Cognição**, v. 15, n. 2, p. 121-131, 2010.

MAGNO, V. P. M. **Mulheres que Matam: o crime de homicídio praticado por mulheres em Belém-Pará**. 81f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2019.

MALVASI, Paulo Artur; JIMENEZ, Luciene; LEVI, Jeferson. Trabalho no tráfico de drogas: reflexões sobre a experiência de jovens brasileiros. **Jovens, trabalho e políticas públicas: anseios e desafios**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, p. 47-69, 2016.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime de Lavagem de Dinheiro**. Editora Atlas, São Paulo, 4ª ed. 2018.

MOREIRA, P. G. F. **Caracterização das Organizações Criminosas que Atuam no Estado do Pará A Partir de Denúncias Oferecidas Pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado**. 118f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Organização Criminosa**. Forense, Rio de Janeiro, 4ª ed. 2019.

PARÁ. Resolução N° 185, de 19 de fevereiro de 2012. **Aprova a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/302>. Acesso em 03 mai. 2023.

PARÁ. Resolução Tribunal de Justiça do Estado do Pará nº 026, de 09 de dezembro de 2014. **Atualiza a denominação, classifica e renumera as unidades judiciárias criminais comuns e especializadas da Capital, as distritais, as unidades das Comarcas de Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção de Santarém, respeitadas as competências estabelecidas pelas normas respectivas**. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=13055>. Acesso em 17 dez. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FRETIAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

SANTOS, H. Mulheres como autoras de violência. *Civitas*, v. 16, n. 1, p. 42-58, 2016.

## CAPÍTULO 14

### Assistências da lei de execução penal e ressocialização da pessoa privada de liberdade

#### Hellen Karine da Cunha Carreiro Chermont

Mestranda em Segurança Pública (UFPA), Coordenadora - Substituta de  
Atenção às Mulheres e Grupos Vulneráveis da Senappen/MJSP  
[hellen.carreiro@mj.gov.br](mailto:hellen.carreiro@mj.gov.br)

#### Márcia Cristina dos Santos Rêgo

Doutora em Direitos Humanos - PPGD/UFPA, Doutora em Ciências  
Jurídico-Civis pela Universidade de Lisboa – FDUL  
[marciarego@ufpa.br](mailto:marciarego@ufpa.br)

#### Raissa Pereira de Araújo

Especialista em Políticas Públicas de Gênero e Raça (UFPB),  
Coordenadora Nacional de Atenção às Mulheres e Grupos Vulneráveis  
da Senappen/MJSP. [raissa.araujo@mj.gov.br](mailto:raissa.araujo@mj.gov.br)

#### RESUMO

**Importância do estudo:** As pessoas privadas de liberdade se encontram sob responsabilidade estatal, assim, a Constituição Federal, no art. 5, inciso XLIX, assegura às pessoas privadas de liberdade o respeito à integridade física e moral e o Estado tem papel fundamental na manutenção do bem-estar e no respeito aos direitos humanos da pessoa custodiada. **Objetivo:** Este artigo busca compreender a importância da prestação das assistências trazidas na Lei de Execução Penal no sistema prisional e de que forma a garantia da oferta de tais dispositivos contribui na reintegração social da pessoa privada de liberdade e respeito à dignidade da pessoa humana. **Conclusões:** Temos que as assistências devem contemplar de forma integral o indivíduo

a fim de promover a reinserção social, que só é possível quando desenvolvida e devolvida a noção de cidadania e dignidade da pessoa privada de liberdade.

**Palavras-chave:** Sistema prisional; Cidadania; Reinserção social.

## 1 Introdução

Segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais, o sistema prisional brasileiro contabilizava, até junho de 2022, 661.915 mil pessoas em privação de liberdade. Os índices atribuem ao Brasil a posição de terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e Rússia. Santana (2020) e Torres (2014) concordam que este crescimento deriva do início da década de 1990, especialmente, com o advento da Lei de Crimes Hediondos - Lei 8.072/90, que trouxe institutos que fortalecem o encarceramento em massa e um maior aparelhamento dos mecanismos de repressão em segurança pública.

Para analisar o contexto do sistema prisional, é indispensável compreender que este quadro de aprisionamento crescente e excessivo no Brasil também resulta, em certa medida, de aspectos econômicos, do contexto político e social brasileiro e do processo histórico de desigualdade econômica que se desdobra em exclusão social, promove a elevação da violência e municia a criminalidade e a difusão da insegurança social. Nessa direção, o Estado deixa de priorizar as políticas sociais que decorrem da produção de bens e serviços que os elevariam a produtividade do trabalho e a rentabilidade do capital e passa, gradativamente, a intensificar a intervenção do aparelho policial e judiciário de modo mais repressivo, ampliando consequentemente o número de reclusos em estabelecimentos prisionais.

Esse encarceramento é agravado pelo aumento do tempo de permanência das pessoas em condições precárias de confinamento.

Wacquant (2011), ao analisar o aprisionamento nos Estados Unidos, observou que havia um entupimento estarrecedor dos estabelecimentos traduzidos por condições de vida e higiene desumanas, caracterizadas pela falta de espaço, ar, luz e alimentação, negação de acesso à assistência jurídica e aos cuidados básicos de saúde. É o estado de degradação humana em que é negado o acesso à assistência jurídica, a violência entre detentos, sob a forma de maus-tratos, extorsões, estupros e assassinatos, casos assemelhados à realidade das penitenciárias brasileiras.

O crescimento do encarceramento no Brasil, também deriva do recente reforço ao populismo penal, que, para Elbert e Balcarce, é uma atitude radicalmente pragmática ante aos problemas político-criminais, que, por sua vez, são tidos como fáceis de resolver mediante uma rígida vontade repressiva. Na teoria e na prática, o populismo penal vem ganhando amplamente a batalha contra os defensores do Estado de Direito, alguns de seus êxitos são: o constante endurecimento das leis processuais, a introdução de agravantes nos tipos penais, a permanente criação de novos delitos e qualificadoras, a superlotação carcerária, esforços em copiar recursos do arsenal estadunidense (tolerância zero, “three strikes laws”, estigmatização pública de delinquentes sexuais), complacência com a tortura, cessão de maior discricionariedade à polícia, estigmatização de juízes garantistas, etc. (Elbert, Balcarce, 2009, p. 34-35).

Uma política populista, como a aplicada no Brasil nos últimos anos, leva a proclamação da legislação penal como elixir de todos os males da sociedade, mostrando-se em cada reforma como receptora de reclames sociais. A Política Criminal assim entendida não tem rumo definido, se vê consubstanciada com a suposta satisfação de interesses de potenciais eleitores, o que nos leva a adotar o Direito Penal do Inimigo como ferramenta aceitável na lida com infratores. No tocante à aplicação judicial da pena, a adesão do Poder Judiciário nacional ao populismo



penal pode ser confirmada por meio da análise do tempo médio das penas judicialmente aplicadas: ao comparar a quantidade média das penas aplicadas nos anos de 1985, 1995 e 2010, Pavarini e Giamberardino atestam o significativo aumento da severidade das condenações (Pavarini, 2012, p. 78-82). Assim, a sociedade exige que o sistema penal seja cada vez mais repressivo com as pessoas privadas de liberdade, não bastando o cárcere humanizado como ferramenta de punição. Para esta sociedade, a pena tem apenas a função retributiva e espera-se que ela esteja à altura do que a sociedade julga como “ruim o suficiente” para retribuir a infração cometida. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos no “Informe sobre los derechos humanos de las personas privadas de libertad en las Américas” (2011) aponta:

“Un sistema penitenciario que funcione de forma adecuada es un aspecto necesario para garantizar la seguridad de la ciudadanía y la buena administración de la justicia. Por el contrario, cuando las cárceles no reciben la atención o los recursos necesarios, su función se distorsiona, en vez de proporcionar protección, se convierten en escuelas de delincuencia y comportamiento antisocial, que propician la reincidencia en vez de la rehabilitación.”

Neste contexto, temos o oposto do que se espera: as condições carcerárias quando não amparadas por políticas assistenciais acabam se convertendo em verdadeiras escolas do crime, e, principalmente, fortalecendo organizações criminosas que atuam de forma assistencial na ausência do Estado, que deveria ser o responsável pela prestação de assistência às pessoas sob sua custódia. Diante do crescimento do encarceramento, das condições degradantes em que vivem uma boa parcela das pessoas privadas de liberdade e das constantes crises e rebeliões geridas por organizações criminosas no ambiente prisional, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizou a Arguição de

Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), que foi autuada sob o nº 347 e que reivindica o reconhecimento da violação de direitos fundamentais da população carcerária e, ainda, que seja determinada a adoção de diversas providências no tratamento da questão prisional do país a fim de suprir as falhas estruturais e falência de políticas públicas relativas ao sistema.

O Ministro Marco Aurélio, relator, sustentou:

“Diante de tais relatos, a conclusão deve ser única: no sistema prisional brasileiro, ocorre violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física e integridade psíquica. A superlotação carcerária e a precariedade das instalações das delegacias e presídios, mais do que inobservância, pelo Estado, da ordem jurídica correspondente, configuram tratamento degradante, ultrajante e indigno a pessoas que se encontram sob custódia. As penas privativas de liberdade aplicadas em nossos presídios convertem-se em penas cruéis e desumanas. Os presos tornam-se “lixo digno do pior tratamento possível”, sendo-lhes negado todo e qualquer direito à existência minimamente segura e salubre. Daí o acerto do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na comparação com as “masmorras medievais”.

As pessoas privadas de liberdade se encontram sob responsabilidade estatal, assim, a Constituição Federal, no art. 5, inciso XLIX, assegura a essas pessoas o respeito à integridade física e moral; o Estado tem papel fundamental na manutenção do bem-estar e no respeito aos direitos humanos da pessoa custodiada, para o Superior Tribunal de Justiça:

(...) 2. A execução de sanção penal desempenha, entre outras, uma função repreensora, uma função psicológica e uma função social. Às autoridades incumbe zelar pela estrita observância desses três núcleos finalísticos. Entre os inúmeros encargos

deles derivados, destaca-se o **múnus inarredável do Estado de zelar pela vida e integridade física e mental daqueles sob sua custódia**. Quem recebe poder de prender também recebe dever de impecavelmente cuidar e defender. (...) 3. **Converter a prisão em antessala de túmulo não só transgride direitos fundamentais celebrados em convenções e constituições, como também corrompe atributos elementares da concepção de humanidade**. Quanto à possibilidade de punição, importa alertar que ao Estado se atribui o poder de condenar apenas e tão somente com penalidades previstas em lei - e nos termos exatos de formalidades, condicionamentos e salvaguardas estatuídos na lei -, nunca com castigo, morte ou lesão corporal extralegais e extrajudiciais. 4. Embora tenham sua liberdade refreada, os confinados de toda ordem mantêm a inteireza dos outros direitos ínsitos à dignidade humana. **Em verdade, exatamente porque submetidos a providências coativas formuladas e implementadas pelo Estado em nome da sociedade, os detidos hão de receber proteção especial da Administração e do Judiciário**. (...) AgInt no REsp 1891253/CE (grifo nosso)

Assim, considerando o estado das prisões em solo brasileiro, o Estado se mostra negligente com as pessoas privadas de liberdade que, conseqüentemente, se encontram reféns da falência estatal ao depender de condições mínimas de sobrevivência como se alimentar e cuidar da higiene pessoal. Ao violar tais condições, a pena acaba por ultrapassar os limites previstos, tendo em vista que, além de privar o homem da liberdade, atinge os demais direitos do ser humano e leva ao fortalecimento de organizações criminosas, que atuam extra e intramuros, prestando assistência, que deveria ser papel do estado, aos que se submetem ao poder da facção.

Nesse contexto, observa-se que o sistema prisional carece de políticas públicas eficazes que tornem possível o cumprimento de sua função ressocializadora, considerando que não existem penas perpétuas

no Brasil e toda pessoa privada de liberdade deve retornar ao convívio social, e, em paralelo a estas políticas de reintegração, é necessário oferecer condições para uma vida digna dentro do cárcere. Ao termos que a pena é substancialmente privativa de liberdade, ou seja, apenas se priva do direito de ir e vir, ela não pode privar o indivíduo dos demais direitos existenciais. Então, é improvável pensar na pena com uma função ressocializadora considerando que ela se opera de forma a violar reiteradamente direitos básicos, incluindo necessidades fisiológicas essenciais ao bem-estar e saúde humana, sendo indispensável o respeito às assistências previstas na Lei de Execuções Penais para se pensar em uma ressocialização eficaz.

Sob à luz desse contexto, o poder público tem tentado elaborar políticas e ações com o objetivo de cumprir com as premissas regidas pelo regramento nacional e internacional e os direitos humanos, que visam conferir respeito à dignidade humana das pessoas em situação de cárcere e a reinserção social deste público. Lenoir (p.88, 1998) assevera que para um problema tornar-se forma de um problema social, não basta encontrar agentes socialmente reconhecidos como competentes para examinar sua natureza e propor soluções aceitáveis, mas impô-lo ao cenário dos debates públicos. Neste sentido, este artigo busca compreender a importância da prestação das assistências no ambiente prisional e de que forma esse processo contribui na ressocialização social da pessoa privada de liberdade.

## 2 Revisão de Literatura

Visando cumprir o objetivo proposto com a pesquisa, foi realizada uma revisão narrativa. Os artigos de revisão narrativa são publicações com a finalidade de descrever e discutir o estado da arte de um determinado assunto e constituem, basicamente, de análise

da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor (Rother, 2007). Para Gil (2008):

“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.”

No intuito de identificar as produções sobre a temática da assistência material em prisões e mais especificamente, como os pesquisadores têm compreendido e problematizado as políticas de assistência material para o sistema prisional, foi realizado um levantamento preliminar em relatórios de artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Esta revisão está organizada em tópicos temáticos, tendo em vista atender o escopo da pesquisa, a saber: (i) Assistências na Lei de Execuções Penais; (ii) Ressocialização.

## **2.1. Assistências na Lei de Execuções Penais**

Quando o Estado determina a custódia de uma pessoa, surge a obrigação de fornecer a ela os elementos mínimos para a manutenção de suas necessidades diárias quanto à alimentação, higiene, vestuário, acomodação, ensino, profissionalização, religiosidade e quaisquer outras que não confrontem com a natureza da execução da pena. Ao exercer seu poder punitivo, o Estado insere o indivíduo em uma “instituição total” como é a prisão, na qual os diversos aspectos da sua vida se submetem a uma regulação fixa, que gera um afastamento do seu habitat natural e social, um controle absoluto, uma perda de privacidade e da possibilidade de autogestão própria, a limitação do espaço vital e, ainda, uma radical diminuição da capacidade de autoproteção, que passa a ser

responsabilidade estatal. Sobre o tema, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2011) assegura:

“49. En efecto, el principal elemento que define la privación de libertad es la dependencia del sujeto a las decisiones que adopte el personal del establecimiento donde éste se encuentra recluido. Es decir, las autoridades estatales ejercen un control total sobre la persona que se encuentra sujeta a su custodia. Este particular contexto de subordinación del recluso frente al Estado –que constituye una relación jurídica de derecho público– se encuadra dentro de la categoría ius administrativista conocida como relación de sujeción especial, en virtud de la cual **el Estado, al privar de libertad a una persona, se constituye en garante de todos aquellos derechos que no quedan restringidos por el acto mismo de la privación de libertad;** y el recluso, por su parte, queda sujeto a determinadas obligaciones legales y reglamentarias que debe observar.

**50. Esta posición de garante en la que se coloca el Estado es el fundamento de todas aquellas medidas, que de acuerdo con el derecho internacional de los derechos humanos, aquel debe adoptar con el fin de respetar y garantizar los derechos de las personas privadas de libertad.”** (grifo nosso)

O exercício por parte do Estado dessa posição de garante é uma tarefa complexa que exige a atuação de todos as instituições responsáveis pela execução penal: o Poder Executivo, responsável diretamente por gerir o sistema prisional e traçar políticas penitenciárias, o Poder Legislativo ao editar o ordenamento jurídico necessário para a implementação de tais políticas, o Poder Judiciário ao garantir a tutela dos direitos das pessoas sob custódia do Estado, os servidores que trabalham diretamente nas unidades prisionais e até mesmo a sociedade civil, que atua, por exemplo, na fiscalização e prestação de assistência religiosa. Essa posição de garante assumida pelo Estado, fundamenta os

direitos de assistência à pessoa privada de liberdade trazidos na Lei de Execução Penal, que dispõe:

“Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será:

I - material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa.”

Cardoso (p.18, 2010) afirma que as assistências não devem estar restritas ao tratamento das condições imediatas, aparentes; devem abranger um conjunto de ações capazes de prover o apenado como ser integral, restituindo sua autoestima e disponibilizando elementos constitutivos para o resgate de sua cidadania, pois essas ações são prioritárias para o processo de “reinserção” social do apenado porque, ao serem executadas sem respeito pelos princípios de universalidade, equidade e integralidade, ferem os parâmetros da cidadania e não promovem a inclusão do apenado no tecido social. Indispensável à sobrevivência da pessoa privada de liberdade, a assistência material foi positivada na Legislação de Execução Penal, em seu artigo 12, que dispõe: “A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.” O problema da falta de assistência material nos presídios vem sendo recorrentemente lembrado nas manchetes brasileiras, as más condições de higiene e alimentação ocasionam motins e rebeliões e são frequentemente citadas em relatórios de inspeção realizados pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), órgão que faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

O quadro de insalubridade e violação recorrente de direitos humanos nos presídios brasileiros chamou a atenção da Corte

Interamericana de Direitos Humanos, que reuniu em um “supercaso” quatro casos que chegaram ao tribunal através de medidas provisórias: complexo do Curado, em Pernambuco; complexo de Pedrinhas, no Maranhão; Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, no Rio de Janeiro; e Unidade de Internação Socioeducativa no Espírito Santo – este último dedicado a menores infratores. Em fevereiro de 2017, os juízes apontaram indícios de que as circunstâncias nesses locais “não apenas tornariam impraticáveis os padrões mínimos” internacionais para o tratamento de pessoas sob custódia, “mas configurariam possíveis penas cruéis, desumanas e degradantes, violadoras da Convenção Americana de Direitos Humanos”.

Nos precisos termos do art. 14, caput e § 2º, da LEP, a assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico, porém, as condições do cárcere como: a superlotação das celas, a reclusão em uma estrutura física sem ventilação, o longo período de confinamento e o amplo fluxo de visitantes nas unidades penais, complementam os fatores que dificultam a promoção da saúde, somando-se as limitações quanto à estrutura do Sistema Único de Saúde no atendimento das pessoas privadas de liberdade, assim, o sistema prisional brasileiro, além de transmitir a realidade socioeconômica injusta do Brasil, sustenta ainda o preconceito e o estigma da marginalização e da opressão. (Vasconcelos et al, p. 32, 2019).

Apesar de existir amplo arcabouço orientativo, são inúmeros os desafios destacados na atenção à saúde da pessoa privada de liberdade, algumas unidades possuem um grande número de pessoas em cárcere e poucos médicos para atendimento dessa população, soma-se a isso: a higiene precária das pessoas (devido à falta de itens de higiene) e das instalações, o acesso à água limitado em algumas unidades, a aglomeração de pessoas em um pequeno espaço, a baixa imunidade



causada pela má alimentação e falta de banho de sol. Todos esses fatores propiciam alastramento de doenças no cárcere, principalmente as contagiosas e de alta morbidade como tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis. A assistência jurídica é destinada às pessoas privadas de liberdade e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogados, ou seja, os hipossuficientes, assim considerados aqueles que não reúnam condições de custear a contratação de advogado sem prejuízo do sustento próprio e de sua família. Na dicção do art. 16 da LEP, as unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais.

Em alguns estados a assistência jurídica é deficitária e precária com pouco número de defensores para atender a massa carcerária, e, com a alta demanda do judiciário, os processos se estendem ao longo dos anos, gerando um tempo de prisão provisória superior ao aceitável, o que acaba por contribuir com a superlotação carcerária e para um processo de execução mais lento, tendo em vista que inúmeros benefícios acabam não sendo alcançados em tempo hábil, distanciando o indivíduo da ressocialização. A assistência social visa proteger e orientar as pessoas privadas de liberdade e seus familiares, ajustando-os ao convívio no estabelecimento penal em que se encontram, e preparando-os para o retorno à vida livre, mediante orientação e contato com os diversos setores da complexa atividade humana. Segundo Miotto (2021, citado por MARCÃO, p.26):

(...) a assistência social tem fins paliativo, curativo, preventivo e construtivo.

(...) o fim paliativo visa “aliviar os sofrimentos provindos da situação de ‘delinquente, condenado, preso’ (status de condenado)”. O fim curativo busca “propiciar aos presos condições para viver equilibradamente (em todos os planos da pessoa: biológico, psicológico, social e espiritual), na

situação de presos (com o status de condenado), a fim de que, recuperada a liberdade, não tornem a delinquir (reincidir), mas vivam normalmente (i. e, de acordo com as normas), honestamente, em todos aqueles planos”. O fim preventivo procura “obviar problemas e condições sociais que constituam estímulos para a delinquência, ou obstáculo para a reinserção dos liberados condicionalmente e dos egressos, no convívio familiar, comunitário, social”. Em arremate, o fim construtivo almeja “melhorar as condições sociais e elevar o nível de vida, quer dentro das prisões (do que os presos vão aproveitar direta e imediatamente), quer fora das prisões (naquilo que há de se refletir sobre os presos, imediatamente ou no futuro, quando liberados ou egressos)”.

A assistência educacional tem por escopo proporcionar à pessoa privada de liberdade melhores condições de readaptação social, preparando-o para o retorno à vida em liberdade de uma maneira mais ajustada, conhecendo ou aprimorando certos valores de interesse comum. É inegável, ainda, sua influência positiva na manutenção da disciplina do estabelecimento prisional, já que o estudo se mostra uma ocupação útil durante o dia ocioso das pessoas em situação de cárcere. A realidade brasileira das atividades de estudo nos presídios vem evoluindo nos últimos anos, a possibilidade de remição de pena pelo estudo formal passou a ser regulada na Lei de Execução Penal e, em razão da Lei n. 12.403/2011, tal política vêm sendo fortemente fomentada pelo Governo Federal e Judiciário nos estados. Os desafios referentes à assistência educacional giram em torno do espaço precário destinado às salas de aula, falta de profissionais e de conscientização acerca da importância e benefícios do estudo, tanto para as pessoas privadas de liberdade quanto para os servidores que atuam nos presídios.

Sobre a Assistência Religiosa, a Lei de Execuções Penais traz:

### Da Assistência Religiosa

Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

Em levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais, constatou-se que 68,33% das unidades prisionais consultadas não possuíam nenhuma oferta de assistência religiosa em Abril de 2020, e ainda, que mais de 70% não continham local específico para a oferta de assistência religiosa. De acordo com Freitas (2019), na obra “Religião nos presídios: Contribuição na transformação da conduta do detento”:

É urgente que as atividades religiosas dentro dos estabelecimentos penais sejam sistematizadas, melhoradas e expandidas, possibilitando o ensino religioso, leitura, diálogo e conforto espiritual. Tais medidas contribuirão expressivamente para a evolução moral e cultural dos presidiários. (FREITAS, 2019, p. 3).

Dentre os desafios à oferta de assistência religiosa apontados pelo levantamento realizado, os principais apontados pelas unidades foram: falta de espaço adequado para oferta de assistência religiosa, falta de efetivo, falta de voluntários que atuem com frequência regular, desinteresse por parte das pessoas privadas de liberdade, falta de conscientização por parte dos servidores da importância da assistência religiosa, entre outros. Como medida de equidade social e de desenvolvimento profissional da pessoa sob custódia, a Lei de Execuções penais não foi omissa sobre a realidade da pessoa privada de liberdade no sistema jurídico brasileiro e trouxe o instituto da remição

de pena como instrumento de ressocialização por meio do trabalho Intra cárcere, a saber:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:  
I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

Corroborar esse entendimento o fato de que o processo formativo-profissional é considerado meio eficaz de educação da pessoa privada de liberdade que oferece a oportunidade para a pessoa efetuar serviços e aprender ofícios, de forma a ensejar uma expectativa de reintegração social (Marcon, 2009, p. 207). No entanto, a realidade vivenciada no sistema prisional brasileiro, evidencia que a quantidade de postos de trabalho ofertados é insuficiente ou simplesmente inexistente em determinadas unidades prisionais no país. Ademais, parte dos trabalhos ofertados, por vezes, são incompatíveis com a finalidade de ressocializar o reeducando, visto que não são de aplicabilidade alguma ao mundo externo ao cárcere. (Leal, 2001, p. 89). Diante do quadro de falência dos princípios que norteiam o cumprimento de pena dentro do ordenamento jurídico brasileiro, é indispensável que os instrumentos de ressocialização previstos na legislação sejam otimizados de modo a proporcionar a reinserção do apenado de forma efetiva e benéfica na sociedade.

É notório que a realidade que se impõe é de que as prisões no Brasil, em sua grande maioria, são ociosas, não possuem sistemas de trabalho e acabam por se tornar violentas em todas as formas. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de ações voltadas para a geração de empregos e melhoria nos salários, o que pode se verificar não apenas

pela oferta de labor, mas no desenvolvimento técnico de habilidades que no pós-cárcere sejam de melhor aplicabilidade ao mercado de trabalho (Pietzsch, 2021). Dessa feita, cabe ao Estado buscar alternativas para que haja êxito na reintegração da pessoa privada de liberdade à sociedade. As iniciativas em relação a políticas públicas trabalhistas aplicadas ao ambiente carcerário são essenciais, no sentido de que as pessoas privadas de liberdade poderão se ocupar em atividades construtivas e criar vínculos, desenvolvendo, dessa forma, respeito por si e pela coletividade, e a importância do conhecimento adquirido cresce exponencialmente quando as habilidades aprendidas puderem ser exercidas no mercado de trabalho externo. (King, 2002, p. 30)

O trabalho é um elemento essencial para recuperação de pessoas em situação de cárcere e se trata de um direito e não uma benesse concedida pelo Estado. Tal entendimento é resumido de forma brilhante por Foucault:

[...] 1) A detenção penal deve então ter por função essencial a transformação do comportamento do indivíduo: a recuperação do condenado como objetivo principal da pena é um princípio sagrado cuja aparição formal no campo da ciência e principalmente no da legislação é bem recente [...]. A pena privativa de liberdade tem como objetivo principal a recuperação e a reclassificação social do condenado (Princípio da correção). [...] 4) O trabalho deve ser uma das peças essenciais da transformação e da socialização progressiva dos detentos. O trabalho penal não deve ser considerado como complemento e, por assim dizer, como uma agravamento da pena, mas sim como uma suavização cuja privação seria totalmente possível. Deve permitir aprender ou praticar um ofício, e dar recursos ao detento e a sua família [...]. Todo condenado de direito comum é obrigado ao trabalho... Nenhum pode ser obrigado a permanecer desocupado (Princípio do trabalho como obrigação e como direito) (Foucault, 1999).

O descaso com as políticas públicas de ressocialização no Brasil pode ser evidenciado não só com a superlotação dos presídios como também traz consigo um hiato no processo de reintegração da pessoa em privação de liberdade. Dessa forma, reforça-se a importância da implementação de políticas de fomento ao trabalho no ambiente carcerário como forma de concretização de políticas públicas que tangem a necessidade de diminuir índices de reincidência e também de aumentar a autoestima da pessoa privada de liberdade, de tal forma que a atividade profissional desenvolvida lhe dará dignidade e expectativa de uma acomodação produtiva na sociedade (Studart, 2017).

## 2.2. Ressocialização

Uma evolução do pensamento finalista ensejou uma nova parametrização dos agentes envolvidos na ressocialização. Antes, adotava-se apenas o enfoque sobre o delinquente e como este deveria se moldar/conformar ao sistema penal, contemporaneamente, adota-se a ideia da qual a sociedade e o Estado também deveriam enfrentar o mesmo processo de ressocialização como forma abranger a problemática em nível maior de complexidade (Rocha e Silvério, 2005). A superlotação do sistema penitenciário brasileiro aliada a uma alta taxa de reincidência criminal são problemas que acarretam grandes preocupações nos agentes formuladores de políticas públicas, assim como nos doutrinadores, visto que, de acordo com dados estatísticos, a população encarcerada vem apresentando curva ascendente no que tange ao seu crescimento no transcorrer do tempo.

As adversidades sociais, como a falta emprego, ausência de oportunidades de estudo e qualificação profissional, são motivos que ensejam pessoas a cometerem crimes e delitos e consequentemente adentrarem ao sistema prisional. A relatada falta de estrutura educacional e trabalhista faz com que, mesmo após a liberação da pessoa pelo

sistema judiciário, os egressos mantenham as dificuldades pela ausência da efetiva ressocialização, uma vez que sem outras possibilidades legais e visando a sua subsistência, voltam a reincidir em práticas delituosas. (Arbage, 2017). A aplicação da sanção penal, especialmente às pessoas reclusas em regime fechado, associada aos problemas estruturais do sistema, como a superlotação carcerária e a ausência de condições mínimas de higiene e saúde, não traz o desejado efeito ressocializador da pena, não cria percepção e entendimento necessário de empatia. Do contrário, por não possuir efeito educativo, enrijece o caráter e aviva a fúria do encarcerado (Leopoldo, 2018).

O próprio conceito de reincidência nos remete ao que Zaffaroni destaca em sua obra, como um “complexo processo de deterioração”: a prisão legaliza a deterioração de forma “perfeita” através de registros de reincidência, além dos efeitos Intra cárcere durante a execução de pena no que tange a maior dificuldade de acessos aos instrumentos de ressocialização, o instituto ainda serve a orientar o peso da condenação durante a fase de fixação de pena. Assim dificulta o exercício de trabalho honesto por parte das agências do sistema penal que se ocupam de propagar o status do criminalizado. Aquele cidadão, assim etiquetado, é periodicamente privado de liberdade e é reduzido à condição de suspeito profissional.” (Zaffaroni, 1991, pp. 134-5).

A Lei de Execuções Penais reflete a preocupação do Estado, sob a sua ótica, em auxiliar à pessoa não só durante o transcurso de tempo no qual ela permanece sob a custódia do Estado, mas também no pós-cárcere, o que pode ser exemplificado pela existência dos centros de apoio ao egresso, Escritórios sociais, etc. (Marcão, 2015). Assim, em que pese se tratar de uma lei ampla, que alcança inúmeras esferas da execução penal humanizada, se percebe que a Lei de Execuções Penais não é aplicada da forma como foi inicialmente concebida, e esse é um dos desafios da ressocialização no Brasil: a aplicação efetiva dos regimentos já existentes que regulam o assunto.

### 3 Resultados e Discussões

Por fim, mesmo com todo arcabouço normativo listado ao longo do presente artigo, principalmente no que tange às políticas assistencialistas é perceptível que não houve uma evolução do sistema penitenciário compatível com o avanço da sociedade - considerando que a Lei de Execuções Penais foi editada em 1984, e que pudesse vir a responder às demandas contemporâneas suscitadas pela população. Em virtude disso, há um comprometimento das finalidades da pena, como da ressocialização, reintegração social, prevenção da reincidência e crises sistemáticas que podem ser evidenciadas pelas rebeliões, superlotação dos presídios, altos índices de reincidência e uma série de outros eventos indesejados, que são fatos corriqueiros no cumprimento da pena no Brasil. (Silva, Almeida e Wendling, 2019, p. 23)

A falta de assistências durante o período sob custódia do Estado: fortalece a prestação de assistência por parte das organizações criminosas, considerando que tais organizações passam a fornecer o que o estado se absteve de prover em troca de favores, enfraquece laços familiares ao isolar o indivíduo por mais tempo que o necessário quando o indivíduo não alcança uma assistência jurídica eficaz, afasta o indivíduo do mercado de trabalho ao estigmatizar quem passou pela situação de cárcere, afeta a saúde do indivíduo ao inseri-lo em um ambiente insalubre e com um estilo de vida precário, além de todo o impacto familiar que a situação de cárcere traz. Considerando todo o exposto, temos que as assistências devem contemplar de forma integral o indivíduo a fim de promover a reinserção social, que só é possível quando desenvolvida e devolvida a noção de cidadania e dignidade da pessoa privada de liberdade. O reconhecimento da dignidade dessas pessoas só ocorre garantindo-se uma execução penal que observa a correta prestação de assistências da Lei de Execuções Penais.



## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Lei de Execução Penal**. Decreto-Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

ALVES, Ana Flávia Carrilho. Pena Privativa De Liberdade E O Devido Cumprimento De Sua Função Social. **Revista Eletrônica da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro - PGE-RJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/index.php/pge/article/view/31/23>.

ARBAGE, Lucas Andres. **Ressocialização por meio da educação: um estudo de caso em Florianópolis-SC**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

BALESTENA, Eduardo: **La fábrica penal**. Colección: Memoria Criminológica Nº 3. 2006. 208 pp. ISBN 9974-578-69-8.

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado**. Disponível em: [\[http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf\]](http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf). Acesso em 03.10.2013, p. 3.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

CARDOSO, M. C. V. **As assistências previstas na Lei de Execução Penal: uma tentativa de inclusão social do apenado**. **SER Social**, [S. l.], v. 11, n. 24, p. 106–128, 2010. DOI: 10.26512/ser\_social.v11i24.12746. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12746](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12746). Acesso em: 9 ago. 2022.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Informe sobre los derechos humanos de las personas privadas de libertad en las Américas**. 2011. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/ppl/docs/pdf/ppl2011esp.pdf> Acesso em: 22/12/2022.

ELBERT, Carlos; BALCARCE, Fabián. **Exclusión y castigo en la sociedad global**. Buenos Aires: Editorial B de F, 2009.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Nascimento da prisão. Editora vozes. Tradução de Raquel Ramalhete, 20ª Edição, p. 134 e 224, 1999.

FREITAS, Marleide Marlene de. Religião nos presídios: Contribuição na transformação da conduta do detento. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 06, Vol. 11, pp. 47-53. Junho de 2019. ISSN: 2448-0959

KING, Roy. Uma revisão acerca das engrenagens quebradas do sistema penitenciário. In: O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E O TRABALHO DO PRESO/RECUPERANDO: DILEMAS, ALTERNATIVAS E PERSPECTIVAS, v.1., 2002. Anais do Seminário Internacional. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

LEAL, César Barros. Prisão: Crepúsculo de uma Era. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: Champagne P, et al. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEOPOLDO, Jennifer. Ressocialização e reintegração social. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/75037/ressocializacao-e-reintegracao-social>

MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal, 13ª Edição, Editora Saraiva, 2015.

MARCON, Danieli Cristina. A democracia e a Realidade da Execução Penal Brasileira. **Revista Argumenta**. Jacarezinho, n. 10, p. 199-214, 2009. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/134/134>. Acesso em 17 de setembro de 2015.

MARCONI, Renata. Falta de alimentação e superlotação seriam motivos de rebelião, diz agente. Jornal G1. 26/01/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2017/01/falta-de-alimentacao-e-superlotacao-seriam-motivos-de-rebeliao-diz-agente.html>. Acesso em: 20/04/23.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal – 12ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, André. **Teoria da pena & execução penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

PAYNE, Willian. Etiquetas negativas: pasadizos y prisiones. In: OLMO, Rosa de. (Org.). Estigmatización y conducta desviada. Venezuela: Universidad de Zulia, 1973. 257p.

PIETZSCH, Ingo Dieter. Remição de pena, pelo trabalho, no estado do Amazonas. 2021. Disponível em <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/56794/remio-de-pena-pelo-trabalho-no-estado-do-amazonas>.

ROCHA, João Luís; SILVÉRIO, Sofia Alexandra. Determinante rede social. In: ROCHA, João Luís (coord.). **Entre a reclusão e a liberdade**. Coimbra: Livraria Almedina, 2005. vol. I, p. 243-302.

SANTANA, Bethania Silva. A ESTIGMATIZAÇÃO DO NEGRO COMO DELINQUENTE E O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO. **Revista Liberdades Nº 27**. Disponível em: [https://www.ibccrim.org.br/media/posts/arquivos/32/Liberdades27\\_CrimeeSociedade06.pdf](https://www.ibccrim.org.br/media/posts/arquivos/32/Liberdades27_CrimeeSociedade06.pdf) Acesso em: 27/12/2022.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN – Julho de 2022**. Ministério da Justiça, 2022.

SENAPPEN. **Levantamento de Informações Penitenciárias**. Disponível em <https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/487/335> Acesso em: 21/02/2023.

SILVA, Michele Lins Aracaty e. ALMEIDA, Lorena. Ravielly C. WENDLING, Paulo Ricardo M. **Aspectos socioeconômicos da população carcerária do Amazonas**. In: XXIII Congresso Brasileiro de Economia, 2019, Florianópolis. XXIII Congresso Brasileiro de Economia. Florianópolis: Corecon SC, 2019. v. XXIII. p. 23-34.

STUDART, Lucia Maria Curvello. A REINserção social dos egressos do sistema prisional brasileiro: Realidade ou Utopia?. **Episteme Transversalis**, [S.l.], v. 5, n. 1, ago. 2017. ISSN 2236-2649. Disponível em: <<http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/80>>. Acesso em: 24 dez. 2022.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGINT NO RESP 1891253 / CE 2020/0215768-9. Data do Julgamento:16/03/2021. Data da Publicação: 12/04/2021 Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA. Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MEDIDA CAUTELAR NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 347. DISTRITO FEDERAL. RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO Acesso em: 27/12/2022. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>

TORRES, Eli Narciso. **A produção social do discurso da educação para ressocialização de indivíduos aprisionados em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2011. 146 p.

VASCONCELOS, A. C. C. G.; DE SOUZA, M.; LIMA, K. R.; DA SILVA, B. A. K.; VASCONCELOS, D. F. P. Atenção à saúde de indivíduos privados de liberdade no sistema prisional brasileiro: uma revisão integrativa. **Revista Ciências em Saúde**, v. 9, n. 4, p. 28-36, 10 nov. 2019.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Trad. André Telles. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2011.

ZAFFARONI. Eugenio R. **Estructuras judiciales**, Buenos Aires, 1994. Descrição Física: 283 p. ISBN: 9505740972.

## CAPÍTULO 15

### Repensando a segurança pública: polícia, letalidade e o potencial das *body worn cameras*

**Paulo Sérgio Nascimento Cavaleiro de Macedo**

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP-UFPA).

Belém – Pará – Brasil | paulomacedo@mpa.br

**Silvia dos Santos de Almeida**

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Belém – Pará – Brasil | salmeida@ufpa.br

**Andréa Bittencourt Pires Chaves**

Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Belém – Pará – Brasil | andreachaves9691@gmail.com

#### RESUMO

**Importância do Estudo:** O estudo traz uma reflexão, a partir da literatura, sobre viabilidade de adoção da política pública de câmeras corporais pelas Polícias Militares como possível forma de redução das elevadas taxas letalidade policial no Brasil. **Objetivo:** Este trabalho objetiva apresentar as *Body Worn Cameras* (BWCs) como uma possível solução inovadora na redução da letalidade policial no Brasil. **Materiais e métodos:** é uma pesquisa do tipo bibliográfica, onde se utilizou as análises e informações estatísticas dos artigos como fonte para ilustrar os alarmantes índices de letalidade policial no país, bem como foi apresentado pesquisas que demonstram o potencial das *Body Worn Cameras* (BWCs) na redução da letalidade policial. **Resultados e discussões:** As câmeras utilizadas no corpo dos

policiais, como política pública para reduzir a letalidade policial, funcionam como ferramenta de controle e legitimação da atividade policial, além de fornecerem evidências para o processo penal. Os resultados e discussões destacam a relação entre o modelo de segurança pública ineficiente e a violência policial. **Conclusão:** Chegou-se à conclusão de que a implementação de políticas públicas inovadoras, como as BWCs, pode desempenhar um papel fundamental na redução dos casos de letalidade das Polícias Militares, proporcionando controle sobre a ação policial e garantindo evidências para a responsabilização dos agentes envolvidos.

**Palavras-chave:** políticas públicas; violência policial; câmeras.

## 1 Introdução

Após 34 anos da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que contempla amplamente direitos humanos, ainda são registrados altos índices de abuso, violência e letalidade policial. Esse problema é resultado de um processo histórico complexo, desde a formação da estrutura socioeconômica do país até a atuação estatal na garantia da segurança pública. Diante dessa violação persistente dos direitos humanos, é necessário refletir sobre as possíveis causas e formular políticas públicas inovadoras para controlar efetivamente a atividade policial e reduzir a violência.

Esta pesquisa se concentra em avaliar a viabilidade da implantação de políticas públicas que utilizem a tecnologia para reduzir os índices de letalidade policial no Brasil. Ela foi realizada por meio do levantamento quantitativo dos índices de violência policial no Brasil, especialmente, a partir dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022. Além disso, realizou-se a análise qualitativa dos dados, das percepções de estudiosos, finalizando com as conclusões do autor. Foram utilizados recursos bibliográficos atualizados e embasados para aprofundar as discussões sobre o tema.

Dessa forma, este artigo foi dividido em três partes, iniciando-se com uma abordagem histórica do perfil da Polícia Militar (PM), responsável por parcela expressiva dos casos de violência letal no país. É essencial compreender como a formação e a educação dos agentes da polícia afetam esses altos índices, além de investigar a quem o modelo de segurança pública realmente serve: ao Estado, às oligarquias ou à população? Essa avaliação é especialmente relevante, pois há uma evidente seletividade nos casos de uso de força letal pela PM que afeta predominantemente a população pobre, principalmente, homens negros como revelam os dados dos Anuários Brasileiro de Segurança Pública ao longo dos anos.

Em seguida, será feita análise qualitativa dos dados estatísticos extraídos de pesquisas estatísticas brasileiras, especialmente, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, o qual revelou números alarmantes de violência policial no país. Isto evidencia a ineficiência do Estado no controle da atividade policial, especialmente no registro, apuração de ocorrências e responsabilização dos agentes, além da fragilidade das políticas públicas para coibir o uso arbitrário da força letal.

Por fim, apresenta-se a tecnologia chamada de *Body Worn Camera* (BWC, câmera corporal de vigilância, em tradução livre) como forma de redução da letalidade das Polícias Militares no Brasil – recurso já usado em vários países e em alguns estados brasileiros (São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rondônia). Estas câmeras corporais podem registrar a atuação policial durante o patrulhamento ostensivo ou em operações mais complexas e visa legitimar as ações da polícia quando apropriado, como também denunciar casos de abuso de autoridade, excessos de demonstração de força ou uso desnecessário de violência letal. A utilidade prática dessa tecnologia é demonstrada, principalmente, no processo penal, já que pode servir como prova fundamental para avaliar a legitimidade ou ilegalidade das condutas policiais e, assim, proporcionar decisões mais justas e assertivas.



## 2 Desenvolvimento

A partir de uma análise histórica, serão apontadas as causas da cultura de violência na Polícia Militar, resultantes de um complexo processo de formação socioeconômico e cultural da população brasileira, agravadas por interesses entre Estados e oligarquias relacionados à formação e educação dos policiais. Como possível hipótese para sanar esta problemática, sugere-se políticas públicas inovadoras, apoiadas em tecnologias e outros fatores, para efetivamente reduzir os índices de letalidade policial no Brasil.

Dessa forma, diante dos altos índices de violência e letalidade policial no Brasil, é crucial refletir e implementar políticas públicas inovadoras para o controle efetivo da atividade policial. A ineficiência do Estado no controle policial e a utilização de tecnologias, como as câmeras corporais, surgem como soluções para legitimar a atuação policial e denunciar abusos. A implementação dessas políticas, baseada em dados e estudos, é essencial para reduzir efetivamente a letalidade policial e promover uma sociedade mais justa e segura.

### 2.1 O papel da polícia na sociedade: quem ela realmente serve?

#### a) O modelo oligárquico de segurança pública brasileiro

O modelo de segurança pública no Brasil é predominantemente oligárquico, com foco na proteção dos interesses do Estado, que historicamente é controlado por classes dominantes, e no controle social das classes menos privilegiadas. Esse modelo revela uma tendência seletiva no uso do poder e na aplicação de técnicas coercitivas para manter a ordem. Martins (2017) explica que o modelo de segurança pública brasileiro é permeado por elementos de dominação. Em uma sociedade capitalista, aqueles que possuem propriedade e controle dos meios de

produção, ou seja, a classe burguesa, são privilegiados em detrimento da classe trabalhadora. O financiamento privado de campanhas eleitorais tem consequências significativas, levando os representantes políticos a atuarem em favor dos grandes financiadores, ou seja, a burguesia brasileira. Dessa relação surgem projetos de dominação, incluindo a criação da polícia militar.

Em resumo, ao longo do tempo, o Brasil foi gradualmente dirigido por burgueses ou políticos apoiados por eles, resultando em ações concentradas em benefício desses grupos em detrimento da classe trabalhadora, especificamente para atender os interesses de classe (Pereira, 2019). Esse fator desempenhou um papel crucial na formação do atual modelo de segurança pública no país, que é caracterizado por ser conservador, autoritário, coercitivo e seletivo (Martins, 2017). Silva *et al* (2017) e Martins (2017) explicam que esse processo de dominação resultou na criação de um modelo operacional de segurança baseado em práticas reativas, que frequentemente envolvem o uso seletivo e desproporcional da força. Assim, se estabeleceu o atual modelo de segurança pública, em que a ordem social é “garantida” por meio da imposição de leis e mecanismos de controle, coação e repressão, elaborados pelo Estado e complementados por instituições privadas.

Para Pierre Bourdieu (1982), a polícia, juntamente com outras instituições, como as escolas, desempenha um papel de reprodutora de valores e mecanismos de dominação da classe dominante. Dessa forma, as agências policiais podem ser consideradas como uma ferramenta de controle social, favorecendo e perpetuando a dominação das classes dominantes sobre aquelas com menor capital econômico, social e cultural. Segundo o autor, as estruturas sociais e as instituições educacionais reproduzem as desigualdades existentes na sociedade, ampliando sua análise para incluir a polícia como agentes de reprodução social. Com base nas percepções de Bourdieu (1982), verificou-se que

quem está no comando do Estado, aqueles que o financiam e quem ocupa a maioria dos cargos de alto escalão nas esferas de poder são aqueles que possuem privilégios econômicos. Juizes, promotores, delegados, advogados, ministros, secretários, diretores e outros, em sua maioria, vêm das classes burguesas e assumem cargos de liderança no setor público, em que suas ações têm um papel determinante na configuração da segurança pública.

Para este autor, essas ações do Estado não atendem exclusivamente aos interesses da classe burguesa, também servem a outras camadas da população, principalmente, em termos de prevenção de crimes. No entanto, é comum que a autoria de crimes seja atribuída às classes subalternas, residentes nas periferias, sobre as quais o Estado continua exercendo dominação e repressão, enquanto a burguesia fortalece seu poder através do controle daqueles que a servem. Portanto, a violência policial é conveniente às classes dominantes, devido reprimir dominados. Bourdieu (1982) discute o controle e o exercício do poder que pode ser entendido em termos do capital econômico, cultural e social da classe burguesa. O controle de instituições políticas e do Estado é facilitado pela concentração de capital econômico, permitindo financiar campanhas e influenciar decisões políticas. Então, o capital cultural da burguesia, incluindo sua educação e habilidades de comunicação, fomenta moldar discursos e narrativas que justifiquem ações do Estado, como a violência policial, em nome da prevenção de crimes.

Por outro lado, o autor afirma que as classes subalternas (especialmente, residentes nas periferias das grandes cidades), com menor capital econômico, cultural e social, são frequentemente alvo da repressão estatal, sendo associadas à autoria de crimes. Essa dinâmica reflete as desigualdades sociais e a dominação que o Estado exerce sobre essas classes, enquanto a burguesia, detentora de mais recursos e influência, fortalece seu poder através do controle daqueles que os

servem. Assim, a teoria do capital de Bourdieu (1982) reflete como as relações de poder se manifestam nesse contexto, como a classe dominante (a burguesia) utiliza seu capital para manter seu controle sobre o Estado e como a repressão e a violência policial podem ser convenientes para a classe dominante ao reprimir os dominados, perpetuando as desigualdades sociais. Essa análise pode nos ajudar a refletir sobre as estruturas de poder presentes na sociedade e os mecanismos que mantêm as hierarquias e injustiças.

O modelo de segurança pública no Brasil é caracterizado como oligárquico, pois privilegia os interesses da burguesia em detrimento das classes populares. Isso resulta em repressões diárias e violentas por parte do Estado contra classes estigmatizadas. Logo, é importante questionar se a República Democrática Brasileira garante igualmente a todos direitos humanos e o devido processo legal, ou se seus aparatos de segurança pública são seletivos e instrumentos burgueses de controle social (Martins, 2017).

### **b) As origens da Polícia Militar**

Tradicionalmente, as polícias brasileiras, em especial a Polícia Militar, têm sido educadas para um modelo de policiamento reativo e violento, que não condiz com os princípios do Estado Democrático de Direito. De acordo com Silva *et al.* (2017), para compreender como esse modelo persiste ao longo dos séculos, é necessário examinar a história da Polícia Militar no Brasil e entender o porquê ainda seguem uma abordagem conservadora, autoritária, coercitiva e seletiva. No período colonial, não havia uma Polícia estabelecida, apenas “forças de ordem” dispersas e pouco organizadas que atuavam sob o pretexto de manter a ordem local. No entanto, sua atuação estava alinhada aos interesses dos latifundiários, que eram economicamente privilegiados e detinham o poder e a autoridade nas regiões.

Bretas (2013) relata que em 1808 e 1809 surgiram a Intendência Geral de Polícia e a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, marcando o estabelecimento das polícias no Brasil. Essas instituições eram organizadas, uniformizadas e baseadas em princípios de hierarquia e disciplina. Suas funções eram focadas na prevenção de crimes, segurança individual e proteção do patrimônio. Naquela época, isso significava exercer controle sobre as classes sociais mais baixas, especialmente, sobre pessoas negras, cuja cultura era considerada perigosa para a ordem pública. Silva *et al* (2017) informa que em 1831, por iniciativa do regente Padre Antônio Feijó, esses grupos foram extintos para dar lugar a um corpo único de guardas municipais voluntários por província, consideradas as primeiras instituições precursoras da Polícia Militar. Em 1918, durante a Primeira República, por meio do Decreto nº 12.790, os corpos policiais se tornaram forças auxiliares do Exército, adotando uma metodologia operacional mais autoritária, focada no disciplinamento dos membros e na manutenção da ordem.

Segundo Martins (2017), o Golpe Militar de 1964 legitimou o modelo de segurança pública adotado no Brasil, atribuindo à Polícia Militar a missão de preservar a segurança nacional e reprimir severamente os opositores do regime. Durante o período ditatorial, houve graves violações aos direitos humanos, incluindo prisões ilegais, coerções e torturas institucionalizadas. Essas práticas ilegais persistem até hoje, especialmente por parte da Polícia Militar, reforçando a percepção de que o Estado usa a força para controlar socialmente e proteger os interesses das classes dominantes em detrimento da classe mais desfavorecida. Este autor destaca que o modelo oligárquico de segurança pública está presente no Brasil desde a época da América Portuguesa (período colonial) e continua a ser perpetuado ao longo do tempo. Os órgãos de segurança pública priorizam a proteção do patrimônio e os interesses das classes privilegiadas em detrimento das

camadas populares economicamente desfavorecidas. A Polícia Militar, tradicionalmente criada e treinada para controlar e reprimir essa população, é responsável por ações truculentas.

### **c) O Processo Formativo da Polícia Militar**

Para Silva *et al* (2017), o modelo tradicional de policiamento prioriza os interesses do Estado e de uma parcela privilegiada da população<sup>1</sup> e não atende as necessidades da sociedade. Isso dificulta a implementação de ações efetivas de prevenção da violência, já que as abordagens policiais tendem a ser autoritárias em vez de se concentrarem no serviço público. Mesmo com a promulgação da Constituição de 1988, que ampliou a proteção dos direitos humanos, as instituições policiais, especialmente a Polícia Militar, não passaram por uma reforma adequada. O modelo de policiamento tradicional persiste, mantendo práticas abusivas e o uso da violência institucional, apesar de ser incompatível com a ordem jurídica brasileira. Esse modelo é conservador, reativo e negligencia os interesses e direitos dos cidadãos. Embora tenha sido comprovada sua ineficiência e inadequação no combate à criminalidade e à violência nos últimos anos, ainda é amplamente utilizado, explica Silva *et al* (2017).

Os dados do Anuário de Segurança Pública 2022 evidenciam o argumento, mostrando um aumento alarmante no número de vítimas

---

<sup>1</sup> A teoria dos campos de Bourdieu (1972) relaciona-se ao tema ao destacar que o modelo tradicional de policiamento prioriza os interesses do Estado e de uma parcela privilegiada da população, refletindo uma dinâmica de competição e poder no campo do policiamento. Essa priorização pode perpetuar desigualdades sociais e dificultar a implementação de ações efetivas de prevenção da violência, pois as abordagens policiais podem ser autoritárias, não se concentrando no serviço público. A teoria dos campos compreende como diferentes campos sociais podem influenciar a formulação de políticas e práticas, impactando diretamente a sociedade em questão.

de ações policiais no Brasil. Entre 2013 e 2021, pelo menos 43.171 pessoas foram vítimas de intervenções de policiais civis ou militares em todo o país. Esse número cresceu de 2.212 em 2013 para 6.145 em 2021, representando um aumento de mais de 1.000 vítimas a cada ano. Esses dados reforçam a necessidade de reflexão e mudanças no sistema de segurança pública. No Brasil, a ineficiência do modelo tradicional de policiamento, especialmente no caso da Polícia Militar, levanta questionamentos sobre sua abordagem. O processo de formação dessa instituição é altamente militarizado, reproduzindo a figura do policial operacional como alguém forte, destemido, porém também truculento e autoritário (Silva *et al*, 2017).

Zaffaroni (1991) ressalta que a militarização das agências policiais e penitenciárias é uma característica comum na América Latina. Isso significa que essas instituições adotam uma abordagem e estrutura similares às das forças militares, o que pode influenciar nas práticas e comportamentos violentos observados no sistema de segurança pública da região. Cano (2006) destaca que a segurança pública no Brasil é exercida em grande parte pelos estados, por meio de duas instituições principais: a Polícia Militar, responsável pela vigilância ostensiva e manutenção da ordem, e a Polícia Civil, dedicada às investigações e atividades judiciárias. Embora tenham funções distintas, ambas as instituições do tradicional modelo de policiamento brasileiro são educadas para preservar e reproduzir uma ordem social desigual e hierárquica, concentrando a repressão nas periferias como forma de controle social sobre as classes mais baixas da sociedade.

Martins (2017) pontua que a Polícia Militar é vista com desconfiança pela população devido à sua alta militarização e abordagens impessoais. Os policiais são percebidos como arrogantes, fazendo uso ostensivo da força. Sua atuação se concentra nas regiões periféricas, onde ocorrem abordagens violentas, especialmente contra jovens negros

e pobres. Essas ações geram hostilidade por parte da comunidade, que não os vê como heróis, mas como inimigos. Zaffaroni (2007) destaca a discriminação estrutural no poder punitivo, que reprime e controla de forma diferente os iguais e os estranhos. A formação dos Policiais Militares é um fator crucial para o aumento da violência, pois segue um modelo tradicional que prioriza os interesses do Estado e das classes privilegiadas, resultando em agentes desprovidos de humanidade e bom senso. Isso levanta questões sobre a eficácia do modelo de policiamento brasileiro, que perpetua a má formação dos policiais e contribui para o agravamento da violência, desrespeitando as normas constitucionais.

#### **d) O quadro da letalidade policial no Brasil**

As polícias militares brasileiras estão frequentemente entre as mais letais do mundo, sendo suas principais vítimas sendo grupos socialmente vulneráveis como os pobres e negros, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com este documento, em 2021 ocorreram 6.145 mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil, sendo um número significativo em comparação com outros países, como os Estados Unidos, que registraram 1.158 mortes no mesmo período (FBSP 2022). O estado do Amapá liderou o ranking de violência policial, com uma taxa de mortalidade quase seis vezes maior que a média nacional e comparável a países com governos autoritários ou em conflito social, como Venezuela e Jamaica.

O estado de São Paulo registrou uma redução de 30% no número de mortes por intervenção policial (FBSP 2022). Esse resultado tem sido atribuído à implementação do programa “Olho Vivo”, que incorporou o uso de câmeras corporais nas fardas dos Policiais Militares de alguns batalhões. Essa tecnologia de vigilância tem contribuído para legitimar as condutas policiais adequadas e denunciar possíveis abusos. Outro ponto destacado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022



é o perfil das vítimas de intervenções policiais, que se mantém constante ao longo dos anos analisados. Em 2021, 99,2% das vítimas eram homens, sendo que 43,6% tinham entre 18 e 24 anos, 21,6% tinham entre 25 e 29 anos e alarmantes 84,1% das vítimas eram negras.

Dados do IBGE de 2016 ressaltam 54,9% da população brasileira se identificando como negra (preta ou parda), isso contribui para argumentos que a letalidade policial afeta desproporcionalmente pessoas negras na sociedade. Estudos nacionais e internacionais indicam que intervenções policiais, em parte, são baseadas em preconceitos raciais e sociais. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 (FBSP 2022), destaca ainda, que apesar da taxa de letalidade policial ter diminuído, a maioria das ocorrências resultou da morte de pessoas de raça negra, com um agravamento dos índices no ano de 2021.

Bueno e Pacheco (2020) destacam a importância de investigar de forma adequada as ações que levam a mortes decorrentes do uso da força policial. Eles aplicaram critérios amplamente aceitos para analisar os estados brasileiros, incluindo a proporção de civis mortos pela polícia em relação ao total de homicídios e a relação entre o total de mortes em intervenções policiais e o total de policiais assassinados. Com base nos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP 2022), constatou-se que a letalidade policial no Brasil representa 12,8% de todas as mortes violentas intencionais no país, com variações entre os estados. Regiões como o Distrito Federal têm percentuais mais baixos (2,5%), enquanto outros, como Rio de Janeiro (25,4%), Goiás (29,1%) e Amapá (31,2%), apresentam valores significativamente mais altos, sugerindo o uso abusivo da força.

Cano (1997) analisou a letalidade policial no Rio de Janeiro e sugere que o percentual de mortes por ação policial não ultrapassasse 10%. Porém, em nove estados brasileiros isso não foi observado. O estudo revelou falta de investigação adequada, arquivamento de inquéritos sem

denúncia e falta de perícias. Houve indícios de uso injustificado da força e execuções sumárias. Os inquéritos eram genéricos, resultando em impunidade. A situação evidencia a ineficiência do Estado no controle do uso da força policial, especialmente no Rio de Janeiro, onde a polícia é uma das mais letais do país.

Bueno e Pacheco (2020) analisaram o uso da força letal pela polícia no Brasil com base em dois critérios. O primeiro critério examinou a proporção de civis mortos pela polícia em relação ao total de homicídios intencionais, sendo sugerido um máximo de 10% como nível aceitável. No entanto, esse limite foi excedido em vários estados, indicando um abuso de força. O segundo critério analisou a relação entre o número de civis mortos em intervenções policiais e o número de policiais mortos, destacando casos em que o número de mortes de civis superou em muito a vitimização policial. Os resultados revelaram um padrão nacional e regional de uso excessivo da força letal, evidenciando a falta de controle por parte do Estado brasileiro. Além disso, a concentração desses incidentes em municípios específicos ressalta a necessidade de mudanças sistêmicas no registro, investigação e processamento desses casos.

#### **e) A tecnologia das *born worn camera* (BWCS)**

As câmeras corporais (*Body Worn Cameras*) têm sido adotadas como método de controle e legitimação das abordagens policiais, visando reduzir abusos, violência e letalidade. No Brasil, alguns estados adotaram essa tecnologia devido a operações policiais malsucedidas e altos índices de letalidade. Essas câmeras, fixadas em diferentes partes do corpo, capturam áudio e vídeo, registrando as atividades durante operações, interrogatórios e incidentes críticos. Além disso, podem ser usadas para reconhecimento facial e captura de conversas, sendo úteis para investigações. O uso dessas câmeras também serve como controle externo da atividade policial, permitindo análise posterior

dos registros para verificar a legalidade e legitimidade das condutas. A tecnologia foi pioneiramente adotada por países europeus e depois pelos Estados Unidos (EUA), tornando-se uma tendência global. No Brasil, Santa Catarina foi o primeiro estado a utilizá-las. A utilização das câmeras ganhou destaque após casos de violência policial, como os de Michael Brown, Freddie Gray e Walter Scott nos Estados Unidos. A tecnologia também foi usada no caso da morte de George Floyd, sendo esses registros fundamentais para a formação de opinião pública e como provas no processo que resultou na condenação do policial.

Segundo Albaneiro (2022), as BWCs têm finalidade de prevenir crimes e auxiliar à investigação, sendo consideradas meios de obtenção de provas mediante gravações de imagens. Silva (2015), todavia, destaca que essa tecnologia possibilita o monitoramento da atividade policial, o controle interno, a efetividade probatória e a gestão de informações operacionais, além de servir como base para futuros treinamentos e correção de atuações. No Brasil, onde há altos índices de abuso, violência e letalidade policial, a utilização das BWCs é amplamente apoiada, com mais de 90% de aprovação pela população, de acordo com pesquisa do Datafolha. Albaneiro (2020) ressalta os benefícios dessa tecnologia, como aumento da transparência e legitimidade policial, melhoria da conduta dos policiais e cidadãos, resolução mais ágil de queixas contra polícia, utilização como prova em detenções e acusações e como ferramenta para formação policial.

A tipologia da dominação de Max Weber (2004) auxilia na análise da legitimidade do poder exercido pelas autoridades policiais através do uso das câmeras corporais. A dominação legítima, na perspectiva legal-racional de Weber, é caracterizada pelo reconhecimento e aceitação da autoridade com base em regras e leis estabelecidas formalmente. Nesse sentido, a aprovação das BWCs pela população pode ser vista como

uma forma de legitimação da ação policial, pois está em conformidade com normas e regulamentos governamentais. Um estudo realizado pela Universidade de Stanford apontou que a utilização das BWCs pela polícia pode resultar em menor atividade policial em áreas de extrema violência devido à desconfiança dos agentes em relação ao uso das imagens contra eles (Magaloni *et al.*, 2019). No entanto, os resultados após a implementação das BWCs em São Paulo mostraram uma queda significativa na média de mortes nos batalhões em que o programa “Olho Vivo” foi adotado (Lima, 2022).

O relatório do Centro de Ciência Aplicada à Segurança Pública (CCAS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) também evidenciou uma redução de 57% nas mortes decorrentes de intervenção policial em batalhões que utilizaram as câmeras, além de uma redução de 63% nas ocorrências de lesões corporais (Monteiro *et al.*, 2022). Outro estudo constatou uma redução de 61,2% nas ocorrências de uso da força policial com o uso das câmeras corporais (Barbosa, 2021). É importante destacar que esses resultados estão relacionados não apenas à tecnologia em si, mas também a variáveis organizacionais e políticas (Lima, 2022). Assim, embora exista certa desconfiança por parte dos policiais, a implementação das BWCs tem se mostrado promissora na redução da letalidade policial e de ocorrências de violência.

De acordo com Lima (2022), a eficácia das políticas públicas que envolvem o uso de câmeras corporais (BWCs) está associada a fatores de gestão e controle da atividade policial, bem como ao direcionamento político com foco na redução da letalidade policial e na implementação de programas que fortaleçam a conformidade, a prestação de contas e o reconhecimento profissional. Nesse sentido, a teoria da burocracia de Max Weber, presente em sua obra “Economia e Sociedade”, é relevante ao destacar a importância de uma organização eficiente e racional

baseada em regras, hierarquia e especialização. Porém, é essencial ir além da simples utilização da tecnologia das BWCs, estabelecendo-se regras claras e definindo parâmetros para sua aplicação. Para promover mudanças efetivas na conduta dos policiais, é necessário adotar um modelo que transcenda a mera vigilância, conforme afirma Michel Foucault (2019). A possibilidade ou ameaça de ser observado não é suficiente por si só para dissuadir comportamentos inadequados. Logo é crucial que os indivíduos tenham a certeza de que suas ações estão sendo monitoradas e de como as instituições de segurança utilizarão as evidências geradas.

Além disso, compreender a utilidade das BWCs para a sociedade e para o sistema de segurança é fundamental. Isso implica considerar fatores políticos, governança e valorização profissional, que exercem influência direta nesse processo. Portanto, ao implementar políticas públicas de câmeras corporais, é necessário incorporar os *insights* teóricos de Max Weber sobre burocracia e de Michel Foucault sobre vigilância e punição, face promover a abordagem eficiente e responsável no uso dessa tecnologia (Lima, 2022).

A implementação das BWCs tem sido uma política pública em destaque para coibir a violência policial e reduzir abusos de autoridade. A violência policial é uma crise social ampla que exige respostas, pois afeta a segurança e a falta de políticas públicas. Além disso, o racismo desempenha um papel significativo nessa questão, uma vez que a maioria das vítimas são pessoas negras. As BWCs não apenas visam reduzir a violência policial, mas também fornecer evidências válidas para o processo penal, controlar a atividade policial, legitimar operações e proteger os agentes de segurança. No entanto, a pesquisa acadêmica sobre o uso das BWCs ainda é escassa no Brasil, assim como os dados disponíveis sobre abuso de autoridade e violência policial.

### 3 Conclusão

É inegável que a crise da (in)segurança pública vivida no Brasil requer atenção e gerenciamento, especialmente quando consideramos os alarmantes índices de abuso, violência e letalidade policial divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. A violência policial é uma realidade preocupante que afeta principalmente os grupos mais vulneráveis da sociedade, como a população negra e as comunidades de baixa renda. Além disso, é fundamental compreender que a violência policial não pode ser dissociada de questões estruturais mais amplas, como o racismo estrutural e a desigualdade social. O enfrentamento desses problemas requer uma abordagem multidimensional, que envolva não apenas as instituições de segurança, mas também a sociedade como um todo.

Ao discutir a origem da violência policial, percebe-se que as polícias brasileiras, em especial a Polícia Militar, foram historicamente criadas para proteger os interesses das classes dominantes, perpetuando desigualdades e opressões. Essa estrutura arcaica e hierárquica precisa ser reformada, tanto no modelo de segurança pública quanto na formação dos policiais. Uma reforma efetiva passa pela humanização da polícia, garantindo o respeito aos direitos humanos, a igualdade e a dignidade de todas as pessoas. Isso implica não apenas no uso adequado da força e no cumprimento do devido processo legal, mas também na promoção de abordagens não violentas e na construção de relações de confiança com as comunidades.

Nesse sentido, a utilização de BWCs pode desempenhar um papel importante, servindo como um meio de registro e evidência em casos de abuso e violência policial. Essas câmeras podem contribuir para a responsabilização dos agentes e para a mudança de comportamento, tanto por parte dos policiais quanto daqueles que interagem com eles.

No entanto, é fundamental ressaltar que a implementação de BWCs não deve ser vista como uma solução isolada. É preciso considerar a integração dessa tecnologia em um conjunto de políticas e práticas mais amplas, que visem a promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ALBARDEIRO, N. **Body-Worn Cameras**: percepção dos policiais com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora. Orientador: Sónia Morgado. 2020. 98p. Dissertação (Mestrado) - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2020.

BARBOSA, D. *et al.* De-escalation technology: the impact of body-worn cameras on citizen-police interactions. **CAGE Research Centre**, [S. l.], n. 581, set. 2021.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, ed. 26, p. 162-173, jun. 2013.

BUENO, S.; MARQUES, D.; PACHECO, D. As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, p. 59-69, 2020.

CANO, I. **Políticas de segurança pública no Brasil**: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, ano 3, ed. 5, p. 136-155, 2006.

\_\_\_\_\_. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 16.ed, São Paulo, FBSP, 2022

\_\_\_\_\_. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** 2021. São Paulo: FBSP, 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2019.

LIMA, J. **A eficácia das políticas públicas de câmeras corporais na redução da violência policial**. In: Anais do Congresso Nacional de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v. 1, n. 1, p. 123-134, 2022.

LIMA, R. et al. **Câmeras na farda reduzem a letalidade policial?** Barra lateral de artigos. *Desafios da Gestão Pública*, Caderno especial: Desafios da Gestão Pública, ano 2022, v. 21, ed. 2, p. 13-21, 23 maio 2022.

MARTINS, J. G. A. **Violência policial no Brasil: reflexões teóricas sobre a força policial como instrumento de repressão burguesa. Hegemonia: Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro**, Brasília, ed. 22, p. 98-126, abr. 2020.

MONTEIRO, J. et al. **Relatório de Pesquisa: avaliação do impacto do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de São Paulo**. São Paulo: FGV CCAS, 2022.



PEREIRA, G. A. Revolução e autocracia burguesa no Brasil: seus reflexos na educação após o golpe de 1964. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 91–108, 2019.

SILVA, A. J. A. *et al.* O Brasil da Polícia Militar do Brasil: reflexões sobre a construção da (in)segurança pública no século 21. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 117–149, 2017.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva**. São Paulo: UnB, 2004.

ZAFFARONI, E. R. **O inimigo no direito penal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

———. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

## CAPÍTULO 16

### Atos infracionais em Belém: uma análise propedêutica a partir dos dados da promotoria de justiça da infância e juventude da capital

**Alex Adam Martins Oliva**

Mestrando em Segurança Pública (UFPA) e Analista Jurídico do Ministério  
Público do Estado do Pará  
Belém – Pará – Brasil | alex-adam@hotmail.com

**Silvia dos Santos de Almeida**

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e Professora Titular da  
Universidade Federal do Pará (UFPA)  
Belém – Pará – Brasil | salmeida@ufpa.br

**Izabela da Silva Jatene**

Doutora em Ciências Sociais (PUC-RJ) e Professora da UFPA  
Belém – Pará – Brasil | izabelajatene@gmail.com

#### RESUMO

**Importância do Estudo:** estudar ato infracional é um grande desafio, mas é atividade necessária para subsidiar a implementação e materialização de políticas públicas que busquem minimizar os efeitos danosos que a prática de ilícitos normalmente causa em nossa sociedade. **Objetivo:** analisar quantitativamente os procedimentos de apuração de atos infracionais recebidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém do Pará, no período de 2018 a 2022. **Materiais e métodos:** Trata-se de pesquisa quantitativa, utilizando de estatística básica, onde foram analisadas variáveis relacionadas aos atos infracionais praticados em Belém/PA, com dados da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, cujas informações são obtidas quando do

recebimento do procedimento policial. **Resultados e discussões:** De modo geral, houve queda de quase 49% na quantidade de procedimentos encaminhados pela Polícia Civil do Estado do Pará, em Belém, no período de 2018 a 2022. Contudo, ao se observar ano a ano, verificou-se um crescimento na quantidade do último ano do estudo (ano 2022). Há predominância de atos infracionais praticados por adolescentes de 17 anos, demonstrando que quanto maior a proximidade da maioridade penal, maiores as chances de delinquir. Há protagonismo masculino na prática de atos infracionais (80,62%). Houve predominância de atos contra o patrimônio (roubo, furto, dano, receptação, estelionato e apropriação indébita). **Conclusões:** Até o ano de 2021 existia um comportamento decrescente na quantidade de procedimentos de apuração recebidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém. Contudo, no ano de 2022, houve um aumento nesta quantidade, indicando uma tendência de crescimento. Essa movimentação em um período que envolve uma pandemia é, no mínimo, suspeito e por isso é necessário investigar melhor as suas causas. É preciso formular e efetivar políticas públicas que impliquem cada vez mais na diminuição da quantidade de atos infracionais. **Palavras-chave:** ato infracional; adolescente autor de ato infracional; procedimento de apuração de ato infracional; caracterização.

## 1 Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 é, sem dúvida, um marco na salvaguarda dos direitos de crianças e adolescentes (Brasil, 1990), na medida em que passou a considerar a criança e ao adolescente não mais como objetos de proteção, mas sim como verdadeiros sujeitos titulares de direito (Rossato; Lépoire; Cunha, 2019). É esse protagonismo que se deve buscar

quando da análise de problemas que envolvem crianças e adolescentes, sempre os colocando como sujeitos ativos do processo, mas, ao mesmo tempo, como seres em situação peculiar de desenvolvimento, conforme preceitua o art. 227, §3º, V, da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Enquanto seres em constante processo de formação, especial olhar deve ser direcionado, a fim de impingir ao caso a melhor solução possível, especialmente quando se está diante da análise de um ato infracional praticado por adolescente.

Por definição legal, criança é a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990). Portanto, segundo Rossato, Lépre e Cunha (2019), o ECA adota o critério cronológico, sendo o aniversário de 12 anos o marco temporal que transforma a criança em adolescente, e o aniversário de 18 quando o adolescente se torna adulto. Sobre crianças e adolescentes, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) alerta que mesmo diante do envelhecimento da população, crianças e adolescentes representavam, em 2019, 53,7 milhões de cidadãos, sendo a população do Brasil cerca de 210,1 milhões de pessoas.

Aliás, somente ao adolescente, ao praticar um ato análogo a crime ou contravenção, é possível a aplicação de medida socioeducativa, além, é claro, de eventual medida protetiva, caso necessário. À criança que pratica um ato infracional, será aplicada uma das medidas de proteção previstas no art. 101 do ECA. Conforme asseveram Rossato, Lépre e Cunha (2019), o adolescente não é uma criança que cresceu, e tampouco um adulto em potencial. Está, portanto, num hiato de desenvolvimento que necessita de especial atenção, havendo necessidade de direcionar políticas públicas específicas que considerem as suas características, necessidades, desafios e, sobretudo, a sua voz, as suas querências.

Nessa linha de raciocínio, em se tratando de adolescente autor de ato infracional, é importante conhecer quem é esse sujeito, quais as suas características e quais as características do ato que praticou, a fim de construir uma possível diagnose criminológica, o que contribui no direcionamento de políticas públicas, inclusive na seara da segurança. Ariès (1981), ao abordar a história social da criança e da família, já alertava que quando se arranja o primeiro emprego, com emissão da carteira de trabalho, quando se emite uma carteira de identidade, quando se preenche um formulário informando idade, sexo, número do registro de nascimento etc., inevitavelmente se está dando prioridade aos códigos, às coordenadas, priorizando-se números em face do sujeito que possui um nome e um sobrenome, que possui uma história.

Nessa toada, o presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar informações quantitativas preliminares sobre os atos infracionais praticados no município de Belém/PA, inclusive quanto à caracterização do adolescente autor, a partir dos procedimentos de apuração de ato infracional recebidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém no período de 2018 a 2022.

## **2 Revisão bibliográfica**

Utilizou-se como metodologia a revisão narrativa de literatura, enquanto técnica de revisão bibliográfica tradicional, de modo a contextualizá-la e, concomitantemente, analisar o que já foi publicado sobre o assunto (BERNARDO; NOBRE; JANETE, 2004). O Estatuto da Criança e do Adolescente, além de inúmeras outras recomendações inovadoras, previu em seu art. 88, inciso V, como diretriz da política de atendimento, o que se chama de integração operacional entre os órgãos

do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social (BRASIL, 1990).

A lógica da integração possibilita o atendimento inicial mais ágil do adolescente que pratica ato infracional, tendo num mesmo local todos os órgãos que compõem a engrenagem do sistema socioeducativo (DIGIÁCOMO, 2017). Certamente esse atendimento inicial integrado impinge um olhar mais humanizado ao adolescente, enquanto sujeito de direitos, ainda que autor de ato ilícito.

Quanto à investigação das características do adolescente autor de ato infracional, mesmo havendo alguns avanços, os estudos que buscam investigar o perfil sociodemográfico do adolescente ainda são poucos. Em 2012, o CNJ buscou traçar o perfil do adolescente autor de ato infracional que cumpria medida socioeducativa de internação (BRASIL, 2012). Ao todo, foram entrevistados 1.898 adolescentes que cumpriam medida socioeducativa privativa de liberdade no Brasil, constatando-se predominância de autores do sexo masculino, com idade média de 16,7 anos, sendo a maioria usuária de drogas ilícitas, havendo predominância de atos infracionais que atingem bens patrimoniais (BRASIL, 2012).

Quanto ao panorama local, Dahás-Jorge (2016) examinou as características do adolescente autor de ato infracional apresentado na Divisão de Atendimento ao Adolescente de Belém, no período de 2013 a 2014, tendo verificado que houve predominância de adolescentes em conflito com a lei de 16 a 17 anos, do sexo masculino, usuários de algum tipo de droga, insertos em família monoparental (mãe), autodeclarados de cor “morena” e que possuem ao menos alguma tatuagem pelo corpo. Ademais, quanto à moradia, a maioria reside em bairros periféricos de Belém/PA, sendo o roubo o ato infracional mais praticado por esses adolescentes. Matsuda (2020), ao analisar a responsabilização do

adolescente autor de ato infracional, com recorte espacial ao município de Barcarena, no Estado do Pará, no período de janeiro de 2015 a junho de 2019, constatou também que houve predominância de autores do sexo masculino. No mesmo sentido, os estudos de Alves e Kossobudzky (2002), quando da análise dos adolescentes internados por uso álcool e outras drogas em Curitiba/PR.

Ledo (2016) realizou pesquisa de campo sobre o programa penal juvenil posto em prática no Distrito de Icoaraci, em Belém do Pará. Seus estudos revelaram que as drogas, nesse contexto, representam o principal processo de “criminalização” do adolescente a praticar ato infracional. Por faixa etária, Ledo (2016) constatou que 37% dos autores de ato infracional possuíam 17 anos, seguido de 32% daqueles que computavam 16 anos, 17%, 14 anos e 14%, 15 anos, o que também converge com os estudos de Cunha e Silva (2012), Costa e Oliveira (2018) e Lima (2018).

Mais recentemente, o Conselho Nacional de Justiça investigou o perfil do adolescente autor de ato infracional, cuja sentença que lhe aplicou medida socioeducativa já havia transitado em julgado, em 2015 (BRASIL, 2020). Convergingo com os estudos apresentados, dos 5.544 indivíduos analisados, 95% eram sexo masculino, sendo apenas 5% do sexo feminino. Quanto à faixa etária, houve predominância de adolescentes com dezesseis (28,66%), dezessete (25,61%) e quinze anos (23,66%). Portanto, a tendência é que os adolescentes cometam atos infracionais quando mais próximos da idade adulta. No que concerne ao tipo de ato praticado, 34,16% foi roubo, seguido do tráfico de entorpecentes, na proporção de 31,50%.

### 3 Material e Métodos

Quanto à natureza, trata-se de pesquisa aplicada, já que, mesmo indiretamente, busca-se gerar conhecimentos para aplicação prática (PRODANOV, 2013), notadamente com o fito de contribuir com informações de qualidade na elaboração e geração de políticas públicas voltadas a adolescentes autores de ato infracional. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, trata-se de pesquisa documental, a partir da análise de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico (GIL, 2008).

O *locus* da pesquisa é o município de Belém/PA. Os dados utilizados foram obtidos junto à Promotoria de Justiça da Infância e Juventude com atribuição na área infracional, em Belém/PA. Quando um adolescente apreendido em flagrante pratica um ato infracional com violência ou grave ameaça contra a vítima, é lavrado na Delegacia (DATA) um Auto de Apreensão de Ato Infracional (AAAI). Nos demais casos de flagrante, o AAAI poderá ser substituído por Boletim de Ocorrência Circunstanciada (BOC), que é um procedimento mais simples.

Quando não há flagrante, mas apenas indícios de participação do adolescente em conflito com a lei, o Delegado de Polícia manda instaurar Auto de Investigação de Ato Infracional (AIAI). É o que ocorre, por exemplo, do caso de estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal). Esses regramentos exsurgem do ECA (BRASIL, 1990). Concluídas as investigações, o procedimento é encaminhado ao Ministério Público, especificamente à Promotoria de Justiça da Infância e Juventude.

Assim, analisou-se o banco de dados da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude (PJII), órgão do Ministério Público do Estado do



Pará (MPPA), cujas informações são obtidas quando do recebimento do procedimento policial encaminhado pela Divisão de Atendimento ao Adolescente (DATA), localizada no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), na cidade de Belém, Estado do Pará, a fim de possibilitar a realização de oitiva informal e atendimento socio pedagógico.

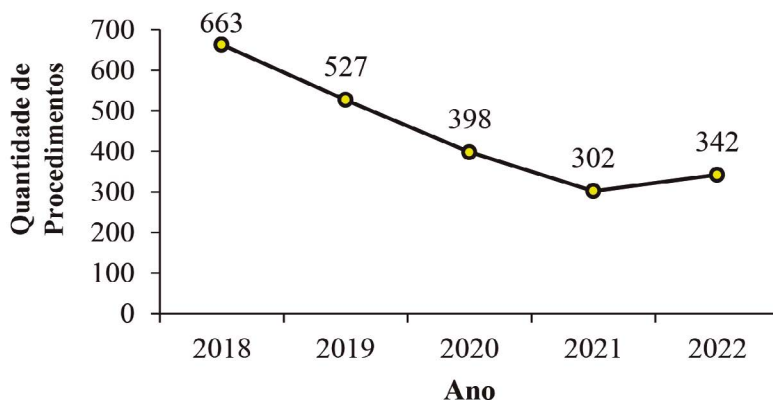
Foram consideradas as seguintes variáveis: quantidade de procedimentos recebidos; idade do autor; quantidade de autores atendidos; sexo do autor e tipificação do ato. Após, realizou-se análise estatística por meio da aplicação de técnica de estatística descritiva (Bussab; Morettin, 2024), onde se utiliza de tabelas, gráficos e medidas resumos que permitem a apresentação e análise do fenômeno estudado.

#### **4 Resultados e discussões**

A Figura 1 mostra a quantidade de procedimentos recebidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, quando do atendimento inicial no NAI, no período de 2018 a 2022. Note que em 2018, foram 663 procedimentos remetidos pela DATA ao Ministério Público, órgão com atribuição constitucional para oferecer representação (ato equivalente à denúncia aos cidadãos imputáveis) aos adolescentes autores de ato infracional; em 2019 foram 527 procedimentos; em 2020 foram 398; em 2021, 302, aumentando para 342 em 2022.

Com esses dados é possível constatar que houve queda de aproximadamente 49% na quantidade de procedimentos de apuração de atos infracionais encaminhados pela Polícia Civil do Estado do Pará, em Belém, no período estudado, ou seja, de 2018 (663 procedimentos) a 2022 (342 procedimentos). Contudo, é importante observar (Figura 1), que o último ano do estudo (2022) já apresenta um aumento de cerca de 13% em comparação com o ano anterior (2021).

**Figura 1:** Quantidade de procedimentos de apuração de ato infracional recebidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, instalada no prédio do Núcleo de Atendimento Integrado de Belém, nos anos de 2018 a 2022



**Fonte:** Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, junho/2023.

Na contramão desse decréscimo (Figura 1), os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022) demonstram que houve certo aumento nos índices gerais de violência no Brasil. Ademais, um terço (aproximadamente 33%) das cidades mais violentas do país está na Amazônia Legal, sendo a taxa de violência letal na região 38% superior à média nacional. Da mesma forma, dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP), informam que no ano de 2018 foram registradas 481.358 ocorrências policiais; em 2019 foram 474.211, e em 2020 foram 424.486 ocorrências. Já nos anos de 2021 e 2022 foram registradas, respectivamente, 462.694 e 465.643 ocorrências policiais (PARÁ, 2023). Portanto, houve latente queda da quantidade

de procedimentos entre os anos de 2018 e 2020, retomando-se o crescimento a partir do ano de 2021.

Especificamente quanto à idade dos adolescentes autores dos atos infracionais (Figura 2), isto é, aqueles de 12 a 17 anos, note que a quantidade de autores é tão menor, na somatória entre os anos, quanto menor for a idade. E também, há predominância de atos infracionais praticados por sujeitos de 17 anos, demonstrando que quanto maior a proximidade da maioridade penal, maiores as chances de delinquir, conforme também já indicado nos trabalhos de Ledo (2016), Cunha e Silva (2012), Costa e Oliveira (2018) e Lima (2018). Importante informar que a variável Sem Informação (Figura 2), consiste naqueles procedimentos concluídos na Polícia Civil e encaminhados ao Ministério Público, mas cujo autor não foi necessariamente identificado, havendo informação por parte da vítima de que o sujeito ativo é adolescente.

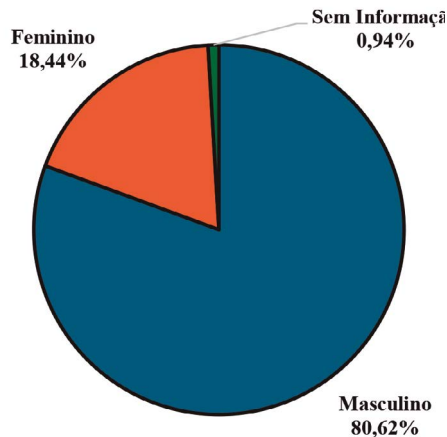
**Figura 2:** Matriz de pontos quentes da quantidade autores atendidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, instalada no prédio do Núcleo de Atendimento Integrado de Belém, nos anos de 2018 a 2022, de acordo com a idade

Ordem	Idade	Ano					Total	Legenda
		2018	2019	2020	2021	2022		Nº de autores
1	12	24	17	11	5	10	67	50
2	13	46	23	22	13	24	128	100
3	14	77	48	36	28	50	239	200
4	15	110	109	67	49	65	400	230
5	16	197	181	134	90	105	707	370
6	17	362	234	200	157	126	1079	
7	Sem Informação	9	8	8	5	12	42	

**Fonte:** Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, junho/2023.

Na Figura 3, nota-se que a maioria dos autores são identificados como sendo do sexo masculino nos procedimentos de apuração de ato infracional (Figura 3). Tal protagonismo masculino é compatível com os estudos de Dahás-Jorge (2016), Brasil (2020), Matsuda (2020) e Alves e Kossobudzky (2002).

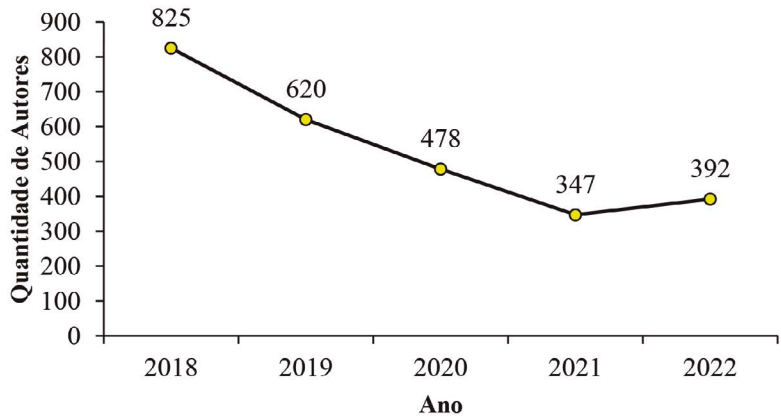
**Figura 3:** Percentual de autores atendidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, instalada no prédio do Núcleo de Atendimento Integrado de Belém, nos anos de 2018 a 2022, de acordo com o sexo.



**Fonte:** Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, junho/2023.

A Figura 4 representa a quantidade de autores atendidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, do NAI, onde se verifica um decréscimo em proporção equivalente com a quantidade de procedimentos de apuração (Figura 1). Como para cada procedimento há, pelo menos, um indivíduo autor, é natural que a quantidade de autores atendidos (Figura 4) seja superior à quantidade de procedimentos (Figura 1), posto que há atos consumados em coautoria, com dois, três, quatro ou mais sujeitos ativos.

**Figura 4:** Quantidade de autores atendidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, instalada no prédio do Núcleo de Atendimento Integrado de Belém, nos anos de 2018 a 2022.



**Fonte:** Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, junho/2023.

**Figura 5:** Matriz de pontos quentes dos 30 tipos de atos mais frequentes nos procedimentos de apuração de ato infracional recebidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, do NAI, nos anos de 2018 a 2022.

Ordem	Capitulação Penal	Ano					Total	Legenda
		2018	2019	2020	2021	2022		Nº de Atos
1	Roubo	191	164	103	93	73	624	10
2	Tráfico de Drogas	65	79	50	48	33	275	40
3	Lesão Corporal	78	64	47	18	36	243	80
4	Estupro de Vulnerável	31	45	55	44	64	239	120
5	Ameaça	72	45	44	21	27	209	190
6	Furto	49	27	30	25	21	152	
7	Vias de Fato	35	24	14	11	16	100	

**Figura 5:** Matriz de pontos quentes dos 30 tipos de atos mais frequentes nos procedimentos de apuração de ato infracional recebidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, do NAI, nos anos de 2018 a 2022. (Continuação).

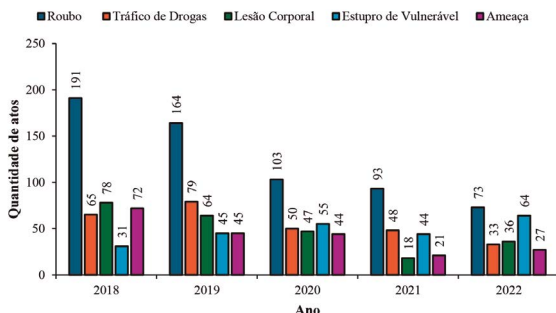
8	Dano	33	12	16	3	10	74
9	Uso de Drogas	21	16	12	9	9	67
10	Injúria	26	18	3	3	16	66
11	Homicídio	27	6	4	4	7	48
12	Receptação	19	11	8	5	3	46
13	Dirigir Sem Habilitação	15	6	7	0	8	36
14	Violência Doméstica	0	18	6	2	2	28
15	Porte de Arma	17	5	4	1	0	27
16	Difamação	7	4	0	2	3	16
17	Desacato	5	2	2	1	0	10
18	Estupro	0	2	6	0	0	8
19	Estelionato	4	0	2	0	0	6
20	Associação Criminosa	4	0	0	0	2	6
21	Uso de Documento Falso	4	2	0	0	0	6
22	Calúnia	0	0	2	0	2	4
23	Violação de Domicílio	0	3	0	1	0	4
24	Falsa Identidade	0	2	0	1	0	3
25	Fato atípico	0	0	0	1	2	3
26	Latrocínio	0	0	3	0	0	3
27	Apologia de Crime/ Criminoso	0	2	0	0	0	2
28	Denúnciação Caluniosa	0	2	0	0	0	2
29	Apropriação Indébita	0	0	0	1	0	1
30	Fuga de Pessoa Presa	0	0	0	1	0	1

**Fonte:** Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, junho/2023.

A Figura 5 representa os tipos de atos praticados, conforme capitulação penal constante dos procedimentos de apuração de ato infracional encaminhado à PJIJ/MPPA. O tipo de ato mais frequente foi o roubo (624 atos), sendo predominante em todos os anos. De forma geral, a Figura 5 demonstra majoritariamente a prática de atos contra o patrimônio (roubo, furto, dano, receptação, estelionato e apropriação indébita), compatível com as conclusões de Dahás-Jorge (2016) e Brasil (2021). E o tráfico de entorpecentes figura como o segundo tipo mais praticado, seguido da lesão corporal, estupro de vulnerável e ameaça.

Entretanto, importante aspecto deve ser observado quando se analisa o quantitativo ano a ano, e não somente a soma dos atos no interstício analisado. Conforme Figura 6, o roubo sempre figurou como o ato mais praticado em todos os anos. Todavia, verifica-se que a quantidade de atos equiparados a estupro de vulnerável, conduta prevista no art. 217-A do Código Penal, aumentou substancialmente, saindo da quinta e quarta colocação que ocupada em 2018 e 2019, respectivamente, de modo a figurar, em 2020, como segundo ato mais praticado, mantendo tal posição em 2022, ano em que quase se igualou à quantidade de roubos.

**Figura 6:** Quantidade dos 5 tipos de atos mais frequentes nos procedimentos de apuração de ato infracional recebidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, do NAI, nos anos de 2018 a 2022.



**Fonte:** Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, junho/2023.

Possivelmente, o aumento da quantidade de atos contra a dignidade sexual, aqui representado pelo estupro de vulnerável, deve-se ao fortalecimento de políticas que buscam apurar estupros praticados em face de menores de 14 anos, a exemplo do Pará Paz Integrado (PPI) Santa Casa de Misericórdia e Centro de Perícias Científicas (CPC) “Renato Chaves”. Da mesma forma, talvez seja resultado de políticas de conscientização quanto à necessidade de noticiar tais abusos à autoridade policial.

Ademais, sabe-se que a maioria dos atos contra a dignidade sexual são praticados na clandestinidade, especialmente no ambiente doméstico (RABELLO; DA SILVA, 2022). Nesse sentido, não é de espantar que justamente em 2020 a quantidade de estupros tenha majorado, ano em que se propagaram as medidas de isolamento social em decorrência da pandemia da Covid-19 (PARÁ, 2020), alavancando em 2022.

Deve-se atentar para o fato de que o quantitativo da Figura 6 considera o ano de envio, isto é, de conclusão do procedimento na Delegacia, e não a data do fato. Significa dizer que os quantitativos dos anos de 2021 e 2022, por exemplo, podem expressar estupros praticados ainda no contexto da pandemia da Covid-19.

## 5 Considerações Finais

Estudar ato infracional é sempre um grande desafio, normalmente pela escassez de informações que acaba por limitar o trabalho do pesquisador, dado o sigilo das informações. Todavia, foi possível analisar os principais dados de caráter quantitativo, a partir dos procedimentos de apuração de ato infracional recebidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém.



A predominância de adolescentes autores de ato infracional do sexo masculino e com idade mais frequente entre 16 e 17 anos, permite concluir que é ao final do período da adolescência que o adolescente tende a praticar atos ilícitos, despertando interesse inclusive quanto ao estudo da continuidade delitiva desse sujeito, isto é, se ele, enquanto adulto, deu seguimento à prática de crimes. Da mesma forma, os atos infracionais contra o patrimônio ainda encabeçam as estatísticas, sendo aqueles mais praticados pelos adolescentes, mas especial atenção deve ser direcionada ao tráfico de entorpecentes e ao estupro de vulnerável, este cada vez mais frequente.

Ademais, deve ser direcionada atenção ao fenômeno da diminuição da quantidade de procedimentos recebidos na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, especialmente de 2018 a 2021, uma vez que o ano de 2022 já apresenta um movimento diferente, ou seja, um crescimento em comparação com o ano anterior (2021). Investigar as causas de tal decréscimo, inclusive se essa diminuição é decorrente de subnotificação (cifra oculta), certamente é tarefa que contribuirá sobremaneira na formulação e efetivação de políticas públicas na área.

## REFERÊNCIAS

ALVES, R.; KOSSOBUDZKY, L. A. Caracterização dos adolescentes internados por álcool e outras drogas na cidade de Curitiba. **Interação em Psicologia**, v. 6, n. 1, 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3195/2558>>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

ARIËS, P. A **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

BERNARDO, W. M.; NOBRE, M. R. C.; JATENE, F. B. A prática clínica baseada em evidências: parte II - buscando as evidências em fontes de informação. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 44, p. 403-409, 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbr/a/p3kYDSB6g3xW8jVYTdG9CQP/?for>>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Recomendação nº 87, de 20 de janeiro de 2021**. Recomenda aos tribunais e magistrados a adoção de medidas no intuito de regulamentar o art. 88, V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o atendimento inicial e integrado dos adolescentes em conflito com a lei, no âmbito do Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: < <https://atos.cnj.jus.br/files/original1337302021012660101b1a439cd.pdf>>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Panorama Nacional – Execução de Medidas Socioeducativas – Programa Justiça ao Jovem**. Brasília: CNJ, 2012. Disponível em: < [https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/panorama\\_nacional\\_doj\\_web.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/panorama_nacional_doj_web.pdf)>. Acesso em 27 de junho de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Reentradas e reiteraões infracionais: Um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros** / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: < <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Panorama-das-Reentradas-no-Sistema-Socioeducativo.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; OLIVEIRA, Janaine Voltolini de. **Vulnerabilidade social dos adolescentes em conflito com a lei em Boa Vista–Roraima**. Revista de Direito da Cidade, vol. 10, nº 1. ISSN 2317-7721 pp. 33-77, 2018.

CUNHA, José Ricardo; SILVA, Andréa Diniz da. **Fatores sociojurídicos que influenciam a aplicação da medida socioeducativa ao adolescente autor de ato infracional: uma análise empírica no Poder Judiciário**. Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

DAHAS-JORGE, Nadiana Cavaleiro de Macedo. **Conhecendo o Adolescente Infrator: O Caso da Divisão de Atendimento ao Adolescente de Belém**. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública) PPGSP, UFPA, Belém, Pará, 2016. Disponível em: <[https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses\\_e\\_dissertacoes/dissertacoes/2013/201311%20-%20JORGE.pdf](https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2013/201311%20-%20JORGE.pdf)>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÁCOMO, I. A. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. 7ª ed. Curitiba: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente, 2017. Disponível em: <<https://femparpr.org.br/site/wp-content/uploads/2017/07/Livro-ECA.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

LEDO, João Paulo Carneiro Gonçalves. Estudo Criminológico do Ato Infracional no Distrito de Icoaraci-Belém-PA. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, v. 2, n. 1, p. 94-111, 2016. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/290>>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

LIMA, Bruna Andrino de et al. **A relação entre a violência e os atos infracionais: quem é o adolescente infrator no estado do Rio Grande do Sul**. Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, n. 21, p. 33-53, 2018.

MATSUDA, Luciane Gabriele. **Responsabilização do Ato Infracional por meio das Medidas Socioeducativas**. 2020. 97 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública). PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2020. Disponível em: <[https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses\\_e\\_dissertacoes/dissertacoes/2018/201813%20-%20MATSUDA.pdf](https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2018/201813%20-%20MATSUDA.pdf)>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

PARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP). **Estatísticas: Boletins de Ocorrências**. Disponível em: <<http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/dashboard/>>. Acesso em: 09 de julho de 2023.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Decreto nº 729, de 05 de maio de 2020. **Dispõe sobre a suspensão total de atividades não essenciais (lockdown), no âmbito dos Municípios do Estado do Pará, visando a contenção do avanço descontrolado da pandemia da COVID-19.** Disponível em: <<http://lex.pge.pa.gov.br/atos/view/963>>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

RABELLO, C.; DA SILVA, F. C. Os crimes sexuais e o valor probatório da palavra da vítima. **NATIVA-Revista de Ciências, Tecnologia e Inovação**, v. 3, n. 2, p. 8-17, 2022. Disponível em: < <https://jiparana.emnuvens.com.br/riacti/article/view/492/580>>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. E.; CUNHA, R. S. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº8.069/1990**. 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

UNICEF BRASIL. **Situação das Crianças e dos Adolescentes no Brasil**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

## CAPÍTULO 17

### Crimes licitatórios: apontamentos sobre os resultados das ações da divisão de repressão à corrupção e ao desvio de recursos públicos da polícia civil do estado do Pará, Brasil

#### Bruno Saravalli Rodrigues

Mestre em Segurança Pública (UFPA). Promotor de Justiça.  
Belém, Pará, Brasil | [bruno.rodrigues@ifch.ufpa.br](mailto:bruno.rodrigues@ifch.ufpa.br)

#### Rafael Rodrigues de Souza

Mestre em Segurança Pública (UFPA).  
Servidor Público do Ministério Público do Estado do Pará.  
Especialista em Licitações. Belém, Pará, Brasil  
[rafael.rodrigues.souza@ifch.ufpa.br](mailto:rafael.rodrigues.souza@ifch.ufpa.br)

#### Marcia Cristina dos Santos Rêgo

Doutora em Direito (UFPA).  
Docente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública  
da Universidade Federal do Pará.  
Belém, Pará, Brasil | [marciacristinaufpa@hotmail.com](mailto:marciacristinaufpa@hotmail.com)

#### Vicente Leite Barbosa Araújo dos Santos

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e Delegado de Polícia titular da  
Diretoria Estadual de Combate à Corrupção. Belém, Pará, Brasil.  
[vicente.araujo.santos@ifch.ufpa.br](mailto:vicente.araujo.santos@ifch.ufpa.br)

#### RESUMO

**Importância do Estudo:** As contratações públicas para fornecimento de produtos ou serviços, por regra constitucional, exigem realização de licitação. Diante do grande volume de contratações públicas, da necessidade de igualdade e de probidade nas ações públicas, as licitações assumem relevância prática e teórica. **Objetivo:** Este trabalho demonstrou que os crimes envolvendo licitações constituem um dos principais

instrumentos de desvio do dinheiro público. Para isso, após revisão bibliográfica, foram apresentados dados sobre as ações da Diretoria Estadual de Combate à Corrupção, órgão da Polícia Civil do Estado do Pará especializado na investigação e repressão aos crimes contra o patrimônio público. **Materiais e Métodos:** A revisão bibliográfica apresentou o conceito de licitação e dos crimes associados. Após o fornecimento desse referencial teórico, se apresentou os dados obtidos junto a Diretoria Estadual de Combate à Corrupção, para por meio de abordagem quantitativa e emprego de técnicas de estatísticas descritivas para retratar os resultados. **Resultados e discussões:** Os dados de pouco mais de 04 anos de atuação da unidade de investigação e repressão à corrupção atestaram que 30,38% das investigações consideraram crimes licitatórios, enquanto 45,35% dos mandados judiciais para medidas investigatórias invasivas se referiram a essa modalidade de crime. **Conclusões:** Os crimes licitatórios compõem relevante modalidade criminosa de ataque ao patrimônio público. A investigação destes crimes é complexa e exige, usualmente, medidas investigatórias somente possíveis com autorização judicial. Isso demonstra que há necessidade de o estado investir em unidades especializadas e na constante capacitação dos agentes que atuam neste eixo.

**Palavras-Chaves:** Contratações; Investigação; Patrimônio.

## 1 Introdução

A Constituição Federal fixa como objetivo da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor ou idade (Brasil, 1988). Assim, para que se assegure vida digna aos brasileiros, a legislação exige que o poder público preste inúmeros serviços. Isso faz com que a Administração celebre negócios numa escala gigantesca, por exemplo, obras, prestação de serviços, fornecimento de medicamentos, remédios, alimentos etc. Nessa grande empreitada estatal, a lei fixa

critérios para escolha dos contratados; tudo para impedir escolhas impróprias, suspeitas, desonestas e afastadas do interesse coletivo (Carvalho, Oliveira, Rocha, 2022).

A ordem jurídica, conforme o Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes. (Brasil, 1988). Quanto à regulação legal das licitações, são diversas as leis sobre o tema, sendo as principais: a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sobre normas gerais de licitações (BRASIL, 1993); a Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2022, sobre a modalidade de licitação pregão (Brasil, 2002).

Importante inovação do campo das licitações e contratos administrativos é a Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerada como a nova lei de licitações e contratos administrativos. Cuida-se da lei que traz as novas regras gerais para licitações e contratos. Tal diploma legislativo revoga a lei de normas gerais de licitação e a lei de pregão (Leis Nº 8.666 e Nº 10.520). A nova lei também altera as disposições relativas aos crimes e será de uso obrigatório partir de 30 de dezembro de 2023 (Brasil, 2021).

Como visto, o complexo panorama legislativo, a grandiosidade de negócios e valores envolvidos constituem imenso campo de trabalho para que se assegure atuação pública proba e eficiente. Em busca de se contribuir com pesquisas e análises da atuação pública frente às ilegalidades, busca-se mostrar reflexões sobre o conceito de licitação, discutir quanto as principais fraudes em licitações e processos administrativos e expor os crimes envolvendo o tema. Mediante essa base, descrever e expor os resultados da Diretoria Estadual de Combate à Corrupção (DECOR), unidade especializada no combate às ilegalidades praticadas no âmbito das licitações e contratos públicos no Estado do Pará.



## 2 Revisão Bibliográfica

Para considerações sobre processos licitatórios, contratos administrativos, fraudes e crimes, é indispensável a apresentação de elementos teóricos que servirão de referência para a apreciação dos dados (Prodanov; Freitas, 2013). Nesse ponto, apresenta-se revisão do tipo narrativa, usada para exposição do estado da arte do assunto, a partir de um ponto de vista teórico (Bernardo; Nobre Janete, 2004). Bittencourt (2023) informa que a palavra licitação tem origem latina, com significado de lançar em leilão, oferecer preço sobre a coisa posta em leilão. Por sua vez, Nucci (2022) afirma que licitar é oferecer algum bem ou serviço ao público para obtenção do melhor valor possível, por meio de lances.

Para a proteção das finalidades da licitação, a nova lei de licitações - Lei 14.133/2021, busca minimizar os riscos no processo de contratação. Contudo, a recomendação da legislação é que os agentes públicos envolvidos no processo de licitação sejam, preferencialmente, servidores efetivos ou do quadro permanente do órgão ou entidade pública, detendo para o exercício da função formação compatível ou qualificação voltada à área de contratações. O objetivo é descrito como medida de proteger a rotatividade que reflete vínculos políticos, primando pelo conhecimento técnico e habilidade comportamental; características que, em última análise, velam pelo princípio constitucional da impessoalidade. (Camarão, 2021).

Outro princípio que norteia os ditames licitatórios é o princípio da transparência: a Administração Pública, ao realizar seus procedimentos de aquisição (compras) deve, como regra, ter máxima transparência sob condição de eficácia dos atos administrativos. Em outras palavras,

cabe à Administração disponibilizar todas as informações atinentes aos seus gastos, criar mecanismos de controle social e de auxílio aos órgãos de controle para que esse princípio tenha eficácia prática (Compras Públicas, 2021).

Para prevenção e punição das fraudes previstas na legislação, a nova lei de licitações e contratos administrativos inseriu o capítulo II-B ao Título XI da Parte Especial do Código Penal. O legislador inseriu onze crimes entre os Artigos 337-E e 337-O do texto legal: contratação direta ilegal; frustração do caráter competitivo de licitação; patrocínio de contratação indevida; modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo; perturbação de processo licitatório; violação de sigilo em licitação; afastamento de licitante; fraude em licitação ou contrato; contratação inidônea; impedimento indevido; omissão grave de dado ou informação por projetista (Cunha, 2023).

Como aponta Masson (2021), os crimes envolvendo licitações e contratos administrativos previam penas muito baixas, tais penas, somadas à lentidão do processo judicial, à complexidade de investigação dos fatos e, muitas vezes, ao foro por prerrogativa de função, resultavam na prescrição de crimes e na impunidade. Portanto, a nova lei aumentou consideravelmente a pena privativa de liberdade para os crimes envolvendo licitações. O legislador reconheceu que esses crimes trazem graves prejuízos sociais, principalmente para a parcela da população que mais depende dos serviços e produtos ofertados pelo poder público.

Outra alteração legal para que se assegure punição adequada para aqueles que praticam condutas criminosas em relação às licitações é o cálculo da pena de multa. Isso porque o Artigo 337-P do Código Penal, alterado pela nova lei de licitações e contratos, impõe que a pena de multa não pode ser inferior a 2% do valor do contrato licitado ou

celebrado com o poder público. Agora a pena de multa para os crimes envolvendo licitações e contratos administrativos é calculada na forma do Código Penal e o valor é destinado ao Fundo Penitenciário Nacional, sem limitação a limitação do valor licitação ou da contratação (Brasil, 1940).

Não é o objeto deste texto o estudo aprofundado dos onze crimes tipificados pela lei, mas seguem considerações breves sobre cada infração penal incluída no Código Penal para que se referencie o âmbito de proteção que a lei confere ao processo licitatório e contratos administrativos. O primeiro crime é o de contratação direta ilegal, infração penal praticada por funcionários públicos e, em resumo, pune quem admite, possibilita ou dá causa à contratação estatal direta fora dos casos legais.

Nesse panorama, surgem como meios de fraudes em licitações a falsa caracterização de uma situação de inexigibilidade ou de dispensa de licitação (São Paulo, 2015). As possibilidades de dispensa de licitação são as previstas no Artigo 24 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Conforme Alexandre Mazza (2011), são situações em que a competição é possível, mas sua realização pode não ser conveniente e oportuna para a Administração em tudo respeitado o interesse público. Por sua vez, a inexigibilidade deveria ocorrer apenas quando inviável a competição no mercado, de forma que a realização do procedimento licitatório, mesmo que desejada pela administração pública, não seria factível do ponto de vista prático (Niebhur, 2013). Entretanto, em muitos casos não se faz licitação para escolha direcionada do contratante e para contratações superfaturadas.

O segundo crime é frustrar o caráter competitivo de licitação, pode ser praticado por qualquer pessoa que participe de licitação e, de

qualquer modo, fraude ou frustre o caráter competitivo de processo licitatório, com o objetivo de obter vantagem decorrente da adjudicação do processo licitatório. Nessa seara, aparece o conluio entre empresas concorrentes: quando a oferta de preços é previamente ajustada entre os participantes para superfaturamento do orçamento inicial. Soma-se a isso a formação cartéis, outra prática comum de mercado, notadamente, empresas autônomas criam uma espécie de monopólio de mercado, para burlar a competitividade dos certames públicos (Maragno, 2019).

Também são formas comuns de frustrar o caráter competitivo da licitação a adulteração e falsificação de documentos. Nesse ponto é comum o uso de atestados de capacidade técnica com conteúdo falso. Sobre o tema o Tribunal de Contas da União decidiu que a apresentação de atestado com conteúdo falso, por si, configura a prática de fraude à licitação e tem como consequência a declaração de inidoneidade (Leitão, 2023).

O terceiro crime é o patrocínio de contratação indevida, cuida-se de um tipo de infração penal praticada por funcionário público que patrocina, direta ou indiretamente, interesse particular perante o poder público, causando a instauração de licitação ou celebração de contrato administrativo cuja invalidação vier a ser decretada pelo Judiciário (Brasil, 1940). Como forma de consumir esta fraude às licitações, surgem a fixação de critérios desarrazoados e incompatíveis com o objeto licitado; as denominadas fraudes no instrumento convocatório. Essas exigências realizadas por agentes públicos inviabilizam a disputa, afastam potenciais licitantes e aumentam os preços por ausência de competição (Justen Filho, 2015).

Todavia, o quarto crime é a modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo; ocorre quando o funcionário público

admite, possibilita ou dá causa a modificação ou vantagem do contrato, em favor do contratado, sem autorização legal ou regulamentar; também configura esse crime o pagamento de fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade (Brasil, 2021). O quinto crime é perturbação de processo licitatório; conduta criminosa pode ser praticada por qualquer pessoa que impeça, perturbe ou fraude realização de ato de processo licitatório (Espírito Santo, 2021). O sexto crime é a violação de sigilo em licitação, a conduta é devassar o sigilo de proposta em processo licitatório ou proporcionar a terceiro a violação do sigilo. Esse crime pode ser praticado por qualquer licitante em conluio ou não com servidores públicos e fere além do código penal o princípio da competitividade (Boselli, 2017). O sétimo crime trata do afastamento de licitante, é quando qualquer pessoa afasta ou tenta afastar um licitante por meio de violência, grave ameaça ou oferecimento de qualquer tipo de vantagem (Brasil, 1940).

A legislação segue com o oitavo crime em processo licitatório ou contrato administrativo; é o crime de fraude em licitação ou contrato: ocorre por meio de fraude com entrega de mercadoria ou prestação de serviço em qualidade ou quantidade diferente da estipulada no edital ou contrato; fornecimento como perfeito de mercadoria falsa, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido; entrega de uma mercadoria por outra; alteração da substância quantidade ou qualidade da mercadoria ou serviço oferecido; por aumento do preço da proposta ou a execução do serviço para o poder público por meio fraudulento (Brasil, 1940).

O nono crime previsto em licitações ou contratos é a contratação inidônea, quando servidor público, licitante ou contratado admite à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo. Inidôneos são,

em resumo, a empresa ou o profissional que não cumpriram com obrigação anterior advinda de licitação e contrato com o poder público, a declaração de inidoneidade exige processo administrativo anterior. O décimo crime é o impedimento indevido: a conduta é do servidor público que obsta, impede ou dificulta, injustamente, a inscrição de interessado nos registros cadastrais ou promove indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito.

O décimo primeiro crime é a omissão grave de dado ou de informação por projetista, prática fraudulenta às licitações denominada de jogo de planilhas, que ocorre em dois diferentes pontos do processo licitatório. Quando da elaboração dos instrumentos de planejamento da contratação, falhas podem acarretar superdimensionamento ou subdimensionamento de quantitativos das contratações. Em um segundo momento acontece a consumação da prática fraudulenta, onde a empresa inidônea se aproveita dos quantitativos subdimensionados e solicita a exclusão, via termo aditivo ao contrato, de valores que, propositalmente, inseriu bem abaixo do mercado, pois sabia que não iria executar, ferindo frontalmente o princípio da competitividade.

Por outro lado, maior dano se verifica quando a empresa percebe, em conluio ou não com agentes públicos, que certas quantidades estão subdimensionadas e insere valores exorbitantes nesses itens e após vencer a licitação, solicita aditivo de quantitativos, aumentando seu lucro de forma exponencialmente em detrimento de prejuízo aos cofres públicos. (Justen Filho, 2012). Percebe-se que a legislação busca proteger e punir como crime atos que tornem inviável a atuação pública para cumprimento de suas obrigações legais ou que busquem o enriquecimento ilegal por meio das contratações públicas em todas as fases do procedimento.

### 3 Material e Métodos

#### (a) Natureza da pesquisa:

A pesquisa é de natureza quantitativa e, no que se refere a seu objetivo, é do tipo exploratório descritivo; a abordagem quantitativa dos dados se utiliza de técnicas estatísticas, com o objetivo de coletar, organizar, interpretar e analisar os dados, evidências e informações que possam ser quantificadas. Referidas técnicas conferem a possibilidade de produção fidedigna de resultados para aplicação de pesquisas realizadas. (Menezes e Silva, 2001).

O objetivo da pesquisa, conforme supramencionado, é exploratório, uma vez que busca maximizar os conhecimentos a respeito do tema e aprimorar ideias (Gil, 2008). Por fim, a pesquisa é descritiva, pois tem como objetivo analisar e descrever os resultados das investigações desenvolvidas pela Diretoria Estadual de Combate à Corrupção da Polícia Civil do Pará (Kauark; Manhães e Medeiros, 2010).

#### (b) Lócus:

O lócus da pesquisa é o Estado do Pará, uma vez que a Diretoria Estadual de Combate à Corrupção da Polícia Civil, conforme Decreto Executivo nº 89, de 6 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial nº 33867, detém atribuição em todo o território estadual (Pará, 2019). Ademais, o recorte temporal da pesquisa é o período de 06 de maio de 2019, data da criação institucional da Diretoria especializada, a 30 de junho de 2023, último mês dos dados consolidados apresentados.

#### (c) Fontes de dados:

A fonte dos dados analisados é a Polícia Civil do Pará, mais especificamente a sua Diretoria Estadual de Combate à Corrupção

(DECOR/PCPA). A Diretoria Estadual de Combate à Corrupção é uma unidade operacional vinculada diretamente ao Delegado-Geral de Polícia Civil e contém em sua estrutura três divisões investigativas para melhor distribuição de suas demandas: a Divisão de Repressão à Corrupção e ao Desvio de Recursos Públicos (DECORD/DECOR/PCPA), a Divisão de Repressão à Lavagem de Dinheiro (DRLD/DECOR/PCPA) e a Divisão de Repressão a Crimes contra a Ordem Tributária (DOT/DECOR/PCPA) (Pará, 2019).

Neste artigo serão analisados dados oriundos da Divisão de Repressão à Corrupção e ao Desvio de Recursos Públicos (DECORD/DECOR/PCPA), unidade especializada da diretoria responsável em apurar fraudes e corrupção praticadas no âmbito da administração pública e, que causem prejuízo ao erário público e à moralidade administrativa, especialmente ações previstas na lei de licitações e lei de improbidade administrativa, que promovam danos ao erário ou enriquecimento ilícito (Pará, 2019).

Acrescenta-se que, apesar de toda Autoridade Policial do Estado do Pará ter atribuição para investigar fraudes a licitações, em razão da peculiaridade da matéria e da necessidade de *expertise* e acesso a bancos de dados específicos, parte considerável destes inquéritos policiais são instaurados pela Diretoria Estadual de Combate à Corrupção, mais especificamente, pela Divisão de Repressão à Corrupção e ao Desvio de Recursos Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará (DECORD/DECOR/PCPA), motivo pelo qual a análise dos referidos dados reflete um panorama sólido da repressão a essa modalidade criminosa em território paraense.

#### **(d) Procedimentos de coleta:**

O acesso a tais informações é restrito, motivo pelo qual se encaminhou, na data de 13 de março de 2023, o



Ofício nº 014/2023-PPGSP/IFCH/UFPA, via Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/297605, ao Senhor Dr. Walter Resende de Almeida, Delegado-Geral da Polícia Civil do Pará.

No que tange à quantidade de Inquéritos Policiais instaurados na Diretoria Estadual de Combate à Corrupção, o número de indiciados e a capitulação provisória, a pesquisa será realizada por meio de dados constantes no Sistema Integrado de Segurança Pública 2.0 (SISP-WEB), registrado na unidade 608 (DECORD/DECOR), e armazenado no cartório da unidade estudada, a serem repassadas em arquivos.pdf e planilha XLSX.

#### **(e) Análise de dados:**

Por se tratar de pesquisa sobre o panorama das investigações, optou-se pelo censo dos Inquéritos Policiais instaurados e encerrados, sobre a quantidade de indiciados e a capitulação penal provisória em investigações desenvolvidas pela Divisão de Repressão à Corrupção e ao Desvio de Recursos Públicos da Diretoria Estadual de Combate à Corrupção da Polícia Civil do Pará (DECORD/DECOR/CPCPA), no período 06 de maio de 2019 a 30 de junho de 2023. Os dados serão submetidos à análise descritiva, a qual condensa técnicas estatísticas para descrever e agrupar dados, apresentando-os por meio de tabelas, gráficos e medidas de resumo (Bussab; Morettin, 2024).

## **4 Resultados e Discussões**

Desde sua criação, em 06 de maio de 2019, a Divisão de Repressão à Corrupção e ao Desvio de Recursos Públicos, unidade integrante à Diretoria Estadual de Combate à Corrupção, remeteu ao judiciário 79

Inquéritos Policiais, que resultaram no indiciamento de 165 pessoas, a partir da deflagração de 19 operações policiais e no cumprimento de 183 mandados judiciais diversos (busca e apreensão, prisão temporária e preventiva, afastamento de sigilo fiscal e/ou bancário, sequestro de bens e/ou valores, dentre outros).

**Tabela 1:** Atividades Realizadas pela Divisão de Repressão à Corrupção e ao Desvio de Recursos Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará, durante o período de 2019 a 2023.

Ano	Inquéritos Encerrados	Indiciamentos	Mandados Cumpridos	Operações	Total
2019	04	03	71	05	83
2020	09	32	20	02	63
2021	27	50	45	06	128
2022	32	45	15	03	95
2023	07	35	32	03	77
Total	79	165	183	19	446

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em dados fornecidos pela DECORD/DECOR/PCPA, (2023).

Obs.: Dados Consolidados em 30 de junho de 2023.

Mediante a Tabela 01, se torna possível perceber que no ano de 2021 foram realizadas o maior número (128) de atividades pela DECORD/DECOR/PCPA, ao contrário do ano de 2020, onde foi registrada a menor quantidade (63), algo que pode ser explicado por se tratar do início da pandemia de Covid-19, com medidas de restrição à circulação de pessoas foram implementadas. Contudo, se evidencia uma quantidade relevante de indiciamentos (165), além de mandados cumpridos (183), ratificando a importância desta divisão de polícia civil

no Estado do Pará, quanto ao combate aos crimes de corrupção e desvio de recursos públicos. Consoante acima citado, a DECORD/DECOR/PCPA não tem como única atribuição investigações decorrentes de fraudes a licitações, mas também delitos que importem em lesão ao erário, por exemplo os crimes do Título XI do Código Penal: peculato, corrupção passiva, prevaricação, corrupção ativa, tráfico de influência, dentre outros (Brasil, 1940).

**Tabela 2:** Operações Deflagradas pela Divisão de Repressão à Corrupção e ao Desvio de Recursos Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará, durante o período de 2019 a 2023, contra fraudes à licitação e crimes diversos.

Tipo Criminal	Inquéritos Encerrados	Indiciamentos	Mandados Cumpridos	Total
Fraude à Licitação	24	61	83	168
Crimes Diversos	55	104	100	259
Total	79	165	183	427

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em dados fornecidos pela DECORD/DECOR/PCPA, (2023).  
Obs.: Dados Consolidados em 30 de junho de 2023.

Dessa forma, dentre as condutas ilícitas supramencionadas, como apontado na Tabela 02, se constata que dos 79 Inquéritos Policiais encerrados, 24 tiveram como objeto investigações de fraudes a licitações, resultando no indiciamento de 61 pessoas e no cumprimento de 83 mandados judiciais, isso totalizou 168 ações policiais contra fraude no período considerado, isso corresponde a 39,34% do total de crimes investigados. Sobre o cumprimento de mandados judiciais de medidas cautelares contra o crime de fraude à licitação, foram cumpridos 83 mandados judiciais, relacionados a 45,35% das decisões.

Insta apontar que houve cômputo como operações especiais de 19 Inquéritos Policiais (Tabela 3) que resultaram em diligências externas, tais quais, cumprimento de mandados de busca e apreensão e/ou prisão de suspeitos. Resta claro, portanto, o esforço investigativo empreendido pela Divisão de Repressão à Corrupção e ao Desvio de Recursos Públicos para elucidação de fatos criminosos que envolvem fraude à licitação em comparação aos outros crimes dentro de sua esfera de atribuição.

**Tabela 3:** Nome das Operações Deflagradas pela Divisão de Repressão à Corrupção e ao Desvio de Recursos Públicos da Polícia Civil do Pará, anos 2019 a 2023, por tipo de capitulação penal, quantidade de indiciados e mandados.

Operação	Data	Capitulação Penal Principal	Indiciados	Mandados Cumpridos	Total
Rochedo do Caranguejo	jul/19	Peculato	5	3	8
Transformers	set/19	Peculato	2	5	7
Pares	set/19	Fraude à licitação	7	22	29
Porcellana	out/19	Peculato	11	34	45
Sertões	nov/19	Tráfico de Influência	2	5	7
Aurum	fev/20	Corrupção ativa e passiva	5	2	7
Simbiose	ago/20	Fraude à licitação	6	4	10
Cratera	jan/21	Fraude à licitação	9	16	25
Iaça	abr/21	Estelionato	5	4	9

Operação	Data	Capitulação Penal Principal	Indiciados	Mandados Cumpridos	Total
Quimera	mai/21	Fraude à licitação	3	12	15
Victória	set/21	Fraude à licitação	5	8	13
BR	out/21	Corrupção passiva	2	-	2
Sócio-Oculto	nov/21	Fraude à licitação	3	5	8
Coveiro	jan/22	Fraude à licitação	4	4	8
Tanque Cheio	mai/22	Fraude à licitação	7	3	10
Espectro	out/22	Peculato	-	2	2
Parada Obrigatória	jan/23	Corrupção passiva	3	9	12
*Acácia	mar/23	Peculato e Corrupção passiva	-	5	5
*Alcateia	abr/23	Fraude à licitação	-	8	8
Total Parcial	9	Fraude à licitação	44	82	126
Total Geral	19	-	79	151	230

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em dados fornecidos pela DECORD/DECOR/PCPA, 2023.

Obs<sup>1</sup>.: Dados Consolidados em 30 de junho de 2023.

Obs<sup>2</sup>.: Operações marcadas com asteriscos (“\*”) ainda não haviam sido encerradas até a submissão do artigo, motivo pelo qual não constam número de indiciados.

## 5 Conclusão

Os resultados apresentados ratificaram a hipótese científica desta pesquisa, corroborando à suposição que os crimes licitatórios constituem em modo relevante de ataque ao patrimônio público, pois cerca de 39,34%, em pouco mais de quatro anos de análise, das investigações promovidas pela unidade especializada em delitos que provocam danos ao erário público no Estado do Pará, são associados diretamente a esta modalidade criminosa.

Esta pesquisa também demonstrou que as investigações contra crimes licitatórios são de natureza complexa. Isso porque não obstante 39,34% dos inquéritos policiais conduzidos pela delegacia especializada terem como objeto a apuração de fraudes à licitação, cerca de 47,37% das operações policiais e 45,35% dos mandados judiciais tiveram como objetivo obter provas de crimes licitatórios. Portanto, apesar das investigações representarem menor percentual no contexto geral, elas resultaram em maior número de diligências investigatórias complexas e sujeitas à autorização judicial.

Nessa linha, é de extrema relevância a existência de uma Diretoria especializada para apuração específica de crimes licitatórios, pois uma unidade policial com atribuições gerais dificilmente terá expertise, condições operacionais e técnicas suficientes para instauração, promoção e encerramento de todo o processo de investigações contra os crimes licitatórios.

Conforme exposto, a Diretoria Estadual de Combate à Corrupção é uma unidade recentemente instituída no organograma da Polícia Civil do Estado do Pará e, por isso, ainda pouco desenvolve estudos e pesquisas no campo prático e teórico. Assim, outras pesquisas científicas podem ser

derivadas deste estudo, por exemplo, verificação de quais modalidades criminosas em licitações têm maior incidência; acusações formuladas pelo Ministério Público ao Judiciário baseadas em investigações imputaram os mesmos crimes objeto do indiciamento; recebimento das acusações e final condenação; tempo médio do curso do processo, dentre outras nuances da persecução penal que podem ser analisadas.

Outro importante ponto é a manutenção de ciclos de estudos da Diretoria Estadual de Combate à Corrupção, tendo como fito a consolidação e crescimento deste importante órgão de combate à corrupção no Estado do Pará. Nesses estudos, haverá possibilidade de comparativos com ações de outras unidades de polícia judiciária especializadas em crimes de licitações no Brasil, corroborando para uma troca de informações e aperfeiçoamento de técnicas ou métodos para combater os crimes previstos na Lei 14.133/2021, bem como a manutenção de contato com órgãos de fiscalização de contas públicas. Finalmente, sugestiona-se um estudo para caracterização do perfil do policial que trabalha em tal diretoria, pois é deste profissional, necessariamente especializado, que depende o êxito da investigação.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Sidney. **Nova Lei de Licitações Passo a Passo**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

BOSELLI, Felipe. **O Sigilo das Propostas**. Boselli Licitações, 2017. Disponível em <https://boselli.com.br/o-sigilo-das-propostas/>. Acesso em 26/07/2023.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm). Acesso em 18 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em 03 de jul. 2023.

BRASIL. Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002. **Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10520.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm). Acesso em 27 jun. 2023.

BRASIL. Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm). Acesso em 27 jun. 2023.

BRASIL. Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm). Acesso em 18 nov. 2022.

BRASIL. Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm). Acesso em 03 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Licitações e Contratos – Informativo MJSP**, 2021. Disponível em: [https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/7007/1/GESTAO\\_DE\\_RISCOS\\_DE\\_INTEGRIDADE.pdf](https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/7007/1/GESTAO_DE_RISCOS_DE_INTEGRIDADE.pdf)



BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica**. – 10 ed. - São Paulo: Saraiva, 2024.

CARVALHO, Matheus; OLIVEIRA, João Paulo; ROCHA, Paulo Germano. **Nova Lei de Licitações Comentada e Comparada**. 2. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2022.

CAMARÃO, Tatiana. **A gestão por competência na nova Lei de Licitações e Contratos**. Repositório UFSC, 2021, Disponível em [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229560/ConJur%20-%20Tatiana%20Camar%C3%A3o\\_%20Gest%C3%A3o%20por%20compet%C3%Aancia%20na%20nova%20Lei%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229560/ConJur%20-%20Tatiana%20Camar%C3%A3o_%20Gest%C3%A3o%20por%20compet%C3%Aancia%20na%20nova%20Lei%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 14/07/2023.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal Parte Especial**. 16. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023.

ESPÍRITO SANTO. Escola de Serviço Público do Espírito Santo – ESESP. **Aspectos penais da licitação**. 2021. Disponível em <https://esesp.es.gov.br/Media/esesp/Apostilas/Demandas%202021/Aspectos%20penais%20da%20licita%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 26 jul. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas AS, 2008.

GOMES, Luiz Flávio; DA SILVA, Marcelo Rodrigues. **Organizações Criminosas e Técnicas Especiais de Investigação**, Salvador: Editora Juspodivm. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades**, 2019. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo, Dialética, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Seis indícios de corrupção nas contratações administrativas**. Coluna da Gazeta do Povo, 2015, disponível em <http://www.justenfilho.com.br/tags/contratacao-administrativa/> Acesso em: 12 jul. 2023.

KAUARK, F.; MANHÃES, F.C.; MEDEIROS, C.H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Ed. Via Litterarum, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7.ed., São Paulo: Atlas, 2010.

LEITÃO, Gisella. **Exemplos de fraudes em licitações: conheça os principais**. Conlicitação, 2023, Disponível em <https://conlicitacao.com.br/fraudes-em-licitacoes/>

MARAGNO, L. M. D., Knupp, P. de S., & Borba, J. A. (2019). **Corrupção, lavagem de dinheiro e conluio no Brasil: evidências empíricas dos vínculos entre fraudadores e cofraudadores no caso Lava Jato**. Revista De Contabilidade E Organizações, 13, 5-18. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.158510>.

MARTINS, G. de A.; DONAIRE, D. **Princípios de Estatística**. São Paulo: Atlas, 1997.

MASSON, Cleber. **Crimes em Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Editora Método, 2021.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 343.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime de Lavagem de Dinheiro**. Editora Atlas, São Paulo, 4ª ed. 2018.

NIEBHUR, Joel de Menezes. **Licitações públicas e contrato administrativo**. 3 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

NUCCI, **Guilherme de Souza**. **Curso de Direito Penal**. Vol. 3. 6. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Organização Criminosa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

PARÁ. **Diário Oficial do Estado nº 33.867 de 07 de maio de 2019**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MMdPD1v3-MdqCY7YSI7Z3Rb6JNb6hdDT/view>. Acesso em 08 de julho de 2023.

PARÁ. Resolução Nº 185, de 19 de fevereiro de 2012. **Aprova a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/302>. Acesso em 03 mai. 2023.

PRINCÍPIOS da Licitação: entenda o que diz a Lei 14.133/21. **Portal de Compras Públicas**, 2021. Disponível em: [https://www.portaldecompraspublicas.com.br/novidades/principios-da-licitacao-entenda-o-que-diz-a-lei-14-133-21\\_1189#:~:text=descumprir%20as%20normas,-Da%20transpar%C3%A2ncia,de%20audita%20de%20suas%20a%C3%A7%C3%B5es](https://www.portaldecompraspublicas.com.br/novidades/principios-da-licitacao-entenda-o-que-diz-a-lei-14-133-21_1189#:~:text=descumprir%20as%20normas,-Da%20transpar%C3%A2ncia,de%20audita%20de%20suas%20a%C3%A7%C3%B5es). Acesso em 11 jul. de 2023.

SÃO PAULO (Estado). Ministério Público do Estado de São Paulo. **Fraudes em licitações e contratos**. Temas de Patrimônio Público volume I, 2015.

SILVA, L. S.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Manual de orientação. Florianópolis, 2001.

## CAPÍTULO 18

### Violência contra criança e as percepções dos profissionais da rede de atendimento: uma revisão integrativa

**Patrícia de Fátima de Carvalho Araujo**

Mestranda em Segurança Pública (UFPA)

Belém, Pará, Brasil | [araujocarvalhopatricia@gmail.com](mailto:araujocarvalhopatricia@gmail.com)

**Izabela da Silva Jatene**

Doutora em Ciências Sociais Pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ).

Belém, Pará, Brasil | [izabelajatene@gmail.com](mailto:izabelajatene@gmail.com)

**Maely Ferreira Holanda Ramos**

Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Psicologia (UFPA)

Belém, Pará, Brasil | [maelyramos@hotmail.com](mailto:maelyramos@hotmail.com)

#### RESUMO

**Importância do estudo:** A violência contra criança é um fenômeno complexo e multifacetado. No ano de 2022 houve aumento significativo de crimes contra crianças no Brasil, sobretudo em contexto de violência doméstica, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Objetivo:** Analisar artigos científicos sobre violência contra a criança e atuação dos profissionais da rede de proteção, no período de 2018 a 2023. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura das produções científicas que abordam a percepção destes profissionais sobre a violência contra criança e trabalho em rede. A busca dos estudos ocorreu no portal de periódicos das plataformas *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES). Para a análise dos dados utilizaram-se as técnicas frequências e categorial da Análise de Conteúdo, de Bardin. **Resultados e discussões:** Foram selecionados 9 (nove) artigos

científicos e identificadas 27 palavras-chave, as quais foram agrupadas por similaridade semântica, formando 2 (duas) categorias temáticas, sendo elas: Violência contra Criança e Trabalho em rede. **Conclusão:** As pesquisas encontram correlação entre as variáveis estudadas e revelam a necessidade de investimentos em capacitação dos profissionais, melhoria das estruturas de trabalho e implantação de programas específicos para o enfrentamento nos municípios.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Enfrentamento a violência infantil. Proteção.

## 1 Introdução

A violência é um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos, afetando diversas esferas sociais e as relações entre grupos e culturas, (Dogde, 2015), acarretando consequências emocionais, sociais e econômicas de longo prazo, com altos custos para os governos. Segundo o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o ano de 2022 foi particularmente violento para crianças no Brasil, com aumento significativo de crimes como estupro, maus-tratos, abandono de incapaz e lesão corporal em contexto de violência doméstica, tornando o ambiente hostil para elas (FBSP, 2023).

Diante das estatísticas alarmantes e da complexidade das situações de violência, é imprescindível dar atenção aos profissionais que precisam estar devidamente qualificados para lidar com essas situações, buscando ações adequadas e eficazes. Além disso, esses profissionais podem enfrentar represálias por parte dos agressores, que frequentemente possuem histórico de perpetração de violência (Souza; Santos, 2013).

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo realizar uma revisão integrativa de artigos científicos que contenham levantamentos

de campo sobre a percepção desses profissionais em relação à violência contra a criança como fenômeno cultural multifacetado. Além disso, busca-se entender seus sentimentos, além de examinar as potencialidades e fragilidades do trabalho em rede para o enfrentamento da violência contra a criança. Com tais reflexões teóricas e práticas, espera-se contribuir para uma melhor compreensão e abordagem dessa temática.

## 2 Revisão Bibliográfica

Crianças e adolescentes são especialmente vulneráveis à violência cotidiana, por estarem em processo de formação, no que tange as suas estruturas físicas e psíquicas, acabam por estar naturalmente em risco. A crescente quantidade de casos de violência intrafamiliar destaca-se como um grave problema de saúde pública mundial, transcende raça, cultura, classe social e escolaridade (Morais et al., 2016). Seus impactos são devastadores, causando danos físicos, psicológicos, morais e espirituais, chegando até mesmo a resultar em morte (Minayo, 2018). Para o enfrentamento da violência, Arratia (2005) destaca a importância da dignidade humana, do respeito ao outro e de valores humanísticos, resumidos na palavra “empatia” por Florêncio, Ferreira Filha e Sá (2007). Infelizmente, crianças e adolescentes são mais vulneráveis à violência interpessoal familiar, alimentada por métodos agressivos de educação (Rocha; Moraes, 2011). O silêncio envolve as ocorrências na privacidade familiar e o medo de relatar, aceitação cultural e falta de proibição legal contribuem para a invisibilidade desse fenômeno (WHO, 2006).

As formas comuns de violência são físicas, psicológica, sexual e negligência. A primeira envolve o uso de força física ou armas para causar lesões. A segunda busca prejudicar a autoestima e o desenvolvimento do

indivíduo. A violência sexual implica obrigar a vítima a práticas sexuais através de poder ou força. A negligência refere-se à omissão de cuidado por um membro da família em relação a outro (Carvalho, 2010).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, ratifica o direito desses jovens como sujeitos de direitos e estabelece a proteção integral como princípio fundamental. O ECA preconiza políticas e programas de assistência social e serviços de prevenção e atendimento psicossocial para as vítimas de violência e maus-tratos, com uma rede articulada de diversos setores (Deslandes; Campos, 2015), exigindo abordagens multiprofissionais e intersetoriais na assistência social, educação e saúde pública (Apostólico et al., 2012). Ressalta-se a importância do sistema de segurança pública na rede, pois os agentes de segurança capacitados, nos campos das polícias investigativas e repressivas, companhias e divisões policiais especializadas para o atendimento de crianças e adolescentes e programas e projetos de prevenção, são indispensáveis para enfrentar essa dura realidade.

Essa rede de proteção tem por base um trabalho coletivo e articulado, visando a efetividade das ações e serviços, sendo composta por representantes do poder público e da sociedade civil, como conselhos de direitos e setoriais, secretarias executivas, conselheiros tutelares, profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social, segurança pública e justiça (BRASIL, 1990). Alguns destes locais da rede protetivas e os profissionais que neles trabalham foram o foco dos estudos analisados nesta revisão integrativa de literatura: as Unidades de Saúde da Família (USF); Conselho Tutelar; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) e a escola, pois são estratégicos para a notificação e o encaminhamento dos casos de violência.

Os profissionais que atuam na rede de proteção devem estar comprometidos com estratégias de intervenção para aumentar fatores de proteção e minimizar os fatores de risco (Faraj; Siqueira; Arpini, 2016). Além disso, é essencial que estejam capacitados para detectar maus-tratos, notificar e encaminhar para as redes de proteção e apoio, garantindo o respeito aos direitos e um cuidado digno (Angelo et al., 2013); (Freitas; Moura; Monteiro, 2016).

### **3 Material e Métodos**

#### **3.1 Natureza da pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, exploratória e descritiva. Busca levantar informações contantes em estudos científicos, com o fito de investigar um assunto pouco conhecido ou pouco estudado, de forma a promover familiaridade ao tema e identificar problemas, fornecendo uma base sólida para estudos posteriores, ao tempo em que descreve e interpreta características ou fenômenos de determinado grupo, população ou situação (Severino, 2014); (Marconi; Lakatos, 2017). A abordagem utilizada foi quali-quantitativa, conhecida como pesquisa mista, com a finalidade de obter uma compreensão mais abrangente possível sobre o fenômeno, permitindo a análise e interpretação dos dados sob diferentes perspectivas (Prodanov; Freitas, 2013).

A revisão de literatura, foi o método empregado, com o intuito de conhecer o que existe de publicado sobre o tema, na modalidade integrativa. A revisão integrativa da literatura é uma análise ampla de estudos anteriores, que contribui para a discussão de métodos e resultados de pesquisa, além de refletir sobre futuros estudos. Seu objetivo é obter uma compreensão profunda de um fenômeno específico,



mantendo rigor metodológico e apresentando resultados de forma clara para que os leitores possam identificar as características dos estudos incluídos na revisão e aplicá-los. É um instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE), originado do trabalho do epidemiologista Archie Cochrane. (Ercole; Melo; Alcoforado, 2014).

O protocolo para este tipo de revisão, compreende seis etapas que podem ser assim resumidas: i) Identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão; ii) Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos, amostragens e busca na literatura; iii) Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados e categorização dos estudos; iv) Avaliação dos estudos incluídos na revisão; v) Interpretação dos resultados; vi) Apresentação da revisão e síntese do conhecimento (Ganong, 1987). À vista disso, as questões norteadoras que se busca responder são: Quais os principais resultados identificados nos estudos sobre violência contra criança e suas redes de proteção?

### **3.2 Lócus e Fonte de dados**

Cuida-se de um estudo de revisão integrativa com coleta de dados realizada a partir de fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico referente à temática mencionada. As buscas para seleção dos artigos na literatura ocorrem na base de dados eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e na base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), programando-se os diretórios para filtrar as referências nos títulos e nas palavras-chave, de acordo com os descritores mencionados.

### 3.3 Coleta, Mineração e análise de dados

Ramos (2015) forneceu o ponto de partida para a definição da questão central e dos descritores de rastreamento que antecederam o levantamento bibliográfico, realizado em junho de 2023, para buscar artigos científicos aptos a fornecer suporte teórico de dados, por intermédio da adoção da estratégia P.V.O. - P (população/participantes), V (variável/categoria), O (Outcomes - resultados esperados).

Dessa forma a questão pesquisada inclui os elementos: P - “profissionais da saúde”, “profissionais da educação”; “profissionais da assistência social”, “profissionais da rede de proteção”, “rede de proteção a crianças e adolescentes”; “serviços de proteção infantil”; “rede de apoio”; “rede social”; V- variáveis usadas para “violência contra a criança”, “violência infantil”; “violência infantojuvenil”, “maus-tratos infantis”; “enfrentamento à violência contra criança”; “enfrentamento à violência infantil”; “violência intrafamiliar”; “violência doméstica”. O- resultado verificado nos participantes, indicando os estudos primários que continham as percepções dos profissionais da rede de proteção, acerca da violência infligida à criança e avaliação do trabalho realizado.

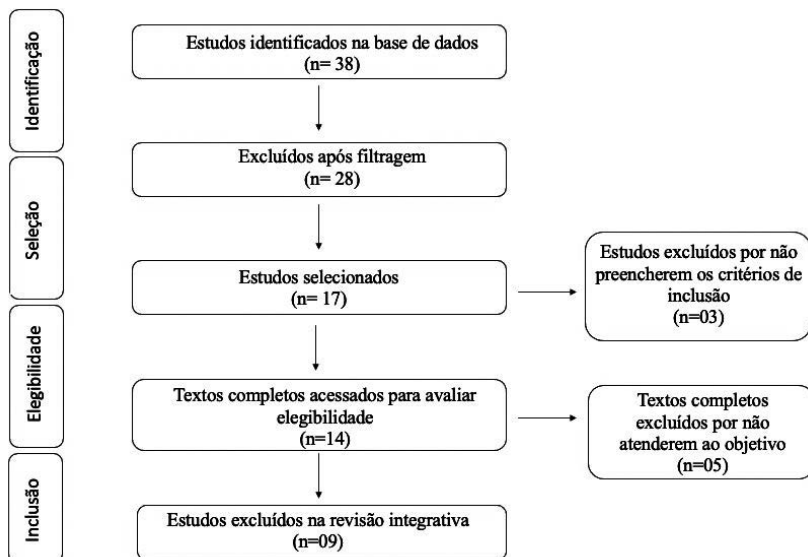
Em seguida, foram realizados os cruzamentos entre os todos os descritores P com todos os descritores V, utilizando-se entre eles a palavra “AND” para a busca na base de dados da SCIELO e CAPES, nos meses de junho/julho de 2023. Os critérios de inclusão definidos foram os seguintes: i) somente artigos científicos; ii) publicados nos últimos 6 (seis) anos – 2018 a 2023; iii) disponibilizados na íntegra e gratuitamente; iv) em língua portuguesa; iv) nacionais; v) em todos os periódicos e áreas temáticas; vi) abordagem qualitativa; vi) estudos primários ou originais, com dados colhidos diretamente pelos autores.

A partir da leitura dos resumos e palavras-chave, foram selecionados aqueles que com abordagem qualitativa, bem como os que contém levantamento de campo, abordando a temática proposta, qual seja, analisar a percepção dos profissionais da rede de proteção acerca do fenômeno da violência contra a criança, assim como verificar a avaliação destes profissionais quanto às potencialidades e fragilidades da rede de proteção no enfrentamento à violência (O - outputs).

Foram encontrados, no total, 20 (vinte) artigos, dentre os critérios propostos, na base de dados da SCIELO e 18 (dezoito) artigos, na base de dados da CAPES. Da totalidade da amostra, foram excluídos, de pronto, os arquivos repetidos/duplicados, assim como aqueles que não estavam disponíveis na íntegra e gratuitamente. Excluiu-se também os que não possuíam dados primários, colhidos diretamente pelos autores, não contivessem abordagem qualitativa, assim como aqueles cujos objetivos não convergiam com o objetivo do tema proposto.

O processo de mineração resultou em 09 (nove) artigos aptos a esta revisão integrativa, após a finalização do processo (identificação, elegibilidade, avaliação e inclusão). Desse total, 05 (cinco) artigos na base SCIELO, 03 (três) na base da CAPES e 01 (um) deles em ambas as plataformas virtuais. Os dados coletados foram ano da publicação, natureza e objetivos. Adiante, a Figura 1, descreve o fluxo de seleção das publicações para esta revisão integrativa.

**Figura 1:** Fluxograma da seleção das publicações para revisão integrativa.



**Fonte:** Elaboração das autoras, 2023.

O processo de análise desenvolveu-se por meio da aplicação da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), utilizando-se as técnicas da categorização e frequencialização (f). Tal técnica permite identificar os conglomerados semânticos, “ultrapassando as incertezas das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações” (Bardin, 2010). Inicialmente, escolhe-se previamente os documentos relacionados ao objetivo proposto, para posteriormente organizar, codificar, classificar e categorizar os achados, para finalmente, tratar os resultados, interpretando-os para um entendimento amplo dos escritos (Bardin, 2010). O corpus textual foi integrado pelos resumos dos artigos, com vistas a descrição das pesquisas e, ainda, para explorar as palavras-chaves.

4 Resultados e discussões

Os 9 (nove) artigos selecionados foram publicados entre os anos 2018-2023 e contém estudos de campo, com dados colhidos diretamente por seus autores. O conjunto dos estudos reflete a escuta de 184 (cento e oitenta e quatro) profissionais de áreas do conhecimento das ciências humanas e da saúde. Estes são membros ativos da rede de proteção à criança, o que permite que esta pesquisa apresente resultados teórico-práticos, englobando saberes e fazeres úteis a compreensão da temática proposta. Ao final do percurso metodológico da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), realizado o processo de categorização, pelo acoplamento semântico das palavras-chaves dos artigos, surgiram duas grandes categorias de análise, consoante que pode ser observado na Tabela 1.

**Tabela 1:** Resultados da frequência (f) e percentual (%) de termos inclusos nas categorias encontradas com palavras-chave nos artigos selecionados na pesquisa, 2023.

Categoria	f	%	Palavras-chave da Categoria
Violência contra Criança	18	67	Violência; Violência contra crianças; Violência Intrafamiliar; Violência doméstica; Maus-tratos infantis; Criança
Rede de Proteção à criança	09	33	Pessoal da Saúde, Práticas Profissionais; Serviços de Proteção Infantil; Apoio Social; Rede Social; Formação de Professores; Enfermagem; Serviços de Saúde Rural; Saúde da Criança
TOTAL	27	100	

**Fonte:** Elaboração das Autoras, 2023.

Segundo a Tabela 1 foram identificadas 2 (duas) categorias de análise, sendo estas: Violência contra Criança (f = 18) e Rede de Proteção

à Criança ( $f = 09$ ), correspondendo aos percentuais de 67% e 33 %, respectivamente, mediante acoplamento semântico e frequencialização das categorias. Vale destacar que em detrimento do critério de coocorrência, as frequências das palavras-chaves e suas categorias superaram o total de artigos incluídos na análise (9). De forma isolada, os termos mais incidentes em artigos são: violência ( $f = 6$ ), criança ( $f = 5$ ), maus-tratos infantis ( $f = 3$ ). Ressalte-se os termos “violência” e “criança” os mais incidentes (também) nos descritores de busca, evidenciando preocupação dos autores/pesquisadores sobre temática deste fenômeno complexo sobre violência contra o público infantil. A par dessas informações, as categorias serão analisadas adiante.

#### 4.1 Percepções sobre a violência contra a criança

Santos et. al (2019) realizaram um estudo sobre as perspectivas de 16 (dezesesseis) conselheiros tutelares acerca dos fatores que interferem em suas atuações nos casos de violência contra a criança, no Município de Palmas (TO), no período de setembro de 2015 a janeiro de 2016. Os resultados apontaram que os conselheiros tutelares enfrentam desafios significativos ao identificar e atuar em casos de violência infantil. Embora possam facilmente reconhecer violência física com base em marcas no corpo da criança, têm dificuldades em identificar outras formas de violência devido à falta de conhecimento específico, o que não é exigido para sua candidatura ao cargo, o que pode levar à invisibilidade do problema. A violência intrafamiliar também afeta a capacidade de lidar com a violência. Além disso, a violência infantil é culturalmente aceita em algumas sociedades, tornando a prática de castigo corporal comum e tolerada, o que agrava ainda mais a situação (Santos et al., 2019).

Silva et al. (2019) coletaram os sentimentos de 10 (dez) profissionais de saúde (um médico psiquiatra, dois enfermeiros, um assistente social,

três psicólogos, um educador físico, um técnico superior em artes e um técnico superior em música) atuantes em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS i), em uma cidade do sul do Rio Grande do Sul, entre os meses de maio e julho do ano de 2017.

A pesquisa apontou sentimentos de impotência, frustração, medo e desespero, especialmente quando os casos não têm uma resolução adequada e há demora nos encaminhamentos por outros órgãos da rede de proteção à criança. A sobrecarga emocional é comum entre esses profissionais. A violência sexual contra crianças é especialmente angustiante para eles, devido à violação de direitos e questões morais e culturais envolvidas e o sentimento de frustração advém quando não há responsabilização do agressor (Silva et al., 2019).

Os estudos de Batista e Quirino (2020) derivaram de uma proposta de intervenção, por meio de oficinas temáticas realizada com 62 (sessenta e dois) profissionais, dentre médicos, enfermeiros, psicólogos da Atenção Primária em Saúde, em outubro de 2017, vinculados ao programa Estratégia Saúde da Família, em Jaboatão dos Guararapes/PE. As oficinas se mostraram eficazes em potencializar discussões em grupo sobre a violência, gerando diversidade argumentativa, trocas de saberes e construção coletiva de conhecimento. Os encontros despertaram interesse nos profissionais, que apresentaram fragilidades no entendimento e estratégias de enfrentamento da violência infantil. A intervenção alcançou seus objetivos ao aproximar os profissionais das discussões sobre o tema, mas revelou que muitos não se sentiam preparados para lidar com a violência no território. A falta de atividades de educação em saúde e fragilidades na rede local de cuidados às crianças vitimadas foram fatores influenciadores (Batista; Quirino, 2020).

Ribeiro, Fernandes e Melo (2021) coletaram dados entre dezembro de 2018 a janeiro de 2019 e buscaram analisar junto a

16 (dezesseis) profissionais da rede de proteção, dentre médicos, advogados, conselheiros tutelares, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais e técnicos em enfermagem, trabalhadores do CREAS, hospital materno-infantil e hospital universitário, de um município no sertão de Pernambuco, sobre seus conhecimentos sobre a própria rede e sua funcionalidade.

Os resultados desta pesquisa mostram a violência física como o tipo mais comum de violência contra crianças e adolescentes, embora reconheçam a existência de violência sexual e psicológica, porém em menor proporção. Este tipo de violência é mais facilmente reconhecida pelos profissionais devido às marcas visíveis que deixa. No entanto, é importante notar que a negligência e o abandono, embora não tenham sido mencionados por muitos participantes desta pesquisa, são os tipos mais notificados em outros estudos, mostrando a necessidade de maior atenção e conhecimento sobre esse aspecto (Ribeiro; Fernandes; Melo, 2021).

Os últimos cinco anos, marco temporal assinalado como critério de inclusão dos trabalhos científicos pesquisados, compreendem um período único na história, na modernidade: A pandemia da COVID-19, que começou no Brasil em 2020, levou ao fechamento das escolas - as quais desempenham um papel crucial na nutrição e proteção das crianças, além de ser uma instituição essencial na identificação de situações de violência - como uma medida importante de contenção do vírus (Baron, 2020). Logo, um dos artigos selecionados para esta revisão da literatura não poderia deixar de contemplar o aspecto da atuação dos profissionais da educação neste contexto pandêmico.

Oliveira et al. (2022) buscou compreender as percepções de professores sobre a violência contra o público infantojuvenil, em



tempos de pandemia. A pesquisa ouviu os profissionais entre setembro e outubro de 2020, em um município de médio porte no Estado de São Paulo, com população estimada para 2018 em 249.415 mil habitantes. Os participantes mantinham contato com seus alunos de ensino fundamental e médio, por meio da internet.

Os pesquisadores ressaltaram que o afastamento da escola, especialmente pela falta de acesso remoto dos professores aos estudantes, foi identificado como um fator que contribuiu para a vulnerabilidade desses jovens. Os impactos na saúde mental das crianças e adolescentes devido a possíveis situações conflituosas e/ou violentas foram enfatizados, e destaca-se a necessidade de cuidado interprofissional e ações a curto e médio prazo para abordar esse desafio (Oliveira et al., 2022).

O estudo traz implicações importantes para a prática em Enfermagem e Saúde, sugerindo medidas que podem contribuir para enfrentar os desafios enfrentados com relação à violência contra crianças e adolescentes para além da crise sanitária, tais como ações intersetoriais na escola, educação contínua aos profissionais da rede de proteção sobre sinais de violência em tempos de pandemia e para além destes; criação de protocolos, ampliação dos canais de denúncia de violência e ações de promoção da saúde mental (Oliveira et al., 2022).

#### **4.2 Percepções sobre o trabalho em rede**

Schek et al. (2018) realizaram um estudo para identificar práticas que silenciam a violência intrafamiliar, a partir do discurso de 15 (quinze) profissionais que atuam na rede de proteção à crianças e adolescentes em município de médio porte situado no extremo sul do Brasil. A pesquisa foi realizada em Unidades de Pronto Atendimento e Pediatria de um Hospital Universitário, um CREAS e um Conselho Tutelar, como

forma de reconstruir o itinerário, em regra, percorrido pelas famílias em situação de violência, naquele município. A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2013 e março de 2014 e dela participaram seis enfermeiros, dois médicos, dois psicólogos, dois agentes comunitários de saúde, dois conselheiros tutelares e um assistente social.

Os resultados deste estudo revelam que as práticas profissionais diante de situações de violência intrafamiliar nem sempre são protetivas, o que mantém o sofrimento de muitas crianças e adolescentes em sigilo. Os profissionais entrevistados parecem adotar um cuidado reducionista, focado apenas nas necessidades físicas das vítimas, em detrimento de ações educativas e preventivas. A falta de registro formal sobre o atendimento prestado às vítimas também é uma questão, com muitos optando por comunicar verbalmente as informações entre a equipe, o que pode levar a uma abordagem padronizada e pouco eficaz (Schek et al., 2018).

Conforme os achados de Schek et al. (2018), no que diz respeito aos encaminhamentos, observou-se que muitos profissionais transferem a responsabilidade para outros órgãos, como o Conselho Tutelar, sem assumir todas as responsabilidades necessárias para o cuidado adequado das vítimas. Isso pode ocorrer devido à falta de fluxogramas de atendimento, desarticulação dos serviços de referência e contra referência, bem como a ausência de acompanhamento adequado das vítimas e suas famílias após o encaminhamento. Outro ponto importante enfatizado foi a falta de práticas voltadas para o atendimento e acompanhamento dos agressores, o que pode contribuir para a perpetuação da violência. (Schek et al., 2018).

Por outro lado, Santos et al. (2019) abordam a atuação dos conselheiros tutelares e sinalizam que esta é prejudicada por

infraestruturas inadequadas, falta de sistemas informatizados para registro e compartilhamento de informações e falta de comunicação efetiva entre as instituições responsáveis pelo atendimento às crianças em situação de violência, assim como falta de capacitação, sobretudo em temas ligados à violência. Os autores Batista e Quirino (2020) aferiram com a pesquisa realizada junto às equipes de Saúde da Família que a visita domiciliar foi destacada como estratégia de enfrentamento à violência contra a criança, mas que, por outro lado, a ficha de notificação ainda é pouco conhecida e utilizada.

Melo et al. (2020) realizaram uma pesquisa para compreender a atuação da rede de proteção, sob a ótica de 5 (cinco) profissionais de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social de um município, com população, no momento do estudo de 33.219 mil habitantes, do interior do estado de Pernambuco, às proximidades da Capital, na macrorregião do Vale do São Francisco, entre outubro de 2017 e janeiro de 2018. Participaram da pesquisa: um psicólogo, dois assistentes sociais, um advogado, um educador social e um assistente administrativo.

Os resultados mostraram que os participantes possuem uma percepção limitada da atuação da rede de proteção e têm dificuldades em identificar os serviços e fluxos de referência e contra referência. As principais dificuldades encontradas foram a falta de membros completos na equipe multiprofissional e a pouca articulação e manutenção do fluxo de atendimento em parceria com outros serviços da rede. Isso compromete a qualidade das intervenções realizadas, afetando a eficácia e eficiência do cuidado aos indivíduos assistidos. Para que as ações da equipe multiprofissional sejam mais efetivas, é fundamental que os profissionais tenham uma formação de qualidade e tenham acesso a ações de educação permanente (Melo et al., 2020).

Mapelli et al. (2020), analisaram a atuação intersetorial de duas Unidades de Saúde da Família, no cuidado e proteção à criança e ao adolescente, em situação de violência doméstica, situadas na zona rural do município de São Paulo. Coletaram as percepções de 17 (dezesete) profissionais – duas enfermeiras, três técnicas de enfermagem, nove agentes comunitários de saúde, uma médica, uma dentista e uma técnica em farmácia, no período entre abril e maio de 2019.

O estudo evidenciou a fragilidade e falta de efetividade da rede intersetorial no enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes, especialmente em contextos rurais, onde as unidades são mais isoladas e sobrecarregadas. Algumas dificuldades relatadas pelos profissionais incluem a falta de compreensão da dinâmica da violência para além do viés biomédico e a falta de aproximação entre os profissionais e famílias, além de educação permanente na temática da violência, o que requer a superação desses desafios para uma melhor organização em rede. A organização de práticas em Atenção Primária à Saúde deve levar em conta as características socio sanitárias do território (Mapelli et al., 2020).

Monti e Sigolo (2023) se propuseram a investigar e analisar os conhecimentos de 36 (trinta e seis) professoras da Educação Infantil, sobre violência intrafamiliar contra criança até 06 (seis) anos de idade, na fase da primeira infância. As profissionais participantes relataram que a experiência na carreira lhes proporcionou o conhecimento necessário para identificar e encaminhar casos de violência intrafamiliar. No entanto, também foi observado baixa frequência de denúncias por parte dos profissionais da educação, indicando possível falta de envolvimento ou desconhecimento sobre o assunto (Monti; Sigolo, 2023).

Monti e Sigolo (2023) vislumbraram que os encaminhamentos realizados para casos de suspeita de violência mostraram falta de

padronização nas condutas dos profissionais da educação. A hesitação em denunciar e a comunicação com os pais em situação de violência colocam em risco a integridade das vítimas. Há uma falta de confiança nos órgãos de apoio, especialmente no Conselho Tutelar, devido à falta de formalidade e uniformidade nas informações e denúncias da escola. É importante estabelecer estratégias de comunicação para facilitar a resolução dos casos.

Também restou observado que as professoras não souberam responder adequadamente quanto às mudanças comportamentais típicas de crianças vítimas de violência, o que é preocupante, considerando o papel crucial dos professores no rompimento do ciclo de violência. É essencial capacitar os professores para identificar esses sinais e desempenhar um papel ativo na prevenção e intervenção contra a violência. (Monti; Sigolo, 2023).

## 5 Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo principal pesquisar estudos que tratam sobre a temática da violência contra a criança, bem como sobre o trabalho em rede, que deve ser realizado pelos profissionais que atuam na área protetiva. Os nove artigos analisados através do método de Revisão Integrativa de Literatura aliam saberes e fazeres, trazendo ao texto uma concepção teórico-prática, fundamental para reflexão sobre o tema, bem como para fundamentar ações de gestão pública. Saliente-se que os achados dos artigos debatidos corroboram os achados da revisão de literatura desenvolvida neste estudo.

A partir da categorização das palavras-chaves emergiram os dois blocos temáticos, sobre os quais foram desenvolvidas as discussões. Sobre as percepções dos profissionais chamou a atenção a inexistência

de capacitação para identificar os vários tipos, gerando invisibilidade para algumas formas que não sejam a violência física, o que também sofre influência de fatores culturalmente praticados na forma agressiva de educar as crianças e, ainda, a dificuldade de lidar com o contexto intrafamiliar, presente na maioria dos casos. Por outro lado, as percepções destes profissionais sobre o trabalho em rede trouxeram reflexões e sentimentos que emergem durante os atendimentos, fragilidades e necessidades de capacitação, melhoria das estruturas materiais e humanas de trabalho, criação de programas municipais específicos, de onde se conclui que ainda resta um longo caminho para potencializar o enfrentamento da violência infantil por intermédio de políticas públicas eficientes e resolutivas.

Por fim, considerando que as estatísticas apontadas no 17º Anuário de Segurança Pública como resultado dos trabalhos do Fórum de Segurança Pública apontam que em 2022 houve um recrudescimento da violência contra crianças, sobretudo em contexto doméstico/intrafamiliar necessário que o tema continue sendo debatido e pensadas soluções para o enfrentamento que estejam para além da formalidade e que consigam realmente ser capazes de baixar estes índices (FBSP,2023).

## REFERÊNCIAS

APOSTÓLICO, M. R. et al. **Características da violência contra a criança em uma capital brasileira**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 266-273, 2012.

Arratia FA. **Aspectos éticos vulnerados en situaciones de violencia: su importancia en la formación de enfermería**. Invest Educ Enferm 2005;23(2):104-16.

BARON, E. J., GOLDSTEIN, E. G., WALLACE, C. T. Suffering in silence: how COVID-19 school closures inhibit the reporting of child maltreatment. *J Public Econ.* 2020; 190:104258. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jpubeco.2020.104258>. PMID:32863462.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (LA Reto, & A. Pinheiro, Trad.) Lisboa: Edições 70. Publicação original, 1977.

Batista, MKB, Quirino, TRL. **Debatendo a violência contra crianças na saúde da família: reflexões a partir de uma proposta de intervenção em saúde**. *Saúde Soc. São Paulo*, v.29, n. 4. doi:10.1590/S0104-12902020180843.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 13. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2015.

CARVALHO, C. M. **Violência infanto-juvenil, uma triste herança**. In: ALMEIDA, M. G. B. *A violência na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

Deslandes SF, Campos DS. **Guardianship Councilors' views on the effectiveness of the existing network in providing full protection to children and teenagers in situations of sexual violence**. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2015;20(7):2173-82. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.13812014>

Dodge KA, Malone PS, Lansford JE, et al. **Hostile attributional bias and aggressive behavior in global context**. *Proc. Natl. Acad. Sci. USA*. 2015; 112(30):9310-9315.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. **Revisão integrativa versus revisão sistemática**. Revista Mineira de Enfermagem, v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014.

Faraj SP, Siqueira AC, Arpini DM. **Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos**. Temas Psicol. 2016;24(2):727-41. doi: <https://doi.org/10.9788/TP2016.2-18>

Florêncio MVL, Ferreira Filha MO, Sá LD. **A violência contra o idoso: dimensão ética e política de uma problemática em ascensão**. Rev. Eletr. Enf. 2007;9(3):847-57 [acesso em 13 ago 2017]. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n3/v9n3a23.htm>.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública** [livro eletrônico] / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p. : gráf., tab.

Freitas RJM, Moura NA, Monteiro ARM. **Violence against children/adolescents in psychic suffering and nursing care: reflections of social phenomenology**. Rev Gaúcha Enferm [Internet]. 2016 Apr; [cited Oct 28]; 37(1): e52887. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472016000100702](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472016000100702). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.01.52887>

Ganong, LH. **Integrative reviews of nursing research**. Res Nurs Health. 1987

Mapelli LD, Sabino FHO, Costa LCR, Silva JL, Ferriani MGC, Carlos DM. **Rede interse- torial para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em contexto de ruralidade**. Rev Gaúcha Enferm. 2020;41: e20190461. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190461>

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8.ed., São Paulo: Atlas, 2017



Melo RA, Carlos DM, Freitas LA, Roque EMST, Aragão AS, Ferriani MGC. **Rede de proteção na assistência às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência.** Rev Gaúcha Enferm. 2020;41:e20190380. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190380>

Minayo MCS, Souza ER, Silva MMA, et al. **Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios.** Ciênc. Saúde Colet. 2018; 23(6):2007-2016.

Monti, Luísa Leôncio, and Sílvia Regina Ricco Lucato Sigolo. “**Estudo Sobre Violência Intrafamiliar Contra a Criança: Conhecimentos E Atitudes De Professores Da Educação Infantil.**” Educação (2023): Educação, 2023. Web.

Morais RLGL, Sales ZN, Rodrigues VP, Oliveira J da S. Ações de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência Actions of protection for children and teenagers in situations of violence. Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online) [Internet]. 5º de abril de 2016.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E.C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Maély Ferreira Holanda. **Modelo social cognitivo de satisfação no trabalho: percepções sobre a docência.** 2015. 239 f. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

Ribeiro, Fernanda Maria Araújo, Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes, and Rosana Alves Melo. “**Rede de Proteção a criança e adolescentes em situação de violência, na visão dos profissionais.**” Revista Baiana De Enfermagem 35 (2021): Revista Baiana De Enfermagem, 2021, Vol.35. Web

ROCHA, P. C. X.; MORAES, C. L. **Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói** (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 16, n. 7, p. 3285-3296, 2011.

Santos, LF, Costa, MM, Javae, ACRS, Mutti, CF, Pacheco, LR. **Fatores que interferem no enfrentamento da violência infantil por conselheiros tutelares**. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 120, P.137-149, 2019; <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912010>

Schek G, Silva MRS, Lacharité C, Cézar-Vaz MR, Bueno MEN, Ventura J. **Práticas Profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes**. *Texto Contexto Enferm*, 2018; 27(1): e1680016. doi: <https://doi.org/10.1590/0104-07072018001680016>

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1.ed., São Paulo: Cortez, 2014

Silva MS, Milbrath VM, Freitag VL, Gabatz RIB, Bazzan JS, Maciel KL. **Atendimento a vítimas de violência infanto-juvenil: sentimento de profissionais de um centro de atenção psicossocial**. *Escola Anna Nery* 2019;23(2): e20180215.doi:10.1590/2177-9465-EAN-2018-0215.

Souza RG, Santos DV. **Enfrentando os maus-tratos infantis nas Unidades de Saúde da Família: atuação dos enfermeiros**. *Physis Rev Saúde Coletiva* [Internet]. 2013 Jul/Sep; [cited Nov 15]; 23(2):783-800. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312013000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000300007). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312013000300007>

World Health Organization. **Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence**. Geneva: WHO; 2006.

## CAPÍTULO 19

### Um espelho partido: comparação do perfil sociodemográfico entre vítimas de crimes violentos letais intencionais e pessoas custodiadas no estado do Pará, Brasil

**André Cavalcanti de Oliveira**

Mestre em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará.  
Belém, Pará | andre\_cavalcanti@hotmail.com

**Alessandra Alves Ferraz**

Mestre em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará  
Belém, Pará | aaferraz2004@gmail.com

**Rodolfo Gomes do Nascimento**

Pós-doutor em Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA),  
docente do PPGSP-UFPA  
Belém, Pará | rodolfo.gomes@uepa.br

#### RESUMO

**Importância do estudo:** A caracterização do perfil das vítimas e perpetradores de violência letal intencional constitui-se em uma das principais análises norteadora dos estudos das dinâmicas da violência ao identificar suas especificidades, contextos particulares, vinculação a territórios e localidades, possibilitando a discussão de políticas públicas de segurança lastreada em evidências. **Objetivo:** comparar as variáveis sociodemográficas entre vítimas de crimes violentos letais intencionais e pessoas custodiadas, no estado do Pará, no período compreendido entre 2017 e 2021. **Materiais e métodos:** A pesquisa empregou estudo do tipo descritivo-exploratório, com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados junto ao Centro de Perícias Científicas – CPC Renato Chaves, assim como dos relatórios estatísticos do

sistema penitenciário paraense disponibilizados pelo SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. **Resultados e discussões:** A violência letal intencional vitimiza principalmente homens (91,67%), jovens (51,84%), pardos (93,20%), solteiros (66,82%), com ensino fundamental incompleto (52,09%), sem ocupação profissional definida (63,28%), residente nos principais núcleos urbanos do estado do Pará (55,89%). As pessoas presas constituem-se de homens (93,93%), jovens (61,01%), pardos (54,54%), solteiros (41,52%), com ensino fundamental incompleto (46,21%), procedente de áreas urbanas (94,17%). **Conclusão:** O perfil sociodemográfico espelhado de vítimas e pessoas encarceradas possibilita a atuação integrada e coordenada das agências estatais para garantir programas efetivos de prevenção à violência efetivos, priorizando a criação de serviços de atendimento eficientes para o principal grupo de vulnerável identificado.

**Palavras-chave:** Criminalidade; Crimes violentos letais intencionais; Pessoas Custodiadas; Região Norte.

## 1 Introdução

Na complexa abordagem sobre o tema sistema de justiça criminal e políticas de segurança pública a questão da violência e da criminalidade, tem mobilizado campos de estudos analítico e interpretativo do fenômeno, através da compreensão de suas causalidades, motivações, fatores de risco, perfis de autores e vítimas, local de maior incidência, custos sociais, agências e instituições estatais envolvidas na prevenção e repressão ao crime, como também das políticas públicas de enfrentamento.

No Brasil, esse tema ganha especial atenção em razão dos altos números da violência letal, das violações de direitos humanos e da impunidade. O país apresenta alta taxa de mortalidade decorrente

de atividade criminal, representando uma crise de segurança e saúde pública, que compromete o desenvolvimento social e danifica o tecido social, pela disseminação da suspeita, do medo e da sensação de segurança nas comunidades (UFRGS, 2019). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2022 demonstra que apesar de ter havido uma recente redução anual das mortes violentas intencionais (MVI) no Brasil, ainda assim a população brasileira convive com a violência extrema.

De acordo com o *The Atlas of Impunity* (2023), divulgado pelo *Eurasia Group*, o Brasil apresenta deficiências no quesito socioeconômico, como consequência direta da corrupção sistêmica e da grave desigualdade social. Na temática de conflitos e violência, o Brasil ainda apresenta altos índices de criminalidade e conflitos relacionados as drogas, assim como no abuso de direitos humanos, apresentando semelhança com países como México e Colômbia, marcados pela presença de grandes cartéis de drogas, decorrente de falhas estruturais do sistema de justiça.

Nesse contexto, o estudo das causalidades das mortes violentas intencionais é relevante, não apenas pela extrema gravidade do crime, pois envolve o extermínio de uma vida humana, mas por ser um dos mais importantes indicadores para o estudo da criminalidade, ao possibilitar diversas mensurações e comparações para acompanhamento em espaço temporal e espacial (UNODC, 2019), evitando políticas públicas de soluções imediatistas e simplistas. Em razão de haver uma padronização jurídica em torno dos crimes violentos, as instituições e agências de Segurança Pública e Justiça Criminal utilizam este indicador de modo a discutir e implementar políticas públicas que possam prevenir e reprimir tais condutas criminosas (UFRGS, 2019).

Para além dos exagerados números de mortes violentas, de acordo com a 13ª edição do *World Prison Population Lists* (2021), elaborado pelo

*World Prison Brief*, o Brasil possui considerável número de pessoas presas, sendo identificado com um dos países com mais alta taxa de população prisional por 100 mil habitantes, figurando ao lado de países variados a exemplo de Estados Unidos, Ruanda, Turcomenistão, El Salvador, Cuba, Palau, Ilhas Virgens Britânicas, Palau, Panamá e Uruguai.

Neste contexto, surge o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) estabelecido pela Lei nº 11.530/2007, cujo relançamento deu-se através do recente Decreto Federal nº 11.436 de 15 de março de 2023, buscando articular ações integradas de segurança pública e políticas sociais entre os entes federativos, tendo como objetivo identificar os padrões de distribuição e consequências da violência com base no perfil etário, sexo, social, econômico e territorial das pessoas envolvidas (perpetradores e vítimas), reconfigurando o histórico estatal de predileção em adotar políticas repressivas, notadamente pela criação de crimes e endurecimento de penas (Forte, 2008).

O resultado alcançado poderá fornecer subsídios para promoção de Políticas Públicas na área da segurança pública de caráter local, especialmente para cumprimento das ações estratégias e metas de prevenção de violência e redução dos indicadores criminais de mortalidade violenta estabelecidos no Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará 2022 – 2031.

A presente pesquisa tem como escopo comparar o perfil sociodemográfico entre vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) e pessoas custodiadas no estado do Pará, no período compreendido entre 2017 e 2021. Na análise foram consideradas peculiaridades geográficas e socioeconômicas regionais, através de comparações de dados de caráter nacional e local especialmente de caráter social, econômico e demográficos divulgados pelo IBGE, dado o caráter multifatorial das causas da violência, buscando compreender se há semelhanças e diferenças nos perfis de vítimas e perpetradores.

## 2 Revisão de Literatura

Segundo Silveiras (2019), a Constituição de 1988 representou a modernização institucional dos órgãos de segurança pública, trazendo em seu escopo a criação de programas e projetos priorizando estratégias de prevenção e repressão e a articulação das esferas federativas para promoção de segurança cidadã, nascendo daí o PRONASCI tendo como escopo intervenções nas causas da criminalidade, mediante a criação de políticas sociais com foco nos jovens, pobres e egressos de prisões, dando protagonismo aos municípios. O PRONASCI tem como alguns dos seus eixos prioritários o foco em territórios vulneráveis e com altos índices de violência, no trabalho e ensino formal para presos e egressos e apoio as vítimas da criminalidade, enfatizando sua atuação em setores vulneráveis da população e os aspectos estruturantes fomentadores das desigualdades sociais e de fragmentação social das comunidades e famílias (Bordin; Zavataro, 2023). A caracterização do perfil das vítimas e perpetradores de violência letal, este último através das pessoas custodiadas no sistema penitenciário, tem como objetivo nortear os estudos relacionados as dinâmicas específicas da violência, seus contextos particulares vinculados territórios e localidades (UFRGS, 2019).

Segundo diagnóstico sobre a situação dos direitos humanos realizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH no Brasil (2021), o sistema de justiça criminal não consegue avançar em investigações, condenações e reparações das vítimas de violência, havendo uma relação aproximada da impunidade com a implementação de políticas públicas de caráter punitivo e violento, com uso constante da prática de perfilamento racial institucionalizado que atingiria especialmente afrodescendentes, residentes em bairros periféricos e marginalizados em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica. Para Corrêa e Lobo, em estudo sobre o fenômeno da violência na cidade

de Belém do Pará, a vulnerabilidade socioeconômica não seria a única motivação para violência urbana, mas também derivado do aumento de atividades criminosas de grupos organizados vinculados ao tráfico de drogas e a estratégia de ocupação dos territórios urbanos, por vezes marcada pela violência (Corrêa; Lobo, 2019).

### 3 Materiais e Métodos

A pesquisa, considerando seu objeto, consiste em estudo descritivo analítico, de abordagem quantitativa, usando procedimento documental, mediante a coleta de dados junto ao Centro de Perícias Científicas – CPC Renato Chaves, assim como análise dos relatórios estatísticos consolidados do sistema penitenciário paraense disponibilizados pelo SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional em seu endereço eletrônico na rede mundial de computadores. O lócus da pesquisa foi o estado do Pará. Para tanto foram usados dados sobre mortes violentas intencionais, assim como dados sociodemográficos relacionados a pessoas custodiadas, usando recorte temporal de cinco anos, de 2017 a 2021. O período abrangido compreende sucessão de mandatos governamentais que podem influenciar na análise quanto eventuais variações dos dados, assim como a priorização de políticas públicas na área da segurança pública.

No que concerne aos dados, observou-se os critérios técnicos para qualidade, validade e transparência dos registros oficiais de homicídios do Protocolo de Bogotá (Open Society, 2015), consistente em dados da vítima e de pessoas presas quanto aos critérios de sexo, data de nascimento/idade, nacionalidade, estado civil, escolaridade, profissão/ocupação, lugar de residência e características adicionais relativas a grupos de risco, em razão do contexto local (a exemplo raça/grupo étnico, orientação sexual, identidade de gênero, nível socioeconômico, etc.).



Os dados relacionados a vítima de CVLI compreendem os exames periciais de local de violência contra a pessoa, exames necroscópicos realizados pela Polícia Científica do Pará. Para fins da pesquisa foram coletados somente dados caracterizados como mortes violentas intencionais (MVI), relacionados à ocorrência resultantes de ferimentos por arma de fogo, ferimento por armas brancas, estrangulamentos, decapitação e agressão físicos, sendo excluídos dados relacionados a mortes acidentais e suicídios.

As variáveis do estudo compreenderam: idade, sexo, cor da pele, estado civil, escolaridade, ocupação e endereço (cidade e bairro) referentes a exames necroscópicos de vítimas de CVLI. Quanto as pessoas custodiadas foram utilizadas os dados estatísticos dos ciclos semestrais referentes ao mês de dezembro de cada ano pesquisado, a partir do preenchimento de informações e questionamentos constantes no Formulário de Informações Prisionais encaminhados por servidores indicados pelas administrações prisionais do estado do Pará a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN).

As variáveis utilizadas para construção do perfil das pessoas encarceradas no Estado do Pará compreenderam: sexo, cor da pele, faixa etária, escolaridade, estado civil e procedência (urbana, metrópole ou zona rural). O tratamento e análise dos dados foi realizado por metodologia da estatística descritiva, a partir da distribuição de frequências e porcentagens, no programa Windows Excel 10®, possibilitando a criação e análise de perfil de vitimização e de pessoas encarceradas, com as devidas comparações de semelhanças e diferenças quanto as variáveis. Os resultados estão apresentados através de gráficos, seguindo-se os critérios caracterizadores do Protocolo de Bogotá.

## 4 Resultados e Discussão

Os dados referentes à caracterização sociodemográfica das vítimas de CVLI, no período de 2017 a 2021, no estado do Pará, estão apresentados na Tabela 1. Os resultados apontam que a violência letal intencional vitimiza principalmente homens (91,67%), jovens (51,84%), pardos (93,20%), solteiros (66,82%), com ensino fundamental incompleto (52,09%). A caracterização sociodemográfica das pessoas encarceradas, no período de 2017 a 2021, no estado do Pará está demonstrada na Tabela 2.

**Tabela 1:** Caracterização sociodemográfica das vítimas de crimes violentos letais intencionais, no período de 2017 a 2021, no Estado do Pará.

Variável	Quantidade	Percentual
<b>Sexo</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Masculino	16.027	91,67
Feminino	1.438	8,2
Sem informação	23	0,013
Total	17.488	100,00
<b>Cor da pele</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Parda	16.358	93,2
Branca	570	3,25
Preta	561	3,2
Sem informação	44	0,25
Total	17.533	100,00
<b>Faixa Etária</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
<= 20	3.154	17,99
21 -- 30	6.636	37,85
31 -- 40	3.978	22,69
41 -- 50	1.987	11,33

51 -- 60	992	5,66
> 60	786	4,48
Total	17.533	100,00
<b>Escolaridade</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Analfabeto	720	4,11
Ensino Fundamental Incompleto	9.131	52,09
Ensino Fundamental Completo	1.953	11,14
Ensino Médio Incompleto	1.354	7,72
Ensino Médio Completo	2.075	11,84
Ensino Superior Incompleto	169	0,96
Ensino Superior Completo	203	1,16
Pós-graduação	2	0,01
Sem informação	1.923	10,97
Total	17.530	100,00
<b>Estado Civil</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Solteiro	11.715	66,82
Casado	1.362	7,77
União estável	2.639	15,05
Divorciado ou Separado Judicialmente	312	1,78
Viúvo	107	0,61
Ignorado	161	0,92
Sem informação	1.237	7,06
Total	17.533	100,00

**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante dados do CPC Renato Chaves, 2023.

As pessoas encarceradas constituem-se de homens (93,93%), jovens (61,01%), pardos (54,54%), solteiros (41,52%), com ensino fundamental incompleto (46,21%), procedente de áreas urbanas (94,17%).

**Tabela 2:** Caracterização sociodemográfica das pessoas encarceradas, no período de 2017 a 2021, no Estado do Pará.

<b>Variável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
<b>Sexo</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Masculino	89218	93,93
Feminino	5371	5,65
Sem informação	391	0,14
Total	94980	100
<b>Cor da pele</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Parda	54193	54,54
Preta	21452	21,59
Branca	16553	16,66
Amarela	6640	6,68
Indígena	33	0,03
Sem informação	499	0,50
Total	99370	100,00
<b>Faixa Etária</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
18 -- 24	31417	33,08
25 -- 29	26528	27,93
30 -- 34	17916	18,86
35 -- 45	12791	13,47
46 -- 60	4678	4,93
61 -- 70	1174	1,24
> 70	85	0,09
Sem informação	391	0,14
Total	94980	100
<b>Escolaridade</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Analfabeto	5284	5,57
Alfabetizado sem curso regular	9006	9,5
Ensino Fundamental Incompleto	43812	46,21
Ensino Fundamental Completo	12906	13,61
Ensino Médio Incompleto	12804	13,5
Ensino Médio Completo	8339	8,8

Ensino Superior Incompleto	679	0,72
Ensino Superior Completo	389	0,41
Ensino acima de Superior Completo	20	0,02
Sem informação	1572	1,66
Total	94811	100
<b>Estado Civil</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Solteiro	39438	41,52
União Estável	36671	38,61
Casado	10620	11,18
Divorciado ou Separado Judicialmente	2467	2,60
Viúvo	3008	3,17
Sem informação	2776	2,92
Total	94980	100
<b>Procedência Pessoas Presas</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Área Urbana - Municípios do Interior	46611	49,14
Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	42719	45,03
Zona Rural	5532	5,83
Total	94862	100

**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante dados do CPC Renato Chaves, 2023.

A análise comparativa permite concluir que a maioria das pessoas vitimadas, como das pessoas presas, constitui-se de homens, jovens, pardos, solteiros e com ensino fundamental incompleto. A predominância masculina, para ambos os personagens estudados (vítimas e presos) acompanha o padrão nacional identificado no 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023). Nos dados nacionais, as vítimas de mortes violentas intencionais são predominantemente homens (91,4%), assim como as pessoas presas são em sua maioria do sexo masculino (95%). No entanto, cabe considerar que segundo levantamento da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2021, realizado pelo IBGE, o número

de mulheres (51,1%) no Brasil é superior ao dos homens (48,9%), o que demonstra uma distribuição desigual da vitimização violenta.

Quanto à cor de pele, os dados relacionados a vitimização e pessoas presas no estado do Pará apresentam os resultados mais divergentes daqueles apontados pelo 17º Anuário do FBSP 2023. Ao contrário dos dados apontados pelo FBSP, de que 76,9% das vítimas são pessoas negras, bem como 68,2% das pessoas privadas de liberdade são negras, os dados coletados junto ao Centro de Perícias Científicas CPC Renato Chaves demonstram uma predominância de vítimas pardas com, 93,20%. Os dados do SISDEPEN apontam que 54,54% das pessoas presas são pardas.

Uma possível explicação passa pela compreensão do perfil de cor da pele da população residente, com base na autodeclaração. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua) 2021, elaborado pelo IBGE, aponta que na Região Norte a população se declara 73,4% como pardo, 17,7% como branco e 7,5% como preta. Todavia, deve ser observado que embora a população negra seja inferior a população branca, a distribuição percentual de vitimização possui idênticos patamares, indicando que a distribuição da vitimização entre as pessoas negras quando comparada a pessoas brancas é maior. Quanto as pessoas presas o número de pessoas presas que são negras (21,59%) supera o de pessoas brancas (16,66%).

No critério etário (idade) observa-se a predominância dos jovens, assim compreendidos as pessoas até 29 anos, conforme Lei Federal nº 12.852/2013, tanto na vitimização por mortes violentas (51,84%) como nas pessoas presas (61,01%). De acordo com o 17º Anuário 2023 do FBSP, 50,2% das vítimas de mortes violentas classificam-se na faixa etária entre 12 e 29 anos, assim como 62,6% das pessoas privadas de liberdade encontram-se na faixa de 18 a 34 anos.

Este critério etário de classificação é importante, pois o PRONASCI (art. 4º, inciso I, da Lei Federal nº 11.530/2007) estabelece como foco prioritário dos programas, projetos e ações a população juvenil de 15 a 24 anos. Ao mesmo tempo, a Lei Federal nº 12.852/2013 que instituiu o Estatuto da Juventude, dispendo sobre os direitos, princípios e diretrizes dos direitos dos jovens, assim compreendidos aqueles com idade de 15 a 29 anos, estabelecendo expressamente o direito à segurança pública e ao acesso à justiça.

Nas políticas de segurança pública voltadas aos jovens, as ações governamentais devem ter por diretriz a prevenção e enfrentamento à violência, a promoção de estudos e pesquisas estatísticas para subsidiar as ações estratégias das políticas públicas em Segurança Pública. Ao se analisar a distribuição etária do Estado do Pará, segundo projeção da população por sexo e idades simples 2010/2060, observa-se que em 2022 a população estimada do estado do Pará é de 8.861.974. O grupo populacional até 29 anos compreende 51,84% da população total.

No quesito de escolaridade das vítimas, outra vez os indicadores apontam para uma predominância de pessoas possuíam o nível fundamental incompleto. A análise desse indicador em conjunto com indicador etário permite concluir pela existência de uma distorção idade-série, assim como de evasão escolar, como alertado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Relatório sobre o Panorama da Distorção Idade-Série no Brasil, através de dados do Censo Escolar e do PNAD, tratando-se de pessoas que em algum momento de sua trajetória escolar foram reprovadas, se evadiram ou retornaram a escola numa série incompatível a sua idade de escolarização.

Segundo o IBGE, através de dados coletados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), relativo aos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública em 2021, a nota do estado

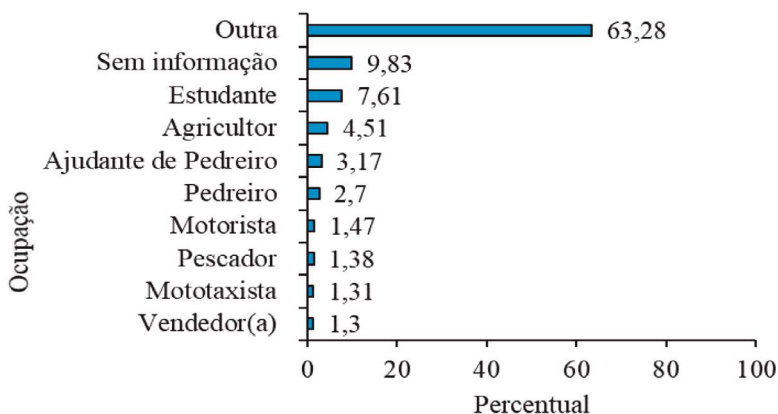
do Pará é de 4,8 encontrando-se na 23ª posição quando comparado aos outros estados do Brasil. O panorama quanto aos anos finais não é muito diferente, apresentando nota 4,3, situando-se igualmente na 23ª posição. Os baixos índices relacionados a vítimas e pessoas privadas de liberdade com grau superior demonstra que quanto maior for a escolaridade menor a vitimização letal intencional e menor a possibilidade de envolvimento em contexto criminoso apto a resultar em encarceramento. Ou seja, o maior tempo de permanência na escola torna o indivíduo menos vulnerável a sofrer vitimização.

Quanto ao estado civil, observou-se que tanto vítimas como pessoas pressas são solteiras ou mantem vínculo de união estável (casamento sem vínculos formais). Em 2019, segundo levantamento realizado pelo IBGE, as pessoas estão casando-se menos e mais tarde, apurando-se na ocasião a quarta queda consecutiva no número de registro de casamentos civis. Os homens se casam, em média, aos 31 anos de idade, e as mulheres, aos 28 anos de idade. A idade média do casamento de homens e mulheres converge para a idade de transição da fase legal da juventude, cujo Estatuto da Juventude assim como o PRONASCI, priorizam as intervenções de políticas públicas.

Finalmente, deve ser mais bem estudado se hábitos ligados ao estado civil solteiro podem influenciar no incremento aos riscos e vulnerabilidades associadas a contextos de violência e criminalidade. A Figura 1 lista as dez ocupações mais registradas das vítimas de CVLI. A leitura inicial indica uma carência de informações precisas sobre a ocupação das vítimas, dado que 9,83% foram registrados como sem informação, enquanto 63,28% são anotados como outra, mas sem especificações sobre o preenchimento. Esse dado também pode indicar a inexistência de ocupação formal ou lícita.



**Figura 1:** Vítimas de Morte Violentas Intencionais no Estado do Pará, de 2017 a 2022, por ocupação.



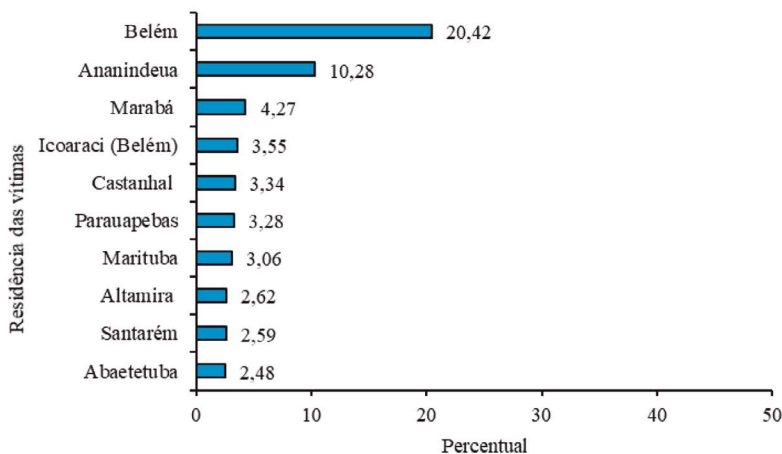
**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante dados do CPC Renato Chaves, 2023.

As demais categorias são representadas por estudante 7,61%, agricultor 4,51%, ajudante de pedreiro 3,17%, pedreiro 2,7%, motorista 1,47%, pescador 1,38%, motorista 1,31% e vendedor 1,3%. Estas ocupações são caracterizadas pela baixa remuneração e escolaridade, como demonstrado na Figura 4. Os dados analisados encontram-se em consonância com estudo do IBGE, que aponta o rendimento mensal domiciliar per capita do estado do Pará em R\$ 1.061,00, para o ano de 2022. Este valor situa-se abaixo do salário-mínimo vigente naquele ano que era de R\$ 1.212,00. No comparativo com os 27 estados da federação, o Pará situa-se na 20ª colocação.

Ademais, segundo o IBGE, no ano de 2022, no Estado do Pará a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais é de 37,7%, figurando o estado na 25ª posição no comparativo entre os demais estados. Neste quesito, anote-se que o SISDEPEN não apresenta dados relacionados a ocupação

prévia das pessoas privadas de liberdade, impossibilitando a análise de dados e discussão. A Figura 2 apresenta as 10 regiões com mais registros a partir dos endereços de residências das vítimas de mortes violentas intencionais do estado do Pará, representando 55,89% do total dos registros. De modo geral, os dados apontam que as vítimas da mortalidade violentas residiam nos grandes agrupamentos urbanos paraense, a indicar uma tipologia da violência. Importante destacar, que o Centro de Perícias Renato Chaves apresentou dados separados dos distritos administrativos de Belém Mosqueiro, Icoaraci e Outeiro, e foram assim mantidos na análise dos resultados.

**Figura 2:** Vítimas de Morte Violentas Intencionais no Estado do Pará, de 2017 a 2022, por residência da vítima.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, mediante dados do CPC Renato Chaves, 2023.

A participação de Icoaraci, distrito administrativo de Belém, no quarto lugar, acima de cidade populosas como Parauapebas e Santarém deve ser destacado a indicar especial atenção aos órgãos de segurança pública. O ranking ainda aponta para grandes cidades do interior

paraense a exemplo de Marabá 4,27%, Parauapebas 3,28%, Altamira 2,625 e Santarém 2,59%. Estas cidades são referências regionais administrativas das microrregiões Sudeste, Sudoeste e Baixo Amazonas, respectivamente. As pessoas privadas de liberdade provêm de área urbana de municípios do interior (49,14%), área urbana de município em região metropolitana (45,03%) e zona rural (5,83%). Tais dados indicam que a violência e a criminalidade no estado do Pará encontram-se relacionadas a ocupação de espaços territoriais urbanos.

## 5 Conclusão

A leitura conjunta dos dados analisados obtidos junto ao CPC Renato Chaves (relativo as vítimas de CVLI) e do SISDEPEN (relativo as pessoas custodiadas no sistema penitenciário paraense) permite concluir pela existência de um espelho partido: a violência letal intencional (quem morre/vítimas) e pessoas presas (quem está preso/perpetradores) atinge principalmente homens jovens, pardos, solteiros, com ensino fundamental incompleto, sem ocupação profissional definida, residente nos principais núcleos urbanos.

As políticas públicas de segurança pública fomentadas pelas instituições estatais, para além do tradicional foco preventivo (vigilância e atendimento das ocorrências) e repressivo (responsabilização dos perpetradores através do Sistema de Justiça Criminal), deve, considerando as causas multifatoriais da violência, voltando-se para as áreas de educação (a exemplo da evasão escolar, disparidade idade-série, indicadores de avaliação no IDEB) e capacitação profissional (como a qualificação, geração de postos de trabalho, incremento das atividades com maior remuneração).

Este tipo de intervenção observa os preceitos e cominações para garantir prioridade na criação de políticas públicas estabelecidas na Lei

do Pronasci e no Estatuto da Juventude, como forma de efetivamente prevenir a violência e conseguir resultados de maior alcance na redução dos índices criminais de mortalidade violenta estimados como meta no Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará 2022 – 2031.

Este estudo apresentou limitações quanto ao preenchimento adequado das informações das vítimas, uma vez que os dados precisaram ser oficialmente solicitados e posteriormente preenchidos pela instituição, não havendo disponibilização em sítio eletrônico oficial. Quanto as pessoas presas, observa-se que não há distinção de perfil por tipo penal, assim como dados precários relacionados a cidade de origem e sobre capacitação profissional. Assim, sugestiona-se a capacitação dos profissionais envolvidos para reforçar o adequado preenchimento das fichas cadastrais, resultando em melhor qualidade informativa dos dados divulgados.

## REFERÊNCIAS

BORDIN, M.; ZAVATARO B. Segurança Pública com Cidadania no Governo Lula: **Uma Análise Crítico Revisitada do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci – 2007/2012), sua Continuidade e Possibilidades de Mudanças**. Revista Brasileira de Ciências Policiais. Brasília, v. 14, n. 11, p. 105-147, jan.-abr./2023. ISSN 2178-0013. ISSN Eletrônico 2318-6917. <https://doi.org.br/10.31412/rbcp.v14i11.1018>.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Relatórios Analíticos**. Disponível em <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>. Acesso em 16 de julho de 2023.

CORRÊA, R. S. S., LOBO, M. A. A. **Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas.** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, 2019, e20180126. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180126>.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Situação dos direitos humanos no Brasil.** Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 12 de fevereiro de 2021. ISBN 978-0-8270-7176-6. Disponível em <https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/brasil2021-pt.pdf>.

EURASIA GROUP. **The Atlas of Impunity.** Nova Iorque: 2023. Disponível em <https://www.eurasiagroup.net/live-post/atlas-of-impunity-2023>. Acesso em 07 de junho de 2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública [livro eletrônico] – São Paulo: FBSP, 2023.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

FORTE, F. A. P. **Análise sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania PRONASCI Instituído pela Lei 11.530/07 e MP 416/08.** Revista EVS - Revista de Ciências Ambientais e Saúde: Estudos. Goiânia, v. 35, n. 4, p. 575-587, jul./ago. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.** Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,9%2C1%25%20como%20>. Acesso em 05 de junho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>. Acesso em 05 de junho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Registro Civil: Casamentos reduzem pelo quarto ano seguido e passam a durar menos tempo**. Disponível em <https://tinyurl.com/4x4ewr7u>. Acesso em 05 de junho de 2023.

OPEN SOCIETY FOUNDATION. **Protocolo de Bogotá sobre calidad de los datos de homicidio en América Latina y el Caribe**. Bogotá: 2015.

PARÁ. **Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2022 – 2031**. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Conselho Estadual de Segurança Pública. Belém/PA: SEGUP, 2022.

SILVARES, A. C. **Políticas públicas em segurança no Brasil: avanços e novos desafios**. Revista Científica Doctum: Direito. DOCTUM. Caratinga. v. 1, n. 3, 2019.

UFRGS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Cenários e motivações dos homicídios dolosos no Sul do Brasil**. Relatório Final de Pesquisa nº 31183/UFRGS. Porto Alegre/RS: 30 de junho de 2019. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/212777>. Acesso em 18 de julho de 2023.

UNICEF. United Nations Children's Fund. **Panorama da distorção idade-série no Brasil**. Brasil, 2018. Disponível em <https://bit.ly/3MN5c86>. Acesso em 01 de junho de 2023.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. **Global Study on Homicide 2019**. Vienna, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Tyx97o>. Acesso em 22 de abril de 2023.

WORLD PRISON BRIEF. **World Prison Population List. 13ª ed.** 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ZteyNR>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

## ÍNDICE REMISSIVO

- abuso, 170, 172, 176, 330, 331, 341, 342, 344, 345, 416
- Acesso à Justiça, 127
- acidente, 18, 23, 33, 36
- acidentes, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39
- ações estratégicas, 417, 426
- acusado, 281, 294
- Adolescente, 293, 350, 352, 353, 356, 365, 366, 367, 368, 394
- agentes, 33, 99, 103, 138, 141, 162, 169, 170, 172, 202, 203, 211, 217, 228, 239, 311, 321, 330, 331, 333, 339, 343, 344, 345, 370, 372, 375, 377, 394, 405, 407
- agressão, 124, 173, 243, 420
- agressor, 117, 170, 171, 237, 239, 243, 245, 246, 248, 249, 251, 253, 255, 256, 258, 259, 402
- alienações, 371
- ambiente, 22, 23, 28, 29, 31, 36, 84, 99, 115, 117, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 158, 160, 162, 163, 175, 194, 195, 196, 198, 200, 201, 202, 204, 207, 208, 209, 216, 217, 224, 228, 229, 263, 265, 275, 308, 311, 320, 321, 323, 363, 392
- análise, 15, 18, 20, 21, 26, 34, 35, 36, 39, 41, 51, 60, 63, 66, 67, 69, 70, 82, 83, 84, 85, 107, 109, 115, 117, 124, 126, 144, 148, 149, 156, 175, 185, 192, 201, 204, 219, 242, 243, 260, 261, 264, 267, 269, 279, 280, 282, 286, 302, 303, 308, 311, 312, 330, 331, 332, 333, 335, 341, 342, 349, 351, 354, 355, 356, 366, 372, 379, 380, 385, 389, 391, 395, 397, 399, 400, 401, 417, 419, 420, 424, 426, 429
- Análise Criminal, 109, 116, 147, 166, 218, 260
- Análise Temporal, 13, 62
- apropriação indébita, 350, 362
- Apuração, 350
- arma de fogo, 420
- armas, 96, 116, 151, 239, 393, 420
- assassinatos, 112, 307
- Assistência Social, 353, 394, 406
- atividade criminal, 416
- atividades criminosas, 72, 299, 419
- Ato Infracional, 350, 355, 367
- Atos Infracionais, 349
- Autor, 350
- autoridades, 42, 45, 52, 54, 63, 74, 76, 110, 122, 128, 129, 179, 309, 313, 342
- Bahia, 6, 14, 115, 126, 127, 132, 137, 138, 139
- Belém, 13, 14, 15, 62, 63, 64, 65, 66,

- 68, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85,  
86, 87, 88, 109, 112, 115, 116, 118,  
119, 120, 121, 122, 124, 125, 147,  
148, 149, 153, 154, 156, 157, 158,  
159, 160, 161, 162, 163, 164, 166,  
167, 211, 212, 213, 214, 215, 216,  
217, 218, 219, 220, 221, 222, 223,  
224, 225, 226, 227, 228, 229, 230,  
231, 232, 233, 234, 236, 240, 260,  
265, 275, 276, 277, 279, 280, 284,  
303, 304, 329, 349, 350, 352, 353,  
354, 355, 356, 357, 358, 359, 360,  
361, 362, 363, 364, 366, 367, 369,  
391, 412, 414, 419, 429, 432, 433
- body worn cameras*, 15, 329
- boletim, 91, 103, 233, 242
- Brasil, 13, 14, 16, 62, 68, 69, 71, 72,  
73, 85, 86, 88, 89, 95, 98, 100, 105,  
106, 108, 109, 111, 112, 113, 115,  
116, 118, 124, 125, 126, 142, 143,  
146, 147, 148, 149, 151, 165, 166,  
167, 168, 170, 176, 178, 179, 180,  
186, 198, 199, 204, 208, 211, 212,  
213, 214, 215, 216, 219, 220, 221,  
225, 227, 228, 230, 233, 234, 235,  
236, 237, 239, 240, 241, 242, 243,  
244, 245, 246, 247, 248, 250, 252,  
254, 257, 260, 261, 262, 263, 265,  
270, 271, 272, 273, 276, 280, 281,  
282, 283, 284, 293, 298, 300, 301,  
302, 306, 307, 311, 315, 319, 321,  
322, 323, 324, 329, 330, 331, 332,  
333, 335, 336, 338, 339, 340, 341,  
342, 344, 345, 346, 347, 348, 349,  
350, 351, 353, 357, 359, 362, 365,  
367, 368, 369, 370, 371, 374, 375,  
376, 382, 386, 387, 389, 391, 392,  
394, 403, 404, 413, 414, 415, 416,  
417, 418, 425, 426, 427, 432, 433
- Bullying, 149
- Câmeras, 330, 347
- capacitação profissional, 188, 430,  
431
- caráter punitivo, 418
- causas da violência, 417
- Centro de Perícias Científicas, 363,  
414, 419, 425
- Cidadania, 6, 89, 126, 127, 144, 168,  
306, 347, 417, 431, 432
- Código de Processo Penal, 96, 106,  
254
- Combate à Corrupção, 369, 370, 371,  
378, 379, 380, 385, 386
- conflitos, 43, 89, 90, 91, 92, 93, 94,  
96, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108,  
127, 128, 138, 140, 148, 150, 151,  
152, 160, 163, 195, 416
- Constituição, 56, 68, 85, 92, 97, 105,  
114, 124, 127, 128, 143, 149, 165,  
166, 179, 180, 186, 210, 247, 254,  
301, 305, 309, 324, 330, 337, 351,  
365, 370, 371, 387, 418
- Constituição Federal, 68, 92, 97, 114,  
127, 128, 149, 179, 180, 247, 254,  
301, 305, 309, 351, 370, 371, 387
- Contexto Penitenciário, 14, 190
- Contratações, 370
- controle, 53, 60, 97, 99, 100, 102, 181,  
202, 206, 217, 228, 312, 324, 330,  
331, 332, 333, 334, 335, 336, 338,



- 341, 342, 343, 373  
 corrupção sistêmica, 416  
 Covid-19, 63, 84, 85, 87, 109, 110,  
 111, 122, 123, 246, 363, 381  
 Criança, 293, 350, 352, 364, 365, 367,  
 368, 391, 392, 394, 400, 401, 412  
 crimes associados, 370  
 Crimes Licitatórios, 369  
 Crimes Violentos, 212, 213, 216, 235  
 crimes violentos letais intencionais,  
 16, 145, 414, 417, 421  
 criminalidade, 14, 21, 23, 41, 42, 43,  
 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 55, 56, 57,  
 61, 63, 64, 65, 84, 96, 109, 110, 146,  
 151, 158, 164, 212, 213, 214, 215,  
 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222,  
 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229,  
 230, 231, 235, 265, 266, 280, 306,  
 337, 415, 416, 418, 427, 430  
 Criminalidade, 2, 4, 19, 21, 23, 25,  
 29, 31, 33, 35, 37, 39, 42, 43, 45, 47,  
 49, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 63, 65, 67,  
 69, 71, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 85, 87,  
 91, 93, 95, 97, 99, 101, 103, 105,  
 107, 111, 113, 115, 117, 119, 121,  
 123, 125, 127, 129, 131, 133, 135,  
 137, 139, 141, 143, 145, 149, 151,  
 153, 155, 157, 159, 161, 163, 165,  
 167, 169, 171, 173, 175, 177, 179,  
 181, 183, 185, 187, 189, 191, 193,  
 195, 197, 199, 201, 203, 205, 207,  
 209, 211, 213, 215, 217, 219, 220,  
 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228,  
 229, 230, 231, 233, 235, 239, 241,  
 243, 245, 247, 249, 251, 253, 255,  
 257, 259, 261, 263, 265, 267, 269,  
 271, 273, 275, 277, 279, 281, 283,  
 285, 287, 289, 291, 293, 295, 297,  
 299, 301, 303, 307, 309, 311, 313,  
 315, 317, 319, 321, 323, 325, 327,  
 331, 333, 335, 337, 339, 341, 343,  
 345, 347, 351, 353, 355, 357, 359,  
 361, 363, 365, 367, 371, 373, 375,  
 377, 379, 381, 383, 385, 387, 389,  
 393, 395, 397, 399, 401, 403, 405,  
 407, 409, 411, 413, 415, 417, 419,  
 421, 423, 425, 427, 429, 431, 433  
 criminalidade violenta intencional,  
 14, 212  
 dados estatísticos, 171, 321, 331, 420  
 dano, 113, 133, 134, 136, 169, 244,  
 245, 247, 256, 350, 362, 377  
 Defensoria Pública, 202, 316, 353,  
 367  
 Defesa Social, 60, 69, 117, 150, 166,  
 167, 198, 199, 210, 234, 235, 262,  
 277, 278, 279, 304, 357, 367, 390,  
 417, 431, 433  
 delegacia, 90, 94, 100, 105, 107, 385  
 delegacias, 13, 89, 90, 92, 96, 101,  
 103, 104, 105, 107, 122, 138, 309  
 delito, 44, 57, 78, 91, 93, 99, 117, 128,  
 139, 142  
 denunciar, 50, 331, 332, 339, 408  
 desigualdade, 130, 169, 177, 208, 234,  
 237, 240, 244, 253, 306, 345, 416  
 desigualdade social, 208, 234, 345,  
 416  
 direito, 21, 38, 71, 90, 93, 94, 97, 102,  
 105, 128, 130, 131, 145, 149, 241,

- 245, 247, 263, 266, 280, 291, 309,  
311, 320, 348, 350, 389, 394, 426
- Direitos Fundamentais, 108, 281
- direitos humanos, 43, 51, 89, 92, 98,  
103, 108, 145, 172, 177, 184, 233,  
237, 239, 240, 241, 248, 263, 281,  
305, 309, 311, 330, 335, 336, 337,  
345, 346, 392, 415, 416, 418, 432
- Direitos Humanos, 6, 51, 89, 115,  
123, 210, 240, 305, 308, 313, 315,  
347, 348, 392, 418, 432
- Efetividade, 127
- Eficiência, 90
- Encarceradas, 261, 279
- encarceramento, 192, 193, 262, 263,  
266, 306, 307, 308, 427
- enfrentamento, 64, 83, 96, 112, 147,  
169, 170, 171, 172, 173, 174, 175,  
180, 181, 182, 188, 197, 211, 237,  
238, 239, 243, 278, 345, 392, 393,  
397, 398, 402, 406, 407, 409, 411,  
413, 415, 426
- Enfrentamento, 238, 392
- escola, 14, 147, 148, 149, 153, 155,  
156, 157, 158, 160, 164, 394, 404,  
408, 426, 427
- espaço, 21, 50, 51, 59, 192, 199, 200,  
204, 206, 214, 216, 217, 223, 233,  
241, 298, 307, 312, 315, 317, 318,  
416
- espaços públicos, 114, 234
- estatística descritiva, 70, 280, 284,  
286, 356, 420
- Estatística Descritiva, 88, 110, 156,  
268
- estelionato, 350, 362
- evidências, 67, 173, 330, 344, 365,  
378, 389, 414
- fatores de risco, 20, 34, 36, 395, 415
- fenômeno, 24, 70, 82, 84, 170, 175,  
179, 204, 216, 244, 267, 281, 356,  
364, 391, 393, 395, 398, 401, 415,  
418
- força, 45, 94, 112, 223, 247, 331, 333,  
336, 338, 340, 341, 343, 345, 347,  
393, 394
- força policial, 340, 341, 343, 347
- furto, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 79, 80,  
81, 87, 149, 214, 350, 362
- Furtos, 13, 62
- grupo de vulnerável, 415
- grupos de risco, 419
- guerra, 43, 48, 105, 347
- homicídio, 137, 213, 214, 216, 217,  
219, 225, 226, 227, 236, 250, 303
- homicídios, 115, 116, 145, 151, 215,  
217, 218, 226, 227, 233, 234, 340,  
341, 419, 432, 433
- Homofobia, 109, 114, 123, 124, 149
- ilícito, 151, 217, 256, 261, 266, 274,  
275, 353, 379
- impunidade, 90, 341, 373, 415, 418
- Incidência Criminal, 63
- indicadores, 35, 110, 123, 144, 200,  
208, 215, 218, 219, 221, 224, 226,  
234, 416, 417, 426, 430
- índices criminais, 65, 67, 99, 431
- índices econômicos, 154
- Infância, 152, 167, 349, 350, 351, 352,  
355, 356, 357, 358, 359, 360, 361,

- 362, 363, 364, 426  
 infração, 308, 374, 375  
 infraestrutura, 22, 28, 29, 154, 190,  
 194, 201, 202, 203, 204, 209, 214,  
 224  
 inquéritos, 90, 95, 104, 299, 340, 341,  
 379, 385  
 insegurança, 21, 49, 53, 113, 150,  
 164, 197, 234, 306  
 Investigação, 58, 281, 303, 355, 370,  
 388  
 investigação criminal, 280, 302, 387  
 Investigação Criminal, 281  
 Juizado Especial Criminal, 127, 129,  
 130, 131, 132, 141  
 Justiça, 6, 50, 89, 90, 92, 93, 94, 95,  
 99, 106, 125, 126, 127, 128, 131,  
 132, 135, 137, 139, 142, 143, 145,  
 146, 152, 165, 196, 198, 203, 210,  
 216, 242, 249, 250, 256, 259, 276,  
 280, 281, 284, 285, 288, 297, 298,  
 301, 304, 309, 326, 349, 354, 365,  
 366, 367, 369, 387, 416, 430, 431  
 Justiça Criminal, 132, 416, 430  
 Justiça restaurativa, 90, 146  
 Juventude, 349, 350, 352, 355, 356,  
 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363,  
 364, 426, 427, 431  
 latrocínio, 213, 214, 216, 218, 219  
 legislação, 24, 32, 34, 44, 51, 68, 71,  
 114, 177, 179, 181, 239, 240, 282,  
 307, 319, 320, 370, 372, 373, 376,  
 377, 410  
 Lei de Execução Penal, 203, 254, 264,  
 305, 314, 317, 324  
 Lei Nº 10.520, 371, 387  
 Lei nº 11.530/2007, 417  
 Lei Nº 14.133, 371, 387  
 Lei nº 8.069, 350, 365  
 Lei Nº 8.666, 371, 374  
 lesão corporal, 213, 214, 216, 218,  
 219, 310, 362, 392  
 Letalidade, 329, 347  
 LGBTQIAP+, 109, 110, 111, 112,  
 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122,  
 123  
 licitação, 369, 370, 371, 372, 373, 374,  
 375, 376, 377, 382, 383, 384, 385,  
 387, 388  
 mandados judiciais, 370, 381, 382,  
 385  
 Maputo, 13, 17, 18, 20, 24, 25, 26, 27,  
 28, 30, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 49, 58,  
 59, 60  
 Mediação de conflitos, 13, 89  
 Mediação policial, 90  
 medo, 50, 110, 113, 114, 123, 194,  
 196, 197, 205, 207, 214, 236, 393,  
 402, 416  
 Microcriminalidade, 126  
 Ministério Público, 58, 246, 349, 353,  
 355, 356, 358, 369, 386, 390  
 Moçambique, 13, 17, 18, 19, 20, 21,  
 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34,  
 35, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 47, 48, 49,  
 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59,  
 60, 61  
 morte, 18, 19, 32, 34, 113, 169, 213,  
 216, 218, 219, 244, 250, 256, 310,  
 340, 342, 393

- mortes, 18, 22, 24, 35, 113, 216, 246, 339, 340, 341, 343, 346, 416, 419, 420, 424, 425, 429
- mortes acidentais, 420
- mortes violentas intencionais, 340, 416, 419, 420, 424, 429
- mulheres, 15, 111, 114, 123, 125, 170, 172, 173, 175, 176, 178, 182, 183, 185, 188, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 251, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 282, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 425, 427
- Mulheres, 178, 187, 254, 257, 260, 261, 276, 277, 278, 279, 302, 303, 304, 305
- Notificação Compulsória, 168
- núcleos urbanos, 415, 430
- óbitos, 18, 25, 34, 36
- Óbitos por acidente, 18
- ofensa, 96
- ordem jurídica, 309, 337, 371
- Organização, 18, 39, 93, 111, 112, 125, 215, 234, 238, 257, 280, 283, 304, 390
- organização criminosa, 15, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302, 387
- Organização Criminosa, 280, 304, 390
- padronização jurídica, 416
- Pandemia, 13, 62, 63, 122, 123, 124
- Pará, 7, 13, 14, 15, 16, 62, 63, 64, 68, 69, 73, 74, 76, 79, 86, 87, 109, 110, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 190, 191, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 209, 212, 213, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 225, 227, 228, 229, 230, 233, 235, 236, 240, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 303, 304, 329, 349, 350, 354, 356, 357, 363, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 385, 386, 391, 412, 414, 415, 417, 419, 420, 421, 423, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431
- Patrimônio, 370, 390
- Percepção, 14, 147, 155, 163
- perfilamento, 418
- perícias, 341
- Período Pandêmico, 110
- perpetradores, 152, 414, 417, 418, 430
- Pessoa Privada de Liberdade, 305
- pessoas custodiadas, 16, 414, 417, 418, 419, 420, 430
- Pessoas Custodiadas, 415
- pessoas presas, 272, 415, 417, 419, 424, 425, 430, 431
- poder público, 216, 224, 311, 370,

- 373, 374, 375, 376, 377, 394
- Poder Público, 181, 281, 301
- polícia, 13, 15, 16, 54, 55, 56, 75, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 122, 138, 139, 145, 150, 173, 242, 307, 331, 332, 333, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 381, 386
- Polícia, 14, 20, 23, 33, 35, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 92, 96, 97, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 139, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 164, 166, 167, 197, 329, 331, 332, 335, 336, 337, 338, 345, 347, 348, 350, 355, 356, 358, 369, 370, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 385, 420
- Polícia Civil, 92, 96, 100, 104, 106, 107, 338, 350, 356, 358, 369, 370, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 385
- Polícia Militar, 14, 62, 139, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 164, 166, 167, 331, 332, 335, 336, 337, 338, 345, 347, 348
- Polícia Militar do Pará, 149, 153, 154, 166, 167
- policiais militares, 141, 152, 160, 165
- policciamento comunitário, 13, 41, 45, 47, 53, 54, 58, 60
- políticas públicas, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 30, 32, 33, 35, 36, 65, 71, 108, 110, 168, 171, 174, 175, 183, 188, 191, 198, 209, 224, 233, 240, 248, 251, 253, 265, 282, 300, 301, 303, 309, 310, 320, 321, 330, 331, 332, 343, 344, 347, 349, 350, 351, 352, 355, 364, 409, 414, 415, 416, 418, 419, 426, 427, 430
- Políticas Públicas, 21, 38, 199, 277, 305, 348, 417
- população prisional, 262, 417
- pregão, 371, 387
- prevenção à violência, 185, 415
- prevenção de acidentes, 13, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 32, 36
- prevenção de violência, 417
- princípio constitucional, 13, 89, 92, 372
- prisões, 96, 191, 192, 194, 195, 203, 204, 208, 211, 281, 300, 310, 312, 317, 319, 336, 418
- Prisões, 191, 211, 328
- probabilidade, 23
- processo, 18, 23, 36, 54, 56, 67, 68, 70, 95, 96, 97, 103, 132, 144, 172, 175, 181, 183, 191, 193, 198, 201, 203, 205, 206, 208, 213, 214, 216, 233, 258, 277, 279, 280, 281, 286, 288, 294, 299, 301, 306, 311, 314, 316, 319, 321, 322, 330, 331, 332, 333, 335, 338, 342, 344, 345, 351, 354, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 385, 386, 393, 398, 399, 400
- Programa educacional, 148
- Promotoria de Justiça, 349, 350, 352, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364
- Proteção, 392, 400, 412
- queixa, 96, 132
- receptação, 350, 362

- Recursos Públicos, 369, 379, 380, 381, 382, 383
- rede de atendimento, 16, 173, 391
- redes sociais, 91, 121, 242
- Reinserção Social, 306
- remuneração, 54, 95, 428, 430
- repressão, 16, 73, 76, 205, 250, 306, 333, 334, 335, 338, 347, 370, 379, 415, 418
- Repressão à Corrupção, 369, 379, 380, 381, 382, 383
- Ressocialização, 305, 312, 321, 324, 325
- risco, 24, 28, 29, 35, 54, 102, 123, 169, 179, 180, 182, 193, 194, 203, 206, 248, 393, 408
- riscos, 22, 169, 174, 178, 179, 184, 194, 201, 372, 427
- roubo, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 87, 214, 218, 274, 300, 350, 353, 354, 362
- Roubos, 13, 62, 73, 76, 79, 81
- Saúde, 14, 18, 39, 86, 88, 111, 112, 125, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 197, 198, 199, 210, 211, 215, 234, 237, 238, 239, 243, 244, 245, 249, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 278, 301, 315, 328, 394, 400, 402, 404, 406, 407, 410, 412, 413, 432
- saúde pública, 64, 65, 110, 170, 171, 177, 183, 184, 188, 238, 242, 245, 246, 247, 248, 251, 392, 393, 394, 416
- segurança, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 45, 46, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 73, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 92, 93, 97, 98, 99, 107, 109, 110, 123, 131, 139, 142, 147, 149, 150, 151, 154, 162, 163, 164, 166, 168, 170, 171, 173, 182, 183, 194, 197, 201, 202, 203, 208, 209, 211, 213, 215, 218, 231, 233, 238, 239, 241, 242, 243, 251, 253, 255, 256, 263, 267, 274, 284, 286, 302, 306, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 338, 344, 345, 347, 348, 352, 394, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 426, 429, 430, 433
- Segurança, 6, 7, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 69, 71, 72, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 85, 86, 87, 89, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 105, 107, 109, 111, 113, 115, 117, 119, 121, 123, 125, 126, 127, 129, 131, 133, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 175, 177, 179, 181, 183, 185, 187, 189, 191, 193, 195, 197, 198, 199, 201, 203, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 219, 221, 223, 225, 227, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 239, 241, 242, 243, 245, 247, 249, 251, 253, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262,

- 263, 265, 267, 269, 271, 272, 273,  
 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280,  
 281, 283, 284, 285, 287, 289, 291,  
 293, 295, 297, 299, 301, 303, 304,  
 305, 307, 309, 311, 313, 315, 317,  
 319, 321, 323, 325, 327, 329, 330,  
 331, 333, 335, 337, 339, 340, 341,  
 343, 345, 346, 347, 349, 351, 353,  
 355, 357, 359, 361, 363, 365, 366,  
 367, 369, 371, 373, 375, 377, 379,  
 380, 381, 383, 385, 387, 389, 390,  
 391, 392, 393, 395, 397, 399, 401,  
 403, 405, 407, 409, 411, 413, 414,  
 415, 416, 417, 419, 421, 423, 424,  
 425, 426, 427, 429, 431, 432, 433
- Segurança Pública, 6, 7, 19, 21, 23,  
 25, 29, 31, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 43,  
 45, 47, 49, 51, 53, 55, 56, 57, 59, 61,  
 62, 63, 65, 67, 69, 71, 72, 73, 75, 77,  
 79, 81, 83, 85, 86, 87, 89, 91, 93, 95,  
 97, 98, 99, 101, 103, 105, 107, 109,  
 111, 113, 115, 117, 119, 121, 123,  
 125, 126, 127, 129, 131, 133, 135,  
 137, 139, 141, 142, 143, 145, 147,  
 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157,  
 159, 161, 163, 164, 165, 166, 167,  
 168, 169, 171, 173, 175, 177, 179,  
 181, 183, 185, 187, 189, 191, 193,  
 195, 197, 198, 199, 201, 203, 205,  
 207, 209, 210, 211, 212, 213, 215,  
 217, 218, 219, 221, 223, 225, 227,  
 229, 231, 233, 234, 235, 236, 239,  
 241, 242, 243, 245, 247, 249, 251,  
 253, 255, 257, 259, 260, 261, 262,  
 263, 265, 267, 269, 271, 272, 273,  
 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280,  
 281, 283, 284, 285, 287, 289, 291,  
 293, 295, 297, 299, 301, 303, 304,  
 305, 307, 309, 311, 313, 315, 317,  
 319, 321, 323, 325, 327, 329, 330,  
 331, 333, 335, 337, 339, 340, 341,  
 343, 345, 346, 347, 349, 351, 353,  
 355, 357, 359, 361, 363, 365, 366,  
 367, 369, 371, 373, 375, 377, 379,  
 380, 381, 383, 385, 387, 389, 390,  
 391, 392, 393, 395, 397, 399, 401,  
 403, 405, 407, 409, 411, 413, 414,  
 415, 416, 417, 419, 421, 423, 424,  
 425, 426, 427, 429, 431, 432, 433
- sensação de segurança, 64, 416
- sequestro, 170, 381
- sequestro de bens, 381
- Serviços Públicos, 102, 238
- sistema de justiça, 129, 131, 136, 139,  
 140, 141, 145, 176, 415, 416, 418
- Sistema Penal, 190, 261, 262
- Sistema Penitenciário, 197, 200, 203,  
 204, 208, 210, 260, 265, 279
- Sistema Prisional, 197, 276, 306
- Sistema Único de Saúde, 197, 237,  
 239
- sistemas, 29, 123, 172, 231, 234, 242,  
 271, 304, 319, 366, 367, 390, 406
- Sofrimento Psicológico, 191
- suicídios, 115, 420
- Supervisão Militar Educacional, 147,  
 148, 149, 152, 154, 158, 164, 167
- Taxa, 72, 135, 136, 213, 219, 224, 225
- taxas de homicídios, 116, 227
- taxas de roubo, 73

- territórios, 182, 241, 414, 418, 419
- Trabalhador, 191, 197, 198, 199, 210
- Trabalho no Cárcere Feminino, 260, 279
- tráfico de drogas, 72, 164, 217, 227, 228, 231, 233, 236, 286, 295, 299, 300, 301, 302, 303, 419, 432
- tráfico de entorpecentes, 148, 158, 274, 354, 362, 364
- Tribunal de Justiça, 250, 256
- Unidade de ensino, 148
- urbanização, 214, 216, 224, 231, 233, 236
- vida humana, 416
- Violação dos Direitos Humanos, 238
- violência, 14, 50, 71, 87, 91, 94, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 158, 159, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 208, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 228, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 262, 304, 306, 307, 330, 331, 332, 334, 335, 337, 339, 341, 342, 343, 344, 345, 347, 355, 357, 367, 376, 391, 392, 393, 394, 396, 397, 398, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 426, 427, 429, 430, 431
- Violência, 14, 16, 59, 72, 120, 121, 124, 125, 137, 148, 149, 152, 165, 168, 169, 175, 178, 185, 187, 213, 231, 233, 234, 236, 237, 240, 254, 257, 259, 347, 361, 391, 392, 400, 410, 412, 413
- Violência contra a Mulher, 169, 240, 254
- Violência escolar, 148
- Violência Infantil, 392
- Violência institucional, 169, 175
- violência letal, 214, 331, 357, 414, 415, 418, 421, 430
- Violência Policial, 330
- Vítima, 237
- vitimada, 274
- vítimas, 16, 25, 30, 31, 33, 34, 115, 116, 120, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 139, 141, 142, 152, 173, 185, 214, 238, 240, 241, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 258, 259, 337, 338, 339, 340, 344, 394, 405, 408, 413, 414, 415, 417, 418, 420, 421, 424, 425, 426, 427, 429, 430, 431
- vitimização, 242, 257, 341, 420, 425, 427
- vulnerabilidade, 28, 123, 154, 193, 213, 217, 226, 227, 228, 229, 233, 274, 404, 418, 419, 432
- vulnerabilidades, 236, 427
- zonas rurais, 41, 42, 53





ISBN 978-65-84844-21-6



9 786584 184421 >